

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)
CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 19/2023
De 12 a 25 de outubro de 2023



Publicação Digital

Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2023



SUMÁRIO

04 Apresentação - *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger*

Sistema Nações Unidas

- 10 Parar a violência e socorrer as vítimas! – Parte 2 - *Paulo M. Buss, Santiago Alcázar e Luís Eugênio Souza*
- 18 A Carta Aberta dos Sanitaristas do Mundo dirigida aos Líderes Mundiais (*versões original, em inglês, e tradução ao português*)
- 22 Uma carta sem resposta - *Santiago Alcázar*
- 26 A mão e a luva (de ferro) - *Adhemar Bahadian*
- 28 Saúde nos territórios palestinos ocupados: estruturas precárias agravadas pela agressão israelense - *Gabriel Semerene*
- 34 Uma em cada 23 pessoas no mundo precisa de assistência humanitária e proteção. Onde falhamos? - *Lúcia Marques*
- 44 A encruzilhada dos direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, como marco de civilidade em um mundo de desigualdades - *Armando De Negri Filho*
- 73 Crises, desequilíbrios e governança global em busca de saúde para todos - *Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão*
- 81 Paz global: o antídoto essencial para um futuro ameaçado pela tripla crise planetária - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*
- 88 Paz e justiça em marcha ré: relatório do PNUD alerta para retrocessos no ODS 16 - *Erica Kastrup e Romulo Paes de Sousa*
- 93 A tragédia do conflito armado no Oriente Médio vem produzindo exaustão, adoecimento e morte de trabalhadores e trabalhadoras da saúde, e não tem poupado hospitais e outros equipamentos de saúde: indignação, reverência e memória! - *René Mendes*
- 102 O conflito na Faixa de Gaza e o aumento da crise humanitária - *Rafael Gomes França, Caio Murta, Harim Baek, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*
- 106 Sempre as mais vulneráveis: mulheres e crianças em meio aos conflitos - *Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Mendes Gomes*
- 113 Dia Mundial da Alimentação: “Água é vida, água é alimento. Não deixe ninguém para trás” - *Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Juliana Ubarana*
- 122 Agenda provisória da 42ª sessão da Conferência Geral da UNESCO e sua estratégia de médio prazo (2022-2029) - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard e Vitor Rodrigues*
- 127 Reuniões Anuais 2023: A nova orientação do Banco Mundial - *Isis Pillar Cazumbá*

- 130 Comércio e Política Industrial: Debates rumo às 13ª Conferência Ministerial da OMC - *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

- 133 “Preferimos morrer com dignidade em nossas próprias casas”: a opção de famílias palestinas diante da agudização de um conflito de 75 anos - *Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Laurenice Pires, Marciglei Brito Morais, Mateus dos Santos Brito, Matheus dos Santos da Silveira, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado e Luis Eugênio de Souza*
- 164 De Marrakech a Honduras: o planeta, a saúde e o povo pedem por uma governança global que proteja o que é público - *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

- 173 Vozes do Sul Global: UNOSSC - G-77 - MNA - Centro Sul - *Regina Ungerer*
- 183 Economia e tensões geopolíticas continuam caminhando juntas no G20. Sanção aos diamantes Russos e prioridades da próxima presidência do G7. Saúde e Brasil na mira da OCDE - *Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephano, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e Paulo Esteves*
- 194 América Latina: palco de decisões em política, saúde e sustentabilidade - *Sebastian Tobar, Miryam Minayo e Samia de Brito*
- 204 Em busca do acesso universal à saúde - *Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá e Felix Rosenberg*
- 216 Europa - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 220 Festa da Seda e a dança dos chips - *André Costa Lobato*
- 224 Atualização EUA - *Guto Galvão*

Autores deste fascículo - 227

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 230

***Para citações, ver ‘Ficha catalográfica’ - 231

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 19/2023 – 12 a 25 de outubro de 2023

Apresentação

Tristeza, apreensão, decepção, amargura, piedade. Sentimentos que se misturam nas mentes e corações de todos os seres de boa vontade do planeta. Apenas um não será admitido numa longa lista possível: omissão.

Diante dos brutais acontecimentos do Oriente Médio que tomaram conta da cena global na última quinzena – uma das inúmeras guerras em curso no mundo, mas a mais midiática, junto com a da Ucrânia – é imperativo que tomemos posição. ‘**Parar a violência e socorrer as vítimas!**’ é o título do artigo preparado por **Buss, Alcazar e Souza** para este Caderno, analisando as repercussões da guerra Hamas - Estado de Israel, que explodiu a 7 de outubro com a invasão e morte de cerca de 1.400 civis israelenses nas imediações da fronteira entre Gaza e Israel. A resposta devastadora das forças armadas israelenses logo se fez sentir, causando a morte até agora mais de 5,5 mil palestinos e deixando mais de 17 mil feridos na faixa de Gaza e também na Cisjordânia, números oficiais certamente subdimensionados. Dos cerca de 200 sequestrados pelo Hamas, entre eles crianças, mulheres e idosos, 4 foram liberados. A 3ª feira, 24/10, foi o dia com o maior número de mortos devidos aos bombardeios sobre Gaza.

Ataques aéreos vêm destruindo a já frágil estrutura de assistência à saúde. A exaustão física e emocional dos profissionais de saúde chega às raias do absurdo. A OMS e outras agências de ajuda humanitária da ONU clamam por cessar-fogo e proteção aos seus técnicos e profissionais. A urgente entrada de ajuda humanitária foi aberta por 3 dias, com número mínimo de veículos, uma gota num oceano de necessidades, e abruptamente fechada na mesma 3ª feira. A ampliação da guerra, com a anunciada invasão de Gaza por terra, prenuncia um banho de sangue de ambos os lados, que deve ser evitado a qualquer custo. O risco de ampliação para um conflito regional é possível.

O **Conselho de Segurança da ONU (CE)** mostrou mais uma vez sua distopia, ao ficar imobilizado pelo anacrônico instrumento do veto dos Estados Unidos à proposta de resolução apresentada pelo Brasil no dia 18/10, 4ª. feira, mas nosso país - que preside o órgão - saiu moralmente fortalecido e se habilita até para apresentar nova resolução.

A reunião regular de outubro sobre ‘a questão Palestina’, realizada em 24/10, trouxe um grave aprofundamento do conflito no interior do CE: Israel pediu a renúncia do Secretário-Geral, devido ao discurso proferido pelo mesmo. À seguir, houve uma guerra de propostas de resoluções e vetos. Aparentemente no afã de tentar ser o único protagonista global, os EUA apresentaram uma resolução própria na sessão de 25/10 que, por sua vez, foi vetada por Rússia e China. O Brasil se absteve, talvez como um suave revide aos Estados Unidos pelo veto americano. Na sequência, nova resolução da Rússia também foi rejeitada. Como dizíamos, o CE tem sido distópico, não conseguindo cumprir sua missão pelo seu próprio anacronismo.

Nesta quinta-feira (26), a **Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)** se reúne para debater a guerra. Por iniciativa de 57 países de maioria muçulmana, divididos em dois blocos (*Grupo Árabe* e *Organização para a Cooperação Islâmica*), uma resolução poderá ser votada na sexta-feira (27). Contudo, na AGNU, resoluções sobre guerra e paz para serem aprovadas precisam de dois terços dos votos, e nenhum dos membros permanentes do CS tem direito a

voto. A minuta da proposta assume, em boa parte, a linguagem sugerida pelo Brasil na resolução da semana passada. Não fala em “direito de autodefesa” de Israel, pede um “cessar-fogo imediato” e pede que as ordens de evacuação dos palestinos do norte de Gaza sejam encerradas. O documento aborda ainda a importância de prevenir uma maior desestabilização e a escalada da violência na região.

À estas alturas do jogo político infernal entre as grandes potências no Conselho de Segurança, uma resolução tirada da Assembleia Geral pode se transformar num instrumento político valioso.

Os sanitaristas do mundo, representados pela **Federação Mundial de Associações de Saúde Pública** (WFPHA, no seu acrônimo em inglês) não se omitiram. Enviaram, em 16 de outubro, uma **Carta Aberta** ao presidente e aos países membros do **Conselho de Segurança**, bem como da **Assembleia Geral da ONU**, ao Secretário-Geral da Organização, ao DG da OMS, às autoridades máximas de Israel e Palestina, além de seus ministros da saúde, e ao grande pacifista Papa Francisco, apelando pela paz e pela proteção aos civis e aos serviços humanitários e de saúde.

Diante dos fatos ocorridos no CE, em 23 de outubro a Federação replicou a Carta, agora para todos os representantes dos Estados-membros em Nova York, que votarão na AGNU extraordinária do dia 27. Anexando a Carta Aberta original, escrevemos: *“os profissionais de saúde do mundo contam com o apoio inestimável do seu país para este apelo à paz, à proteção da população civil e dos profissionais de saúde, bem como à preservação dos serviços humanitários e de saúde das partes em conflito, incluindo corredores humanitários, hospitais de campanha, e navios-hospitais”*. Talvez o presidente Macron da França tenha sido informado desta mensagem pela Representação Permanente do seu país junto à ONU, em Nova York, e anunciado, em 25 de outubro, que a França enviará **navio-hospital** para ajudar na assistência médica em Gaza. Constata-se, assim, que alguns enviam navios de guerra, enquanto outros navios-hospitais, como sugerimos. Mas são apenas especulações de otimistas incorrigíveis...

Os embaixadores **Alcázar** e **Bahadian**, colaboradores dos Cadernos, trazem em seus artigos uma mirada de experientes analistas e negociadores que são, sobre os **complexos processos em curso no conflito**, que merecem leitura atenta.

Semerene preparou um texto sobre o **sistema de saúde da Palestina**, no qual analisa o contexto político de constituição do Estado da Palestina, assim como mostra as consequências dos bombardeios de Israel sobre os serviços de saúde e a questão humanitária na Faixa de Gaza.

Para **Marques**, sobram urgências, faltam empatia e respeito ao direito humano. No mundo, uma em cada 23 pessoas precisa de assistência humanitária e proteção. Os direitos humanos estão cada vez mais atingidos. A população mais vulnerável, em especial mulheres e crianças, são as que mais sofrem. A escalada do **conflito Israel – Hamas** alcançou proporções catastróficas e pode se alastrar por outras partes da região, que já enfrentava alguns dos piores desastres humanitários do mundo. Até agora os apelos das Nações Unidas, incluindo da OMS, e de muitos países, para que as partes encerrem as hostilidades e garantam a proteção de civis, profissionais de saúde, pacientes e instalações de saúde, como manda o Direito Internacional Humanitário, têm encontrado ouvidos surdos. Será falta de capacidade de entender e conviver com as diferenças: diferenças de fé, diferenças de opiniões, diferenças de etnias? Só o respeito e a humanidade podem derrotar o ódio insuflado por extremistas, pelos senhores da guerra e das armas, pela islamofobia, pelo antisemitismo, xenofobia!

A 54ª Sessão do **Conselho de Direitos Humanos da ONU** foi concluída este mês e entre os assuntos mais discutidos, um é especialmente analisado por **De Negri Filho** neste informe: o *Tratado sobre o Direito ao Desenvolvimento* e seus interessantes e intensos debates que foram responsáveis por dividir o grupo de votantes em questão, evidenciando as divisões entre o antigo modelo ocidental de desenvolvimento e a nova agenda que emerge desde o Sul Global.

A crise humanitária mais recente que toma os noticiários não é nada recente, no entanto as proporções escalonadas recentemente revelam as fragilidades imensas do povo palestino. Segundo **Reges, Galvão e Bermudez**, a **OMS e entidades parceiras** têm advogado enormemente pela entrada de recursos e insumos no território, mas mais do que isso é necessário para a garantia do direito básico à saúde e à vida. Entre os dias 15 e 17 de outubro aconteceu a edição 2023 do World Health Summit (WHS), evento internacional que reúne representantes da área de saúde de todo o mundo para discutir os temas mais prementes da saúde global. Sob o tema "Um ano definidor para a ação em matéria de saúde global", o encontro reuniu mais de 3.500 participantes em Berlim, na Alemanha. Neste entremeio foi ainda liberado o novo documento - *Negotiating text*- do Órgão Intergovernamental para Negociações do tratado pandêmico. Aguardas negociações e fortalecimento do documento são esperadas, sobretudo seguindo a necessidade de fortalecimento e escuta ativa das demandas do sul-global e de países em desenvolvimento.

Paes de Sousa e Kastrup discutem o documento do **PNUD** que apresenta o progresso global com relação ao **ODS 16** que se refere à *Paz, Justiça e Instituições Eficazes*. Os resultados do trabalho apontam para retrocessos em diversos indicadores relacionados ao tema que, se considerados à luz do conflito que se desenrola neste momento no Oriente Médio, apontam para um quadro regressivo do objetivo primordial da ONU de evitar as guerras.

O texto de **Mendes** tem por objetivo denunciar, ajudar a mobilizar a opinião pública, registrar a indignação, fazer um apelo aos perpetradores desta barbárie, e reverenciar as dezenas de vítimas – **trabalhadores e trabalhadores da saúde** – vinculados ao Ministério da Saúde da Palestina em Gaza, à Cruz Vermelha e ao Crescente Vermelho Internacionais, aos Médicos sem Fronteiras, e a outras organizações que cuidam da saúde naquela região de Gaza. A indignação, a reverência e a memória também se referem a todas as demais vítimas desta barbárie, nelas incluídas as dezenas de trabalhadores e trabalhadoras de serviços sociais, da educação, do cuidado de pessoas e famílias em campos de refugiados, funcionários das agências das Nações Unidas e de muitas organizações não-governamentais que se dedicam ao povo palestino.

Neste informe, **o Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global** destaca o conflito na **Faixa de Gaza** e aumento da crise humanitária na região, relata a repatriação de brasileiros em Israel e na Palestina e informa sobre a declaração de agências da ONU sobre recursos para assistência humanitária para Gaza.

Uma crise humanitária está em curso em Gaza. O combustível, a água e a eletricidade estão acabando e o sistema de saúde está à beira do colapso. Segundo **Massari e Mendes** as maiores vítimas da crise são **mulheres e crianças**. Estima-se que 50 mil mulheres grávidas na região estejam atualmente envolvidas no conflito e cerca de 160 mulheres darão à luz todos os dias no meio do caos e dos combates. Estas mulheres enfrentam desafios extremos no acesso a serviços de saúde seguros, uma vez que os hospitais estão sobrecarregados de pacientes, sem medicamentos e insumos básicos – inclusive para a gestão de emergências obstétricas. Com

quase metade da população de Gaza deslocada, o risco de violência baseada em gênero também aumentou exponencialmente para as mulheres e meninas que se deslocam, procurando refúgio em abrigos. As mulheres que vivem na região têm necessidades e vulnerabilidades únicas e urgentes, tanto associadas com o atual conflito, mas também como consequência da discriminação estrutural de gênero, relacionada a leis que pressupõem que as mulheres estejam sob a proteção e tutela dos homens. O informe também apresenta a declaração da ONU Mulheres sobre a situação e relembra as seis graves violações contra crianças em tempos de guerra reconhecidas pelo Conselho de Segurança da ONU, que devem ser monitoradas.

Com os desafios impostos pela digitalização e pelos grandes temas como a mudança climática e a necessidade de investimentos coordenados e outros fatores, o debate sobre política industrial se renova na **Organização Mundial do Comércio (OMC)**. Reunião informal, em setembro, tratou do tema no âmbito do processo de reforma da OMC, com vista à 13ª Conferência Ministerial da OMC, que acontecerá em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, de 26 a 29 de fevereiro de 2024. Para **Chamas e Cesário**, o Brasil poderá contribuir bastante para o avanço do assunto, pois recentemente lançou medidas e instrumentos para revalorizar sua política industrial, buscando melhorar a economia e aumentar sua presença no cenário internacional.

O **FMI** e o **Banco Mundial** realizaram em Marraquexe, Marrocos, a reunião anual conjunta de 2023. **Cazumbá** apresenta no seu artigo a nova visão e missão do Banco Mundial lançada durante a reunião. Registra-se a presença do Brasil, representado na reunião pelo ministro da fazenda, Fernando Haddad, cujo discurso mereceu destaque como adendo no informe da autora.

O grupo de trabalho liderado por **Souza** monitorou 57 **Organizações da Sociedade Civil (OSC)** na quinzena, das quais 41 fizeram manifestações merecedoras de registro. De forma preponderante, as manifestações das OSC de interesse público trataram da **guerra entre Israel e Hamas**. As organizações defenderam o fim dos ataques a civis e demandaram ajuda humanitária urgente da comunidade internacional. A resposta rápida, crítica e enérgica das OSC de interesse público demonstra que a sociedade civil organizada se mobiliza rapidamente em prol de questões humanitárias. (Registre-se que as OSC de interesse privado não se manifestaram sobre essa trágica guerra). **Além da guerra em Gaza, diversos outros tópicos foram abordados pelas OSC**. A crise climática continua no topo das preocupações, sendo considerada uma ameaça à vida no planeta. Outro destaque se refere ao Dia Mundial da Saúde Mental, celebrado em 10 de outubro. Os conflitos violentos no Sudão, em Bangladesh e em Nagorno-Karabakh (Azerbaijão), os direitos humanos, a segurança alimentar, as dívidas de países mais pobres, a luta pela igualdade de gênero são outros temas presentes nas manifestações das OSC. No tema da pesquisa, um importante anúncio foi feito pela Welcome Trust, referente ao Projeto Atlas das Células Humanas.

Rafaella de Negri e Armando de Negri debruçam-se sobre os três temas mais presentes em seus informes: **justiça fiscal, clima e saúde global**. Pouco depois dos encontros anuais do FMI e do BM, reuniram documentos, notícias e manifestos que abordam as mudanças necessárias para construir uma economia sustentável, com relações claras e diretas com uma saúde pública forte e um ecossistema protegido. Por fim, analisam a primeira versão do “*Tratado da Pandemia*” recentemente divulgado e suas relações com os referidos temas.

A Diretora do **UNOSSC** visitou a China para uma série de encontros promovendo a Cooperação Sul-Sul e conhecendo projetos chineses que podem ser utilizados pelos países do Sul Global tais como o Centro Internacional de Pequenas Energias Hidroelétricas, a Expo Internacional de Importação da China e o impacto da Cooperação Sul-Sul no comércio eletrônico transfronteiriço além do Centro Nacional de Redução de Desastres da China. **Ungerer** destaca também a 7ª reunião internacional sobre Cooperação Triangular realizada em Lisboa para discutir o futuro da cooperação triangular em que foi lançado o relatório “Perspectivas Globais sobre Cooperação Triangular”. O **G-77 e a China** participaram dos Comitês principais da AGNU discutindo a situação financeira e as atividades operacionais para o desenvolvimento do sistema ONU, o planejamento de programas e as questões da informação no 2º comitê, o direito internacional no 6º Comitê e a soberania permanente do povo palestino no território ocupado da Palestina, incluindo Jerusalém Oriental e a população Árabe no Golan Sírio ocupado, no 4º comitê. Reiteraram ainda o apelo à comunidade internacional para que assumam suas responsabilidades para oferecer proteção internacional ao povo palestino, de acordo com o Direito Internacional e as resoluções relevantes das Nações Unidas. O **Movimento Jovem dos não-Alinhados** promoveu webinar e eventos e já pensando na COP 28, estão explorando as lideranças jovens para combater às mudanças climáticas. O **Centro Sul** publicou seu boletim informativo, destacou o relatório sobre a Presidência Indiana do G20, promoveu uma discussão e consulta aberta sobre o processo de negociação sobre um Instrumento juridicamente vinculativo sobre negócios e direitos humanos e apresentou argumentos sobre o multissetorialismo.

No âmbito do **G20**, os analistas **Burger, Esteve e colegas** trazem os encontros do P20 e dos Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais do G20 foram os principais eventos da quinzena no bloco. Com a adição do conflito entre Israel e Hamas ao já complexo cenário de crises múltiplas, apontamos algumas reflexões sobre os efeitos desse cenário para o grupo. Em relação ao Brasil, Fernando Haddad apresenta uma proposta de agenda econômica para a trilha financeira do bloco com cinco pontos considerados críticos para a nova gestão. O **G7** avança nas discussões para uma nova sanção à Rússia que promete ser eficaz se contar com a adesão global. Se trata de novas normas para a comercialização de diamantes com origem russa. Além disso, o perfil na futura presidência italiana do G7 vem sendo desenhado com atenção especial à Inteligência Artificial. Os destaques da **OCDE** se dividem entre a divulgação de uma série de publicações relativas à saúde, a publicação do relatório final da quarta fase de implementação da Convenção Antissuborno no Brasil e a versão em português das diretrizes da OCDE para empresas multinacionais sobre conduta empresarial responsável.

Nossos analistas **Tobar, Minayo e Brito**, no seu informe sobre **América Latina e Caribe**, destacam as eleições na **Argentina**, com a surpresa da ultrapassagem de Sergio Massa sobre Javier Milei, que devolve a esperança sobre a integração regional. Trazem também os principais pontos abordados na Reunião Ordinária da **Rede Latam IANPHI**; o novo estudo sobre a exportação dos recursos extraíveis da região da América Latina e Caribe, com a participação da **CEPAL**; a participação da **ORAS-CONHU** na oficina sobre diminuição de desigualdades e alcance dos ODS; a realização de ações pela **SECOMISCA** com a temática de vigilância em saúde nas fronteiras e o evento para discutir a implementação da Declaração de Belém realizado pela **OTCA**. Informamos ainda sobre a aprovação pela câmara dos deputados brasileira da entrada da Bolívia no **Mercosul**; o plano comum para enfrentamento de seca na região Amazônica debatido entre **Brasil e Colômbia**; as eleições no Equador; as primárias na **Venezuela** e, por fim, a assinatura de um acordo entre a **OEA** e o **Panamá** para fortalecer a assistência humanitária e a proteção aos refugiados na região de Darién.

A **União Africana** fortalece políticas de abordagem à **migração laboral**. Controle holístico de aflatoxinas em países selecionados. O New Deal para transformar o **CDC África** em instituição de nível internacional, autossuficiente e em alinhamento com o acesso universal, os ODS e a Agenda 2063. **GAVI e União Africana** reforçam parcerias para acesso e adoção acelerada de vacinas até 2030. **OMS AFRO** promove conferência regional sobre financiamento de acesso universal e segurança sanitária na África. São os temas tratados por **Silva, Mahoche, Cá e Rosenberg**.

Segundo **Freire**, com uma nova guerra no front a **União Europeia** se vê paralisada em sua capacidade de alcançar um posicionamento comum que vá além da condenação ao Hamas. Com diferentes e divergentes declarações, o bloco não consegue um consenso nem para pedir uma “pausa humanitária”, quem dirá para um cessar-fogo...

Na **China**, Xi Jinping recebe líderes em Pequim para o *Terceiro Fórum Cinturão e Rota para a Cooperação Internacional*. Participação do Dólar e do Yuan no SWIFT cresce e supera Euro pela primeira vez. CDC China publica boletim sobre vigilância da varíola do macaco em setembro. Microchips e a dança dupla. São as notas de **Lobato** para este fascículo do Caderno.

Segundo **Galvão**, os **Estados Unidos**, estão promovendo uma ação humanitária de ajuda aos afetados na região de guerra, onde anteriormente já mantinham vários projetos de apoio ao desenvolvimento.

Por tudo que sucedeu, a lição mais clara que fica na quinzena finda é, para nossa imensa consternação, a triste constatação da falência das Nações Unidas. Não necessariamente de seus dirigentes e técnicos, mas dos lamentáveis dirigentes de seus Estados-membros, particularmente de algumas das grandes potências e detentoras do poder de veto, que tem usado tal poder para minar a credibilidade política e a capacidade de alcançar os nobres objetivos pelas quais foi criada e sobreviveu nestes últimos 78 anos, sobretudo a manutenção da paz.

Ficamos na expectativa de que algo de substantivo ocorra nas próximas semanas, para que a racionalidade se imponha nas políticas globais, pela manutenção da paz, a superação das imensas desigualdades prevalentes no mundo, o respeito ao Planeta e sua maravilhosa complexidade ambiental e o resgate da solidariedade entre os povos.

Rio de Janeiro, Mangueiras, 27 de outubro de 2023

Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger

Coordenação do CRIS/Fiocruz

Parar a violência e socorrer as vítimas! – Parte 2¹

*Paulo M. Buss
Santiago Alcázar
Luís Eugênio Souza*

Sofrimento humano

Os dados mais recentes disponibilizados pela OMS² e outras fontes sobre a guerra Hamas-Estado de Israel mostram que, até 23 de outubro, cerca de 6 mil pessoas haviam morrido, das quais cerca de 4.600 são palestinos de Gaza e mais de 80 da Cisjordânia, e cerca de 1.600 de Israel; cerca de 17 mil foram feridos em Gaza, 1.900 na Cisjordânia e também centenas em Israel. Centenas de ataques foram desferidos contra serviços de saúde de Gaza, em decorrência do que 1/3 dos hospitais já não funcionam, 66% dos serviços de atenção primária do Ministério da Saúde de Gaza e 64% dos serviços similares da Agência da ONU para a Palestina (UNRWA) estão inoperantes. Os números reais, lamentavelmente, são muitos mais elevados. Há muita gente morta, ainda soterrada sob os escombros. Sobre um sistema de saúde já extremamente frágil antes da guerra, irrompe uma devastadora e crescente destruição, produzida pelos bombardeios sobre Gaza.

De outro lado, o ataque mais letal já registrado sobre um serviço de saúde na história ocorreu no dia 17 de outubro de 2023, contra o Hospital Árabe al-Ahli, localizado no centro de Gaza, deixando 471 mortos e 342 feridos, segundo o Ministério da Saúde de Gaza³, vítimas inocentes que incluem doentes, crianças, mulheres, pessoas tentando se abrigar, médicos e outros profissionais de saúde.

De imediato, a OMS denunciou a bárbara ocorrência⁴ e protestou com veemência, apelando pela imediata proteção dos civis e dos profissionais de saúde. A OMS também exigiu que as ordens de evacuação de hospitais deveriam ser revertidas e que o direito humanitário internacional deveria ser respeitado, o que significa que os estabelecimentos de saúde devem ser ativamente protegidos e nunca visados.

É a mais recente atrocidade deste conflito brutal, crime de guerra passível de ser denunciado ao Tribunal Penal Internacional, como está explicitamente definido no Estatuto de Roma⁵, ao qual o Brasil aderiu desde 2002, também previsto nas Convenções de Genebra⁶, núcleo do direito humanitário internacional e que regula a condução de conflitos armados.

¹ Artigo publicado originalmente no blog do CEE Fiocruz, em 19/10/2023, atualizado em 23/10/2023, especialmente para este fascículo do Caderno

² Ver: https://www.emro.who.int/images/stories/palestine/oPt-emergency-situation-report-issue_5.pdf

³ Ver: <https://www.moh.gov.ps/portal/en/>

⁴ Ver: <https://www.who.int/news/item/17-10-2023-who-statement-on-attack-on-al-ahli-arab-hospital-and-reported-large-scale-casualties>

⁵ Ver: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm

⁶ Ver: <https://www.icrc.org/pt/guerra-e-o-direito/tratados-e-direito-consuetudinario/convencoes-de-genebra>

O bárbaro evento contra o já frágil sistema de saúde de Gaza mobilizou o mundo, gerando protestos na maioria dos países árabes do Levante⁷, da Península Arábica e do norte da África, mas também em países do Ocidente. Todos os grandes jornais do mundo estamparam a notícia na primeira página, e no seu interior espelharam as duas narrativas sobre as responsabilidades pelo massacre: ataque de Israel ou foguete originário da Jihad Islâmica?

Conselho de Segurança das Nações Unidas

O lamentável episódio com mortes e feridos no hospital de Gaza também impactou a reunião do Conselho de Segurança da ONU, que votava a resolução sobre o conflito proposta pelo Brasil, que preside o órgão neste mês de outubro. A votação no Conselho de Segurança, realizada no dia 18 de outubro, produziu uma das maiores decepções e frustração na comunidade internacional, que não aprovou o texto devido ao anacrônico dispositivo do 'veto', acionado pelos Estados Unidos. Um tiro insano disparado pela autoproclamada mais poderosa nação do mundo sobre o já fragilizado multilateralismo vigente.

Cúpula da Paz do Cairo

O governo do Egito organizou a Cúpula da Paz do Cairo (foto abaixo), em 21 de outubro. Um expressivo número de países⁸ compareceu, incluindo o Brasil, que enviou o chanceler Mauro Vieira representando o presidente Lula. Lamentavelmente, Israel não enviou representantes e os Estados Unidos foi representado pela *Changé d'Affaires* da Embaixada (o país está sem embaixador no Egito), o que foi interpretado como manifestação de desinteresse e de descompromisso com os resultados da Cúpula e a manutenção da estratégia do 'eu sozinho' diplomático.



⁷ Levante é um termo geográfico impreciso que se refere, historicamente, a uma grande área que se estende desde o Oriente Médio até o sul dos Montes Tauro, sendo limitada, a oeste, pelo Mediterrâneo; a leste, pelo Deserto da Arábia setentrional e pela Mesopotâmia. Seus habitantes são chamados levantinos. Para alguns geógrafos, a região inclui Síria, Jordânia, Israel, Palestina, Líbano e Chipre; outros agregam porções da Turquia, do Iraque, da Arábia Saudita e do Egito.

⁸ Além do país anfitrião e do Brasil, participaram da Cúpula: Grécia, Itália, Espanha, Reino Unido, Kuwait, Japão, Palestina, Emirados Árabes Unidos, Jordânia, Nações Unidas, Bahrein, França, Catar, Líbia, Kuwait, Arábia Saudita, Alemanha, Noruega, Omã, Grécia, Iraque, Rússia, Marrocos, África do Sul, Chipre, Turquia, Mauritânia, Canadá e Estados Unidos, além de representantes da União Europeia, União Africana, Nações Unidas e Liga dos Estados Árabes

O governo brasileiro, por meio do Palácio do Planalto e do Itamaraty, emitiu três notas referentes à Cúpula^{9,10}, uma das quais contém a íntegra do discurso proferido pelo Ministro Mauro Vieira¹¹ na oportunidade. Mais de 30 países, órgãos da ONU e organizações de países da região, como a Liga Árabe participaram. A Cúpula foi saudada por todos, os discursos pediram paz e implementação da ajuda humanitária, a solução dos dois estados soberanos foi reafirmada, mas não houve acordo para que saísse uma declaração escrita, o que coloca em dúvida a seriedade das posições verbalizadas.

De novo o Conselho de Segurança

Para voltar a discutir a grave situação, o Brasil confirmou para dia 24/10 a reunião do Conselho de Segurança que já estava programada, aberta a todos os Estados-membros, e que foi presidida diretamente pelo ministro Mauro Vieira. A apresentação de uma nova proposta de resolução pelo Brasil era esperada, já que com 12 votos a favor da primeira proposta brasileira, 2 abstenções, e apenas o veto que isola os Estados Unidos, o prestígio e a credibilidade do Brasil está em alta. Mas o Brasil adiou a retomada de suas iniciativas no Conselho.

Entretanto, a reunião trouxe um grave aprofundamento do conflito no interior do CE: Israel pediu a renúncia do Secretário-Geral, devido ao discurso proferido, no qual contextualizou o abandono histórico das aspirações dos palestinos. Seu discurso seguramente foi baseado na experiência pregressa de 10 anos (2005-2015) como Alto Comissário para Refugiados (ACNUR). Não foi poupado. Na sessão seguinte, a 25/10, houve uma guerra de propostas de resoluções e vetos. Aparentemente no afã de tentar ser o único protagonista global, os EUA apresentaram uma resolução própria nesta sessão que, por sua vez, foi vetada por Rússia e China. O Brasil se absteve, talvez como um suave revide aos Estados Unidos pelo veto americano. Na sequência, nova resolução da Rússia também foi rejeitada. Como dizíamos, o CE tem sido distópico, não conseguindo cumprir sua missão pelo seu próprio anacronismo.

Assembleia Geral das Nações Unidas extraordinária

Na quinta-feira (26), a **Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)** se reúne para debater a guerra. Por iniciativa de 57 países de maioria muçulmana, divididos em dois blocos (*Grupo Árabe e Organização para a Cooperação Islâmica*), uma resolução poderá ser votada na sexta-feira (27). Contudo, na AGNU, resoluções sobre guerra e paz para serem aprovadas precisam de dois terços dos votos, e nenhum dos membros permanentes do CS tem direito a voto. A minuta da proposta assume, em boa parte, a linguagem sugerida pelo Brasil na resolução da semana passada. Não fala em “direito de autodefesa” de Israel, pede um “cessar-fogo imediato” e pede que as ordens de evacuação dos palestinos do norte de Gaza sejam encerradas. O documento aborda ainda a importância de prevenir uma maior desestabilização e a escalada da violência na região.

À estas alturas do jogo político infernal entre as grandes potências no Conselho de Segurança, uma resolução tirada da Assembleia Geral pode se transformar num instrumento

⁹ Ver: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/10/mauro-vieira-201ce-chegado-o-momento-de-por-um-ponto-final-a-esse-derramamento-de-sangue201d>

¹⁰ Ver: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/10/brasil-participa-da-cupula-do-cairo-e-faz-apelo-para-ampliacao-do-apoio-humanitario-no-conflito-em-curso-no-orientemedio>

¹¹ Ver: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/participacao-do-ministro-mauro-vieira-na-cupula-de-paz-do-cairo-2013-21-de-outubro-de-2023

político valioso. Terá elevado valor político e moral se alcançar uma declaração política acordada pela maioria.

Ajuda humanitária

No sábado (21), no domingo (22) e na 2. feira (23), a ajuda humanitária contida em não mais do que 50 caminhões com água, comida e medicamentos, mas não combustível, pôde entrar em Gaza – uma gota num oceano de necessidades. “O combustível também é necessário para geradores hospitalares, ambulâncias e usinas de dessalinização – e instamos Israel a adicionar combustível aos suprimentos vitais autorizados a entrar em Gaza”, disse o diretor geral da OMS, Tedros Adhanom, em coletiva de imprensa. Declaração conjunta do PNUD, UNFPA, UNICEF, Programa Mundial de Alimentação (PMA) e OMS sobre o tema foi emitida¹². Não há certeza sobre sua continuidade. Certeza apenas quanto ao aumento dos bombardeios, a ameaça da invasão de Gaza por terra e, certamente, um banho de sangue.



Biden anunciou que obteve **USD 100 milhões** como colaboração do governo americano para a **ajuda humanitária** à Gaza. Entretanto, não esqueçamos que há uma semana pediu ao Congresso a liberação de **USD 100 bilhões** para **apoio militar** extra à Israel e Ucrânia. Sem comentários.

Esta é uma atualização de alguns elementos essenciais do bárbaro conflito até aqui. A estas alturas, permitimo-nos recordar ao leitor sobre a sequência de eventos da guerra entre o Hamas e o Estado de Israel.

Mais de 15 dias de horror e suas trágicas consequências

Nas primeiras horas de sábado, dia 7 de outubro de 2023, o grupo armado do Hamas em Gaza lançou milhares de foguetes sobre as regiões sul e central de Israel. O sistema de defesa antimíssil, conhecido como Domo de Ferro, conseguiu interceptar um grande número deles, mas infelizmente, dado o ataque massivo, outros conseguiram penetrar a rede de proteção aérea, causando mortes, feridos e destruição de infraestrutura.

Pouco mais tarde, membros militarizados do Hamas entraram em território israelense, tomaram cidades e quartéis próximos a Gaza e feriram e mataram civis e militares israelenses. Soube-se mais tarde que um total de 150 pessoas, entre militares e civis, haviam sido sequestrados e levados para Gaza, onde presumivelmente continuariam vivos.

¹² Ver: <https://www.who.int/news/item/21-10-2023-joint-statement-by-undp--unfpa--unicef--wfp-and-who-on-humanitarian-supplies-crossing-into-gaza>

A resposta do Governo israelense não demorou e foi brutal. A Força Aérea conduziu o mais intenso e letal ataque sobre a Faixa de Gaza de que se tem notícia, uma banda estreita de terra de 10x40 quilômetros, onde moram pouco mais de 2 milhões de pessoas.

Segundo o jornal O Globo¹³, até 18 de outubro, o impacto sobre infraestruturas resultantes de ataques em Gaza foram: 8.840 residências destruídas e 5.434 danificadas; 7 igrejas danificadas e 11 mesquitas destruídas; 167 unidades de ensino atingidas por ataques aéreos, sendo 20 ligadas à ONU e uma universidade; ao menos 6 poços de água, 3 estações de bombeamento, 1 reservatório e 1 usina de dessalinização danificados.

A mesma fonte¹¹ assinala que mais de 1 milhão de pessoas foram deslocadas em Gaza, mais de 352 mil estão em abrigos da ONU no Sul e centro de Gaza e mais de 55 mil estão em abrigos ao Norte. Segundo a OMS e a Organização Internacional das Migrações (OIM), pessoas deslocadas são as mais vulneráveis quanto à saúde, porque são as mais pobres, mais doentes e desnutridas, somando-se as novas circunstâncias, que pioram as condições de vida e, portanto, sua saúde.

De fato, grande parcela deste 1 milhão de pessoas deslocadas são mulheres, crianças e idosos, que perambulam pelas ruas e entre escombros de casas e edifícios, ou estão amontoadas em centros de refugiados improvisados, sem as mínimas condições de vida. Ademais, dada a extrema vulnerabilidade a que estão submetidas, são as principais vítimas da guerra que, tudo indica, tende a crescer de forma exponencial nos próximos dias, com a anunciada invasão terrestre do território.

Equipes de ajuda humanitária e de saúde, médicos e enfermeiros morreram e muitos estão feridos. Hospitais, postos de saúde e ambulâncias foram atingidos por bombas e total ou parcialmente destruídos. Neste caso, a mesma fonte¹¹ informa que já ocorreram 57 ataques em unidades de saúde, com danos a 26 hospitais e 23 ambulâncias, além já mencionado bombardeio do hospital. Quatro hospitais do norte de Gaza foram evacuados.

O bloqueio imposto à Faixa de Gaza, que já dura 16 anos, foi radicalmente intensificado e deixou o seu sistema de saúde em frangalhos. Sem o suficiente financiamento, sem a necessária ajuda, o sistema de saúde da Faixa de Gaza que já estava na UTI entrou em colapso.

Além dos bombardeios, com o cerco total imposto fez-se o que parecia inimaginável. Piorou-se o que parecia trágico. Ninguém entra, ninguém sai. Foi cortado o fornecimento de água, luz, comida, ademais de todos os insumos de saúde – sangue e hemoderivados, soros, remédios, vacinas, material médico-cirúrgico, entre outros. O combustível para alimentar os geradores dos serviços de saúde está acabando, se é que já não acabou. Não há mais medicamentos para 350 mil pessoas que sofrem de doenças crônicas. Medicamentos e antibióticos para doenças infecciosas e ferimentos não existem mais. As equipes de saúde estão esgotadas, trabalhando sob um stress inimaginável.

No sábado, dia 14 de outubro, o Governo israelense baixou ordem para evacuação imediata, em 24 horas, de 1,1 milhão de pessoas da parte norte de Gaza. A ordem de evacuação aplica-se também às equipes médicas e de enfermeiros e a todos os internados em hospitais. Evacuação forçada, como se sabe, representa grave risco de vida para todos os hospitalizados.

¹³ Jornal O Globo, edição n.º 32.945, de 19/10/2023, pg. 15

O deslocamento em massa, a superpopulação em abrigos precários, a falta de água e de saneamento representam não mais um risco (uma possibilidade matemática) à saúde, mas uma ameaça (volitiva e, portanto, criminal) à vida de todos os habitantes da Faixa de Gaza.

O número de mortes de crianças, mulheres e idosos, israelenses ou palestinos, é o mais recente testemunho da barbárie e da insensatez de um conflito que há muito deveria ter acabado, caso tivessem sido implementadas as resoluções relevantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas: 242 (1967), 338 (1973), 446 (1979), 452 (1972), 465 (1980), 476 (1980), 478 (1980), 1397 (2002), 1515 (2003), 1850 (2008) e 2334 (2016)¹⁴.

A Carta Aberta dos sanitaristas do mundo

Chocados com a desumanização obscena, os membros do *World Federation of Public Health Associations*¹⁵ endereçaram Carta Aberta¹⁶ ao Presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, ao Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, ao Secretário-Geral das Nações Unidas, às autoridades máxima de Israel e da Palestina e aos respectivos ministros da saúde, ao diretor geral da OMS e ao Papa Francisco, entre outros, pedindo que usem sua voz, influência e poder para pôr um fim à mais cruel manifestação do Mal no século XXI, esse que tantas esperanças reunia.

Como diz a carta:

Nós vimos a vocês para pedir pela saúde e pela vida de inocentes, palestinos e israelenses, pegos nesta insana e desumana luta entre o Hamas e o Estado de Israel.

Neste momento, não tomamos partido sobre as diferenças políticas que conduziram à violência injustificável contra a vida humana. Como seres humanos, não podemos normalizar, sob pena de nos desumanizarmos, o sofrimento de nossos irmãos e irmãs.

Tudo que queremos de vocês é que usem seu poder, sua influência e sua voz para parar esta insanidade. Tragam luz, onde existe sombra; esperança onde há desespero e ajuda onde há precisão

Todos sabemos que o paradigma do olho por olho e dente por dente somente conduzirá a mais perdas e sofrimentos. Isto tem que acabar!

Os promotores da Carta urgem sobre o imediato cessar-fogo, verdadeira solução para a imensa crise humanitária e de saúde instaladas. Como esta solução têm grandes possibilidades de não ser acatada, devido à radicalização de posições, a Carta propõe a mitigação do imenso sofrimento humano, por meio da criação de corredores humanitários seguros para evacuação de feridos e doentes e entrada de insumos mínimos de sobrevivência (água, comida e insumos de saúde), o asseguramento de que instalações de saúde e refúgio de civis não sejam atacados, e a instalação de hospitais de campanha fora da faixa de Gaza, assim como a mobilização de navios-hospitais das marinhas de países neutros para receber e tratar os feridos e outras necessidades de saúde, com prioridade para criança, mulheres, idosos e outras populações reconhecidamente vulnerabilizadas.

¹⁴ Ver: [List of United Nations resolutions concerning Israel](#)

¹⁵ Para saber mais sobre a Federação, ver: <https://www.wfpha.org>

¹⁶ A Carta está disponível em: <https://www.wfpha.org/plea-for-peace-a-call-to-protect-innocent-lives/>

A Carta está aberta para adesões individuais e de entidades em: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeBJgpjtT-o5LINFQs0I4WPLqK7I0BfzaYvnSiIDPvpZOHsig/viewform>

É preciso continuar a pressão dos sanitaristas do mundo. A Carta foi enviada aos embaixadores-chefes das representações dos Estados-membros da ONU, que se reúnem nesta semana na Assembleia Geral Extraordinária das Nações Unidas, convocada para discutir o conflito em curso. Mais uma nesga de esperança.

A Carta foi divulgada pela revista Lancet¹⁷. A versão original e a tradução ao português estão no próximo capítulo deste fascículo dos Cadernos CRIS.

A resolução do Conselho de Segurança da ONU e após

Em 18 de outubro o Conselho de Segurança da ONU reuniu-se para considerar e debater projeto de resolução sobre a crise Israel - Palestina apresentado pelo Brasil. Previa 11 pontos a serem cumpridos pelos envolvidos no confronto, entre os quais¹⁸:

1. A condenação veemente a "toda violência e hostilidade contra civis e a todos os atos de terrorismo".
2. A condenação "inequívoca dos ataques terroristas hediondos perpetrados pelo Hamas que tiveram lugar em Israel a partir de 7 de outubro de 2023 e a tomada de reféns civis".
3. Sem mencionar nomes, a "libertação imediata e incondicional de todos os reféns civis, exigindo a sua segurança, bem-estar e tratamento humano, em conformidade com o direito internacional".
4. Que todos os lados cumprissem totalmente com suas obrigações diante das leis internacionais, inclusive àquelas de direitos humanos e humanitários, de proteção a civis e a trabalhadores humanitários e de garantia de ajuda humanitária para os necessitados.
5. A provisão contínua de bens e serviços essenciais a civis, "incluindo eletricidade, água, combustível, comida e suprimentos médicos", que garantam que os civis não estejam desprovidos de itens essenciais para a sobrevivência.
6. A rescisão da ordem de evacuação das áreas ao norte de Gaza dada a civis e funcionários da ONU.
7. Pausas para acesso de agências humanitárias, bem como estímulo ao restabelecimento de corredores humanitários e outras iniciativas de ajuda humanitária para auxílio a civis.
8. O reforço da importância de mecanismos de notificação humanitários para proteger instalações da ONU e de demais postos humanitários, além de garantir a movimentação de comboios de ajuda.
9. Respeito e proteção, em conformidade com o direito humanitário internacional, "de todo o pessoal médico e do pessoal humanitário exclusivamente envolvido em tarefas médicas,

¹⁷ Ver: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2823%2902362-0>

¹⁸ Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/10/18/hamas-x-israel-o-que-previa-proposta-do-brasil-para-conselho-de-seguranca-e-por-que-eua-vetaram.ghtml>

dos seus meios de transporte e equipamento, bem como dos hospitais e outras instalações médicas".

10. Ênfase na importância de evitar repercussões na região e, neste contexto, "apela a todas as partes para que exerçam a máxima contenção e a todos aqueles que têm influência sobre elas a trabalharem para atingir este objetivo".

11. A decisão de "continuar envolvido na questão"

A diplomacia brasileira trabalhou intensamente a proposta e encaminhou muito bem as negociações. Como sabemos, doze países¹⁹ entre os 15 que compõem o Conselho aprovaram a proposta brasileira. Houve duas abstenções (Reino Unido e Rússia). Os Estados Unidos, usando o anacrônico e criticado 'poder de veto', vetou a resolução, tornando-se assim o responsável por uma das maiores frustrações da comunidade global, que ansiava pelo menos pelas urgentes medidas paliativas e mitigatórias contidas na proposta brasileira.

Agora, em 25/10, quando fechamos este relato, alguns países voltam seus olhos novamente para a proposta brasileira, que deverá ser 'testada' nos debates na Assembleia Geral e intensamente retrabalhada nos bastidores do complexo mundo diplomático.

Não calaremos nossa voz humanista, pacifista, em prol da vida, da paz e da saúde. É urgente parar a violência, socorrer as vítimas, estabelecer a confiança e relançar as bases para o diálogo em busca da paz. Caso contrário, de uma grande prisão a céu aberto que é hoje, Gaza vai se transformar num grande cemitério, onde civis inocentes pagaram com a vida a insensatez dos beligerantes e a omissão da comunidade internacional.

¹⁹ Brasil, França, Malta, Japão, Gana, Gabão, Suíça, Moçambique, Equador, China, Albânia e Emirados Árabes Unidos

A Carta Aberta dos Sanitaristas do Mundo dirigida aos Líderes Mundiais

No site da **Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA**, no seu acrônimo em inglês), encontra-se a seguinte mensagem introdutória à Carta Aberta da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública aos Líderes Mundiais sobre a guerra Hamas - Estado de Israel (originalmente em inglês):

A guerra em curso entre o Hamas e o Estado de Israel teve um impacto devastador nas vidas de civis inocentes na região. A Federação Mundial das Associações de Saúde Pública (WFPHA) deu um passo ousado e responsável ao enviar uma carta aos principais líderes e autoridades globais, incluindo o Presidente do Conselho de Segurança, o Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Secretário das Nações Unidas- General, as Autoridades de Israel e da Palestina, o Papa Francisco e o Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde, para apelar pela saúde e pelas vidas de civis palestinos e israelenses inocentes, idosos, mulheres, homens, crianças e bebês apanhados na luta entre o Hamas e o Estado de Israel.

A WFPHA insta os principais líderes e autoridades globais a usarem todo o seu poder, influência e voz para impedir esta manifestação insana do puro mal. “Todos sabemos que o paradigma olho por olho e dente por dente só levará a mais perdas e sofrimento. Isto tem que parar. Use seu poder para que isso aconteça.”

A WFPHA convida associações membros, instituições, comunidades e indivíduos a aderirem a esta chamada assinando a carta. Juntos, defendemos a paz!

À seguir, a íntegra da Carta Aberta da Federação (no idioma original):

To the President of the Security Council, *Ambassador Sergio França Danese*

To the President of the United Nations General Assembly, *Dennis Francis*

To the United Nations Secretary-General, *Antonio Guterres*

To the Authorities of Israel: *President Isaac Herzog and First Minister Benjamin Netanyahu*

To the Authorities of Palestine: *President Mahmoud Abbas and Prime Minister Mohammad Ibrahim Shtayyeh*

To His Holiness, *Pope Francis*

To the Director-General of the World Health Organization, *Tedros Adhanom Ghebreyesus*

To the Minister of Health of Israel, *Moshe Arbel*

To the Minister and Deputy Minister of Health of Palestine, *Mai Al-Kaila and Yousef Abu Rish*

Geneva, October 16, 2023

Dear Sir, Madam,

We, members of the World Federation of Public Health Associations (WFPHA), an entity with 130 national associations and more than 5 million health practitioners around the globe, deeply regret the human suffering caused so far by the war between Hamas and the State of Israel: about of 10 thousand human lives lost and more than 15 thousand injured, maimed, and disabled people, in addition to thousands mentally affected forever. The majority are innocent civilians: children, women, and the elderly.

As defenders of peace so that life and health may reign, we record with immense regret the destruction of essential health services, including the indispensable hospital facilities, the interruption of access to drinking water, food, and the provision of medicines, vaccines, serums, blood, and other healthcare supplies. The interruption of electricity and fuel prevents life from continuing and the services that protect it from remaining operational.

Faced with this horrendous humanitarian and health situation, as health professionals who primarily defend life, we decided to address world leaders and the disputing parties - arrogating to speak on behalf of all human beings of goodwill who inhabit this typical home that is our planet Earth - with the following message:

We come to you to plead for the health and lives of innocent Palestinian and Israeli civilians, elderly persons, women, men, children, and babies caught up in this insane and inhuman fight between Hamas and the State of Israel.

At this juncture, we do not take sides in the political differences of the complex situation that led to what we see and witness as unjustifiable violence against human lives.

This has to stop now, immediately. As human beings, we cannot normalize the sufferings of our brothers and sisters, lest we become less human.

All we want from you is to use all your power, influence, and voice to stop this insane manifestation of pure evil. You can bring light where there is shadow, hope where there is despair, and help where there is need.

Heed the warnings and appeals of the Secretary-General and the many specialized agencies of the United Nations about the atrocious consequences of hostilities. Use your power to bring them to an immediate end. Stop the bombings, the leading cause of death, injury, and mutilation among the innocent civilian population.

Use your influence to take the women and children to safe land or seas nearby, be it in hospital campuses, hospital ships, or even cruiser ships that can accommodate them all under the United Nations' supervision.

Financial means are necessary and undoubtedly available, depending on the international community's goodwill.

We all know that the eye for an eye and a tooth for a tooth paradigm will only lead to further loss and suffering. This has to stop. Use your power for this to happen.

Sincerely yours,

Prof. Luis Eugenio de Souza
President WFPHA

c/o Institute of Global Health • University of Geneva, Campus Biotech - G6 • Chemin des Mines 9, 1202 Geneva • Switzerland • www.wfpha.org

À seguir, sua tradução ao português:

Ao Presidente do Conselho de Segurança, *Embaixador Sergio França Danese*

Ao Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, *Dennis Francis*

Ao Secretário-Geral das Nações Unidas, *António Guterres*

Às Autoridades de Israel: *Presidente Isaac Herzog e Primeiro Ministro Benjamin Netanyahu*

Às Autoridades da Palestina: *Presidente Mahmoud Abbas e Primeiro Ministro Mohammad Ibrahim Shtayyeh*

À Sua Santidade, *Papa Francisco*

Ao Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde, *Tedros Adhanom Ghebreyesus*

Ao Ministro da Saúde de Israel, *Moshe Arbel*

Ao Ministro e Vice-Ministro da Saúde da Palestina, *Mai Al-Kaila e Yousef Abu Rish*

Genebra, 16 de outubro de 2023

Caro senhor/senhora,

Nós, membros da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA), uma entidade com 130 associações nacionais e mais de 5 milhões de profissionais de saúde em todo o mundo, lamentamos profundamente o sofrimento humano causado até agora pela guerra entre o Hamas e o Estado de Israel: cerca de 10 mil vidas humanas perdidas e mais de 15 mil feridos, mutilados e descapacitados, além de milhares de pessoal mentalmente acometidas para sempre. A maioria são civis inocentes: crianças, mulheres e idosos.

Como defensores da paz para que a vida e a saúde possam reinar, registamos com imenso pesar a destruição de serviços essenciais de saúde, incluindo as indispensáveis instalações hospitalares, a interrupção do acesso à água potável, à alimentação e ao fornecimento de medicamentos, vacinas, soros, sangue e outros suprimentos de saúde. A interrupção da eletricidade e do combustível impede que a vida continue e que os serviços que a protegem permaneçam operacionais.

Diante desta horrenda situação humanitária e sanitária, como profissionais de saúde que defendem principalmente a vida, decidimos dirigir-nos aos líderes mundiais e às partes em disputa - arrogando-nos falar em nome de todos os seres humanos de boa vontade que habitam esta típica casa que é o nosso planeta Terra - com a seguinte mensagem:

Vimos até vocês para implorar pela saúde e pela vida de civis palestinos e israelenses inocentes, idosos, mulheres, homens, crianças e bebês apanhados nesta luta insana e desumana entre o Hamas e o Estado de Israel.

Nesta conjuntura, não tomamos partido quanto às diferenças políticas da situação complexa que levou ao que vemos e testemunhamos como violência injustificável contra vidas humanas.

Isto tem que parar agora, imediatamente. Como seres humanos, não podemos normalizar o sofrimento dos nossos irmãos e irmãs, sob pena de nos tornarmos menos humanos.

Tudo o que queremos de V.Sa. é usar todo o seu poder, influência e voz para impedir esta manifestação insana de puro mal. V.Sa. pode trazer luz onde há sombra, esperança onde há desespero e ajuda onde há necessidade.

Atenda às advertências e apelos do Secretário-Geral e de muitas agências especializadas das Nações Unidas sobre as consequências atroz das hostilidades. Use seu poder para acabar

com elas imediatamente. Acabem com os bombardeios, a principal causa de morte, ferimentos e mutilação entre a população civil inocente.

Use a sua influência para levar as mulheres e crianças para terras ou mares seguros nas proximidades, seja em hospitais de campo, navios-hospitais ou mesmo navios de cruzeiro que possam acomodá-los a todos sob a supervisão das Nações Unidas.

Os meios financeiros são necessários e, sem dúvida, estão disponíveis, dependendo da boa vontade da comunidade internacional.

Todos sabemos que o paradigma olho por olho e dente por dente só levará a mais perdas e sofrimento. Isto tem que parar. Use seu poder para que isso aconteça.

Atenciosamente,

Prof. Luis Eugênio de Souza
Presidente
WFPHA

Uma carta sem resposta

Santiago Alcázar

No sábado, dia 14 de outubro, o Conselho de Segurança das Nações Unidas reuniu-se para considerar projeto de resolução da Federação Russa relativa à guerra deflagrada na Faixa de Gaza entre o Hamas e o Estado de Israel.

O projeto de resolução pedia um imediato cessar-fogo, condenava a violência desencadeada contra civis, bem como todo e qualquer ato de natureza terrorista. Ademais, o projeto fazia apelo para a libertação segura de todos os sequestrados e solicitava o restabelecimento da provisão de água, comida, combustível, equipamento médico e profissionais de saúde para prestar a necessária assistência humanitária.

Infelizmente, o projeto de resolução, que recebeu votos a favor de China, Emirados Árabes Unidos, Gabão e Moçambique, ademais de Rússia, não foi aprovado. Votaram contra, EUA, França, Japão, Reino Unido. Os demais seis membros do CS se abstiveram.

Para quem assistiu horrorizado à brutalidade das imagens divulgadas pelos meios de comunicação, crianças, mulheres, homens e idosos estraçalhados pela explosão de mísseis lançados pela aviação ou mortos pelo desabamento de prédios atingidos – é incompreensível que uma tal iniciativa, de natureza humanitária, tenha sido bloqueada.

Gaza é uma estreita faixa de terra, habitada por pouco mais de 2,3 milhões de pessoas. É mais que evidente que qualquer explosão em área tão densamente povoada tenha impacto devastador sobre dezenas ou centenas de pessoas. Imaginem o impacto produzido por sucessivas ondas de bombardeios! Como, então, opor-se e bloquear um texto que teria efeitos positivos imediatos para a população civil, profissionais de saúde, feridos e doentes, fornecedores de serviços de apoio essenciais, entre outros?

Para entender por quê não se puseram de acordo é preciso recorrer a uma lógica que, por ser lógica, é produto da razão, não do coração. Bocas torcidas e retorcidas, olhos apertados, frentes inclinadas sobre folhas de papel – porque tudo foi pensado e pesado – foram adereços para o desfile de palavras que seguiu, orações curtas, uniformadas, secas como se fossem comentários de algum examinador severo sobre a prova de habilitação de algum candidato: *Não se singularizou o Hamas como grupo terrorista, não se lhe acusou de haver cometido um crime hediondo, não se fez menção ao direito de Israel de defender-se. Zero!*

O projeto, é verdade, tinha deficiências e ausências, como tantos outros que se salvam com algum remendo e algum grau de boa vontade, que nada é perfeito. Nem os comentários do examinador severo. Sem aprovação, a resolução se desfez, como um corpo rasgado por estilhaços de aço ou a cabeça de uma criança esmagada por alguma viga desprendida. Não há mais futuro para os que estavam a depender da decisão de alto o fogo. Nunca se saberá quantos perderam tudo no momento exato em que se disse não. Soterrados debaixo de escombros, ninguém os verá, ninguém os ouvirá. O silêncio encobertará a morte, como um véu feito de esquecimentos e de indiferenças. Ninguém derramará lágrimas. Já não mais se chora.

No mesmo instante, a milhares de quilômetros de distância, alguém terá arrumado papéis sobre a mesa, outro terá ajeitado a gravata, um terceiro terá dado a ordem para uma reunião e um quarto terá telefonado para casa para dizer que não lhe esperassem para o jantar.

Uns terão pensado que se perdeu uma oportunidade enquanto outros terão reconhecido intimamente que o objetivo fora alcançado. Apoiar uma resolução da Rússia no Conselho de Segurança, após a salva de pedras contra tudo o que vinha desse país, seria impensável. Uma resolução que, ademais, era equilibrada ao condenar todo e qualquer ato terrorista e pedir a libertação dos reféns, que apelava para a humanidade dos dirigentes, que poderiam, se quisessem, ter parado tudo com uma ordem. Não! Seria conceder a vitória moral ao inimigo. Um pouco mais e seriam forçados a reconhecer seus erros, suas mentiras, suas mesquinhas e sua inacreditável incompetência. Ouvir do Representante Permanente da Rússia que a resolução não havia passado por interesses políticos egoístas de países ocidentais é talvez mal menor do que dar o braço a torcer. Paciência!

No dia seguinte, domingo, o cirurgião teve a luz cortada no meio da amputação de uma perna. Ouviu-se uma enorme explosão. Muitos jogaram-se ao chão, buscando proteção. Gritos, desordem, poeira, sangue, fogo, sombras confusas e a boca seca.

Como faremos a evacuação forçada nestas condições? E em 24 horas? Não temos macas ou veículos para transporte. As ambulâncias foram quase todas inutilizadas durante os seguidos bombardeios. Temos feridos e doentes em estado grave. Não há como aplacar a dor e cuidar dos feridos. Faltam todos os medicamentos, antibióticos, hemoderivados, albumina, gaze, desinfetantes e tudo o mais. Feridos e doentes seriam expostos a risco de vida. É impossível!

E, no entanto, nesse caos de forças selvagens, do tornado de violência física e moral, no meio de corpos despedaçados e de rostos desfigurados, há exemplos de coragem que não se explicam senão pela ação em estado bruto. Coragem dos que buscam no impossível a possibilidade de salvar vidas; coragem dos que transportam feridos, conscientes de que eles próprios podem morrer no próximo instante e coragem dos que acompanham homens, mulheres e crianças até o último suspiro de vida, porque ninguém quer ficar só, nessa escuridão infinita de dor e desespero.

Em algum parque, nesse domingo de manhã, crianças correm, brincam e riem. Os pais os veem, falam com conhecidos e pensam que daqui a pouco terão que ir para o almoço na casa dos avós. E de tarde, tem jogo, um clássico que não se pode deixar de ver.

Imperceptivelmente, no meio de tantas explosões, mortes e destruição, entrou em cena a banalização do Mal. Gaza, a maior prisão a céu aberto, nas palavras de Nicolas Sarkozy, em 2007, está prestes a tornar-se no maior cemitério a céu aberto por conta de decisões estúpidas executadas por pessoas estúpidas. Em alguma sala, alguém aventou a ideia horrível de vingança, irracional, criminal. A monstruosidade terá sido acolhida como criança recém-nascida, linda e comovente, como um mistério profundo. Lábios esticados em sorrisos, troca de olhares cúmplices e certamente acenos de consentimento. É sempre assim, mas desta vez era preciso ir além, radicalizar a Lei do Talião para torná-la ainda mais terrível. Terrível como terrorismo.

O Estado deve combater o terrorismo, não agir como terrorista. Um Estado que age como terrorista, comete terrorismo de Estado e torna-se de fato terrorista. Terrorista que deve ser combatido com todo o rigor da Lei. Tortura, nunca mais. Desaparecimentos, nunca mais. Censura, nunca mais. Ao contrário de grupo terrorista que se põe à margem do Direito, o Estado, que é a própria expressão do Direito, não pode ser terrorista. Por isso cabe perguntar: é lícito manter 2,3 milhões de pessoas em prisão a céu aberto? É lícito exercer um bloqueio que já dura mais de 16 anos em Gaza? É lícito ignorar as resoluções do Conselho de Segurança?

Deve ser, pois, se não fosse, o autoproclamado guardião dos valores ocidentais, a liberdade, a democracia e a justiça, os Estados Unidos da América, a maior potência econômica, financeira e militar do planeta Terra, teria levantado a sua poderosa voz, enviado seus enormes porta-aviões, aplicado sanções econômicas e financeiras e promovido uma imparável campanha de cancelamentos, idiota mas eficaz, para os seus propósitos. Na história da América Latina seria tedioso alistar as inúmeras intervenções dos EUA em nome daqueles valores e princípios, ao menos na interpretação de um grupo de pessoas acobertadas pelo poder da força. A guerra na Ucrânia é apenas o penúltimo exemplo da força do poder, que é o inverso, mas é a mesma coisa.

Na quarta-feira, dia 18 de outubro, o CS reuniu-se de novo, desta vez para considerar projeto de resolução de iniciativa do Brasil, que detém, neste sombrio mês de outubro, a presidência do Órgão.

O projeto é uma brilhante peça da diplomacia brasileira, coordenando os trabalhos, contemplando visões distintas, acomodando preocupações, buscando o equilíbrio e o consenso. Com a nítida percepção de que o projeto russo faria água, não por conta de sua substância, mas pelos entraves que seriam levantados contra qualquer proposta vinda daquele país, o desafio era construir um texto sólido, limpo, moralmente inatacável, como num jogo de encaixe lógico.

No preâmbulo, recorda, primeiro, o conjunto de resoluções relevantes do CS, apoiado por todos os membros das Nações Unidas, salvo EUA e Israel²⁰. Depois, reafirma que qualquer ato terrorista é criminoso e injustificável. Terceiro, manifesta preocupação com a escalada da violência e seu impacto sobre a população civil. Quarto, expressa sensibilidade com a grave situação humanitária. Quinto, reitera a visão de dois Estados democráticos convivendo lado a lado, em paz. Sexto, recorda que somente mediante o diálogo e o entendimento, com base nas resoluções relevantes do CS, será possível alcançar solução duradoura. Como se vê, o texto parece, e é, à prova de críticas, ainda que os EUA poderiam levantar Himalaias de objeções.

Na parte resolutiva, o projeto fez propostas de caráter humanitário, razoáveis por tanto. Propôs a condenação de toda violência contra civis. Rejeitou de maneira inequívoca o ataque terrorista hediondo do Hamas. Apelou para a soltura incondicional de todos os reféns. Pediu que as Partes se mantivessem no estrito cumprimento das obrigações previstas no Direito Internacional²¹. Reclamou a urgente e necessária provisão de bens e serviços para a população civil. Demandou a rescisão imediata da ordem de evacuação da população civil. Pediu *pausas humanitárias* (dos bombardeios, presume-se) para permitir a entrada de equipes de assistência médica e de socorro às vítimas de soterramento. Ressaltou a importância de proteção de unidades pertencentes às Nações Unidas e aos abrigos humanitários. Pediu proteção aos profissionais de saúde e às pessoas envolvidas em atividades humanitárias, bem como a seus equipamentos, veículos, hospitais e centros de saúde. Enfatizou a necessidade de evitar que o conflito se alastre para toda a região do Oriente Médio.

Antes da votação, a Rússia solicitou a incorporação de duas emendas. A primeira, pedia a substituição de *pausas humanitárias*, na parte resolutiva, por *cessar-fogo imediato e duradouro*. A segunda, solicitava interrupção imediata dos ataques contra a população civil. De novo, as duas emendas pareciam inatacáveis, ao menos do ponto de vista da população civil. E de novo, países ocidentais a elas se opuseram, não por conta da substância, que espelha os valores e princípios inscritos na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos

²⁰ Ver a lista completa de resoluções em : [List of United Nations resolutions concerning Israel](#)

²¹ Os autores do projeto talvez tenham sido levados por entusiasmo ao não considerar que, por estar à margem do Direito, uma organização terrorista não está sujeita a obrigações.

Humanos, mas pela vergonha que representaria conceder a derrota ante o que poderia parecer como um xeque mate de caráter moral.

As cartas já estavam marcadas. Passou-se, então, à votação. Dando prova da solidez da proposta, 12 países votaram a favor, um em contra (EUA) e dois se abstiveram (Rússia e Reino Unido).

A regra do CS para aprovação de projetos de resolução é clara. São necessários ao menos 9 votos a favor e nenhum em contra de Estado-membro permanente. O voto contrário dos EUA foi a bala que matou o projeto, o bombardeio que arrasou quarteirões, o desabamento de estruturas de concreto e ferro sobre a pele fina e olhos assustados, a possibilidade de ajuda humanitária e a interrupção do mata-leão aplicado sobre Gaza, tão eficiente para matar por estrangulamento.

Não cabe aqui fazer comentários sobre as objeções da Representante Permanente dos EUA. Essas e outras terão que ser feitas ante a suas próprias consciências, pois como disse o Representante Permanente do Brasil: *Lamentavelmente, muito lamentavelmente, o Conselho foi de novo incapaz de adotar uma resolução.*

Que outra demonstração é preciso para dar-se conta que as estruturas institucionais de 1945 já não mais atendem às necessidades deste século XXI atolado em crises profundas que põem em questão a humanidade de nossas ações?

Não perguntem por quê a Agenda 2030 e os ODS, a Convenção sobre mudança de clima e o Acordo de Paris, a Convenção sobre direito ao desenvolvimento e todo o edifício dos direitos humanos – não funcionam. Não perguntem por que este mundo é tão cruel e injusto. São políticas e decisões que não consideram o impacto que podem ter sobre a vida das pessoas e, por isso, se tornam cruéis e criminosas, ainda quando seus efeitos possam estar a milhares de quilômetros de distância. Políticas desumanas que podem nos extinguir. Políticas desumanas, aprovadas por pessoas que vão desfazendo a própria humanidade. Todo o mistério e a grandeza do Universo pendurada a ações estúpidas executadas por pessoas estúpidas. É de fato lamentável, mas ninguém tem culpa. O inferno está vazio.

Frente à crescente desumanização, à surdez e à cegueira imperante, a *World Federation of Public Health Association (WFPHA)*, entidade que congrega mais de 130 países e representa mais de 5 milhões de sanitaristas de todo mundo, enviou carta aberta²² às mais altas autoridades políticas, sanitárias e religiosas envolvidas nesse conflito com vistas a pedir, mais uma vez, o cessar-fogo imediato para permitir o socorro às vítimas.

Até o presente, a carta não obteve resposta de nenhum de seus destinatários. Pronto será meia noite.

22

<https://kdrive.infomaniak.com/app/share/141741/8c4e56c4-6620-4c77-8095-e967707d8c8a/files/61821/preview/pdf/67085>

A mão e a luva (de ferro)²³

Adhemar Bahadian

Ramiro Saraiva Guerreiro, Embaixador e ex-Chanceler, costumava dizer que o Brasil não precisava do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas o Conselho de Segurança precisava do Brasil. Na época, os críticos de Guerreiro atribuíam esta postura a uma excessiva cautela, pois desde sempre o ingresso do Brasil no Conselho de Segurança dependia de múltiplos fatores que até hoje se manifestam e, talvez, se tenham agudizado.

Quando se olha o trabalho desenvolvido pelo Brasil nas últimas semanas, só os radicais de sempre poderiam persistir na convicção de que a frase de Guerreiro seria apenas um meio elegante de silenciar os defensores de uma ampliação do Conselho de Segurança, dentre os quais muitos de seus assessores diretos, então jovens diplomatas de minha geração.

A resolução apresentada pelo Brasil, na qualidade de Presidente do Conselho de Segurança, será objeto de estudos e análises por todas as chancelarias profissionais, pois ela desnudou todo o tecido inextricável do conflito entre a luva da Diplomacia e o punho do realismo do Poder.

Desde Mauro Vieira, Celso Amorim, Maria Laura, nossos diplomatas em Brasília, em Israel, na faixa de Gaza, na Missão na ONU - a começar pela sóbria e inteligente atuação de Sergio Danese - o Brasil mostrou o alto grau de profissionalização que imprimimos ao mandato que nos foi entregue pela comunidade internacional numa das horas mais incendiárias da humanidade.

A dedicação de Lula a orientar os tempos e passos de nossa Diplomacia, seu incansável esforço de falar com ouvidos moucos e insensíveis ao drama humanitário que se desenrola diante de nós todos não terá passado despercebido à consciência do mundo e nos faz pensar sobre a fragilidade comprometida do Direito Internacional, a anomia da ONU e sobre os riscos que todos corremos quando a sinfonia macabra da guerra ocupa o proscênio com o coro hobbesiano de lobos ensandecidos.

Não pretendo aqui juntar-me às análises, de um lado e de outro, sobre as razões de tão infeliz momento em nossa história dita civilizada. Sei apenas que ressurgem, com o mesmo bafo agônico de vampiros, as teses a demolir o Direito Internacional, tornando-o uma luva de ferro a envolver o punho da guerra.

Apenas, se comprova a visão de que uma reforma do Conselho de Segurança não começa nele e talvez sequer com ele. Hoje, há uma escandalosa divergência entre o chamado direito internacional e o que se chamava Direito da Gentes ou dos povos civilizados. Ao longo dos anos, o Direito Internacional, com força mandatária, se vincula ao direito dos mais fortes e isso se revela não só no Conselho de Segurança, mas também em outros foros internacionais.

Constrange a deturpação do sistema econômico internacional, sobretudo depois da criação da OMC e nela, o Acordo Trips, que transformou as regras de Propriedade Intelectual dos Fármacos num oligopólio de grandes empresas transnacionais em detrimento do acesso a medicamentos e a vacinas, como vimos na Pandemia do Covid. Um escândalo em nome de um

²³ Publicado originalmente na edição online do **Jornal do Brasil** de 22/10/2023. Transcrito pelos Cadernos com expressa autorização do Autor.

escandaloso Direito Internacional feito sob medida para enriquecer abusivamente um poderoso grupo de pressão, com lobistas suficientemente bem pagos no Congresso americano. Lembra a Diplomacia do Dólar. Ou das canhoneiras. Em defesa do livre-comércio.

De todo este lamentável episódio, resta uma tênue esperança: a de que a não menção do nome do primeiro -ministro de Israel no discurso de Biden ao povo americano possa ser entendido como apoio à comunidade judaica interessada no fim da guerra e na criação de um Estado Palestino, como forma de real pacificação do problema a se arrastar desde o início dos anos quarenta do século passado.

Vou dormir neste sábado, porém, com mais uma preocupação, esta infelizmente bem perto de nós, na Argentina, onde espero a praga deste fenômeno chamado populismo autoritário não nos traga ainda mais problemas.

Recomendo, como canção de ninar, na voz original de seu autor, “O Mundo é um Moinho” de Cartola.

Saúde nos territórios palestinos ocupados: estruturas precárias agravadas pela agressão israelense

Gabriel Semerene

Contexto histórico

A Palestina histórica é uma região que esteve sob o domínio de diversos impérios ao longo da história, em razão de sua posição geográfica central, de seu caráter sagrado para as três maiores religiões abraâmicas e outros fatores. O mesmo território foi historicamente designado por outros nomes, como Canaã, Terra de Israel, Judeia, entre outros.

A cultura palestina reflete a miscigenação resultante dos diferentes povos que exerceram autoridade sobre o território historicamente. Sua língua majoritária é o árabe levantino, variante do árabe compartilhada com outros países do chamado *Bilad al-Sham*, a saber a Palestina, o Líbano, a Jordânia e a Síria. Esta variante contém um importante substrato aramaico, idioma dominante antes da conquista árabe no século XII, e incorpora elementos de línguas como o turco e línguas europeias. A sociedade palestina abriga considerável diversidade religiosa, sendo as religiões mais expressivas o islã e o cristianismo.

Sob domínio otomano de 1516 a 1918, a Palestina foi invadida pelo Império Britânico após a Primeira Guerra Mundial. A Liga das Nações concedeu um mandato sobre a Palestina aos britânicos, sob o pretexto de guiar a população local “até o momento em que eles fossem capazes de se administrar sozinhos”²⁴. Antes do estabelecimento do mandato, em 1917, o secretário de relações exteriores britânico Arthur Balfour emitiu uma declaração em apoio à criação de um Estado judeu na Palestina. Tratava-se de uma demanda do movimento sionista, nascido na Europa, em reação à judeofobia escalante no continente.

Durante o mandato britânico, intensificou-se a imigração de judeus europeus na Palestina. A proporção de judeus passou de 8,1% em 1918 a 30% em 1946²⁵. Em 1947, foi aprovado, sem consultação do povo palestino, o plano da ONU para a partilha da Palestina, dividindo o território da Palestina histórica em dois Estados, um judeu e o outro árabe. A cidade de Jerusalém, segundo o plano, deveria tornar-se uma área internacional (*corpus separatum*)²⁶.

No entanto, em maio de 1948, Israel declarou a sua independência promovendo a limpeza étnica da população nativa, expulsando 750 mil palestinos e palestinianas de suas terras ancestrais e matando 15 mil²⁷. Conhecido sob o nome de Nakba - “catástrofe” em árabe - este evento marcou o início da luta anticolonial palestina, contexto no qual se inscreve a situação atual.

²⁴ https://avalon.law.yale.edu/20th_century/leagcov.asp#art22 [todos os links consultados no dia 22/10/2023]

²⁵ <https://www.jewishvirtuallibrary.org/jewish-and-non-jewish-population-of-israel-palestine-1517-present>

²⁶ <https://www.palquest.org/en/highlight/159/un-partition-plan-1947>

²⁷ <https://imeu.org/article/quick-facts-the-palestinian-nakba>

Divisões geográficas e políticas atuais

Os chamados Territórios Palestinos atuais são o resultado das guerras regionais subsequentes à criação do Estado de Israel e a limpeza étnica da população palestina. A Cisjordânia, inicialmente anexada pela Jordânia, foi ocupada por Israel em 1967, conjuntamente à Faixa de Gaza, administrada pelo Egito até então. Jerusalém foi inteiramente anexada por Israel.

A ocupação israelense da Cisjordânia continua desde então - a mais longa ocupação militar da história moderna. Na Faixa de Gaza, no entanto, a ocupação foi terminada em 2005, seguindo proposta do então Primeiro Ministro israelense Ariel Sharon. As 21 colônias judias lá estabelecidas foram demolidas e a gestão do território deveria ser responsabilidade da Autoridade Palestina. Imediatamente após a retirada, entretanto, Israel impôs um cerco terrestre e marítimo sobre Gaza, em vigor até hoje. Apesar da retirada terrestre das forças de ocupação israelenses, Gaza ainda é considerada território ocupado pelo direito internacional²⁸.

A eleição geral palestina em janeiro de 2006, a segunda prevista no quadro dos acordos de Oslo, resultou na vitória do Hamas, organização política e militar que se recusa a aceitar o estabelecimento de um Estado palestino sobre 22% do território da Palestina histórica, como previsto nos acordos de Oslo²⁹. Israel, que considera o Hamas uma organização terrorista, reagiu com intervenções militares na Cisjordânia e em Gaza, prendendo 49 quadros do Hamas, inclusive 33 parlamentares, além de impor rigorosas sanções à Autoridade Palestina.

A situação levou a um conflito militar entre o Fatah e o Hamas, culminando na batalha de Gaza em junho de 2007. O Hamas tomou o controle da Faixa de Gaza e lá estabeleceu um governo autônomo. O cerco israelense foi reforçado após este evento.

Estruturas de saúde nos Territórios Palestinos antes do 7 de outubro 2023

O acesso a serviços de saúde da população palestina varia não apenas em função da repartição geográfica, mas também das diferentes categorizações sociais e políticas. Os palestinos com cidadania do Estado de Israel (também chamados “palestinos de 1948” ou “palestinos de dentro”), assim como aqueles de Jerusalém Oriental que possuem o status de residentes, têm acesso ao sistema de saúde israelense. É também o caso de 80 mil palestinos da Cisjordânia autorizados a trabalhar no território israelense, ainda que existam barreiras significativas no acesso ao sistema de saúde por essa parcela da população³⁰.

Já na Cisjordânia e em Gaza, a divisão principal é entre aqueles que detêm o status de refugiados e o restante da população. Segundo a UNRWA (Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente), há mais de 871 mil refugiados na Cisjordânia, ou aproximadamente 30% da população palestina local. Em Jerusalém Oriental, refugiados são mais de 63 mil. Na Faixa de Gaza, a proporção de refugiados chega a quase 80% - 1,8 milhão de uma população total de 2,3 milhões³¹.

²⁸ <https://www.ochaopt.org/>

²⁹ <https://imeu.org/article/oslo-timeline-20-years-of-failed-us-led-peace-talks>

³⁰

³¹ https://www.unrwa.org/sites/default/files/west_bank_-atlas_2021_for_external_use_a4.pdf

Detentores do status de refugiado podem acessar os serviços de saúde fornecidos pela UNRWA. O restante da população depende de um sistema complexo envolvendo atores estatais, ONGs e organismos privados.

1 - Cisjordânia

Os acordos de Oslo, de 1993, estabeleceram que a Autoridade Palestina deveria assumir o fornecimento de serviços de saúde na Cisjordânia e na Faixa de Gaza - então ainda ocupada por Israel. No entanto, esta transferência de competência deveria vir acompanhada da retirada israelense dos territórios ocupados, o que não ocorreu.

Segundo a constituição de 2003 e a lei de saúde pública, o Ministério da Saúde da Autoridade Palestina é responsável pela regulação do sistema de saúde e por assegurar o acesso a serviços de saúde primários, secundários e terciários³². No entanto, há obstáculos significativos causados por crises fiscais e pelos limites estruturais impostos pela ocupação.

Ainda assim, a capacidade do Ministério da Saúde conheceu um considerável desenvolvimento, tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo. 63,9% do setor primário e 54,3% dos leitos estão sob o Ministério da Saúde, que conta com programas específicos para diferentes comunidades. Outros atores, como a UNRWA, o setor privado e ONGs, asseguram parte significativa dos cuidados em saúde.

Palestinos com status de refugiados têm direito de acessar os serviços de saúde da UNRWA. A agência conta com 43 centros de saúde e fornece principalmente serviços primários, dependendo de outros agentes de saúde para serviços secundários e terciários³³. A situação humanitária decorrente da ocupação cria uma alta dependência de doadores internacionais para o mantimento do setor de saúde.

2 - Faixa de Gaza

Na Faixa de Gaza, desde 2007, o setor da saúde é gerido pelo Ministério da Saúde do governo liderado pelo Hamas. O declínio socioeconômico causado pelo bloqueio israelense a Gaza, além dos frequentes bombardeios por parte das Forças de Defesa Israelenses aos quais o território é submetido, gerou uma severa precariedade em termos de infraestrutura e treinamento de pessoal médico.

A dependência aos serviços primários de saúde da UNRWA é significativamente maior na Faixa de Gaza, onde, segundo a OMS, 83% da população recorrem regularmente aos cuidados médicos fornecidos nos 22 centros de saúde da agência da ONU. Os cuidados secundários e terciários são assegurados pelo serviço público e ONGs como a Cruz Vermelha e Crescente Vermelho Internacional e os Médicos sem Fronteiras³⁴.

Hospitais e centros de saúde dependem de insumos oriundos do exterior, frequentemente impedidos de entrada pelo cerco israelense. Palestinos de Gaza que necessitem cuidados indisponíveis no território devem solicitar permissão de Israel para deslocarem-se à Cisjordânia, o que muitas vezes não é concedido³⁵. Israel controla o fornecimento de água e

³² <http://www.hdip.org/public%20health%20law%20English.pdf>

³³ https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA76/A76_15-en.pdf

³⁴ *ibid.*

³⁵ https://www.btselem.org/gaza_strip/20230404_in_2022_too_israel_prevented_thousands_of_palestians_in_need_of_medical_care_from_leaving_gaza_for_treatment

eletricidade, recursos escassos já antes do início dos bombardeios em 7 de outubro de 2023, debilitando as capacidades dos centros de saúde e hospitais na Faixa de Gaza.

Situação desde o início dos bombardeios israelenses em Gaza e agressões na Cisjordânia

Em reação aos ataques perpetrados pela ala militar do Hamas no território israelense em 7 de outubro de 2023, Israel intensificou o cerco a Gaza, cessando inteiramente o fornecimento de água e eletricidade e impedindo a entrada de alimentos, combustível e quaisquer outros bens. Isto resultou numa crise sanitária imediata. As vidas de milhares de pacientes dependentes de equipamento médico para sobreviver, incluindo 130 bebês prematuros em incubadoras³⁶, foram instantaneamente ameaçadas. Médicos veem-se obrigados a efetuar procedimentos cirúrgicos no escuro e sem anestesia. A total falta de água impossibilita procedimentos básicos de higiene. Sete centros de atenção básica no norte de Gaza e o hospital al-Yaman al-Sa'id já tiveram de encerrar suas atividades por conta da falta de combustível. A escassez de combustível também afeta ambulâncias³⁷.

Israel ordenou a evacuação de 24 hospitais³⁸, dos quais 22 na parte norte da Faixa de Gaza, incluindo a cidade de Gaza³⁹. Ao menos 28 profissionais de saúde foram mortos e um número maior, feridos. A evacuação de hospitais e o deslocamento de pacientes do norte de Gaza para o sul coloca em perigo as vidas de milhares de pacientes, além do fato de hospitais da parte sul já estarem além de suas capacidades e, portanto, não serem capazes de abrigar os pacientes deslocados. Hospitais da parte sul, como um em Rafah, fronteira com o Egito, também receberam ordem de evacuação⁴⁰.

Sob ataques indiscriminados atingindo milhares de civis, o consumo de medicamentos e equipamento médico diário supera o consumo mensal antes das agressões. Soma-se a isto a proibição por Israel à entrada de medicamentos. A falta de medicamentos não afeta somente aqueles em situação emergencial ou necessitando cirurgias, mas também 350 mil pacientes que dependem de tratamentos frequentes, como hemodiálise, tratamentos para patologias cardiovasculares, cuidados obstétricos, etc. Os bancos de sangue observam uma penúria de sangue para transfusão.

A ocupação média atual dos hospitais na Faixa de Gaza é de 97% dos leitos. No hospital al-Shifa, a ocupação chega a 110% dos leitos, e os hospitais Shuhada al-Aqsa e Abu Yousef al-Najjar relataram atingir 100% de suas capacidades. Leitos adicionais improvisados foram instalados em tendas, corredores e qualquer espaço disponível, aumentando o risco de infecções nosocomiais. A falta de equipamentos e produtos de higienização deve agravar este quadro. Os raros pacientes com licença de deslocamento para tratamento médico não podem mais acessar hospitais na Cisjordânia, Jerusalém oriental e Israel.

O deslocamento forçado provocado pela ordem de evacuação israelense, com 1,4 milhão de pessoas forçadamente deslocadas, aumentou significativamente a densidade

³⁶ <https://www.aljazeera.com/news/2023/10/22/over-100-incubator-babies-at-risk-due-to-israels-fuel-cuts-to-gaza-un>

³⁷ https://www.emro.who.int/images/stories/palestine/oPt-emergency-situation-reportissue_5.pdf?ua=1

³⁸ <https://www.aljazeera.com/news/2023/10/20/defying-bone-crushing-exhaustion-gazas-doctors-work-despite-israels-war>

³⁹ <https://www.emro.who.int/media/news/evacuation-orders-by-israel-to-hospitals-in-northern-gaza-are-a-death-sentence-for-the-sick-and-injured.html>

⁴⁰ https://www.emro.who.int/images/stories/palestine/oPt-emergency-situation-reportissue_5.pdf?ua=1

populacional do sul da Faixa de Gaza. Abrigos estão sobrecarregados, a água está contaminada e houve danos à infraestrutura de saneamento. Observadores temem uma epidemia de cólera e outras doenças em breve⁴¹.

A saúde mental dos habitantes da Faixa de Gaza está gravemente comprometida. Profissionais de saúde e socorristas relatam exaustão, tanto pelas longas horas trabalhadas quanto pelas difíceis condições de trabalho. Especialistas em saúde mental, já raros anteriormente, deparam-se com casos complexos de trauma⁴².

Pacientes com câncer, num território onde aproximadamente 2000 casos são diagnosticados por ano, não têm mais acesso a tratamentos, especialmente desde que o principal hospital oncológico, o Hospital da Amizade Turca, ficou sem combustível para seus geradores elétricos.

Com 65% dos centros de atenção primária da UNRWA e do Ministério da Saúde inoperantes, sobretudo no norte da Faixa de Gaza, as 20 mil consultas diárias em atenção primária foram severamente reduzidas. Com 50 mil mulheres grávidas, os quase 200 partos por dia estão sendo feitos sob condições inseguras⁴³.

Na Cisjordânia, incluindo Jerusalém ocidental, verifica-se um intenso aumento de violência, sobretudo em ataques de colonos israelenses, protegidos pelas forças de ocupação, sobre palestinos. Tais ataques já eram frequentes anteriormente, como testemunhou a cidade palestina de Huwara, onde colonos israelenses atearam fogo em casas e carros em fevereiro de 2023⁴⁴. Hospitais locais também estão sobrecarregados dado o alto índice de feridos, e quase 100 palestinos já foram assassinados na Cisjordânia desde 7 de outubro de 2023.

Israel impôs um cerco efetivo à Cisjordânia, onde o movimento da população já era severamente restrito em razão da ocupação. Ambulâncias e clínicas móveis enfrentam a impossibilidade de transitar dentro de e entre cidades da Cisjordânia. Mais de 1000 palestinos da Faixa de Gaza que obtiveram permissão para trabalhar em Israel foram expulsos e reclusos na Cisjordânia, onde necessitam atendimento médico⁴⁵.

Já houve ao menos 136 ataques a estruturas de saúde, sobretudo em Gaza, mas também na Cisjordânia. No dia 17 de outubro, o hospital batista al-Ahli Arab foi alvo de um bombardeio, matando centenas de pessoas, em grande parte crianças. A autoria do ataque é disputada. Outros 17 hospitais foram danificados, assim como 23 ambulâncias, inclusive durante o deslocamento forçado do norte ao sul da Faixa de Gaza. Mecanismos de organização e comunicação na rede de saúde não estão mais operantes.

Na Cisjordânia, relatam-se 77 ataques a serviços de saúde, afetando 61 ambulâncias, incluindo 42 ataques envolvendo a obstrução do fornecimento de cuidados. 43 casos de violência física a profissionais da saúde, 15 detenções de profissionais de saúde e ambulância e 9 buscas militares em estruturas de saúde. Carros privados são utilizados no lugar de

⁴¹<https://www.aljazeera.com/news/2023/10/21/gazas-next-big-threat-cholera-infectious-diseases-amid-total-blockade>

⁴²https://www.emro.who.int/images/stories/palestine/oPt-emergency-situation-reportissue_5.pdf?ua=1

⁴³ *ibid*

⁴⁴<https://www.aljazeera.com/gallery/2023/2/27/photos-israeli-settlers-rampage-in-northern-west-bank>

⁴⁵https://www.emro.who.int/images/stories/palestine/oPt-emergency-situation-reportissue_5.pdf?ua=1

ambulâncias, em razão das capacidades limitadas, sem a proteção da identificação como veículos transportando pacientes⁴⁶.

Conclusão

Apesar da mobilização humanitária por parte da OMS e outros organismos e doadores internacionais, a ajuda humanitária ainda é escassa. No dia 21 de outubro, 20 caminhões transportando bens de assistência humanitária foram autorizados por Israel a entrar no território, dos quais apenas dois contendo insumos médicos. Tal número, no entanto, está muito aquém do necessário. A quantidade de água distribuída, por exemplo, corresponde a apenas 1% da demanda⁴⁷.

O corte total de água e eletricidade por parte do Estado de Israel é contrário ao direito internacional e pode constituir crime de guerra⁴⁸. Como potência ocupante, Israel tem o dever de “assegurar higiene e padrões de saúde pública suficientes, assim como o fornecimento de alimentos e cuidados médicos para a população sob ocupação”⁴⁹.

⁴⁶ *ibid*

⁴⁷ <https://www.commondreams.org/news/gaza-aid-rafah-crossing>

⁴⁸ <https://www.amnesty.org.uk/press-releases/israelopt-israel-must-lift-illegal-and-inhumane-blockade-gaza>

⁴⁹ <https://www.icrc.org/en/doc/resources/documents/misc/634kfc.htm>

**Uma em cada 23 pessoas no mundo precisa de assistência humanitária e proteção.
Onde falhamos?**

***One in every 23 people in the world needs humanitarian assistance and protection.
Where did we fail?***

Lúcia Marques

Resumo: Sobram urgências, faltam empatia e respeito ao direito humano. No mundo, uma em cada 23 pessoas precisa de assistência humanitária e proteção. Os direitos humanos estão cada vez mais atingidos. A população mais vulnerável, em especial mulheres e crianças, são as que mais sofrem. A escalada do **conflito Israel – Hamas** alcançou proporções catastróficas e pode se alastrar por outras partes da região, que já enfrentava alguns dos piores desastres humanitários do mundo. Até agora os apelos das Nações Unidas, incluindo da OMS, e de muitos países, para que as partes encerrem as hostilidades e garantam a proteção de civis, profissionais de saúde, pacientes e instalações de saúde, como manda o Direito Internacional Humanitário, têm encontrado ouvidos surdos. Será falta de capacidade de entender e conviver com as diferenças: diferenças de fé, diferenças de opiniões, diferenças de etnias? Só o respeito e a humanidade podem derrotar o ódio insuflado por extremistas, pelos senhores da guerra e das armas, pela islamofobia, pelo antissemitismo, xenofobia!

Palavras chaves: Assistência humanitária, direitos humanos, OCHA, Territórios Palestinos

Abstract: *There are plenty of emergencies, there is a lack of empathy and respect for human rights. Worldwide, one in every 23 people needs humanitarian assistance and protection. Human rights are increasingly affected. The most vulnerable population, especially women and children, suffer the most. The escalation of the Israel-Hamas conflict has reached catastrophic proportions and could spread to other parts of the region, which have already faced some of the worst humanitarian disasters in the world. So far, calls from the United Nations, including the WHO, and many countries, for the parties to end hostilities and ensure the protection of civilians, health professionals, patients, and health facilities, as required by international humanitarian law, have been met with deaf ears. Is there a lack of ability to understand and live with differences: differences of faith, differences of opinions, differences of ethnicity? Only respect and humanity can prevent the hatred instilled by extremists, war and arms lords, Islamophobia, anti-Semitism, and xenophobia!*

Keywords: *Humanitarian assistance, human rights, OCHA, Occupied Palestinian Territories “*

Nossa humanidade está sendo testada à frente de nossos interesses, e a profundidade de nossa fé no valor do homem e seu direito de viver são colocados à prova”.⁵⁰

⁵⁰ Presidente egípcio, Abdel Fattah El Sisi, em seu discurso de abertura na Cúpula do Cairo para paz nos Territórios Palestinos e Israel. [El Sisi pede aos líderes mundiais que trabalhem no cessar-fogo de Gaza e na ajuda sustentada aos palestinos \(thenationalnews.com\)](https://thenationalnews.com)

São mais de 347 milhões de pessoas precisando de proteção e assistência humanitária.⁵¹ É um número considerável de pessoas. A informação é [da OCHA](#), Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários. Parte delas vive as consequências das crises climáticas e econômicas – poucos são os eventos naturais. Outra parte vive as consequências das perseguições étnicas e outras fobias, dos conflitos e guerras. Todas, consequências de ações humanas, direta ou indiretamente. Onde falhamos?

Sobram urgências, faltam empatia e respeito ao direito humano. O compromisso tímido – ou falta de vontade - firmado pela maioria dos países desenvolvidos nas declarações finais das últimas COPs e em outras cúpulas ligadas à Biodiversidade, Oceanos, Água, Plásticos, demonstra que interesses econômicos e de poder estão acima dos interesses para o bem da humanidade.

Há quase dois anos, o mundo assistiu o início da guerra na Ucrânia e acompanhou centenas de civis buscando asilo nos países vizinhos e muito racismo étnico e xenofobia, gerando comoção. Quase ignorando que havia outras guerras e muitos deslocados e refugiados em outras regiões do mundo.⁵²

Nestes dois anos, milhões de pessoas foram deslocadas, presas e condenadas à morte ou mortas nos conflitos, principalmente na Região Mena, no Sahel e no Sul da Ásia. Regiões onde, simultaneamente, as populações também enfrentam os eventos cada vez mais extremos das mudanças climáticas - inundações, incêndios, secas severas. Alguns países ainda vivenciam catástrofes naturais, como os recentes terremotos na Turquia, Síria e Afeganistão. A população mais vulnerável, em especial mulheres e crianças⁵³, são as mais atingidas.

Regiões onde a maioria dos países são *não desenvolvidos* e o parco orçamento é dividido entre reconstruir infraestruturas destruídas pela natureza ou pelos conflitos e oferecer proteção social e educação e ainda construir resiliências.



Áreas de atuação da OCHA. Em azul, os Territórios Palestinos. Fonte: <https://www.unocha.org/>

⁵¹ População mundial 2023: 8 bilhões. <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/situacao-da-populacao-mundial-2023-8-bilhoes-de-vidas-infinitas-possibilidades>

⁵² Marques, L. 2022. **A urgência dos refugiados vai além da Ucrânia. são milhões de pessoas deslocadas por conflitos no Oriente Médio, na Ásia Sudeste e no Sahel.** In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 4-2022, p. 154-162.](#)

⁵³ As crianças são as mais afetadas: fora da escola, desnutrição, gerando atraso no desenvolvimento intelectual e físico. Gerações perdidas.

A guerra na Ucrânia ainda não terminou e já acompanhamos uma nova guerra envolvendo Israel e o Território Palestino Ocupado, cuja escalada preocupa. Um drama que atingiu proporções catastróficas e pode se alastrar por outras partes da região, que já enfrentava alguns dos piores desastres humanitários do mundo. Até agora os apelos das Nações Unidas, incluindo da OMS, e de muitos países, para que as partes encerrem as hostilidades e garantam a proteção de civis, profissionais de saúde, pacientes e instalações de saúde, como manda o Direito Internacional Humanitário, têm encontrado ouvidos surdos. As imagens divulgadas nos jornais e mídias impactam. Com fronteiras fechadas, mais de dois milhões de pessoas em Gaza estão isoladas de toda ajuda, incluindo abastecimento de água, alimentos e combustível, e privadas dos direitos mais básicos. Considerando que 80% da população já necessitava de ajuda internacional, a tragédia humana só cresce.

Em janeiro de 2023, a OCHA divulgou um amplo [relatório](#) sobre os Territórios Palestinos Ocupados (TPO). O documento proporciona uma compreensão da crise nos TPO, incluindo as necessidades humanitárias mais prementes e o número estimado de pessoas que necessitam de assistência. Reúne uma base de evidências consolidada para ajudar no planejamento de respostas estratégicas conjuntas. O relatório estimou que aproximadamente 2,1 milhões de palestinos em todos os territórios ocupados necessitariam de alguma forma de assistência humanitária. Dentre as informações constantes no documento de 71 páginas, estão o contexto da crise, a escalada de hostilidades, a violência, os desastres climáticos e os impactos nos sistemas e atenção à saúde. As condições humanitárias criadas pela crise multidimensional dos TPO continuam a afetar todas as partes do território e a afetar todos os aspectos da vida palestina. Vale observar os mapas da Faixa de Gaza e da Cisjordânia nas páginas 6 e 7, respectivamente. Em janeiro de 2023, os palestinos completaram 56 anos de luta contra as consequências financeiras e emocionais da ocupação e da turbulência política em matéria de segurança.

Gaza

Neste 21 de outubro, o décimo quarto dia da guerra, depois de muita negociação, um primeiro, mas limitado, carregamento de suprimentos humanitários vitais das Nações Unidas e do Crescente Vermelho Egípcio entrou hoje em Gaza. Os 20 caminhões, passaram pela passagem de Rafah, a partir do Egito, e foram recebidos pelo Crescente Vermelho Palestino, com o apoio das Nações Unidas.⁵⁴ No dia, seguinte, um segundo comboio, com 17 caminhões, entrou em Gaza.⁵⁵ Uma pequena conquista depois de dias de negociações profundas e intensas com todas as partes relevantes para garantir que a operação de ajuda a Gaza seja retomada o mais rapidamente possível e nas condições certas. A entrada do segundo comboio foi seguida de um ataque aéreo que atingiu um prédio residencial a cerca de 200 metros da sede da ONU em Rafah na segunda-feira, matando e ferindo várias pessoas.

Como informado no Associated Press local,⁵⁶ as equipes de socorro alertaram que muito mais ajuda é necessária para enfrentar a crise humanitária em espiral em Gaza, onde metade dos 2,3 milhões de habitantes do território fugiu de suas casas. A OCHA já alertou que os primeiros caminhões de ajudam equivalem a 4% das necessidades de um dia médio antes da

⁵⁴ <https://www.unocha.org/news/un-relief-chief-welcomes-aid-convoy-gaza-says-it-must-not-be-last>

⁵⁵ <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2023/10/22/segundo-comboio-de-ajuda-humanitaria-gaza.htm>

⁵⁶ [Israel ataca Gaza depois de permitir que outro pequeno comboio de ajuda humanitária entre no enclave | AP Notícias \(apnews.com\)](#)

guerra e "uma fração do que é necessário após 13 dias de cerco completo". A Organização Mundial da Saúde informou que sete hospitais no norte de Gaza foram forçados a fechar devido a danos causados por ataques, falta de energia e suprimentos ou ordens de evacuação israelenses. A falta de combustível também prejudicou os sistemas de água e saneamento. Centenas de milhares de palestinos abrigados em escolas e acampamentos administrados pela ONU estão com falta de comida e bebendo água suja.

Um terceiro comboio chegou a Gaza. No entanto, a ONU estima que Gaza precisa de cerca de 100 caminhões por dia para atender às necessidades de seus 2,4 milhões de habitantes.

As entregas de ajuda que entram em Gaza não incluem combustível. A UNRWA (Agência das Nações Unidas de Assistência e Obras para os Refugiados da Palestina no Oriente Próximo), o maior provedor humanitário em Gaza, informou que esgotará suas reservas de combustível nos próximos três dias. O comissário-geral da UNRWA, Philippe Lazzarini, pediu a liberação de combustível, pois, "sem combustível, não haverá água, nem hospitais e padarias funcionando. Sem combustível, a ajuda não chegará às pessoas que mais necessitam. Sem combustível, não haverá assistência humanitária."⁵⁷

Cisjordânia

A fragmentação da Cisjordânia afeta profundamente a vida das pessoas e impede o desenvolvimento econômico e social da região. Segundo relatório do Banco Mundial - Women, Business and the Law 2023 (WBL2023)⁵⁸, os Territórios Palestinos têm a pior pontuação do mundo, ficando atrás do Yemen, Sudão, Afeganistão, Síria e Somália. Sofrendo ocupação israelense desde 1967, a área está dividida em 167 enclaves palestinos sob governo civil da Autoridade Nacional Palestina e mais de 230 assentamentos israelenses. O país está quase desaparecendo, com aumento dos territórios sob a ocupação de Israel, com fragmentação do território, dificultando deslocamentos de pessoas e veículos, demolições sistemáticas, intensas ações militares israelenses, milhares de deslocados e refugiados. Instabilidade que dificulta o estabelecimento de comércios e relações comerciais, gerando desemprego e déficit econômico.⁵⁹ A ESCWA publicou um relatório sobre a [situação das mulheres e meninas palestinas](#) durante o período de julho de 2020 a junho de 2022, com foco nos desenvolvimentos políticos, sociais, econômicos e de direitos humanos, com base nos dados mais recentes. As mulheres e meninas vivem uma complexa situação: enfrentam os retrocessos no contexto da ocupação israelense e também enfrentam a discriminação arraigada e violações de direitos dentro de sua própria sociedade no contexto das normas patriarcais tradicionais, dinâmicas de poder desiguais e progresso estagnado do Estado da Palestina, em relação ao alinhamento da legislação e políticas nacionais com a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), que é em parte devido à fragmentação do território palestino e à incapacidade de convocar o Conselho Legislativo Palestino.⁶⁰

⁵⁷ <https://www.unrwa.org/newsroom/official-statements/gaza-strip-fuel-running-out-without-fuel-humanitarian-response-will>

⁵⁸ [Cisjordânia e Gaza](#)

⁵⁹ Saiba mais em [UNRWA](#).

⁶⁰ Marques, L. Direitos das Mulheres e justiça de gênero na Ásia e na Região Mena. In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 4-2023, p. 193 \(189-201\)](#).

Agora, neste contexto de guerra entre Israel e Hamas, na Faixa de Gaza, a violência na Cisjordânia ocupada aumentou.⁶¹ Os colonos judeus foram armados pelos militares israelenses com armas mais sofisticadas que têm usado em seus ataques crescentes contra civis palestinos na Cisjordânia, Hany Dabasa, chefe da União Palestina dos Feridos.⁶² Além disso, pela primeira vez desde a Segunda Intifada da Palestina em 2002, aviões F-16 foram usados para atacar a região de Jenin, no norte da Cisjordânia que destruiu uma mesquita no campo de refugiados e um prédio residencial nas proximidades.

Algumas outras urgências humanitárias

Sudão

Sudão entrou em seu sexto mês de guerra civil.⁶³ O conflito que eclodiu entre as Forças Armadas Sudanesas (SAF) e as Forças de Apoio Rápido (RSF) continua a ter consequências devastadoras para os civis. Além dos milhares de mortos e feridos, milhões de pessoas fugiram em busca de segurança, tanto dentro do Sudão como através das suas fronteiras para os países vizinhos, principalmente para o Chade, o Egito e o Sudão do Sul. A crescente crise humanitária tem como pano de fundo problemas econômicos prolongados e conflitos pré-existentes em algumas partes do país.⁶⁴ Além de causar deslocamentos em grande escala, o conflito prejudicou o acesso a alimentos, água, dinheiro, combustível, cuidados de saúde e outros serviços básicos para milhões de pessoas. O número de pessoas que necessitam de assistência humanitária já chega a 24,7 milhões.

O Sudão também enfrenta uma grave escassez de água causada por apagões, escassez de combustível e falta de abastecimento. A maioria das instalações de saúde do país já não está operacional, limitando gravemente o acesso a serviços médicos urgentes para milhões de pessoas. Estes desafios são agravados pelo aumento dos preços dos alimentos, combustíveis e outros bens essenciais, bem como por surtos recorrentes de doenças, desnutrição pré-existente e insegurança alimentar aguda.

Síria

Após 12 anos de crise, a maioria dos sírios continua a enfrentar um declínio humanitário contínuo. O país ainda tem o maior número de pessoas deslocadas internamente do mundo, com 6,8 milhões de pessoas. No final de 2022, quase 7 em cada 10 pessoas na Síria necessitavam de assistência, o maior número de pessoas necessitadas desde o início da crise. No entanto, os devastadores terremotos de fevereiro de 2023 afetaram quase 9 milhões de pessoas. Os indicadores humanitários na Síria continuam a deteriorar-se. Os serviços básicos estão em colapso, há um surto de cólera em curso, os indicadores econômicos estão a piorar e os choques climáticos e de origem humana estão a agravar uma situação já terrível, tornando as pessoas ainda mais vulneráveis.

⁶¹ A organização israelense de direitos humanos B'Tselem disse à BBC que documentou "um esforço organizado dos colonos para aproveitar o fato de que toda a atenção internacional e local está focada em Gaza e no norte de Israel para tentar tomar terras na Cisjordânia". <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c97mmd970q6o>

⁶² [Israel ataca Cisjordânia usando caças F-16 em "escalada sem precedentes" \(thenationalnews.com\)](https://thenationalnews.com)

⁶³ Marques, L. **Sudão: uma guerra de vontades**. In: *Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 6-2023*, p. 176-180

⁶⁴ <https://www.unocha.org/sudan>

A OCHA⁶⁵ estima que o impacto dos terremotos recentes, das hostilidades localizadas, da crise econômica, da crise hídrica e das emergências de saúde pública, incluindo a cólera e as situações meteorológicas extremas, sejam os principais impulsionadores das necessidades humanitárias. A dinâmica geopolítica poderá ter sérias implicações nas necessidades de todo o país, especialmente no caso de não renovação da resolução do Conselho de Segurança da ONU que autoriza a prestação de assistência humanitária da ONU a partes da Síria.

O retorno do país à Liga Árabe, depois de 12 anos de suspensão, pode permitir uma melhora na situação humanitária no país, que poderá ter acesso a investimentos do Banco Islâmico de Desenvolvimento e apoio de países como Arábia Saudita e Emirados Árabes.⁶⁶ Especialmente Arábia Saudita está buscando outros caminhos para combater a droga Captagon – uma droga sintética, que causa dependência e é produzida em larga escala na Síria.⁶⁷ Originalmente fabricada na Alemanha para tratar transtornos de déficit de atenção, mas acabou se tornando um vício para os jovens e virou uma praga na região.

Yemen

Desde o início do conflito, a crise no Iêmen continua grave, com mais de 21 milhões de pessoas — dois terços da população — a necessitar de assistência humanitária. O conflito resultou no colapso econômico e na pobreza, bem como em serviços básicos inadequados devido a infraestruturas danificadas, falta de fornecimentos e de pessoal, e capacidades limitadas do sistema público.⁶⁸ Na ausência de uma solução política abrangente, não haverá ações de Estado. Estima-se que 4,5 milhões de pessoas — 14 por cento da população — estejam atualmente deslocadas, vivendo em condições precárias, com acesso limitado à habitação e à ajuda humanitária. E as inundações recentes já afetaram um grande número de pessoas. A menos que as causas profundas da insegurança alimentar sejam abordadas, a dependência das pessoas da assistência humanitária persistirá.

A retomada de relações diplomáticas entre Arábia Saudita e Irã tem permitido negociações para estabelecimento de um governo e redução da violência.

Myanmar

Dois anos após a tomada do poder militar, as perspectivas humanitárias para Myanmar continuam sombrias. O conflito entre civis e militares não para, os serviços públicos estão desorganizados e a inflação tem efeito devastador na situação financeira das pessoas. Estima-se que quase metade da população do país viva na pobreza.⁶⁹ As necessidades humanitárias pioraram e o número de pessoas deslocadas internamente aumentou para 1,6 milhões, numa população total de 56 milhões, em setembro de 2023. Apesar da terrível situação humanitária do país, as autoridades de fato estão a limitar a circulação de bens essenciais e acesso humanitário em muitas partes do país, especialmente no noroeste. A crise envolve disputa de poder e apartheid étnico. Uma etnia minoritária foi banida do país há seis anos e forma a maior

⁶⁵ https://www.unocha.org/attachments/5a13538d-a71c-4688-88c7-4f7ce8f4b4e0/hno_2023-rev-1.12.pdf

⁶⁶ Marques, L. **Três Cúpulas Estratégicas para a diplomacia da Ásia, do Pacífico e da região árabe**. In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 8-2023, p. 220 \(215-126\)](#).

⁶⁷ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/09/22/o-que-e-o-captagon-a-droga-produzida-em-massa-na-siria.ghtml>

⁶⁸ Marques, L. **A urgência dos refugiados vai além da Ucrânia**. In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 4-2022, P. 154-162](#).

⁶⁹ <https://www.unocha.org/news/todays-top-news-occupied-palestinian-territory-afghanistan-myanmar>

população apátrida do mundo – os Rohingya. Islâmicos, vivem em acampamentos em países vizinhos, especialmente em Bangladesh.⁷⁰

Um [relatório](#) da OCHA apresenta dados e análise da real situação da população no país, do sudeste asiático, faz fronteira com Índia, Bangladesh, China, Laos e Tailândia. Com 135 grupos étnicos, o país, majoritariamente budista.

Afeganistão

O [Afeganistão](#) enfrenta uma crise humanitária sem precedentes, com um sério risco de colapso sistêmico e de catástrofe humana. A retirada dos EUA do país, em agosto de 2021, permitiu a retomada do poder pelos Talibã. Desde então, o país enfrenta sanções e um rápido declínio econômico e social, especialmente no que diz respeito às mulheres e meninas, que perderam seus direitos de estudar, trabalhar e de ir e vir – só podem circular acompanhadas de um parente do sexo masculino.

O Afeganistão é também altamente propenso a riscos naturais, cuja frequência e intensidade são exacerbadas pelos efeitos das alterações climáticas. Nos últimos meses o país, agrícola, tem vivido enchentes e terremotos, trazendo mais sofrimento para a população.

Os países vizinhos e da Ásia Sul e Central têm buscado envolver o governo interino do Talibã nas discussões para desenvolvimento econômico e social do país. A estabilidade é estratégica para a região. O país tem localização estratégica para as rotas comerciais, do leste para oeste e do norte para o sul.

Líbano

O Líbano⁷¹ enfrenta uma crise econômica e financeira sem precedentes que afeta todos os residentes, incluindo refugiados e migrantes libaneses, sírios e palestinos. A crise econômica, combinada com uma governação fraca, levou ao aumento das tensões e dos incidentes de segurança. Os preços dos produtos básicos aumentaram devido à inflação e à desvalorização da moeda, e mais de metade da população do país, de 5,8 milhões, depende agora da assistência humanitária para a alimentação e necessidades básicas. Mais de 1,2 milhões de pessoas precisam de apoio para ter acesso a água potável e saneamento.⁷²

O país vive agora uma escalada de conflito na fronteira com Israel, por conta do movimento do Hezbollah para apoiar o Hamas. O governo israelense já disse que responderá à altura qualquer ataque do grupo.

Paquistão

As incessantes chuvas de monções em todo o Paquistão — as piores numa década — se somaram ao degelo das geleiras das montanhas do Himalaia e resultaram em inundações generalizadas e deslizamentos de terra em 2022. As inundações repentinas mataram mais de 1.700 pessoas, destruíram 2,9 milhões de casas e deixaram 20,6 milhões de pessoas necessitadas.⁷³ As inundações danificaram significativamente as infraestruturas, afetaram 33

⁷⁰ Saiba mais em [Cadernos Cris Fiocruz - Informe 01 - 2022](#), p. 149-158 (151).

⁷¹ https://www.unocha.org/attachments/776ae72b-ff5c-40a6-99c6-fb5f1003b65b/Escalating_Needs_Lebanon.pdf

⁷² <https://www.unocha.org/lebanon>

⁷³ Marques, L. **Paquistão: Diga qual o tamanho do ralo que posso construir para escoar essa água?** – [Cadernos Cris-Fiocruz Informe 17-2022, p. 163-173](#)

milhões de pessoas e deslocaram 7,9 milhões de pessoas. Também tiveram um impacto significativo na agricultura, inundando 9,4 milhões de acres de culturas e matando mais de 1,1 milhões de animais. As comunidades vulneráveis que ainda sofrem com o impacto das cheias necessitam de acesso fiável a serviços essenciais, como cuidados de saúde, nutrição, educação, proteção, higiene e saneamento.⁷⁴

Um ano depois, a inflação subiu para 38%, mergulhando milhões de pessoas na pobreza. A insegurança alimentar também está em alta. Os meios de subsistência levados ainda não voltaram. Um ambiente macroeconômico desafiador, um mercado de trabalho deteriorado, remessas mais baixas e preços recordes de alimentos e energia continuam a agravar os impactos do desastre sem precedentes.

No entanto, um programa de obras públicas comunitárias apoiado pelo Banco Mundial, aplicado em uma das quatro províncias do Paquistão, visa restauração da infraestrutura danificada e, ao mesmo tempo oferecer renda urgentemente necessária para famílias vulneráveis.⁷⁵ O programa adota uma abordagem voltada para a comunidade - os próprios moradores decidem quais estradas, instalações de água ou outros ativos devem ser reabilitados. Os trabalhadores recebem seus salários diretamente em suas contas bancárias, muitas das quais foram abertas por moradores que antes não tinham suas contas. Por meio de uma combinação de dados governamentais e um processo consultivo, os moradores pobres e mais vulneráveis são priorizados a participar. O programa aplica uma abordagem de adaptação liderada pela comunidade, reabilitando a infraestrutura de forma resiliente ao clima, utilizando materiais e conhecimento locais.

Líbia

Localizada no norte da África, a Líbia sofreu recentemente enchentes devastadoras que causaram a morte e o desaparecimento de milhares de pessoas. A tempestade Daniel trouxe o maior índice de precipitação já registrado, quebrando barragens e devastando áreas completamente pela água. Esse desastre natural está tornando a vida de dezenas de milhares de refugiados e deslocados internos na Líbia ainda mais precária. A Acnur – Agência para Refugiados da ONU - estima que mais de 300 mil pessoas precisem de ajuda humanitária.⁷⁶

O país, rico em petróleo e água, ainda não havia se recuperado da intervenção da OTAN, em 2011, após uma guerra civil, que derrubou e matou o ex-líder do país, Muamar Gadafi, depois de quatro décadas de tirania. Como resultado, a Líbia está passando por um processo de reconstrução política e é regida sob uma constituição provisória elaborada pelo Conselho Nacional de Transição.

No tabuleiro da geopolítica

Cúpula do Cairo

Inimigos, ex adversários e aliados no Oriente Médio [se reuniram no Cairo](#) para discutir o cessar-fogo em Gaza e ajuda humanitária aos palestinos. Foi um raro momento de alinhamento na região propensa a conflitos, mas obrigatório para evitar uma guerra mais ampla e evitar uma

⁷⁴ <https://www.unocha.org/pakistan>

⁷⁵ [Um ano após o dilúvio do Paquistão: como as obras públicas centradas na comunidade apoiam os mais vulneráveis \(worldbank.org\)](#)

⁷⁶ <https://www.acnur.org/portugues/emergencias/libia/>

escalada que poderia envolver países e fronteiras já repletos de tensões. No entanto, a reunião terminou sem emitir resoluções ou um comunicado final.

Líderes e autoridades da Turquia, Egito, Catar, Grécia, Iraque, Arábia Saudita discursaram no encontro com uma voz unificada, dando o tom para a desescalada.⁷⁷ O encontro contou com a participação de representantes de diversos países do Oriente Médio, Europa, Ásia, África e do continente americano, além de representantes da União Europeia, União Africana, Nações Unidas e Liga dos Estados Árabes.

A guerra Israel – Hamas acontece num momento que iniciativas diplomáticas ganharam força para alcançar estabilidade em uma região frequentemente atormentada por conflitos e visões de mundo diferentes. Enquanto os Emirados Árabes Unidos e o Bahrein estabeleceram laços com Israel, vários países do Golfo reabriram embaixadas em Teerã.

Desde março, a relação entre Arábia Saudita e Irã testemunha um degelo, com a esperança de diminuir as tensões. A Síria estava retornando ao rebanho árabe após mais de uma década de isolamento, enquanto o Catar e sua aliada Turquia reparavam suas relações com o Egito.

No entanto, a guerra atual tem o potencial de interromper essas tendências recentes de cooperação regional e projetos conjuntos como o Corredor Econômico do Oriente Médio, anunciado pela Índia na última cúpula do G20.

Na Cúpula, os discursos refletiram a [raiva crescente na região](#), mesmo entre aqueles com laços estreitos com Israel, que muitas vezes trabalharam como mediadores, já que a guerra desencadeada por um ataque maciço do Hamas entra em uma terceira semana com baixas crescentes e sem fim à vista.⁷⁸

Egito e Jordânia criticaram duramente Israel por suas ações em Gaza em uma cúpula neste sábado, um sinal de que os dois aliados ocidentais que fizeram a paz com Israel décadas atrás estão perdendo a paciência com sua guerra de duas semanas contra o Hamas. O presidente egípcio, Abdel Fattah el-Sissi, anfitrião da cúpula, rejeitou veementemente "o deslocamento forçado dos palestinos e sua transferência para terras egípcias no Sinai". O rei Abdullah II da Jordânia chamou o cerco e bombardeio de Israel a Gaza de "crime de guerra". A Jordânia já abriga o maior número de palestinos deslocados de guerras anteriores no Oriente Médio. Enquanto isso, Israel ordenou que mais da metade dos 2,3 milhões de palestinos em Gaza evacuassem de norte a sul dentro do território que isolou completamente, empurrando efetivamente centenas de milhares de palestinos em direção à fronteira egípcia.

O presidente palestino, Mahmoud Abbas, que lidera a Autoridade Palestina, um governo que exerce controle semiautônomo na Cisjordânia ocupada, pediu que Israel pare com "sua agressão bárbara" em Gaza. E garantiu a Israel. "Não vamos sair, não vamos sair, não vamos sair e vamos permanecer na nossa terra". Ele ainda acusou a comunidade internacional de ignorar o sofrimento palestino, dizendo que enviou uma "mensagem alta e clara" ao mundo árabe de que "vidas palestinas importam menos do que as israelenses".

⁷⁷ [Cimeira de Gaza: Conferência do Cairo procura caminho para a desescalada regional \(thenationalnews.com\)](#)

⁷⁸ [Na cúpula do Cairo, até líderes árabes em paz com Israel expressaram raiva crescente com a guerra de Gaza | AP Notícias \(apnews.com\)](#)

Os países árabes também temem uma repetição [do êxodo em massa](#) de palestinos do que hoje é Israel antes e durante a guerra de 1948 em torno de sua criação, quando cerca de 700.000 fugiram ou foram expulsos, um evento que os palestinos chamam de Nakba, ou catástrofe. Esses refugiados e seus descendentes, que hoje somam quase 6 milhões, nunca foram autorizados a retornar.

O Ministro das Relações Exteriores da Jordânia, Ayman Safadi, falou que o conflito em Gaza está sendo visto como uma guerra religiosa entre o Ocidente e o Islã.⁷⁹ “A continuação da guerra e nenhuma exigência internacional para pará-la estão gerando impressões populares de que esta é uma guerra árabe-ocidental muçulmana”.

O Brasil participou com o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. Enquanto presidente rotativo, do Conselho de Segurança da ONU, durante o mês de outubro, o Brasil apresentou [proposta de resolução](#) para a guerra entre Israel e Hamas. Entre os principais pontos do texto estão a condenação dos “ataques terroristas atrozés do Hamas” contra Israel, um apelo para a liberação dos reféns, a permissão para ações humanitárias e a revogação da ordem de retirada de civis do norte de Gaza.⁸⁰

A proposta foi aprovada por 12 votos a favor, além do Brasil: França, Malta, Japão, Gana, Suíça, Moçambique, Equador, China, Albânia e Emirados Árabes. Houve duas abstenções, dos Reino Unido e Rússia e veto dos EUA. A justificativa para o veto foi porque a resolução não mencionava claramente o direito de Israel de se defender.

Considerações finais

Sobre o veto ao projeto de resolução do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, o embaixador do Brasil na ONU, Sergio Danese, disse “Acho que o veto representa que o conselho não está conseguindo cumprir o seu papel, que é preservar a paz e garantir a segurança onde quer que elas estejam ameaçadas”.⁸¹

Onde falhamos? Onde foi parar a empatia? O que está acontecendo com a humanidade?

Como destacou o presidente egípcio, El Sisi, na Cúpula do Cairo, “nossa humanidade está sendo testada à frente de nossos interesses; a profundidade de nossa fé no valor do homem e seu direito de viver são colocados à prova”.⁸²

Será falta de capacidade de entender e conviver com as diferenças: diferenças de fé, diferenças de opiniões, diferenças de etnias? Só o respeito e a humanidade podem derrotar o ódio insuflado por extremistas, pelos senhores da guerra e das armas, pela islamofobia, pelo antissemitismo, xenofobia!⁸³

⁷⁹ [Ministro das Relações Exteriores da Jordânia diz que Gaza está sendo vista como guerra religiosa \(thenationalnews.com\)](#)

⁸⁰ <https://www.poder360.com.br/internacional/leia-resolucao-proposta-pelo-brasil-no-conselho-de-seguranca-da-onu/>

⁸¹ <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/10/18/eua-sao-o-unico-pais-a-vetar-resolucao-apresentada-pelo-brasil-no-conselho-de-seguranca-da-onu-sobre-a-guerra-entre-israel-e-hamas.ghtml>

⁸² Presidente egípcio, Abdel Fattah El Sisi, em seu discurso de abertura na Cúpula do Cairo para paz nos Territórios Palestinos e Israel. [El Sisi pede aos líderes mundiais que trabalhem no cessar-fogo de Gaza e na ajuda sustentada aos palestinos \(thenationalnews.com\)](#)

⁸³ <https://www.instagram.com/p/CyriTbqp-On/?igshid=MTc4MmM1YmI2Ng%3D%3D>

A encruzilhada dos direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, como marco de civilidade em um mundo de desigualdades

The crossroads of human rights, including the right to development, as a milestone of civility in a world of inequalities

Armando de Negri Filho

Abstract. *The 54 Session of the UN Human Rights Council was concluded this month and between the subjects most discussed, one is specially analyzed in this inform: the Treaty upon the Right to Development and its interesting and intense debates that were responsible to divide the present group, evincing the divisions between the old western model of development and the new Global South-rising agenda.*

Keywords: *International order. Western model of Development. Right to Development.*

Resumo. A 54ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU foi concluída este mês e entre os assuntos mais discutidos, um é especialmente analisado neste informe: o Tratado sobre o Direito ao Desenvolvimento e seus interessantes e intensos debates que foram responsáveis por dividir o grupo de votantes em questão, evidenciando as divisões entre o antigo modelo ocidental de desenvolvimento e a nova agenda que emerge desde o Sul Global.

Palavras-chave: Ordem Internacional. Modelo Ocidental de Desenvolvimento. Direito ao Desenvolvimento.

A 54ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU concluiu seus trabalhos em 13 de outubro. O maior destaque das resoluções ficou por conta da adoção da proposta de Convenção ou Tratado sobre o Direito ao Desenvolvimento, a qual já foi remetida à 78ª Assembleia Geral da ONU, começando um interessante debate no Terceiro Comitê, o que também está documentado neste informe. Como era de se esperar, nesta era de permanentes confrontações entre os países ocidentais que defendem a velha ordem e a demanda de uma nova ordem internacional, que se constitui, de forma crescente, ainda que heterogênea, de parte do Sul Global, a votação para adoção do texto do Tratado dividiu o Plenário entre Ocidente e Sul Global, da mesma maneira que o dividiu nas votações das resoluções mais estruturais e que prometem impacto na ordem hegemônica global.

Não temos publicadas todas as listas de votação nem os textos finais de todas as resoluções, mas temos alguns mapas de votação muito ilustrativos:

- Proposta de texto do tratado sobre direito ao desenvolvimento, elaborada pelo Grupo de trabalho correspondente: aprovada por votação nominal – 29 a favor, 13 contra e cinco abstenções
- O informe do Especialista Independente para a promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa, já mencionado em informes anteriores, teve 31 votos a favor: Argélia, Argentina, Bangladesh, Benin, Bolívia (Estado Plurinacional de), Camarões, China, Costa do Marfim, Cuba, Eritreia, Gabão, Gâmbia, Honduras, Índia, Cazaquistão, Quirguistão, Malawi, Malásia, Maldivas, Marrocos, Nepal, Paquistão, Paraguai, Catar, Senegal, Somália, África do Sul, Sudão, Emirados Árabes Unidos, Uzbequistão e Vietnã; 13 votos contra: Bélgica, República Checa,

Finlândia, França, Geórgia, Alemanha, Lituânia, Luxemburgo, Montenegro, Roménia, Ucrânia, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e Estados Unidos da América; e 3 abstenções: Chile, Costa Rica e México.

- Informe da Relatora especial sobre Direitos Humanos e Medidas Coercitivas Unilaterais: aprovada por votação nominal – 32 a favor, 13 contra e 2 abstenções
- Resolução do Grupo de Trabalho sobre os direitos dos camponeses e outras pessoas que trabalham nas zonas rurais. A favor 38: Argélia, Argentina, Bangladesh, Bélgica, Benim, Bolívia (Estado Plurinacional de), Camarões, Chile, China, Costa Rica, Costa do Marfim, Cuba, Eritreia, Gabão, Gâmbia, Alemanha, Honduras, Índia, Cazaquistão, Quirguistão, Luxemburgo, Malawi, Malásia, Maldivas, México, Marrocos, Nepal, Paquistão, Paraguai, Catar, Senegal, Somália, África do Sul, Sudão, Ucrânia, Emirados Árabes Unidos, Uzbequistão e Vietnã. Contra 2: Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e Estados Unidos da América. Abstenção 7: República Checa, Finlândia, França, Geórgia, Lituânia, Montenegro e Romênia.
- Da retórica à realidade: um apelo global a ações concretas contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata. Aprovada por 33 votos a favor, 7 contra e 7 abstenções. A votação foi a seguinte: Argélia, Argentina, Bangladesh, Benin, Bolívia (Estado Plurinacional de), Camarões, Chile, China, Costa Rica, Costa do Marfim, Cuba, Eritreia, Gabão, Gâmbia, Honduras, Índia, Cazaquistão, Quirguistão, Malawi, Malásia, Maldivas, México, Marrocos, Paquistão, Paraguai, Catar, Senegal, Somália, África do Sul, Sudão, Emirados Árabes Unidos, Uzbequistão e Vietnã. Contra: República Checa, França, Alemanha, Montenegro, Ucrânia, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e Estados Unidos da América. Abstenção: Bélgica, Finlândia, Geórgia, Lituânia, Luxemburgo, Nepal e Roménia.
- A questão da pena de morte: Aprovado como revisto oralmente por votação nominal (28 votos a favor, 11 contra e 7 abstenções)
- Situação dos direitos humanos na Federação Russa: Aprovada por votação nominal, 18 a favor, 7 contra e 22 abstenções;
- Situação dos direitos humanos em Burundi: Aprovada por votação nominal, 20 a favor, 10 contra e 17 abstenções
- Uso de mercenários como meio de violar os direitos humanos e impedir o exercício do direito dos povos à autodeterminação. 32 a favor, 13 contra e 2 abstenções;
- Resposta à crise humanitária e de direitos humanos causada pelo conflito armado em curso no Sudão. 19 a favor, 16 contra e 12 abstenções.

Esses mapas se refletem também no conteúdo do debate realizado em torno à questão do conflito nos territórios da Palestina, conforme podemos apreciar nos relatos da mídia do CDH sobre as resoluções adotadas e a declaração do Presidente. As fraturas de um mundo entre o legado da colonialidade como ordem hegemônica e sua contestação multipolar é cada vez mais evidente.

Poderá as Nações Unidas como organização sobreviver a este esgarçamento? Quão próximos estamos da criação de um novo sistema multilateral fundado sobre bases mais equitativas e voltadas para a colaboração solidária em lugar do exercício bruto da força e das coerções econômicas?

A declaração de última hora do Chanceler alemão sobre a eventual necessidade de deportações massivas de populações de origem árabe ou africana como forma de conter as manifestações contra Israel e a favor da Palestina, imediatamente taxadas de “anti semitas”, fazem pensar que estamos à deriva em termos de busca de soluções para os conflitos mundiais mediante a justiça global, onde o direito ao desenvolvimento simboliza e aponta muitas inconformidades e inúmeras dívidas históricas que ameaçam o status quo do Ocidente.

Os textos abaixo, em seu relato factual sobre posições e conflitos ilustram a encruzilhada dos direitos humanos como marco de civilidade em um mundo de desigualdades. É hora de buscar a materialidade dos direitos e assim romper a retórica vazia de ‘liberdades’ sem garantias para a sobrevivência e o disfrute das riquezas que todas e todos constroem a cada dia.

1. **O Conselho de Direitos Humanos conclui quinquagésima quarta sessão ordinária após adotar 36 resoluções e uma declaração do Presidente.** [Human Rights Council Concludes Fifty-Fourth Regular Session after Adopting 36 Resolutions and One President’s Statement | OHCHR](#) . 13 de Outubro de 2023

Conselho Estabelece Missão de Apuração de Fatos sobre o Sudão e Grupo de Trabalho sobre Direitos dos Camponeses, estende 14 Mandatos Temáticos e por País e Apresenta Projeto de Pacto sobre o Direito ao Desenvolvimento à Assembleia Geral

O Conselho de Direitos Humanos concluiu hoje sua quinquagésima quarta sessão ordinária após adotar 36 resoluções e uma declaração do presidente. Nesses textos, entre outras coisas, o Conselho estabeleceu uma missão internacional independente de investigação para o Sudão e um grupo de trabalho sobre os direitos dos camponeses e outras pessoas que trabalham em áreas rurais. O Conselho decidiu igualmente submeter à Assembleia Geral o projeto de pacto internacional sobre o direito ao desenvolvimento para apreciação, negociação e posterior adoção.

O Conselho prorrogou os mandatos de 14 mandatos temáticos e por país durante a sessão. Decidiu prorrogar, por um período de um ano, os mandatos do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos no Afeganistão, do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos no Burundi, do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos na Federação Russa, do Perito Independente sobre a situação dos direitos humanos na República Centro-Africana, o Perito Independente sobre a situação dos direitos humanos na Somália e a Equipa Internacional de Peritos sobre a República Democrática do Congo. O mandato do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos no Camboja foi prorrogado por dois anos.

O Conselho prorrogou igualmente, por um período de três anos, os mandatos do Perito Independente para a promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa, do Relator Especial para a promoção da verdade, da justiça, da reparação e das garantias de não reincidência, do Relator Especial sobre as implicações para os direitos humanos da gestão e eliminação ambientalmente corretas de substâncias e resíduos perigosos, o grupo de trabalho intergovernamental aberto para elaborar o conteúdo de um quadro regulamentar internacional sobre a regulação, monitorização e supervisão das atividades das empresas militares e de segurança privadas, o grupo de trabalho sobre desaparecimentos forçados ou involuntários, o relator especial sobre o impacto negativo das medidas coercivas unilaterais no gozo dos direitos humanos e o grupo de trabalho de peritos sobre pessoas de ascendência africana.

Outros textos diziam respeito aos relatórios do Comité Consultivo; o uso de mercenários; educação de qualidade para a paz e tolerância para todas as crianças; a centralidade do cuidado e do apoio na perspectiva dos direitos humanos; o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos; direitos humanos e povos indígenas; e os direitos humanos das pessoas idosas. Outras resoluções adoptadas diziam respeito à mortalidade e morbidade maternas evitáveis e aos direitos humanos; a contribuição da implementação dos objetivos do Ano Internacional da Família e seus processos de acompanhamento na promoção e proteção dos direitos humanos; e a realização do gozo igual do direito à educação por todas as meninas.

As resoluções adotadas também diziam respeito ao direito à privacidade na era digital; promover e proteger os direitos económicos, sociais e culturais no contexto da luta contra as desigualdades; cooperação com as Nações Unidas, seus representantes e mecanismos no campo dos direitos humanos; um mundo desportivo livre de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância conexas; Da retórica à realidade: um apelo global a uma ação concreta contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância conexas; o reforço da cooperação técnica e do reforço das capacidades no domínio dos direitos humanos; assistência técnica e reforço das capacidades do Líbano no domínio dos direitos humanos; o sistema penitenciário, a segurança e a justiça: reforço da cooperação técnica e capacitação para proteger os direitos humanos em Honduras; a criação de um escritório regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos para a Comunidade do Caribe; e a questão da pena de morte.

Václav Bálek, presidente do Conselho de Direitos Humanos, em suas considerações finais, disse que esta foi a sessão de setembro mais longa da história, começando no verão e terminando no outono. Expressou sincera gratidão aos membros da Mesa, do Secretariado do Conselho, do Gabinete da Presidência, da Divisão de Gestão da Conferência e dos Membros e Observadores do Conselho, antes de encerrar a quinquagésima quarta sessão.

A quinquagésima quinta sessão ordinária do Conselho de Direitos Humanos está programada para ser realizada de 26 de fevereiro a 6 de abril de 2024.

Ação sobre a decisão no âmbito do ponto um da ordem do dia sobre questões organizacionais e processuais

Numa declaração do Presidente sobre o **relatório do Comité Consultivo**, o Conselho registou que o Comité Consultivo tinha apresentado quatro propostas de investigação.

Ação sobre as resoluções no âmbito do ponto II da ordem do dia sobre o relatório anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos do Homem e relatórios do Gabinete do Alto Comissário e do Secretário-Geral

Numa resolução sobre a situação dos direitos humanos no Afeganistão, o Conselho decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre **a situação dos direitos humanos no Afeganistão** por um período de um ano. Solicitou ao Relator Especial que elaborasse um relatório sobre o fenómeno de um sistema institucionalizado de discriminação, segregação, desrespeito pela dignidade humana e exclusão das mulheres e meninas.

Numa resolução sobre **a resposta à crise humanitária e de direitos humanos causada pelo conflito armado em curso no Sudão**, o Conselho decidiu estabelecer urgentemente uma missão internacional independente de inquérito para o Sudão, com um mandato para investigar e estabelecer os factos, as circunstâncias e as causas profundas de todas as alegadas violações dos direitos humanos e do direito humanitário internacional no contexto do conflito iniciado em 15 de abril de 2023 entre as Forças Armadas sudanesas e as Forças de Apoio Rápido, bem como outras partes beligerantes.

Ação sobre as Resoluções no âmbito do Ponto Três da Ordem do Dia sobre a Promoção e a Proteção de Todos os Direitos Humanos, dos Direitos Civis, Políticos, Económicos, Sociais e Culturais, incluindo o Direito ao Desenvolvimento

Em uma resolução sobre o uso de mercenários como meio de violar os direitos humanos e impedir o exercício do direito dos povos à autodeterminação, o Conselho, uma resolução **na qual solicitou ao Grupo de Trabalho sobre o uso de mercenários como meio de violar os**

direitos humanos e impedir o exercício do direito dos povos à autodeterminação para continuar a monitorar mercenários e atividades relacionadas a mercenários em todas as suas formas e manifestações em todas as partes do mundo, e continuar a atualizar o banco de dados de indivíduos condenados por atividades mercenárias.

Numa resolução sobre **o mandato do perito independente para a promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa**, o Conselho decidiu renovar o mandato do perito independente para a promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa por um período de três anos e convidou todos os governos a cooperarem e a assistirem o perito independente no cumprimento do mandato.

Em uma resolução sobre a garantia de uma educação de qualidade para a paz e a tolerância para todas as crianças, **o Conselho decidiu convocar um painel de discussão sobre educação acessível, inclusiva, equitativa e de qualidade para a paz e a tolerância para todas as crianças, especialmente as crianças em situação mais vulnerável, em sua quinquagésima sétima sessão.**

Numa resolução sobre **a centralidade dos cuidados e do apoio numa perspectiva de direitos humanos**, o Conselho decidiu solicitar ao Alto Comissariado para os Direitos Humanos que organizasse um seminário de peritos de dois dias para abordar os direitos humanos das mulheres, das pessoas com deficiência, das crianças e dos idosos enquanto cuidadores, bem como dos beneficiários de cuidados e apoio, e pelo autocuidado na perspectiva da igualdade de gênero e dos direitos humanos. Solicitou igualmente ao Alto Comissariado que preparasse um estudo temático abrangente sobre a dimensão dos direitos humanos dos cuidados e do apoio.

Em uma resolução sobre **o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos**, o Conselho solicitou ao Escritório do Alto Comissariado que elaborasse, a partir dos recursos existentes, um plano de ação para a quinta fase do Programa Mundial (2025-2029).

Em uma resolução sobre **o mandato do Relator Especial para a promoção da verdade, justiça, reparação e garantias de não reincidência**, o Conselho decidiu prorrogar o mandato por um período de três anos e instou todos os Estados a cooperar com o Relator Especial e a auxiliá-lo para que seu mandato possa ser executado de forma eficaz.

Em uma resolução sobre o grupo de trabalho sobre os direitos dos camponeses, o Conselho decidiu criar, por um período de três anos, um **grupo de trabalho sobre os direitos dos camponeses e outras pessoas que trabalham em áreas rurais**, composto por cinco especialistas independentes, com um mandato para promover a disseminação e implementação efetiva e abrangente da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que trabalham em Áreas Rurais.

Numa resolução sobre **o direito à privacidade na era digital**, o Conselho apelou a todos os Estados para que respeitem e protejam o direito à privacidade, incluindo no contexto das comunicações digitais e das tecnologias digitais novas e emergentes, e tomem medidas para pôr termo às violações e abusos do direito à privacidade. Solicitou ao Alto Comissariado para os Direitos Humanos que elaborasse um relatório sobre os desafios e os riscos em matéria de discriminação e de gozo desigual do direito à privacidade associado à recolha e ao tratamento de dados e que apresentasse o relatório ao Conselho na sua quinquagésima sétima sessão, a que se seguirá um diálogo interativo.

Numa resolução **sobre o mandato do Relator Especial sobre as implicações para os direitos humanos da gestão e eliminação ambientalmente corretas de substâncias e resíduos perigosos**, o Conselho decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial por um período de três anos.

Numa resolução sobre o **mandato do grupo de trabalho intergovernamental aberto para elaborar o conteúdo de um quadro regulamentar internacional sobre a regulamentação, o acompanhamento e a supervisão das atividades das empresas militares e de segurança privadas**, o Conselho decidiu renovar o mandato do grupo de trabalho por um período de três anos, a fim de continuar a elaborar o conteúdo de um quadro regulamentar internacional para proteger os direitos humanos e assegurar a responsabilização por violações e abusos relacionados às atividades de empresas militares e de segurança privadas.

Em uma resolução sobre **mortalidade e morbidade materna evitáveis e direitos humanos**, o Conselho solicitou ao Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos que preparasse uma atualização da orientação técnica sobre a aplicação de uma abordagem baseada em direitos humanos para a eliminação da mortalidade e morbidade maternas evitáveis e que a submetesse ao Conselho em sua sexta sessão.

Em uma resolução **sobre direitos humanos e povos indígenas**, o Conselho decidiu que o tema do painel anual de meio dia sobre os direitos dos povos indígenas, a ser realizado durante a quinquagésima sétima sessão do Conselho, seria sobre leis, políticas, decisões judiciais e outras medidas que os Estados tomaram para alcançar os fins da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. O Conselho solicitou ao Alto Comissário que elaborasse um relatório de balanço, compilando os procedimentos existentes sobre a participação dos povos indígenas nas Nações Unidas e salientando as lacunas e boas práticas existentes, e apresentasse o relatório ao Conselho na sua quinquagésima sétima sessão.

Em uma resolução sobre **os direitos humanos das pessoas idosas**, o Conselho solicitou ao Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos que convocasse uma reunião de especialistas em direitos humanos, plenamente acessível às pessoas com deficiência, com a participação do Especialista Independente, inclusive com a participação significativa e efetiva das pessoas idosas e de suas organizações representativas, discutir e elaborar recomendações sobre as obrigações dos Estados em matéria de direitos humanos em matéria de violência, abuso e negligência de pessoas idosas em todos os contextos.

Numa resolução sobre a **promoção e proteção dos direitos económicos, sociais e culturais no contexto da luta contra as desigualdades**, o Conselho decidiu convocar um painel de discussão sobre o reforço dos trabalhos de promoção e proteção dos direitos económicos, sociais e culturais no contexto da luta contra as desigualdades, na quinquagésima sétima sessão do Conselho, e solicitou ao Alto Comissário que elaborasse um relatório de síntese sobre o painel de discussão e o apresentasse ao Conselho na sua sexta sessão, seguido de um diálogo interativo reforçado. O Conselho solicitou igualmente à Alta Comissária que criasse uma plataforma de conhecimentos para consolidar as melhores práticas e o saber-fazer na promoção e proteção dos direitos económicos, sociais e culturais no contexto da luta contra as desigualdades.

Em uma resolução sobre a **contribuição da implementação dos objetivos do Ano Internacional da Família e seus processos de acompanhamento na promoção e proteção dos direitos humanos**, o Conselho decidiu convocar, em sua quinquagésima sétima sessão, um painel de discussão sobre a implementação das obrigações dos Estados sob as disposições pertinentes do Direito Internacional dos Direitos Humanos sobre o papel da família no apoio à

proteção e promoção dos direitos humanos de seus membros, para discutir desafios e melhores práticas nesse sentido. Decidiu igualmente organizar um seminário de peritos antes da sua quinquagésima nona sessão, sobre o papel das abordagens, políticas e programas orientados para a família e para a família na promoção e proteção dos direitos humanos e no desenvolvimento sustentável, a fim de destacar as melhores práticas de diferentes regiões.

Numa resolução sobre **desaparecimentos forçados ou involuntários**, o Conselho decidiu prorrogar o mandato do Grupo de Trabalho por um novo período de três anos e convidou os Estados que não forneceram respostas substantivas sobre as alegações de desaparecimentos forçados nos seus países a fazê-lo e a ter devidamente em conta as recomendações pertinentes sobre esta questão formuladas pelo Grupo de Trabalho nos seus relatórios.

Numa resolução **sobre direitos humanos e medidas coercivas unilaterais**, o Conselho decidiu prorrogar por um período de três anos o mandato do Relator Especial sobre o impacto negativo das medidas coercivas unilaterais no gozo dos direitos humanos.

Numa resolução **sobre o direito ao desenvolvimento**, o Conselho decidiu submeter à Assembleia Geral o projeto de pacto internacional sobre o direito ao desenvolvimento para apreciação, negociação e posterior adoção. O Conselho solicitou igualmente ao Gabinete que organizasse o próximo painel bienal de discussão sobre o direito ao desenvolvimento na quinquagésima sétima sessão do Conselho.

Numa resolução sobre **a questão da pena de morte**, o Conselho exortou os Estados que ainda não aboliram a pena de morte a tomarem medidas ativas para reduzir o número de crimes pelos quais a pena de morte pode ser imposta e a limitá-los estritamente aos "crimes mais graves" e apelou aos Estados que aplicaram a pena de morte obrigatória para porem termo à prática. O Conselho também decidiu que o próximo painel bienal de alto nível, a ser realizado durante a quinquagésima oitava sessão do Conselho, abordará a contribuição do Poder Judiciário para o avanço dos direitos humanos e a questão da pena de morte.

Numa resolução sobre **a realização do gozo igual do direito à educação por todas as raparigas**, o Conselho instou todos os Estados a reforçarem e intensificarem os seus esforços para tomarem medidas deliberadas e direcionadas para que todas as raparigas realizem plenamente o gozo igual do direito à educação, e a rever, revogar e eliminar, conforme adequado, leis, políticas e práticas que afetam negativamente o direito à educação de toda menina. O Conselho solicitou ao Alto Comissariado para os Direitos Humanos que elaborasse um relatório sobre a forma como as alterações climáticas podem afetar a realização do gozo igual do direito à educação por todas as raparigas, bem como destacasse de que forma a realização do gozo igual do direito à educação por todas as raparigas pode contribuir para a agenda das alterações climáticas.

Ação sobre as Resoluções do Ponto Quatro da Ordem do Dia sobre Situações de Direitos Humanos que Requerem a Atenção do Conselho

Numa resolução sobre **a situação dos direitos humanos no Burundi**, o Conselho apelou ao fim imediato de todas as violações e abusos dos direitos humanos e ao pleno respeito de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. O Conselho decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos no Burundi por um novo período de um ano e instou o Governo a cooperar plenamente com o Relator Especial.

Numa resolução **sobre a situação dos direitos humanos na Federação Russa**, o Conselho instou veementemente as autoridades russas a cumprirem todas as obrigações da Rússia ao abrigo do direito internacional dos direitos humanos e decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos na Federação Russa por um período de um ano. O Conselho apelou às autoridades russas para que estabeleçam um compromisso total e não seletivo com todos os mecanismos das Nações Unidas em matéria de direitos humanos e permitam ao titular do mandato o acesso sem entraves a visitar o país.

Ação sobre Resoluções no Item Cinco da Ordem do Dia sobre Órgãos e Mecanismos de Direitos Humanos

Numa resolução sobre **a cooperação com as Nações Unidas, os seus representantes e mecanismos no domínio dos direitos humanos**, o Conselho instou todos os Estados a prevenir e a absterem-se de todos os atos de intimidação ou represália, tanto em linha como fora de linha. Convidou o Secretário-Geral a continuar a dotar o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos dos recursos adequados para prevenir e tratar as alegações de atos de intimidação ou represália da forma mais eficaz e sensível às questões de género, e convidou o Secretário-Geral a apresentar anualmente ao Conselho o relatório sobre a cooperação com as Nações Unidas, seus representantes e mecanismos no campo dos direitos humanos.

Ação sobre as resoluções no âmbito do ponto nove da ordem do dia sobre o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as formas conexas de intolerância, o acompanhamento e a aplicação da Declaração e do Programa de Ação de Durban

Numa resolução sobre **um mundo desportivo livre de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância conexas**, o Conselho instou os Estados, em parceria com as federações e organizações desportivas nacionais, regionais e internacionais, a desenvolverem e financiarem campanhas de sensibilização para prevenir e combater o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância conexas no desporto. O Conselho solicitou ao Alto Comissário e a outras partes relevantes da Organização das Nações Unidas que apoiem o desenvolvimento e a aplicação de medidas e políticas práticas com organismos desportivos internacionais destinadas a combater o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância conexas no desporto.

Numa resolução **sobre o mandato do Grupo de Trabalho de Peritos sobre Afrodescendentes**, o Conselho decidiu prorrogar o mandato do Grupo de Trabalho por um novo período de três anos. Solicitou ao Secretário-Geral e ao Alto Comissário para os Direitos do Homem que reforçassem o apoio substantivo e administrativo prestado ao Grupo de Trabalho, a fim de que este cumpra eficazmente o seu mandato.

Numa resolução sobre **Da retórica à realidade: um apelo global a uma ação concreta contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância conexas**, o Conselho solicitou ao Mecanismo Internacional de Peritos Independentes para Promover a Justiça Racial e a Igualdade na Aplicação da Lei que apresentasse o seu relatório anual à Assembleia Geral. O Conselho solicitou ao Alto Comissário que facilitasse a participação do grupo de peritos jurídicos na décima quarta sessão do Comité Ad Hoc para a Elaboração de Normas Complementares e que prestasse aconselhamento com vista a contribuir para os debates sobre a elaboração de um projeto de protocolo adicional que criminalize atos de natureza racista e xenófoba. Solicitou igualmente ao Presidente-Relator do Comité Ad Hoc que apresentasse pessoalmente um relatório de progresso à Assembleia Geral na sua setenta e nona sessão. O Conselho solicitou à Presidente-Relatora do Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre a Implementação Efetiva

da Declaração e do Programa de Ação de Durban que prosseguisse a sua investigação e apresentasse ao Grupo de Trabalho, na sua próxima sessão, um documento que compile a linguagem existente para as questões relacionadas com o projeto de declaração sobre a promoção e o pleno respeito dos direitos humanos das pessoas de ascendência africana. O Conselho decidiu que o Grupo de Peritos Eminentemente Independentes se reunirá anualmente em Genebra para uma sessão de quatro dias e que realizará duas visitas anuais de advocacia de dois dias úteis cada para sensibilizar para a necessidade de reforçar a luta contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância conexa.

Ação em matéria de resoluções no âmbito do ponto 10 da ordem do dia sobre assistência técnica e reforço das capacidades

Numa resolução sobre **o reforço da cooperação técnica e o reforço das capacidades no domínio dos direitos humanos**, o Conselho apelou a que o Gabinete do Alto Comissário e outras agências pertinentes das Nações Unidas continuem a prestar apoio atempado e de qualidade aos pedidos dos Estados nos seus esforços para implementar as recomendações aceites no contexto da Revisão Periódica Universal e a preparar os seus relatórios nacionais para essa revisão, e incentivou uma maior coordenação a este respeito. O Conselho decidiu que o tema do painel temático anual de discussão no ponto 10 da ordem do dia, a realizar na sua quinquagésima sexta sessão, seria "Reforçar a cooperação técnica e o reforço das capacidades na implementação das recomendações da Revisão Periódica Universal".

Numa resolução sobre **serviços de aconselhamento e assistência técnica ao Camboja**, o Conselho congratulou-se com os esforços envidados pelo Governo do Camboja para combater crimes, como o tráfico de pessoas, a exploração do trabalho e a exploração sexual de mulheres e crianças. O Conselho decidiu prorrogar por dois anos o mandato do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos no Camboja e solicitou ao Relator Especial que apresentasse ao Conselho um relatório sobre a implementação de seu mandato em suas quinquagésimas sétima e sexagésima sessões, inclusive para fazer recomendações sobre assistência técnica e capacitação para a proteção e promoção dos direitos humanos no país.

Numa resolução sobre a **assistência técnica e o reforço das capacidades do Iêmen no domínio dos direitos humanos**, o Conselho apelou a todas as partes para que renovassem a trégua e implementassem imediatamente todas as suas disposições, apelou ao levantamento do cerco que os houthis impuseram à cidade de Ta'izz e apelou a todas as partes para que apliquem imediatamente o Acordo de Estocolmo, a fim de iniciarem negociações para uma solução política abrangente e inclusiva à atual crise no Iêmen. O Conselho congratulou-se com a assistência técnica prestada pelo Alto Comissário à Comissão Nacional de Inquérito e solicitou ao Alto Comissário que continuasse a prestar um substancial assistência técnica e de reforço das capacidades ao Governo do Iêmen, bem como todo o apoio técnico e logístico necessário à Comissão Nacional de Inquérito, e que apresentasse o seu relatório exaustivo sobre alegadas violações dos direitos humanos em todas as partes do Iêmen, assim que estiver disponível.

Numa resolução sobre o **sistema penitenciário, a segurança e a justiça: reforço da cooperação técnica e reforço das capacidades para proteger os direitos humanos nas Honduras**, o Conselho solicitou ao Alto Comissariado para os Direitos Humanos que prestasse assistência técnica e reforço das capacidades às autoridades civis nacionais em matéria penitenciária, de segurança e de justiça durante um ano, melhorar a situação dos direitos humanos nas Honduras. Solicita ao Alto Comissário que apresente um relatório ao Conselho na sua quinquagésima sétima sessão, a que se seguirá um diálogo interativo.

Numa resolução **sobre a assistência técnica e o reforço das capacidades em matéria de direitos humanos na República Centro-Africana**, o Conselho decidiu prorrogar por um ano o mandato do perito independente sobre a situação dos direitos humanos na República Centro-Africana. O Conselho decidiu realizar, na sua quinquagésima quinta sessão, um diálogo de alto nível que lhe permita avaliar a evolução da situação dos direitos humanos neste domínio, com especial incidência na situação das mulheres e das meninas.

Numa resolução **sobre a assistência à Somália no domínio dos direitos humanos**, o Conselho decidiu renovar o mandato do perito independente sobre a situação dos direitos humanos na Somália por um período de um ano, a fim de acompanhar e apresentar relatórios sobre a situação dos direitos humanos, com vista a formular recomendações sobre a assistência técnica e o reforço das capacidades. Solicitou ao Perito Independente que apresentasse um relatório ao Conselho na sua quinquagésima sétima sessão e à Assembleia Geral na sua setenta e nona sessão, e solicitou à Perita Independente que fornecesse uma actualização ao Conselho no seu relatório sobre os progressos realizados na implementação dos indicadores do plano de transição, a fim de informar as ações futuras do Conselho.

Numa resolução sobre **a criação de um gabinete regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos para a Comunidade do Caribe**, o Conselho congratulou-se com a iniciativa do Governo das Bahamas de acolher um gabinete regional do Alto Comissariado para os Direitos Humanos para a Comunidade do Caribe e congratulou-se com a vontade do Alto Comissariado para os Direitos Humanos de colaborar com a Comunidade das Caraíbas para a celebração de um acordo com a Comunidade das Caraíbas o país de acolhimento. Solicita ao Secretário-Geral que disponibilize todos os recursos necessários à criação e ao funcionamento do gabinete regional.

Numa resolução **sobre a assistência técnica e o reforço das capacidades no domínio dos direitos humanos na República Democrática do Congo**, o Conselho decidiu renovar por um ano o mandato da Equipa Internacional de Peritos sobre a República Democrática do Congo e solicitou-lhe que prestasse o apoio técnico necessário ao Governo na implementação efetiva da sua política nacional de justiça transicional. O Conselho solicitou igualmente ao Alto Comissário que continuasse a prestar assistência técnica ao Governo e pediu-lhe ainda que organizasse, antes da sua quinquagésima sétima sessão, uma reunião com o objetivo de avaliar os progressos realizados nos domínios da justiça médico-legal e transicional.

Outros assuntos

O Comité elegeu os membros do Comité Consultivo: para o Grupo dos Estados da Ásia-Pacífico, Riva Ganguly Das (Índia), Buhm-Suk Baek (República da Coreia); para o Grupo de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, Jewel G. L. Major (Bahamas); pelo Grupo dos Estados da Europa Ocidental e outros, Catherine Van de Heyning (Bélgica); pelo Grupo dos Estados da Europa Oriental, Patrycja Sasnal (Polónia); e para o Grupo de Estados Africanos, Joseph Gérard Angoh (Maurícias) e Nadia Amal Bernoussi (Marrocos).

O Conselho também nomeou 12 detentores de mandatos: para o mandato do Relator Especial sobre os Direitos Humanos dos Migrantes, Gehad Madi (Egito); pelo mandato da Especialista Independente em Direitos Humanos e Solidariedade Internacional, Cecilia Bailliet (Argentina); pelo mandato do Relator Especial para as Questões das Minorias, Nicolas Levrat (Suíça); pelo mandato do Relator Especial para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais na Luta contra o Terrorismo, Ben Saul (Austrália); pelo mandato do Especialista Independente em Proteção contra a Violência e a Discriminação com Base na

Orientação Sexual e Identidade de Gênero, Graeme Reid (África do Sul); pelo mandato da Relatora Especial para a Eliminação da Discriminação contra as Pessoas Afetadas pela Hanseníase (Hanseníase) e seus familiares, Beatriz Miranda Galarza (Equador); pelo mandato da Relatora Especial sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Heba Hagrass (Egito); para o Grupo de Trabalho sobre a Discriminação contra as Mulheres e as Raparigas, membro dos Estados Africanos, Laura Nyirinkindi (Uganda); para o Grupo de Trabalho sobre a Discriminação contra Mulheres e Meninas, membro dos Estados da Ásia-Pacífico, Haina Lu (China); para o Grupo de Trabalho sobre a Discriminação contra as Mulheres e as Raparigas, membro dos Estados da Europa Oriental, Ivana Krstic (Sérvia); para o Grupo de Trabalho sobre Discriminação contra Mulheres e Meninas, membro da Europa Ocidental e outros Estados, Claudia Flores (Estados Unidos da América); e para o Grupo de Trabalho sobre o uso de mercenários como meio de violar os direitos humanos e impedir o exercício do direito dos povos à autodeterminação, membro dos Estados do Leste Europeu, Jovana Jezdimirovic Ranito (Sérvia).

2. Septuagésima Oitava Sessão da AGNU, 20ª E 21ª REUNIÃO (AM PM 2023), GA/SHC/4383.

13 de Outubro, 2023. Third Committee Underscores Need for Legally Binding Tool to Enforce Right to Development, Unrealized by Millions Worldwide, Directed Also at Businesses | UN Press

Terceiro Comitê ressalta necessidade de ferramenta juridicamente vinculante para fazer valer o direito ao desenvolvimento, não realizado por milhões em todo o mundo, direcionado também às empresas.

Comitê também destaca tecnologia, ameaças à escravidão contemporânea, riscos da inteligência artificial, direito à privacidade

A conclusão de um instrumento juridicamente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento é um grande passo para a sua eventual realização, disse hoje um especialista das Nações Unidas ao Terceiro Comitê (Social, Humanitário e Cultural), enquanto os delegados também discutiam o fosso de desenvolvimento crescente entre o Sul Global e o Norte Global, o uso da tecnologia para facilitar e prevenir formas contemporâneas de escravatura e o direito à privacidade.

Zamir Akram, relator-presidente do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento, citou a conclusão de um instrumento juridicamente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento como "a tarefa mais importante" perante o Grupo de Trabalho desde 2019. O Conselho de Direitos Humanos submeteu seu projeto à Assembleia Geral para negociação e posterior adoção. Vários Estados-Membros defenderam veementemente que o projeto fosse designado por "pacto"; Embora não haja diferença entre pacto e convenção legalmente, o uso do primeiro enfatiza solenemente que não há hierarquia entre os direitos humanos. O direito ao desenvolvimento deve ser tratado em pé de igualdade com os outros dois acordos sobre direitos humanos, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Ecoando essa posição, Surya Deva, relatora especial sobre o direito ao desenvolvimento, disse que chegou a hora de a comunidade mundial dar a esse direito – que permanece não realizado para milhões de pessoas em todo o mundo – espaço legítimo no universo dos direitos humanos. As empresas devem contribuir para a realização de todas as facetas do direito ao desenvolvimento, entre outras coisas, pagando salários dignos aos trabalhadores, superando a exclusão digital, pagando impostos e respeitando os direitos culturais dos povos indígenas. Apelando a um novo modelo de "desenvolvimento participativo centrado no

planeta", sublinhou que o modelo de primazia dos acionistas – que leva muitas empresas a tomar decisões que prejudicam as pessoas ou o planeta – tem de mudar. Nesse sentido, ele defendeu a criação de obrigações vinculantes de direitos humanos para as empresas.

Quando a palavra foi aberta para perguntas e comentários, numerosos delegados destacaram o impacto das medidas coercitivas unilaterais no direito ao desenvolvimento, com o delegado da Venezuela, que falou em nome do Grupo de Amigos em Defesa da Carta das Nações Unidas, sublinhando que a imposição ilegal de tais medidas representa um ataque deliberado ao direito ao desenvolvimento de mais de um terço da humanidade. Seu objetivo é causar dor e sofrimento, afirmou, enfatizando também que o crescente fosso entre o Sul Global e o Norte Global levou mais de 80% da população global à pobreza.

Além disso, o delegado de Cuba detalhou como o bloqueio econômico, financeiro e comercial imposto a seu país afeta diretamente a realização do direito ao desenvolvimento e viola flagrantemente os direitos humanos de seus povos. Além disso, ele apontou que séculos de exploração, pilhagem e colonialismo contra o Sul Global e seus recursos foram perpetuados por uma ordem mundial que deveria ser substituída por uma mais inclusiva.

Na mesma linha, o representante do Zimbábue destacou o impacto das medidas coercitivas unilaterais sobre os milhões de pessoas em todo o mundo para as quais o direito ao desenvolvimento permanece indefinido.

À tarde, o Comitê ouviu Tomoya Obokata, relator especial sobre formas contemporâneas de escravidão, que se concentrou no uso da tecnologia para facilitar e prevenir formas contemporâneas de escravidão. As novas tecnologias tornaram-se ao mesmo tempo um meio no qual as formas contemporâneas de escravidão se manifestam e um meio de restaurar a liberdade das vítimas. Certas tecnologias digitais podem facilitar as formas contemporâneas de escravidão, pois são frequentemente usadas por traficantes e exploradores para ganhar confiança e acessar informações, recrutar e seguir as vítimas por meio de vigilância e geolocalização.

Simultaneamente, a tecnologia pode desempenhar um papel crucial na prevenção de formas contemporâneas de escravidão, observou ele, acrescentando que os algoritmos de inteligência artificial (IA) podem identificar condições de trabalho exploradoras, rotas de tráfico humano e transações financeiras suspeitas, bem como perpetradores e vítimas. No entanto, "a tecnologia não é uma bala de prata", disse, acrescentando que "não é adequada para abordar as causas profundas, como a pobreza, a desigualdade e a discriminação". Além disso, as ferramentas tecnológicas devem estar em conformidade com os padrões internacionais de direitos humanos existentes.

Quem também informou o Comitê foi Ana Brian Nougrères, relatora especial sobre o direito à privacidade, que disse que a IA atingiu um estado de onipresença. Seu uso generalizado representa oportunidades e ameaças, disse ela, enfatizando que os perigos resultantes de decisões tendenciosas ou incorretas contra as pessoas devem ser enfrentados com responsabilidade. Nesse contexto, ela pediu aos Estados que promovam a transparência no desenvolvimento de IA para mitigar riscos, além de promover práticas éticas que garantam a explicabilidade dos dados pessoais.

No diálogo interativo que se seguiu, os delegados destacaram a necessidade de implementar medidas para garantir que as novas tecnologias respeitem os direitos humanos.

O representante dos Estados Unidos destacou a recente detecção de spyware comercial no telefone de um jornalista independente proeminente da Federação Russa. Seu país impôs restrições à aquisição e ao uso de spyware comercial que representa riscos à segurança nacional ou corre o risco de ser usado indevidamente para violar os direitos humanos, apontou.

Enquanto isso, o representante da Federação Russa disse que o mundo está testemunhando violações em larga escala do direito humano à privacidade em vários países ocidentais. "O Ocidente tradicionalmente obstrui a cooperação na área de transferência de tecnologia [...] para manter seu domínio global", acrescentou.

O representante da China disse que Washington há muito tempo vem implementando roubo cibernético organizado e indiscriminado em larga escala em todo o mundo, infringindo seriamente o direito à privacidade dos cidadãos de vários países, incluindo o seu. "Condenamos o comportamento irresponsável do Governo dos EUA", disse.

Diálogos Interativos — Direito ao Desenvolvimento

Pela manhã, a comissão iniciou a discussão sobre o direito ao desenvolvimento, com diálogos interativos com apresentações de: Zamir Akram, presidente-relator do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento; Liliana Valiña, Presidente do Mecanismo de Peritos sobre o Direito ao Desenvolvimento; e Surya Deva, relatora especial sobre o direito ao desenvolvimento.

O Sr. AKRAM atualizou o Comitê sobre o trabalho do Grupo de Trabalho, que monitora e analisa os progressos realizados na promoção e implementação do direito ao desenvolvimento, analisa os obstáculos ao seu pleno gozo e fornece recomendações, reunindo Estados-Membros, agências relevantes da ONU e representantes da sociedade civil na remoção dos obstáculos ao desenvolvimento inclusivo e sustentável. A tarefa mais importante perante o Grupo de Trabalho desde 2019 tem sido a conclusão de um instrumento juridicamente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento, como mandatado pelo Conselho de Direitos Humanos, disse ele, acrescentando que um texto final foi apresentado ao Conselho em setembro deste ano.

Vários Estados-membros defenderam fortemente que o projeto fosse chamado de "pacto", disse ele. Embora não haja diferença entre pacto e convenção legalmente, o uso do primeiro enfatiza solenemente que não há hierarquia entre os direitos humanos e que o direito ao desenvolvimento deve ser tratado em pé de igualdade com os dois outros conjuntos de direitos humanos, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Direitos Sociais e Culturais. Ele acrescentou que a conclusão do projeto de pacto é um grande passo para a eventual realização do direito ao desenvolvimento. Ele observou que o Conselho de Direitos Humanos submeteu o projeto de pacto internacional sobre o direito ao desenvolvimento à Assembleia Geral para sua consideração, negociação e posterior adoção.

A Assembleia Geral é o fórum apropriado para levar as negociações à sua conclusão lógica, disse ele, acrescentando que sua adesão universal e mandato abrangente a tornam de fato o órgão mais apropriado para negociar e finalizar este importante tratado. A Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento, adotada em 1986, deve ser elevada ao status de um pacto vinculativo em pé de igualdade com outros direitos humanos, disse ele. Ele concluiu ecoando um apelo do Alto Comissariado para os Direitos Humanos, que disse que a

Declaração promete uma ordem internacional que pode cumprir melhor os direitos humanos e que é hora de agir sobre ela.

A Sra. VALIÑA relatou as atividades do grupo. O Mecanismo realizou duas sessões durante o período do relatório, disse ela, destacando a apresentação ao Conselho de Direitos Humanos de três estudos temáticos: "Direito ao desenvolvimento no direito internacional do investimento"; "Desigualdade, proteção social e direito ao desenvolvimento"; e "Dever de cooperação e atores não estatais". No âmbito da Nova Agenda para a Paz, o Mecanismo recomenda que a ajuda ao desenvolvimento seja ancorada em torno dos princípios do direito ao desenvolvimento, disse ela, ressaltando que isso requer respeito às prioridades de desenvolvimento autodeterminadas dos detentores de direitos no país e à não condicionalidade da assistência. O direito ao desenvolvimento sustenta um sistema de medição que leva mais em conta critérios do que o Produto Interno Bruto (PIB), incluindo as perspectivas civis, políticas, sociais e ambientais de um país. Ela ofereceu recomendações para reformar o sistema financeiro internacional, incluindo a reforma da arquitetura da dívida soberana, que atualmente não permite que os países em desenvolvimento superem suas vulnerabilidades financeiras.

O direito ao desenvolvimento reconhece a continuidade do desenvolvimento entre gerações, disse ela, recomendando que, para traduzir a equidade intergeracional em prática, a comunidade internacional deve abordar as mudanças climáticas para o bem-estar das gerações futuras, bem como abordar a desigualdade entre os Estados. Ela observou que a maioria das pessoas das gerações futuras nascerá em países de baixa ou média renda, acrescentando que apoiar comunidades vulneráveis por meio de investimento social as beneficiará. Para envolver os jovens e incentivar a participação, os Especialistas do Mecanismo têm várias recomendações, disse ela, como incluir os jovens como parceiros, líderes de projetos e tomadores de decisão na cooperação internacional; reforçar ou criar novos mecanismos a todos os níveis que permitam a participação não discriminatória de mulheres e homens jovens; e fornecer apoio financeiro adequado, solidariedade intergeracional e empoderamento para fortalecer a capacidade dos jovens para uma participação significativa, disse ela.

O Sr. DEVA destacou um relatório que apresentou ao Conselho de Direitos Humanos no mês passado (documento [A/HRC/54/27](#)), no qual identificou desafios que minam a capacidade dos Estados e outros atores de realizar plenamente o direito ao desenvolvimento. Ele disse que o direito ao desenvolvimento permanece não realizado para milhões de pessoas em todo o mundo. As empresas, enfatizou, devem contribuir para a realização das quatro facetas do direito ao desenvolvimento: desenvolvimento econômico, social, cultural e político. Eles podem fazer isso pagando salários dignos aos trabalhadores, superando a exclusão digital, pagando impostos, promovendo a igualdade substantiva de gênero, respeitando os direitos culturais dos povos indígenas e facilitando a participação das pessoas na tomada de decisões. Ao mesmo tempo, muitos modelos de negócios são inconsistentes com uma compreensão holística do direito ao desenvolvimento, porque estão criando desigualdades e prejudicando o planeta. A narrativa de desenvolvimento existente que reflete uma mentalidade de sequenciamento entre desenvolvimento econômico e direitos humanos também é problemática.

O mundo precisa de um novo modelo de "desenvolvimento participativo centrado no planeta", disse ele, observando três elementos-chave da mudança. Primeiro, o propósito do negócio deve ser reimaginado. O modelo de primazia dos acionistas, que leva muitas empresas a tomarem decisões que prejudicam as pessoas ou o planeta, precisa mudar. Da mesma forma, o atual modelo de remuneração dos executivos das empresas deve ser reformado, pois desestimula o foco na criação de valor de longo prazo ou na proteção do meio ambiente. Em

segundo lugar, as empresas devem mudar modelos de negócios irresponsáveis. As empresas não devem tratar os trabalhadores como uma mercadoria para maximizar os lucros, incentivar o uso de produtos não saudáveis, como o tabaco, promover o consumo insustentável com total desrespeito ao meio ambiente ou fazer lobby contra as políticas dos Estados sobre a eliminação gradual dos combustíveis fósseis, disse ele. Em terceiro lugar, as empresas devem ir além da abordagem "não causar danos". Para acabar com a pobreza, a fome e o trabalho infantil ou para alcançar uma igualdade substantiva de gênero, as empresas precisarão tomar medidas positivas para ajudar indivíduos ou grupos deixados para trás sistemicamente pela ordem econômica atual. Os Estados e as organizações da sociedade civil têm um papel fundamental no apoio a essa mudança fundamental no papel das empresas na sociedade. Os Estados devem criar obrigações vinculativas de direitos humanos para as empresas. Eles também devem mudar a arquitetura jurídica atual que facilita o abuso empresarial dos direitos humanos ou a poluição do meio ambiente. Por outro lado, as organizações da sociedade civil devem continuar a abordar os desequilíbrios de poder entre pessoas e empresas e apoiar a participação inclusiva das pessoas nas decisões relacionadas com o desenvolvimento tomadas pelas empresas.

Chegou a hora de a comunidade mundial dar ao direito ao desenvolvimento seu espaço legítimo no universo dos direitos humanos, disse ele. Neste contexto, será fundamental adotar o projeto de Pacto sobre o Direito ao Desenvolvimento o mais rapidamente possível e tomar medidas proativas para o implementar a nível nacional. À medida que a comunidade internacional assinala o 75.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o 30.º aniversário da Declaração e do Programa de Ação de Viena, todos os Estados e outros intervenientes devem trabalhar em conjunto para garantir que o direito ao desenvolvimento continue a ser central na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a Cimeira do Futuro, e os apelos do Secretário-Geral para abordar questões estruturais na atual arquitetura econômica e financeira.

No diálogo interativo que se seguiu, os delegados citaram o direito ao desenvolvimento como um direito humano inalienável, que contribui para a plena realização de todos os direitos humanos. O representante do Paquistão observou que fornece um modelo para um mundo onde todos têm a oportunidade de alcançar todo o seu potencial. Os desafios globais atuais – como conflitos, mudanças climáticas e recuperação da pandemia de COVID-19 – revelam visivelmente que os princípios de solidariedade global, responsabilidade e compartilhamento de encargos estão se corroendo. Isso, por sua vez, contribui para uma ordem mundial socioeconômica e política injusta e injusta. Diante do exposto, o direito ao desenvolvimento não é um ideal abstrato, mas um direito humano fundamental, ressaltou.

Além disso, o representante da União Europeia, na sua qualidade de observador, sublinhou que a prossecução do desenvolvimento nunca pode justificar violações dos direitos humanos. Ela perguntou ao Relator Especial sobre boas práticas em relação ao dever das empresas de proteger os direitos humanos por meio da realização de diligências em direitos humanos e quais medidas os Estados podem tomar para garantir o livre espaço cívico.

Numerosos delegados destacaram a questão das medidas coercitivas unilaterais, com o delegado da Venezuela, que falou em nome do Grupo de Amigos em Defesa da Carta das Nações Unidas, a sublinhar que a imposição ilegal de tais medidas viola as normas do direito internacional, coloca obstáculos à implementação da Agenda 2030 e representa um ataque deliberado ao direito ao desenvolvimento de mais de um terço da humanidade. Seu objetivo é causar dor e sofrimento, afirmou, enfatizando a importância de seu pleno levantamento. Ele destacou ainda que as desigualdades socioeconômicas sustentadas e históricas entre o Sul

Global e o Norte Global continuam a se expandir. As diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento resultam, entre outras coisas, da exploração injusta e desigual dos vastos recursos naturais dos países do Sul Global, obtida de forma vantajosa. Essa situação consolidou ao longo do tempo um sistema de relações internacionais em que a concentração da riqueza está nas mãos de poucos, resultando em uma ordem econômica desigual, que está no cerne da pobreza, da fome, das desigualdades socioeconômicas e tecnológicas e da instabilidade no mundo. O fosso cada vez maior entre o Sul Global e o Norte Global levou mais de 80% da população global à pobreza, disse ele.

Ecoando suas preocupações, o delegado de Cuba disse que séculos de exploração, pilhagem e colonialismo contra o Sul Global e seus recursos foram perpetuados por uma ordem mundial que deveria ser substituída por uma mais inclusiva. Para permitir que os países avancem em direção ao seu direito ao desenvolvimento, é crucial acabar com as medidas coercitivas unilaterais, que são contrárias à Carta das Nações Unidas. O bloqueio econômico, financeiro e comercial imposto a Cuba afeta diretamente a realização do direito ao desenvolvimento e viola flagrantemente os direitos humanos dos cubanos. Ele destacou ainda a responsabilidade dos Estados de chegar a um acordo sobre um instrumento juridicamente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento, que "não será um processo fácil".

Na mesma linha, o representante da Bielorrússia disse que, apesar de o conceito de direitos humanos existir há décadas, o direito ao desenvolvimento "deve de alguma forma ainda ser provado para alguns". Além disso, muitas pessoas são forçadas a lutar pelo direito soberano ao desenvolvimento sem interferência externa, incluindo medidas coercitivas unilaterais contrárias ao direito internacional.

O delegado da Federação Russa disse que era oportuno considerar a adoção de um documento ou pacto juridicamente vinculativo. Congratulou-se com a adoção da resolução do Conselho dos Direitos do Homem a este respeito e apelou a todos os Estados-Membros para que contribuam para o processo. Para concluir, perguntou que medidas adicionais as Nações Unidas poderiam tomar para a sua plena implementação.

O representante da Tunísia, que falou em nome do Grupo Africano, congratulou-se com a recomendação do Conselho dos Direitos do Homem sobre a adoção do Pacto. O princípio do direito ao desenvolvimento está consagrado no artigo 22 da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e diz que esta é uma questão importante para o continente e para o mundo. Apelou a todos os Estados-Membros para que se envolvam de forma construtiva na discussão daquela que é uma das questões mais importantes a nível mundial, sem ter em conta as divisões políticas. Esperava ansiosamente por um instrumento juridicamente vinculativo que servisse de base a todos os componentes deste direito.

O delegado da China saudou os esforços do Grupo de Trabalho e disse que uma vida feliz para todos é o maior direito humano e que o desenvolvimento é fundamental para desenvolvê-lo. Ele acrescentou que o desenvolvimento centrado nas pessoas e o foco no desenvolvimento inadequado e desigual são importantes. Ele disse que o desenvolvimento deve estar no centro da agenda de direitos humanos e perguntou como uma maior colaboração e o direito ao desenvolvimento na convenção e em outros instrumentos podem ser aprimorados.

O representante do Zimbábue, alinhando-se ao Grupo de Amigos em Defesa da Carta das Nações Unidas, disse que as discussões ressaltam a importância do direito ao desenvolvimento que são tão importantes quanto os direitos políticos e cívicos, especialmente

para os países em desenvolvimento e que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são a panaceia para muitos desafios atuais e futuros. O direito ao desenvolvimento continua a ser indefinido para milhões em todo o mundo, disse e perguntou como a imposição de medidas coercitivas unilaterais contribui para esse alto número.

O delegado do Egito saudou a decisão do Conselho de Direitos Humanos de transmitir o projeto à Assembleia Geral para sua aprovação. O direito ao desenvolvimento só pode ser operacionalizado por meio de um instrumento juridicamente vinculativo, disse ela, e perguntou ao relator especial como o princípio de diligência devida exigido pelas empresas farmacêuticas e outras que trabalham no campo da saúde está permitindo que os Estados respondam às prioridades de saúde pública, inclusive por meio da transferência de tecnologia para contribuir para o acesso a medicamentos.

A representante do Azerbaijão, falando em nome do Movimento dos Não-Alinhados, disse que era uma honra falar sobre um assunto ao qual seu bloco historicamente atribui particular importância e expressou sua gratidão aos briefers da manhã. Lembrando que mais de três décadas se passaram desde a adoção da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento em 1986, ela disse que é um direito humano inalienável que todos têm direito. Cada pessoa é o sujeito central do desenvolvimento e deve ser o participante ativo e beneficiário do direito ao desenvolvimento, disse ela, mas acrescentou que, para garantir seu pleno gozo e realização, reformas profundas da estrutura econômica internacional e da arquitetura financeira internacional, incluindo a criação de condições econômicas e sociais favoráveis aos países em desenvolvimento, ainda são necessários.

Ela disse que durante a cúpula do Movimento em outubro de 2019 em Baku, os Chefes de Estado e de Governo reafirmaram que todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, são universais, inalienáveis, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados, e que as questões de direitos humanos devem ser abordadas no contexto global. Manifestou um compromisso renovado com a promoção e a proteção de todos os direitos humanos universalmente reconhecidos, em particular o direito ao desenvolvimento como direito universal e inalienável e como parte integrante de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais universalmente reconhecidos. Ela instou as Nações Unidas a garantir a operacionalização do direito ao desenvolvimento como prioridade, inclusive por meio da elaboração de uma Convenção sobre o Direito ao Desenvolvimento pelos mecanismos pertinentes, considerando as recomendações de iniciativas relevantes. Ela disse que seu bloco dá importância à convocação de uma Conferência Internacional de Alto Nível sobre o Direito ao Desenvolvimento, patrocinada pelas Nações Unidas, e concluiu reiterando seu compromisso com o direito ao desenvolvimento no contexto do alcance dos ODS.

O representante do Mali, alinhado com o Grupo de Amigos em Defesa da Carta das Nações Unidas e o Grupo Africano, disse que o direito ao desenvolvimento é essencial para uma qualidade de vida decente e para a realização dos ODS. Lembrando a importância do direito ao desenvolvimento para os jovens, ela pediu medidas específicas para incluí-los e capacitá-los. Além disso, ela perguntou quais medidas foram tomadas para garantir que as instituições financeiras cumpram a reforma para alcançar o direito ao desenvolvimento.

O representante da Indonésia ressaltou a importância do direito ao desenvolvimento em todas as esferas – econômica, social, cultural e política. O Governo está a trabalhar para mudar os modelos de negócio, nomeadamente através de formas inovadoras de garantir regimes de compensação adequados, em linha com os Princípios Orientadores das Nações

Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. Ele perguntou se há alguma conclusão preliminar sobre como o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação afetou o direito ao desenvolvimento.

Em resposta, o Sr. Akram elaborou o projeto de convenção sobre o direito ao desenvolvimento, que consiste em cinco partes e mais de 30 artigos. Suas principais partes tratam de definições, enumerando direitos ligados ao desenvolvimento, como a autodeterminação e o dever dos Estados de cooperar, disse ele. O artigo 14 trata diretamente das medidas coercitivas unilaterais, proibindo os Estados de adotá-las para coagir um Estado e obter a subordinação de seus direitos soberanos. Além disso, o projeto de pacto exige uma conferência para decidir sobre várias questões, incluindo um mecanismo de implementação. O quadro privilegia a "pressão moral" em vez de "nomear e envergonhar", acrescentou, sublinhando que todos os objetivos do direito ao desenvolvimento estão incluídos no documento, incluindo o direito à igualdade de gênero, habitação e saúde.

Os obstáculos à realização do direito ao desenvolvimento são principalmente ideológicos, disse ele, observando que os países do Norte Global e do Sul Global diferem em suas perspectivas. Alguns países não reconhecem o desenvolvimento como um direito, enquanto outros no Norte Global reconhecem o direito ao desenvolvimento, mas sustentam que é uma responsabilidade dos Estados individuais cumpri-lo, em vez de uma responsabilidade internacional, disse ele. Além disso, embora alguns países do Norte Global estivessem ausentes durante a criação do rascunho, tomou-se o cuidado de integrar suas perspectivas ao documento. Enquanto as diferenças ideológicas permanecerem, o consenso será ilusório, disse ele. No entanto, a linguagem do projecto de convenção baseia-se deliberadamente em instrumentos internacionais acordados, tendo em conta que, se um país tivesse consentido em algo num texto, poderia fazê-lo noutro local.

Em sua resposta, a Sra. Valiña disse que o direito ao desenvolvimento é um direito humano fundamental, que por sua vez reforça os direitos e as habilidades dos Estados para defender os direitos humanos e criar melhores condições para o desenvolvimento.

Respondendo a uma pergunta sobre como garantir que os investidores, incluindo o investimento estrangeiro direto (IED), possam contribuir para o direito ao desenvolvimento, ela enfatizou a obrigação de não violar os direitos humanos. Isso significa cooperar e prevenir violações de direitos humanos, contribuindo assim para uma capacidade nacional de ajudar a promover a proteção do direito ao desenvolvimento.

Sobre as ações, ela ressaltou a importância de as partes interessadas trabalharem juntas. No contexto do investimento, ela enfatizou a importância de envolver todas as partes interessadas para colaborar com as comunidades para garantir resultados positivos dos investimentos. Além disso, ela vê a necessidade de uma maior democratização de normas e processos na tomada de decisões para os órgãos econômico-financeiros.

Beneficiar os direitos humanos também requer uma maior consciência da interligação entre dívidas e "outros desafios", disse ela. No contexto das interligações, ela destacou o compromisso de incluir o desenvolvimento no Conselho de Direitos Humanos, de modo a promover o direito ao desenvolvimento.

Olhando para o futuro, ela destacou novos estudos temáticos para os próximos três anos. Nesse contexto, ela mencionou a participação das mulheres no desenvolvimento e um estudo sobre financiamento climático e direito ao desenvolvimento.

Em sua resposta, o Sr. DEVA respondeu a uma pergunta da União Europeia sobre a produtividade das empresas em relação à devida diligência em direitos humanos. Ele enfatizou que a due diligence é hoje uma moeda comum em todo o mundo, aceita tanto pelos Estados quanto pelas empresas, para permitir que as empresas identifiquem, previnam e mitiguem os impactos adversos sobre os direitos humanos. Mas, observou, a due diligence de direitos humanos requer recursos por parte das empresas.

Respondendo a uma pergunta sobre o papel do espaço cívico no direito ao desenvolvimento, ele disse que as pessoas devem poder participar dos processos de tomada de decisão. Sobre a importância de ouvir as críticas, citou a obra de um poeta indiano, que ressalta a importância de manter os críticos próximos, pois destacam deficiências. Governos e delegações devem ver a sociedade civil como amigos críticos que podem apontar as diferenças e dificuldades que estão enfrentando no terreno, disse ele.

A uma pergunta sobre o uso de medidas coercitivas, que foi levantada por delegados como Nicarágua, Síria e Irã, ele disse que tais medidas são um desvio do direito internacional baseado em normas. O acordo coletivo e a tomada de decisões entre os Estados antecipariam a necessidade de ações unilaterais.

Em resposta a uma pergunta de Camarões sobre o conceito de economia dos direitos humanos, ele disse que o atual modelo de desenvolvimento econômico ou econômico está deixando muita gente para trás.

Respondendo a uma pergunta da Malásia sobre a operacionalização efetiva do desenvolvimento ágil, ele enfatizou o papel crucial dos governos na integração e desenvolvimento do direito de desenvolver em seus planos de ação. A uma pergunta sobre o papel dos governos no engajamento de negócios, ele disse que os Estados precisam adotar regulamentos vinculativos para impor obrigações de direitos humanos a eles. Precisam também de desenvolver planos de ação nacionais e, de forma mais crítica, de fornecer incentivos e desincentivos às empresas, à medida que estas reagem aos incentivos.

Em relação à saúde pública e à devida diligência em direitos humanos, ele disse que o papel dos incentivos se tornará crucial. Os Estados têm de garantir que o preço dos medicamentos, por exemplo, seja tal que as pessoas pobres possam comprá-los.

Em resposta a uma pergunta da Síria sobre o objetivo de "não deixar ninguém para trás", ele propôs ampliar os critérios para incluir toda a vida. "Se focarmos apenas nos seres humanos, isso não vai funcionar. Também precisamos levar animais e plantas juntos. Então, devemos ver as pessoas como parte de todo o ecossistema de vida no planeta."

Corporações Transnacionais e Outras Empresas Empresariais

À tarde, o Comitê aprofundou o tema "Promoção e proteção dos direitos humanos", com diálogos interativos com apresentações de: Damilola Olawuyi, Presidente do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das empresas transnacionais e outras empresas empresariais; Tomoya Obokata, Relator Especial sobre as formas contemporâneas de escravidão, incluindo suas causas e consequências; e Ana Brian Nougrères, relatora especial sobre o direito à privacidade.

A Sra. OLAWUYI apresentou o relatório do Grupo de Trabalho intitulado "Setor extrativo, transição justa e direitos humanos" (documento A/78/155), que explora os fatores que levam a abusos de direitos humanos no contexto de programas de transição energética. Oferece aos

Estados e às empresas do setor recomendações orientadas para a ação sobre a concepção e implementação de programas de transição energética justos, inclusivos e baseados nos direitos humanos, em consonância com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. Desde a adoção do Acordo de Paris em 2015, um número crescente de partes interessadas desenvolveu planos para implementar programas de transição energética. No entanto, sua implementação levanta preocupações em relação ao fornecimento de minerais de transição, o que pode exacerbar abusos de direitos humanos relacionados a negócios, disse ele, enfatizando que alguns Estados já foram associados a abusos como grilagem de terras, deslocamentos forçados, escravidão moderna e poluição ambiental.

A transição energética não pode replicar novas formas de direitos humanos e abusos ambientais, enfatizou, pedindo aos Estados que usem a mudança como uma oportunidade para promover políticas de transição justa e responsabilizar empresas, incluindo investidores, por abusos de direitos humanos em toda a cadeia de valor. Sublinhou que uma transição justa exigirá uma forte coordenação entre todas as partes interessadas e os Estados que cumpram as suas obrigações extraterritoriais. Tentar cumprir os compromissos climáticos internacionais internamente não pode justificar ignorar abusos de direitos humanos em Estados onde atividades extrativas estão ocorrendo, disse ele.

As empresas da própria indústria extrativa terão um papel fundamental na integração do respeito pelos direitos humanos na concepção e implementação dos planos de transição energética. Além disso, as perspectivas das comunidades impactadas, como os povos indígenas e os defensores dos direitos humanos, são fundamentais na reforma da indústria a esse respeito. Embora os desenvolvimentos regulatórios tenham aumentado internacionalmente, o Grupo de Trabalho enfatiza que as estruturas políticas atuais não garantem a proteção dos direitos humanos, a transparência dos dados e o acesso a recursos e podem excluir as comunidades afetadas.

Quando a palavra foi aberta para comentários e perguntas, o representante da União Europeia, na qualidade de observador, disse que os Estados devem ver a transição energética em curso como uma oportunidade para promover leis e políticas de transição justa e responsabilizar empresas e investidores por abusos de direitos humanos em toda a cadeia de valor. Ela pediu a Olawuyi que elaborasse elementos-chave que deveriam ser incluídos no marco regulatório para garantir que a transição energética não seja apenas eficaz, mas também justa e respeite os direitos humanos.

Alinhando-se com esse comentário, o representante para a Irlanda perguntou como os Estados podem apoiar melhor as empresas a adotar abordagens baseadas em direitos humanos e sensíveis a gênero para programas de transição energética. Em nota semelhante, o delegado para a Suíça perguntou se o Grupo de Trabalho planejava atividades específicas para promover o compartilhamento de boas práticas para garantir que Estados e empresas garantam que a ação climática caminhe lado a lado com o respeito aos direitos humanos.

O delegado do Paquistão disse que as empresas e corporações internacionais devem ser responsabilizadas por abusos de direitos humanos, observando que deve haver instrumentos juridicamente vinculativos para proteger e promover os direitos humanos dos danos que causam.

O representante da França perguntou que contribuição o Grupo de Trabalho pode dar para promover uma transição energética justa e respeitar os direitos humanos nas indústrias extrativas.

O delegado da Federação Russa disse que seu país apoia consistentemente o aumento da eficácia dos mecanismos legais internacionais atualmente existentes, mas considera que vincular a agenda de direitos humanos à questão da proteção do meio ambiente é injustificado e em grande parte artificial.

O delegado para os Estados Unidos perguntou como o Grupo de Trabalho planeja incluir significativamente os Povos Indígenas e seus conhecimentos tradicionais e trabalhar para promover um mundo mais sustentável e justo.

Em sua resposta, o Sr. OLAWUYI destacou a necessidade de os Estados adotarem planos de ação nacionais sobre empresas e direitos humanos, bem como estabelecer marcos regulatórios claros que incorporem padrões de direitos humanos para avançar na transição energética. Ele disse que o Grupo de Trabalho saúda os progressos feitos por alguns países na adoção de legislação em relação aos direitos humanos.

Com relação às empresas, ele disse que as recomendações do relatório incluem garantir que todos os programas de transição energética empresarial existentes e futuros sejam compatíveis com as obrigações internacionais de direitos humanos. Há também a necessidade de as empresas alinharem suas práticas e políticas, bem como estruturas e decisões de governança com as metas do Acordo de Paris.

Em relação aos Povos Indígenas, há necessidade de garantir uma consulta efetiva e significativa com todas as partes interessadas relevantes, que deve incluir o consentimento livre, prévio e informado dos Povos Indígenas sobre o impacto real e potencial dos programas de transição energética nos direitos humanos e no direito a um meio ambiente limpo.

Ele disse que o Grupo de Trabalho espera que as empresas façam mais do que apenas ter uma "mentalidade de compliance", mas sim ter uma mentalidade de contribuir para o desenvolvimento da sociedade, colocando as pessoas acima do lucro.

Ele delineou planos para cooperar com o mandato do Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento, observando que o Relator Especial era até o ano passado membro do Grupo de Trabalho.

Mais de 30 países têm agora planos de ação nacionais sobre negócios e direitos humanos, disse ele, incluindo três países da África - Quênia, Uganda e Nigéria. Observando o pequeno número, ele pediu aos países africanos que adotem planos sem demora.

Formas Contemporâneas de Escravidão

O Sr. OBOKATA apresentou seu último relatório (documento A/78/161), que avalia o uso da tecnologia na facilitação e prevenção de formas contemporâneas de escravidão. À medida que as novas tecnologias se tornam cada vez mais prevalentes na sociedade e na economia atuais, elas se tornam tanto um meio no qual as formas contemporâneas de escravidão se manifestam quanto um meio de restaurar a liberdade das vítimas. Certas tecnologias digitais podem facilitar as formas contemporâneas de escravidão, pois são frequentemente usadas por traficantes e exploradores para ganhar confiança e acessar informações, recrutar e seguir as vítimas por meio de vigilância e geolocalização. Essas plataformas também aumentaram significativamente o controle exercido sobre as vítimas, o que estabelece as bases para a exploração sexual e outras formas de exploração. Mulheres de baixo status econômico e migrantes, bem como crianças e adolescentes enfrentam um risco particular de serem aliciadas online. A exploração laboral também é realizada através da Internet, plataformas de redes

sociais e videogames, continuou. O padrão é semelhante à exploração sexual, já que o recrutamento das vítimas ocorre por meio de anúncios de emprego on-line falsos, prometendo condições de trabalho e salários atraentes, sem a necessidade de educação ou qualificações. Sites legítimos de recrutamento de emprego são frequentemente usados para anunciá-los, tornando mais provável que as pessoas sejam enganadas. Uma vez recrutados, eles experimentam exploração, que pode equivaler a trabalho forçado ou servidão em certos setores, incluindo agricultura, trabalho doméstico e hospitalidade.

Sobre o papel da tecnologia na prevenção de formas contemporâneas de escravidão, ele disse que a inteligência artificial (IA) demonstra um forte potencial nesse sentido. Ao analisar várias fontes de dados — como redes sociais, mecanismos de busca, transações financeiras e informações sobre o mercado de trabalho — os algoritmos de IA podem identificar condições de trabalho exploradoras, rotas de tráfico de pessoas e transações financeiras suspeitas, bem como perpetradores e vítimas de formas contemporâneas de escravidão. Outra ferramenta promissora é a tecnologia blockchain – um sistema de contabilidade eletrônica descentralizada – que pode aumentar a transparência da cadeia de suprimentos. Ele permite que cadeias de suprimentos complexas de marcas corporativas globais sejam monitoradas de forma mais eficaz e, como resultado, impeçam a exploração do trabalho. Além disso, o sensoriamento remoto por satélite, que tem sido aplicado em setores como pesca, mineração, silvicultura e agricultura, pode monitorar áreas onde a inspeção do trabalho é difícil de realizar e detectar atividades que podem estar ligadas a formas contemporâneas de escravidão. Também pode revelar assentamentos humanos incomuns ou grandes grupos de trabalhadores em áreas isoladas, o que pode constituir indicadores de exploração e abuso.

No entanto, apesar destes exemplos promissores, "a tecnologia não é uma bala de prata", disse, acrescentando que "não é adequada para abordar as causas profundas, como a pobreza, a desigualdade e a discriminação". Além disso, a capacidade de adaptação dos perpetradores ao ambiente tecnológico em rápida mudança não pode ser subestimada, uma vez que eles podem manipular a tecnologia a seu favor. Outras questões — como as clivagens digitais e a proteção de dados — devem ser cuidadosamente consideradas. "A tecnologia não deve, portanto, servir como distração para promover uma resposta holística às formas contemporâneas de escravidão", enfatizou. Nesse contexto, ele pediu a regulamentação do ciberespaço, IA e criptomoedas. No entanto, é fundamental que os quadros legislativos e regulamentares nacionais estejam plenamente em conformidade com as normas internacionais em matéria de direitos humanos existentes e que as partes interessadas relevantes participem ativamente nos seus desenvolvimentos. Para desenvolver e manter soluções tecnológicas eficazes para essas práticas, é essencial a colaboração multissetorial entre Estados, empresas e especialistas em tecnologia, organizações da sociedade civil, instituições financeiras, academia e organizações internacionais. Além disso, a devida diligência em direitos humanos no setor de tecnologia deve ser fortalecida, disse ele, acrescentando que as ferramentas tecnológicas também devem estar em conformidade com os padrões internacionais de direitos humanos existentes.

No diálogo interativo que se seguiu, os delegados compartilharam iniciativas promissoras no combate ao tráfico e às formas modernas de escravidão, ressaltando a importância da cooperação regional, bem como da regulamentação de novas tecnologias.

O representante da Austrália disse que seu país sediou uma Conferência Nacional de Escravidão Moderna em junho com várias partes interessadas, incluindo vítimas de tráfico. Vários países do sul da Ásia estavam presentes, acrescentou, ressaltando a importância

da colaboração inter-regional. Além disso, o país co-preside com a Indonésia o Processo de Bali sobre Contrabando de Pessoas, Tráfico de Pessoas e Crimes Transnacionais Relacionados, um grupo de países focado em fortalecer as respostas a questões relacionadas. Ele pediu ao Relator Especial que fornecesse exemplos de maior colaboração entre governos e empresas de tecnologia para melhorar o combate à escravidão moderna online.

O representante do Japão pediu a perspectiva do relator sobre o apelo do secretário-geral por um novo organismo internacional para ajudar a governar o uso da IA diante de riscos potencialmente catastróficos. Além disso, ele perguntou o que será fundamental para estabelecer o órgão.

O representante do Liechtenstein destacou o trabalho de seu país na luta contra o tráfico e a escravidão, especificamente a iniciativa multissetorial Finance Against Slavery and Traffic, sediada na Universidade da ONU. O grupo desenvolveu um modelo de indicador para monitoramento automatizado de transações que está sendo compartilhado com o setor financeiro, disse ele, perguntando se os Estados devem investir em ferramentas de IA para rastrear atividades financeiras suspeitas para "seguir o dinheiro" para perpetradores de escravidão e tráfico. Ele ainda questionou como as transações em dinheiro poderiam ser abordadas.

O representante do Chile disse que a tecnologia não é por si só um problema e tem o potencial de proteger os direitos humanos na prevenção de formas modernas de escravidão. Para isso, o Chile pede medidas para usar a tecnologia de forma responsável e impedir sua exploração por gangues criminosas, disse ela, observando que as recomendações de Olawuyi na apresentação anterior, incluindo que as empresas realizem diligências, são primordiais daqui para frente. Os Estados têm a responsabilidade primária de regular a tecnologia, mas as empresas de tecnologia não estão isentas, disse ela.

Em sua resposta, OTOKATA disse que os riscos e benefícios em novas tecnologias podem ser equilibrados trabalhando em estreita colaboração com empresas de tecnologia e especialistas para identificar riscos potenciais para formas contemporâneas de escravidão. A pesquisa baseada em evidências é necessária, disse ele, ressaltando a importância da academia nesse sentido. Essa tarefa não pode ser garantida apenas pelos governos, disse. O processo de Bali, uma iniciativa asiática, que conta com mais de 45 Estados participantes, é um bom exemplo, pois consultam regularmente empresas de tecnologia, o que facilita a cooperação entre os setores público e privado. De fato, um novo organismo internacional é uma boa ideia, mas a iniciativa deve evoluir com uma abordagem multissetorial que inclua especialistas em direitos humanos e sobreviventes – cuja proteção de dados deve ser priorizada, enfatizou. Ele observou vieses raciais e de gênero presentes na IA, que devem ser constantemente avaliados. Recordando o intercâmbio com líderes juvenis e grupos vulneráveis, ele instou os Estados a envolvê-los em iniciativas para combater as formas contemporâneas de escravidão. O Finance Against Slavery and Trafficking pode contribuir ainda mais, usando IA, disse ele, destacando a consulta da iniciativa com especialistas e acadêmicos.

Direito à Privacidade

NOUGRÈRES, apresentando seu relatório sobre a transparência e explicabilidade dos sistemas de IA, disse que essas tecnologias atingiram um estado de onipresença, usadas em tudo, desde dispositivos móveis até sistemas complexos de gestão de negócios. O uso generalizado de tais tecnologias representa oportunidades e ameaças, disse ela, pedindo que os perigos, incluindo aqueles resultantes de decisões tendenciosas ou incorretas contra as pessoas,

sejam enfrentados com responsabilidade. O desenvolvimento desses sistemas envolve a coleta, análise e processamento de enormes quantidades de dados usados para gerar ações e comportamentos por parte das máquinas e seus usuários, disse ela. Ela ressaltou que a privacidade como um direito essencial deve ser respeitada e promovida durante todo o ciclo de vida desses sistemas.

O relatório apresenta várias conclusões, disse ela, observando que a transparência e a explicabilidade dizem respeito à criação de sistemas de inteligência artificial, à coleta e armazenamento de dados e à forma como as decisões são tomadas. Qualquer pessoa afetada por uma decisão resultante de um sistema de IA merece uma explicação clara, precisa e compreensível da motivação por trás dessa decisão, disse ela, observando que a explicabilidade permite o direito à defesa e ao devido processo legal. Tanto a transparência quanto a explicabilidade exigem clareza, imparcialidade e visibilidade das decisões, bem como a lógica, o método e o raciocínio por trás delas, com base em informações, particularmente dados pessoais, disse ela, acrescentando que tais princípios se opõem à opacidade, à mentira ou ao abuso do poder da tecnologia da informação.

Neste contexto, apelou aos Estados-Membros para que promovam a transparência no desenvolvimento da IA para mitigar os riscos causados pela opacidade; construir regulamentos explícitos, para que as pessoas possam entender como as decisões que as afetam são tomadas e tenham as ferramentas para defender seus direitos humanos; e promover práticas éticas que garantam a transparência e a explicabilidade dos dados pessoais. Além disso, ela pediu aos Estados que facilitem a educação digital e a alfabetização para que o público tenha uma compreensão dos conceitos de IA e possa exigir que seus direitos humanos sejam respeitados.

No diálogo interativo que se seguiu, os delegados disseram que é vital que os governos e outras instituições não apenas acompanhem o rápido progresso tecnológico, mas também tomem as medidas e precauções certas para garantir que essas novas tecnologias cumpram os direitos humanos. Eles também se aprofundaram sobre o que seus governos estão fazendo na arena de IA e como estão trabalhando para encontrar um equilíbrio entre abraçar e acolher essas novas ferramentas, ao mesmo tempo em que garantem seu respeito aos direitos humanos e à privacidade.

O representante da União Europeia, na sua qualidade de observador, disse que, sem as devidas salvaguardas técnicas, regulamentares, legais e éticas, o uso da IA pode levar a decisões que minam os direitos humanos, por exemplo, reforçando a discriminação e perpetuando as desigualdades. Ela perguntou qual ferramenta reguladora é mais eficaz para garantir que as tecnologias baseadas em IA do futuro estejam em conformidade com os direitos humanos.

O delegado do Brasil ressaltou que a supervisão humana é essencial para evitar vieses e erros, reconhecendo a necessidade de uma abordagem equilibrada que respeite tanto a promessa da IA quanto os direitos humanos. "O desenvolvimento responsável e ético das tecnologias de IA não é apenas um desafio tecnológico, mas também um imperativo moral", acrescentou.

O delegado luxemburguês sublinhou a importância de garantir o acesso a informações que sejam escritas de forma clara e em linguagem simples e que possam ser compreendidas por todos. Ele perguntou sobre as medidas recomendadas para ajudar os jovens diante dos riscos digitais.

A delegada da Áustria, associando-se à União Europeia, enfatizou a necessidade de supervisão humana e salvaguardas para evitar danos, bem como a responsabilidade pelo projeto e implementação de sistemas de IA.

O representante da Federação Russa disse que o mundo está testemunhando violações em larga escala do direito humano à privacidade em vários países ocidentais. "O Ocidente tradicionalmente obstrui a cooperação na área de transferência de tecnologia", disse ele, acrescentando: "Está fazendo isso para manter seu domínio global".

O representante dos Estados Unidos disse que, em um caso recente, organizações da sociedade civil detectaram spyware comercial no telefone de um proeminente jornalista independente russo. Seu país impôs restrições à aquisição e ao uso de spyware comercial que representa riscos à segurança nacional ou pode ser usado indevidamente para violar os direitos humanos. Ele perguntou como os governos podem trabalhar juntos para proteger os jornalistas de vigilância arbitrária e ilegal.

O representante da China disse que sua delegação está comprometida em trabalhar com a comunidade internacional para explorar e formular regras internacionais de governança digital que reflitam os desejos de todas as partes. Há muito tempo, os Estados Unidos vêm implementando o roubo cibernético em larga escala, organizado e indiscriminado em todo o mundo, infringindo gravemente o direito à privacidade de cidadãos de vários países, incluindo o seu. "Condenamos o comportamento irresponsável do Governo dos EUA", disse.

A Sra. NOUGRÈRES, respondendo aos delegados, disse que é importante notar que todos os oradores concordam que há riscos inerentes ao que a IA faz, acrescentando ainda: "Temos de encontrar uma forma de mitigar esses riscos". No entanto, a mitigação não deve levar a processos de inovação abreviados.

Sobre a questão de como garantir o respeito aos direitos humanos, ela disse que há regulamentações específicas em vigor. É importante trabalhar a sensibilização e a educação, pois todos devem saber dos riscos de fornecer dados pessoais a outra pessoa. "Tem que andar de mãos dadas com a educação", disse.

Sobre spyware, ela disse: "Esse é outro tópico em que estamos particularmente preocupados, pois é uma área onde a Internet é usada, uma área onde estão sendo causados danos aos direitos humanos e à população". São questões que "estamos atentos" e que devem ser consideradas nos próximos relatórios, acrescentou.

Voltando às perguntas específicas do representante da Síria sobre o relatório, ela disse que está aberta a se reunir com o delegado bilateralmente para discutir essas questões diretamente.

3. Conselho de Direitos Humanos conclui Quinquagésima Quarta Sessão. [Human Rights Council Concludes Fifty-Fourth Session | OHCHR](#)

O Conselho dos Direitos do Homem concluiu esta tarde a sua quinquagésima quarta sessão. Nas observações gerais e nas observações finais gerais, o Conselho ouviu várias delegações que se pronunciaram sobre as posições nacionais sobre as resoluções adotadas, bem como sobre a recente situação em Israel e na Faixa de Gaza.

Alguns oradores fizeram um apelo urgente às organizações internacionais em Genebra para que levem ajuda à Faixa de Gaza e ponham fim à guerra. A comunidade internacional deve

respeitar uma solução para a situação palestina e as repercussões devastadoras dos acontecimentos atuais. A atual ameaça contra Gaza e os direitos dos civis palestinos, dos idosos, das mulheres e das crianças, incluindo o direito à vida, eram motivo de grande preocupação. Os ataques contra locais de fé muçulmanos foram deplorados.

As declarações racistas contra o povo palestino foram condenadas por alguns oradores, e a comunidade internacional foi instada a respeitar os valores comuns e a garantir que a ajuda humanitária pudesse chegar a Gaza. Qualquer tentativa de retirar o povo palestino das suas terras apenas agravaria os fluxos de refugiados. Toda a situação minou a estabilidade regional, bem como a credibilidade da própria comunidade internacional. O povo palestino deve gozar do direito de regresso, do direito à autodeterminação e de um Estado independente com Jerusalém Oriental como capital. A assistência humanitária imediata deve ser prestada por todos os Estados com consciência, disse um orador.

Vários oradores disseram que Israel tinha o direito de se defender de atos de hostilidade, eliminando grupos terroristas como o Hamas - a única resposta possível ao terrorismo era uma resposta forte e justa. As ações terroristas do Hamas não tinham qualquer justificação, não tinham legitimidade e devem ser condenadas universalmente. Famílias inteiras continuam sendo mantidas como reféns, disse um orador, enfatizando que este não é um momento para nenhuma parte explorar esses ataques para buscar vantagens. Deveria haver medidas iguais de justiça e liberdade tanto para israelitas como para palestinos. As condições devem ser criadas, exortou o orador, para um Médio Oriente pacífico e integrado. Os atos do Hamas devem ser inequivocamente condenados, disse outro orador.

Alguns oradores disseram que a perda de vidas inocentes era de partir o coração, e o ataque deliberado a civis exigiu uma condenação internacional inequívoca do Hamas. Tem de haver justiça e liberdade iguais para israelitas e palestinos e solidariedade global contra atos vis de terrorismo e violência que só causaram imenso sofrimento e procuraram incutir medo entre as populações civis.

Os reféns devem ser libertados, exortou um orador, apontando que a situação pode levar a um grave desastre humanitário. O Hamas era uma organização bárbara, genocida e terrorista, disse um orador, dizendo que eles eram iguais ao EI e pedindo solidariedade internacional para Israel. O Hamas deve ser condenado, e todos devem estar ao lado de Israel no seu direito de se defender na guerra contra o terror.

Um orador disse que havia uma profunda preocupação com a perda de todas as vidas civis no conflito. Houve violação descarada de direitos económicos, sociais e culturais: o direito à autodefesa não era licença para assassinatos em massa, disse um palestrante. O ataque indiscriminado a civis e a punição coletiva constituíam crimes de guerra. A responsabilização por crimes de guerra, crimes contra a humanidade, crimes de agressão e genocídio deve seguir-se: deve haver um cessar-fogo imediato, o regresso de todos os civis e o acesso à justiça. Os crimes de guerra devem ser comunicados ao Conselho para apreciação. Muitos oradores reconheceram as legítimas aspirações do povo palestino à condição de Estado.

O Direito Internacional Humanitário deve ser respeitado sem exceção, exortou um orador: agora, mais do que nunca, é vital que a comunidade internacional dê seu apoio aos esforços para encontrar uma paz duradoura. Um compromisso solene com os objetivos e propósitos do Conselho poderia ajudar a este respeito, uma vez que se manteve fiel ao seu mandato de proteger e promover os direitos humanos em toda a parte, sem discriminação. Tem

de haver um cessar-fogo imediato. O Conselho de Direitos Humanos não existe no vácuo: deve trabalhar para proteger e promover os direitos humanos, disse outro palestrante.

Várias delegações comentaram as posições nacionais sobre as resoluções adotadas durante a sessão, e um orador observou que os direitos humanos poderiam servir para unificar todos, como demonstrado na aprovação sem votação de muitos textos, uma trajetória positiva que poderia e deveria ser construída em 2024.

Václav Bálek, presidente do Conselho de Direitos Humanos, em suas considerações finais, disse que esta foi a sessão de setembro mais longa da história, começando no verão e terminando no outono. Expressou sinceras gratidão aos membros da Mesa, do Secretariado do Conselho, do Gabinete da Presidência, da Divisão de Gestão da Conferência e dos Membros e Observadores do Conselho, antes de encerrar a quinquagésima quarta sessão.

Falando em comentários gerais de Estados observadores foram Singapura, Indonésia, Nigéria, Irã, Federação Russa e Suíça.

Falando em termos gerais, as observações finais foram a Líbia, em nome do Grupo Árabe, o Paquistão, em nome da Organização de Cooperação Islâmica, a Líbia, em nome de um grupo de países, o Iraque, o Egito, o Estado da Palestina, a Tunísia, os Estados Unidos, a República Dominicana, o Reino Unido, a Argélia, a França, a Hungria, a Itália, a República Árabe Síria, o Irã, o Sudão, o Panamá, em nome de um grupo de países, Israel, Bélgica, Alemanha, África do Sul, China, República Tcheca e Índia. Quem também falou foi o Serviço Internacional de Direitos Humanos.

A quinquagésima quinta sessão ordinária do Conselho de Direitos Humanos está programada para ser realizada de 26 de fevereiro a 6 de abril de 2024.

4. Civis são as principais vítimas do aumento da violência em Israel e nos Territórios Palestinos Ocupados, diz a Comissão de Inquérito da ONU. Civilians are the primary victims of increased violence in Israel and the Occupied Palestinian Territory, says the UN Commission of Inquiry | OHCHR

GENEBRA (16 de outubro de 2023) – Todas as partes do conflito em Israel e nos Territórios Palestinos Ocupados não tomaram medidas de precaução eficazes para evitar vítimas civis, exacerbando a longa crise e aprofundando as divisões e o ódio de todos os lados, a Comissão Internacional Independente de Inquérito da ONU sobre os Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental e Israel, disse em um novo **relatório** hoje.

O relatório à Assembleia Geral, que foi concluído antes do início do último aumento da violência e abrange o período entre maio de 2021 e agosto de 2023, examina o uso da força por Israel e as autoridades de fato em Gaza, e as operações militares e policiais israelenses na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, e Israel.

"Nosso relatório é doloroso e oportuno", disse Navi Pillay, presidente da Comissão. "Enfatiza que o único caminho para acabar com a violência e alcançar uma paz sustentável é através da estrita observância do direito internacional em todo o Território Palestino Ocupado e em Israel. Isso requer abordar as causas profundas do conflito, incluindo a ocupação do território palestino, e permitir que os palestinos exerçam seu direito à autodeterminação".

"As atrocidades que testemunhamos desde 7 de outubro adicionam uma urgência sem precedentes às nossas conclusões e recomendações", disse Pillay. "Civis e objetos civis devem

ser sempre protegidos. Nunca são um alvo legítimo. Todas as partes devem defender seu dever de protegê-las sob o Direito Internacional Humanitário".

Na sequência do complexo ataque a Israel lançado pelo Hamas em 7 de Outubro, a Comissão começou a **recolher provas de crimes de guerra** cometidos pelo Hamas e outros grupos armados palestinos e pelas forças de segurança israelitas. A Comissão sublinhou a urgência de as partes envolvidas porem termo a todas as formas de violência e assegurar a proteção dos civis.

No relatório, a Comissão concluiu que o lançamento de foguetes e morteiros por grupos armados palestinos contra centros populacionais civis é inerentemente indiscriminado na sua natureza e, portanto, constitui claramente um crime de guerra. O relatório também constatou que os danos e as baixas causadas pelos ataques israelenses não eram proporcionais à vantagem militar e, portanto, as ações constituem um crime de guerra. Além disso, a Comissão observou que a prevenção da entrada de alimentos e suprimentos médicos em Gaza é uma violação do Direito Internacional Humanitário.

Também considerou que o histórico de incursões militares e ataques aéreos de Israel em Gaza deve ser visto dentro do contexto mais amplo da ocupação israelense, que não tem intenção de terminar. As operações militarizadas de aplicação da lei e as incursões em Gaza destinam-se a enfraquecer a oposição à ocupação, fragmentar a coesão política palestina e, em última análise, impedir o estabelecimento e o funcionamento de um Estado palestino livre.

O relatório constatou que as forças de segurança israelenses usaram força excessiva e meios indiscriminados para dispersar manifestantes em Israel e na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, resultando em sérios danos às pessoas, incluindo mortes e ferimentos permanentes. A Comissão constatou que existe uma hierarquia distinta de métodos na dispersão das manifestações, com as respostas mais duras e muitas vezes letais utilizadas contra os palestinos na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental.

A Comissão analisou as operações de busca e detenção que teriam como objetivo interromper as atividades de grupos armados na Cisjordânia. Concluiu-se que várias operações realizadas em Jenin em 2023 parecem ter incluído o uso de força desnecessária e desproporcional pelas forças de segurança israelenses. Com base nos elementos de prova apresentados, a Comissão concluiu que Israel aplica o quadro que rege a condução das hostilidades às operações de aplicação da lei na Cisjordânia, contrariamente ao direito internacional, resultando na morte e ferimento de civis.

A Comissão examinou o assassinato da jornalista Shireen Abu Akleh e concluiu, com base em motivos razoáveis, que as forças israelenses usaram força letal sem justificativa de acordo com o direito internacional dos direitos humanos e, intencionalmente ou de forma imprudente, violaram o direito à vida de Abu Akleh. A Comissão também determinou, por motivos razoáveis, que a Unidade Duvdevan das forças de segurança israelenses participou da operação em Jenin em 11 de maio de 2022 e que os soldados da unidade provavelmente estavam no veículo de onde foram disparados tiros contra Abu Akleh e outros trabalhadores da mídia.

A Comissão recomendou que o Governo israelita cooperasse plenamente com a continuação da investigação sobre a morte de Shireen Abu Akleh pelo Departamento Federal de Investigação dos EUA. A Comissão fornecerá as provas recolhidas ao Tribunal Penal Internacional para a sua investigação sobre a *situação no Estado da Palestina*.

"O assassinato de Shireen Abu Akleh em Jenin é um resultado direto da militarização de Israel das operações policiais na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental", disse Pillay. "Shireen Abu Akleh é mais uma vítima da força excessiva e desproporcional usada pelas forças de segurança israelenses nessas operações. Este foi também um ataque contra jornalistas, que eram todos claramente identificáveis, o que é um padrão recorrente identificado pela Comissão."

O relatório recomenda que o Governo de Israel estabeleça uma distinção clara entre situações de aplicação da lei e de condução das hostilidades e aplique o quadro do direito internacional dos direitos humanos às operações de aplicação da lei, em conformidade com as suas obrigações enquanto potência ocupante e os tratados pertinentes; rever e reformar as regras de contratação; assegurar investigações independentes, imparciais e exaustivas sobre possíveis violações do Direito Internacional Humanitário em Gaza; e acabar com a prática de sonegar corpos e informações de familiares.

O relatório recomenda que o Estado da Palestina assegure a estrita observância do direito internacional humanitário e dos direitos humanos e imponha a responsabilização por violações desta lei, e que as autoridades de facto em Gaza, juntamente com os grupos armados, parem todos os ataques a civis, incluindo através do lançamento indiscriminado de foguetes, morteiros e outras munições contra as populações civis.

O relatório recomenda que o Tribunal Penal Internacional priorize a investigação sobre a situação no Estado da Palestina, incluindo a identificação dos responsáveis pelo assassinato de Abu Akleh e outros casos. Insta igualmente o Secretário-Geral das Nações Unidas a incluir Israel nos anexos do próximo relatório anual sobre as crianças e os conflitos armados, em conformidade com a Resolução 1379 (2001) do Conselho de Segurança.

O relatório da Comissão será apresentado ao Terceiro Comitê da Assembleia Geral em 24 de outubro de 2023, em Nova York.

Contexto: O **Conselho de Direitos Humanos da ONU** mandou a Comissão em 27 de maio de 2021 para "investigar, nos Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e em Israel, todas as supostas violações do Direito Internacional Humanitário e todas as supostas violações e abusos do Direito Internacional dos Direitos Humanos até e desde 13 de abril de 2021". **A Resolução A/HRC/RES/S-30/1** solicitou ainda à comissão de inquérito que "investigue todas as causas subjacentes de tensões recorrentes, instabilidade e prolongamento de conflitos, incluindo discriminação sistemática e repressão com base na identidade nacional, étnica, racial ou religiosa". A Comissão de Inquérito foi mandatada para prestar contas ao Conselho de Direitos Humanos e à Assembleia Geral anualmente, a partir de junho de 2022 e setembro de 2022, respectivamente.

A presidente da Comissão, Navi Pillay, estará disponível para entrevistas à imprensa após uma conferência de imprensa que se realizará em Nova Iorque em 25 de outubro de 2023, após a apresentação do relatório da Comissão à Assembleia Geral.

Mais informações sobre o trabalho da Comissão Internacional Independente de Inquérito das Nações Unidas sobre os Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e Israel, podem ser encontradas em: <https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/co-israel/index>

Crises, desequilíbrios e governança global em busca de saúde para todos

Crises, imbalances and global governance in search of health for all

Paula Reges

Luana Bermudez

Luiz Augusto Galvão

Resumo. A crise humanitária mais recente que toma os noticiários não é nada recente, no entanto as proporções escalonadas recentemente revelam as fragilidades imensas do povo palestino. A OMS e entidades parceiras têm advogado enormemente pela entrada de recursos e insumos no território, mas mais do que isso é necessário para a garantia do direito básico à saúde e à vida. Entre os dias 15 e 17 de outubro aconteceu a edição 2023 do World Health Summit (WHS), evento internacional que reúne representantes da área de saúde de todo o mundo para discutir os temas mais prementes da saúde global. Sob o tema "*Um ano definidor para a ação em matéria de saúde global*", o encontro reuniu mais de 3.500 participantes em Berlim, na Alemanha. Neste entremeio foi ainda liberado o novo documento - Negotiating text do Órgão Intergovernamental para Negociações do tratado pandêmico. Aguardas negociações e fortalecimento do documento são esperadas, sobretudo seguindo a necessidade de fortalecimento e escuta ativa das demandas do sul-global e de países em desenvolvimento.

Palavras-chave: WHS, INB, Gaza

Abstract. *The most recent humanitarian crisis to hit the news is nothing new, however the escalating proportions recently reveal the immense fragilities the Palestinian people are subjected to. The WHO and partner entities have advocated enormously for the entry of resources and supplies into the territory, but more than that is necessary to guarantee the basic right to health and life. Between the 15th and 17th of October, the 2023 edition of the World Health Summit (WHS), an international event that brings together representatives from the health sector from around the world to discuss the most pressing global health issues. Under the theme "A defining year for global health action", the meeting brought together more than 3,500 participants in Berlin, Germany. In the meantime, the Negotiating text of the Intergovernmental Negotiations Body for the pandemic treaty was also released. Proper language negotiations of the document are expected, especially following the need to strengthen and actively listen to the demands of the global south and developing countries.*

Keywords: WHS, INB, Gaza

World Health Summit 2023

Entre os dias 15 e 17 de outubro aconteceu a edição 2023 do World Health Summit (WHS), em português traduzido como Cúpula Mundial da Saúde, evento internacional que reúne representantes da área de saúde de todo o mundo para discutir os temas mais prementes da

saúde global. Sob o tema "*Um ano definidor para a ação em matéria de saúde global*", o encontro reuniu mais de 3.500 participantes em Berlim, na Alemanha.

O evento consiste em um fórum estratégico internacional para a saúde global, organizado anualmente desde 2009. Reuniu partes interessadas, desde intervenientes da política, da ciência, do setor privado e da sociedade civil de todo o mundo. O objetivo tem sido contribuir nas definições de agendas para um futuro mais saudável, inspirando soluções inovadoras para uma melhor saúde e bem-estar para todos.

É tradicionalmente realizado sob o patrocínio do Chanceler alemão, do Presidente francês, do Presidente da Comissão Europeia e do Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS). Para além do evento central, realizam-se reuniões regionais anuais e reuniões regulares de especialistas em todo o mundo. Estas reuniões são organizadas pela Aliança M8, que funciona como o suporte acadêmico do WHS. Esta aliança tem 28 membros e é uma rede crescente de universidades, instituições de pesquisa e ramos médicos de academias nacionais de ciências. Tem ainda uma presidência internacional anual rotativa e organiza ainda reuniões regionais anuais, reuniões de especialistas e escolas de verão.

O ano de 2023 marca o evento por trazer mais de 60 sessões ao longo dos três dias e teve como frutos as produções de declarações e recomendações para academia, governos e organizações internacionais.

Os tópicos centralmente abordados foram:

1. Aprendendo com a COVID-19 para prevenção, preparação e resposta a futuras pandemias;
2. "Recomprometendo-se" com a Cobertura Universal de Saúde.
3. Saúde Sustentável para as Pessoas e o Planeta
4. Medidas do G7/G20 para melhorar a equidade e a segurança globais na saúde
5. Aproveitando o poder das tecnologias digitais para a saúde global
6. 75º aniversário da Organização Mundial da Saúde
7. Inovações para acelerar a luta contra a tuberculose
8. Evento de Doadores do Mecanismo de Financiamento Global

A Fiocruz esteve presente com delegação liderada pelo presidente da instituição, Dr Mário Moreira, além da Vice Presidente de Pesquisa e Coleções Biológicas, Dra Maria de Lourdes Oliveira e do Vice diretor para Inovações de Bio-Manguinhos, Dr Sotiris Missailidis, além de representantes do INI/Fiocruz, CRIS/Fiocruz, Fiocruz Bahia, PROCC/Fiocruz, CCS/Fiocruz.

O vice-diretor de Inovação de Bio-Manguinhos, Sotiris Missailidis, participou do painel organizado pela Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias (CEPI), que discutiu a importância de parcerias e investimentos de forma a estabelecer uma resposta global sincronizada, rápida e equitativa a futuras ameaças virais.

A mesa procurou explorar maneiras de tornar a Missão dos 100 Dias uma realidade global. A chamada Missão dos 100 Dias é uma coalizão global, formada em 2021, com o objetivo de estabelecer estratégias para as futuras pandemias, visando o desenvolvimento de testes, terapias e vacinas em larga escala dentro deste prazo que dá nome à iniciativa.

Em seu posicionamento, Sotiris defendeu que muito se fala sobre a construção da capacidade produtiva nos países em desenvolvimento, mas mais importante do que a capacidade de produção final, é a de desenvolver as capacidades de pesquisa e desenvolvimento destes países. Do contrário, sempre irá depender de uma transferência de tecnologia que pode ou não acontecer, dos preços praticados pelas grandes farmacêuticas. Então a fabricação é importante, mas deve haver uma forte preocupação com o componente P&D.

No workshop *Combatendo os desafios para a Saúde Única Sustentável, enfrentando juntos questões sanitárias, ambientais e sociais*, organizado pela The Lancet One Health Commission e pelo One Sustainable Health Forum, na terça-feira, a vice-presidente de Pesquisa e Coleções Biológicas (VPPCB) da Fiocruz, Maria de Lourdes Oliveira destacou que a ciência recuperou seu protagonismo no país. Pontuou que não se pode falar em desenvolvimento social, ambiental ou econômico sem ter a ciência como base e que isso requer uma abordagem multidisciplinar.

Para além da participação da Fiocruz, o Brasil também foi representado pela Secretária do Ministério da Saúde, Dra. Ethel Maciel, que lidera a Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. O Brasil cumpre o papel de atrair de diversas agendas e interesses, uma vez que eventos definidores dos compromissos globais aqui acontecem. Todos estão interessados em ver o que sairá da preparação à presidência do G20 e à sede da COP-30.

Negotiating text WHO-Ca+ do Órgão Intergovernamental de Negociações e desequilíbrios em discussão

Com a aproximação da sétima reunião do Órgão Intergovernamental de Negociações (INB) que acontece de 6 a 10 de novembro, o secretariado e bureau do INB liberou em domínio público a versão mais atualizada do documento proposto, chamado de “Negotiating Text of the WHO convention, agreement or other international instrument on pandemic prevention, preparedness and response”¹.

Muito pode se contrapor sobre o documento apresentado, especialmente no que se refere ao enfraquecimento de linguagem relacionada ao fortalecimento de estratégias para equidade no contexto de preparo, prevenção e resposta às pandemias.

Desde o momento inicial da construção do debate para o tratado pandêmico, a principal relevância se dá em como criar mecanismos que se preocupem com as questões relevantes, sobretudo para países em desenvolvimento e o que os mesmos tivessem participação e vozes ativas na escrita do conteúdo. Nesta prévia de documento, entretanto, vê-se mais uma vez, uma preponderância da narrativa do norte global, não rendendo-se às solicitações de fortalecimento do preparo e condições que deem garantias aos países em desenvolvimento.

Um claro exemplo de como existem visões de embate é com o sempre polêmico tema de propriedade intelectual. Para tratativas no INB, já havia se unido representantes da OMS, da OMC e da WIPO, mas um consenso com diversas nações segue sendo difícil. A International Federation of Pharmaceuticals Manufactures and Associations lançou um documento afirmando que o relaxamento da PI seria um malefício para o pipeline de pesquisa e desenvolvimento de contramedidas médicas e o ministro da saúde alemão, Karl Lauterbach, declarou inequivocamente que o seu país não aceitaria uma renúncia à propriedade intelectual no acordo pandêmico. Pontuou durante painel no WHS, que para países como a Alemanha e a maioria dos países europeus, é claro que tal acordo não funcionará se houver uma grande limitação aos direitos de propriedade intelectual. Afirmou que PI faz parte do DNA alemão e que precisam de

segurança de propriedade intelectual para investir em vacinas, terapêuticos, diagnósticos, e assim por diante.

É sabido que tal posicionamento é novamente um reforço da falta de solidariedade global, sobretudo em contextos de emergência de saúde pública, e que por mais que se possa questionar o interesse da fortificação das pipelines em P&D, os custos x lucros implicam em perdas de vidas.

A abordagem do projeto de texto de negociação é desequilibrada porque propõe obrigações jurídicas concretas para todas as Partes em matéria de vigilância (artigo 4.º), Saúde Única (artigo 5.º), preparação e prontidão em resposta (artigo 6.º). Estas obrigações servem principalmente o interesse dos países desenvolvidos e o projeto de texto não oferece nada em troca aos países em desenvolvimento pelo fornecimento de informações através de uma vigilância reforçada. Por outras palavras, ignora a exigência dos países em desenvolvimento de terem um regime equitativo de prevenção, preparação e resposta a pandemias (PPRP).

Os países em desenvolvimento apresentaram diversas propostas para alcançar a equidade no PPRP; no entanto, as propostas sobre equidade no projeto de texto de negociação são formuladas maioritariamente na linguagem do melhor esforço ou em promessas futuras. Isto contrasta fortemente com as obrigações legais propostas nos artigos 4.º a 6.º.

Estas obrigações são obrigações legais concretas para as partes, independentemente do seu nível de desenvolvimento e capacidades associadas. A implementação destas obrigações vai além da compreensão convencional de pandemia e inclui até medidas para verificar a resistência antimicrobiana (que embora seja uma questão alarmante, foge do escopo inicial trazido para o INB e é uma agenda claramente imposta pelo norte global). No entanto, apesar desses pontos de veemência, as propostas constantes do projeto de texto de negociação são omissas quanto à regulamentação das práticas de comercialização da indústria farmacêutica.

O documento tenta promover a transparência, apelando aos Estados-Membros para encorajarem os fabricantes dos seus países a partilharem informações não divulgadas com fabricantes terceiros qualificados, caso a sua retenção previna ou dificulte a fabricação urgente. Além disso, os países devem publicar os termos dos acordos de P&D financiados pelo governo para produtos relacionados com a pandemia, incluindo preços de produtos finais.

No passado, muitos países não impuseram quaisquer condições às empresas farmacêuticas que receberam subsídios governamentais para desenvolver medicamentos, deixando-as a determinar os preços e o acesso por conta própria.

Entretanto, a disposição que anexava condições para o financiamento público em P&D, que estava no draft-zero foi excluída. A obrigação de publicar termos contratuais não garante que os financiadores públicos de P&D utilizem a sua influência para anexar condições pró-acesso ao seu financiamento, em primeiro lugar, nem garante que os destinatários do financiamento adotem medidas pró-acesso às atividades. Ambas dimensões são necessárias – transparência e condições – não só para garantir o desenvolvimento rápido e eficiente de ferramentas de saúde, mas também para garantir o acesso equitativo.

Um dos principais interesses dos países desenvolvidos em renovar o regime de emergência sanitária é estabelecer um sistema para acelerar a partilha de informações para acelerar os alertas precoces sobre surtos de doenças ou emergência de agentes patogénicos perigosos com potencial de pandemia ou emergência de saúde pública de interesse

internacional (ESPII). Ao mesmo tempo, os países desenvolvidos não querem assumir qualquer obrigação, quer de ajudar os países em desenvolvimento a criar infra-estruturas e sistemas de vigilância e resposta, quer de partilhar os benefícios, como vacinas, terapêuticas ou diagnósticos, resultantes da partilha da informação obtida através da vigilância. sistemas nos países em desenvolvimento.

Uma das seções mais complicadas para negociação é o Artigo 12, que trata do acesso a produtos pandêmicos e da partilha de benefícios decorrentes da partilha de informações sobre agentes patogênicos.

Para resolver esta questão, o projeto propõe a criação do Sistema de Acesso a Patógenos e Partilha de Benefícios da OMS (Sistema PABS da OMS) para garantir uma avaliação rápida e atenta dos riscos, facilitando o desenvolvimento rápido e oportuno e o acesso equitativo a doenças relacionadas com produtos pandêmicos.

Os laboratórios nacionais e as autoridades de saúde serão obrigados a carregar as sequências genéticas do material patogênico em uma ou mais bases de dados acessíveis ao público da sua escolha, de forma rápida, sistemática e atempada. Terão de fazer parte de uma rede de laboratórios coordenada pela OMS para receber material de outros organismos e não poderão procurar direitos de propriedade intelectual sobre nenhum dos materiais que receberem. Um acordo padrão de transferência de material (um PABS SMTA - standard material transfer agreement) regerá a transferência de material.

A OMS deveria receber um mínimo de 20% de produtos relacionados com a pandemia para distribuição, sendo 10% doados e 10% vendidos a preços acessíveis. Os benefícios, tanto monetários como não monetários, decorrentes do acesso aos materiais PABS da OMS, serão partilhados de forma justa e equitativa. A SECTIS do MS brasileiro tem reforçado que a linguagem a ser utilizada seja de produtos relacionados com o preparo e com pandemias, garantido que haja atenção e reforço com as políticas que antecedem momentos de emergência..

Os fabricantes dos países desenvolvidos devem ser encorajados a colaborar com os fabricantes dos países em desenvolvimento através de iniciativas da OMS para transferir tecnologia e know-how e reforçar capacidades para o aumento atempado da produção de produtos relacionados com a pandemia. O projeto também propõe opções como preços escalonados e acordos sem perdas/sem lucros para produtos pandêmicos que tenham em conta o nível de rendimento dos países.

Mesmo que um fabricante não opte por um PABS SMTA, se produzir produtos relacionados com a pandemia a partir de materiais PABS da OMS, será necessário garantir a sua alocação justa e equitativa. Entretanto, embora a linguagem do PABS tenha melhorado, a lógica de que a atribuição de uma percentagem da produção à OMS pode garantir um acesso equitativo é uma falácia. A partilha de tecnologia, conhecimento e propriedade intelectual por parte dos fabricantes que acessam informações sobre agentes patogênicos e dados deve ser obrigatória para garantir o acesso equitativo a todas as contramedidas médicas durante uma pandemia.

Os principais aspectos a focar neste momento são a inclusão e a transparência do processo de negociação, o envolvimento político dos países, bem como a transparência no caminho da transformação para enfrentar as barreiras à equidade.

Outro ponto que trouxe preocupação foi a remoção dos termos de Responsabilidades Comuns, mas Diferenciadas (CBDR, em inglês). O projeto de texto de negociação retirou o CBDR como princípio. O novo artigo proposto trata das capacidades de implementação e do apoio e cria uma obrigação genérica para todas as partes de cooperar com organismos internacionais para fortalecer as capacidades para cumprir as obrigações decorrentes do acordo e também fornecer recursos ao seu alcance para uma implementação eficaz. Estes esforços visam considerar as necessidades dos países em desenvolvimento, o que constitui uma diluição da CBDR.

O problema com esta abordagem é que ela foi transformada em uma obrigação geral de todas as Partes e não uma obrigação das Partes países desenvolvidos, que possuem os recursos financeiros e tecnológicos, para ajudar as Partes países em desenvolvimento na implementação eficaz das disposições.

Na ausência de obrigações específicas para os países desenvolvidos, constitui uma boa desculpa para estes países escaparem às suas responsabilidades de construir um regime PPRP baseado na equidade, na solidariedade e na cooperação. É também importante notar que a maior parte das obrigações previstas em outros artigos (como os artigos 4.º, 5.º, 6.º e 7.º) são propostas sem ter em conta o fosso de desenvolvimento existente entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.

Na ausência da CBDR, os países em desenvolvimento são obrigados a investir maciçamente para fornecer informações aos países desenvolvidos sem garantia legal para obter assistência para responder a um surto de uma pandemia.

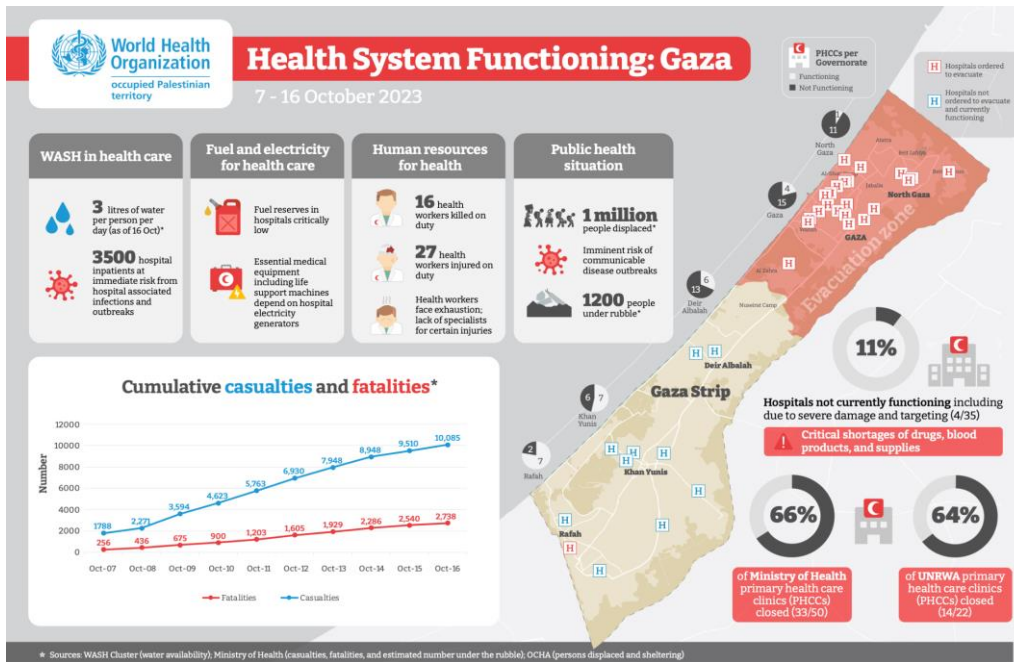
OMS e a crise humanitária em Gaza

Com o lema central de que a saúde é um direito fundamental de todo ser humano, a OMS tem advogado pela entrada de recursos, proteção de civis e proteção da vida humana como eixos centrais do confronto que acontece na região. Os posicionamentos não vieram somente após o dia 07 de outubro e último levante belicoso. Trabalha-se há anos com monitorização e participação popular ativas na região.

Em junho deste ano a OMS realizou um evento em Gaza para envolver parceiros na mobilização de ações para abordar as principais conclusões e recomendações de dois relatórios sobre o Direito à Saúde: Barreiras ao Acesso à Saúde² e Ataques aos Cuidados de Saúde 2019 a 2021 e Vozes Palestinas 2022 a 2023². Nestes documentos, a OMS mostrou que continua empenhada na documentação e monitorização sustentadas das barreiras ao direito à saúde, bem como no reforço e mobilização da nossa defesa colectiva no sentido de abordar as causas estruturais e profundas dessas barreiras e de promover o respeito, à proteção e o cumprimento do direito à saúde para todos Palestinos.

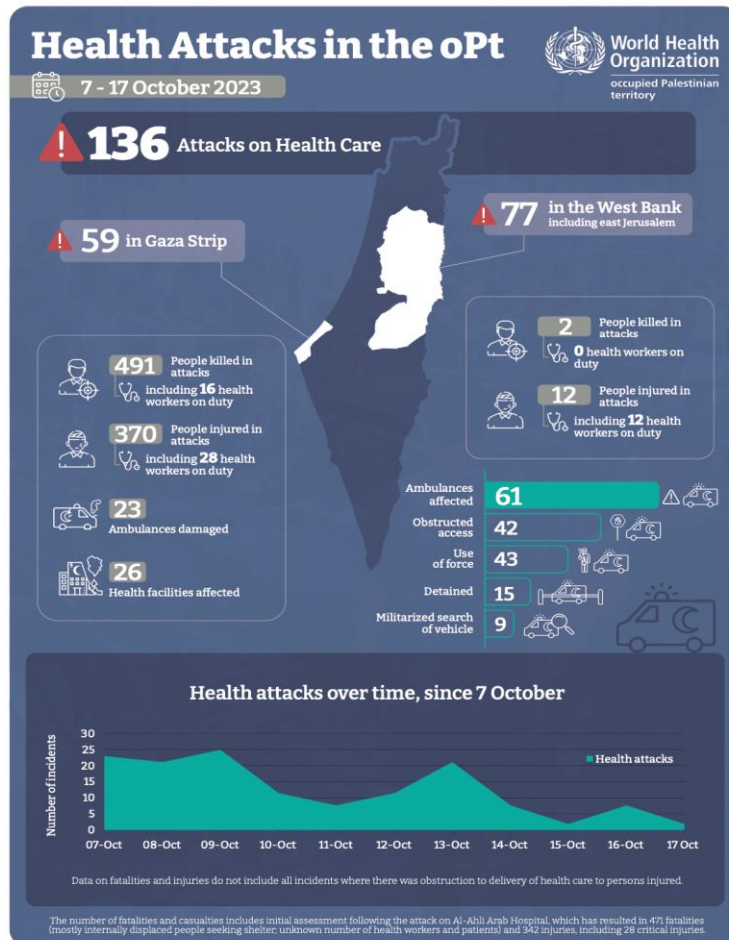
A página da OMS - EMRO <https://www.emro.who.int/opt/priority-areas/occupied-palestinian-territory-health-crisis-2023.html> pode ser consultada e fornece um compilado de todos os posicionamentos e ações que vêm sendo tomadas frente ao conflito, que já é uma emergência de saúde pública local e regional.

A página conta ainda com infográficos com informações atualizadas sobre os conflitos e monitoramento do funcionamento dos serviços de saúde.



Funcionamento serviços de saúde em Gaza de 07 a 16 de outubro de 2023.

(<https://www.emro.who.int/images/stories/palestine/Health-system-function-gaza-2023.pdf>)



Ataques às unidades de saúde no território de 01 a 17 de outubro de 2023.

(<https://www.emro.who.int/images/stories/palestine/health-attacks-7-17-10-2023.pdf>)

O Diretor geral da OMS desde o início do conflito esteve ativo em articulações internacionais, desde a liberação do centro de produtos e insumos da OMS, em Dubai a ativação de negociações com o Governo egípcio, para facilitar a entrada de suprimentos no território. Com veemência condenou o ataque a estabelecimentos de saúde e às condições às quais a população local está submetida.

Em [apelo recente conjunto da OMS, UNICEF, UNDP, UNFPA e WFP](#) foi feito o clamor para um cessar-fogo humanitário, juntamente com o acesso humanitário imediato e irrestrito em toda Gaza, para permitir que os intervenientes humanitários cheguem aos civis necessitados, salvem vidas e evitem mais sofrimento humano. Os fluxos de ajuda humanitária devem ser em grande escala e sustentados e permitir que todos os habitantes de Gaza preservem a sua dignidade. Ainda mencionou-se a necessidade de acesso seguro e sustentado à água, aos alimentos, à saúde – incluindo a saúde sexual e reprodutiva – e ao combustível, que é necessário para permitir serviços essenciais. Com menção a irrestrita proteção de todos os civis e das infra-estruturas civis em Gaza, incluindo as instalações de saúde e à proteção dos trabalhadores humanitários em Gaza que arriscam as suas vidas ao serviço de outros.

A carta finaliza com o apelo ao máximo respeito pelo direito internacional humanitário por parte de todas as partes e a menção de que Gaza já sofria de uma situação humanitária desesperadora antes das hostilidades mais recentes. Agora é catastrófico. O mundo deve fazer mais.

Referências

1. SEVENTH MEETING OF THE INTERGOVERNMENTAL NEGOTIATING BODY TO DRAFT AND NEGOTIATE A WHO CONVENTION, AGREEMENT OR OTHER INTERNATIONAL INSTRUMENT ON PANDEMIC PREVENTION, PREPAREDNESS AND RESPONSE A/INB/7/x Provisional agenda item x DRAFT Negotiating Text of the WHO convention, agreement or other international instrument on pandemic prevention, preparedness and response (WHO Pandemic Agreement) [Internet]. Disponível em https://healthpolicy-watch.news/wp-content/uploads/2023/10/advance-DRAFT_Negotiating-Text_INB-Bureau_16-Oct-2023.pdf. Acesso em 23 out. 2023.

2.1.Administrator. Right to Health: Barriers to health and attacks on health care in the occupied Palestinian territory [Internet]. World Health Organization - Regional Office for the Eastern Mediterranean. Disponível em : <https://www.emro.who.int/opt/information-resources/right-to-health.html>. Acesso em 23 out. 2023.

Paz global: O antídoto essencial para um futuro ameaçado pela tripla crise planetária

Global peace: The essential antidote for a future threatened by the triple planetary crisis

Danielly Magalhães

Luiz Augusto Galvão

Summary: *With just over a month left until COP-28, global conflicts divert resources from sustainability. Wars receive excessive funding, while the climate crisis lacks adequate support. The purchase of carbon credits and inaction threaten the environment. COP-28 is seen as an opportunity to address these issues, but the next global assessment is scheduled only for 2028, raising concerns about delays. Present inaction will lead to severe future consequences, including resource scarcity, healthcare system collapse, and conflicts. It is essential to condemn current conflicts to prevent their normalization in a world plagued by climate change.*

Pope Francis published an apostolic letter, "Laudate Deum," highlighting the urgency of climate action. He argues that the crisis is of human origin and requires cultural and lifestyle changes, along with global cooperation and a new form of multilateralism.

The World Health Summit 2023 discussed global health challenges, emphasizing the importance of adapting to climate change and global collaboration. Health is increasingly intertwined with climate issues.

The UNEP event on Nature-Based Solutions generated recommendations to promote the implementation of these solutions, including the creation of a repository of best practices and a database of related policies, as well as the analysis of technical tools and methods for measuring costs and benefits.

Keywords: *COP-28, Climate Change, Conflicts, Global Health Challenges, Nature-Based Solutions*

Resumo: *Faltando pouco mais de um mês para a COP-28 do Clima, conflitos mundiais desviam recursos da sustentabilidade. Guerras recebem financiamento excessivo, enquanto a crise climática não obtém apoio adequado. Compra de créditos de carbono e falta de ação ameaçam o meio ambiente. A COP-28 é vista como uma oportunidade para abordar essas questões, mas o próximo balanço global está programado apenas para 2028, levantando preocupações sobre atrasos. A inação presente resultará em sérias consequências futuras, incluindo escassez de recursos, colapso dos sistemas de saúde e conflitos. É essencial condenar os conflitos atuais para evitar sua normalização em um mundo colapsado pelas mudanças climáticas.*

O Papa Francisco publicou uma carta apostólica "Laudate Deum", destacando a urgência da ação climática. Ele argumenta que a crise é de origem humana e exige mudanças culturais e no estilo de vida, com cooperação global e um novo tipo de multilateralismo.

A Cúpula Mundial da Saúde 2023 discutiu desafios globais de saúde, enfatizando a importância da adaptação às mudanças climáticas e da colaboração global. A saúde está cada vez mais ligada às questões climáticas.

O evento do PNUMA sobre Soluções Baseadas na Natureza gerou recomendações para promover a implementação dessas soluções, incluindo a criação de um repositório de boas práticas e um banco de dados de políticas relacionadas, bem como a análise de ferramentas técnicas e métodos para medir custos e benefícios.

Palavras-chave: COP-28. Mudanças Climáticas. Conflitos. Desafios Globais de Saúde. Soluções Baseadas na Natureza

Faltando pouco mais de um mês para a COP-28 do Clima, o mundo se encontra imerso em mais um conflito que desvia recursos e atenção de esforços para um futuro sustentável. A perspectiva de ter, manter ou ganhar poder anula o valor da vida dos outros, inclusive a vida não humana. Assistimos mais uma vez àqueles que detêm o poder priorizando seus próprios interesses e ambições, relegando a proteção do planeta, da vida como um todo, e da mitigação das diversas crises globais, mesmo quando evidências científicas e eventos extremos claramente indicam a urgência de agir, colocando em risco não apenas a estabilidade ambiental, mas também o bem-estar de gerações presentes e futuras.

O impacto devastador de uma guerra, que se desenrola em curto prazo, deixa uma marca duradoura que perdura por anos a décadas. Isso se manifesta na forma de poluição e destruição do ambiente, afetando os recursos naturais que foram incorporados nas cidades. Também cria condições propícias para doenças infecciosas, incluindo a má nutrição, migração em massa, o aglomeramento de pessoas, a redução do acesso a água limpa, saneamento e abrigo. A guerra deixa uma marca profunda na saúde mental das pessoas que foram feridas tanto fisicamente como psicologicamente. Elas enfrentam a perda de suas casas, entes queridos e amigos, ficando com a herança de imagens e sons de destruição, violência, pânico e angústia profunda, somados a um sentimento de impotência, diante de tamanha injustiça e crueldade, além de medo – talvez o pior dos sentimentos que um ser humano pode vivenciar na vida... desumano, atroz.

Desde fevereiro de 2022, os Estados Unidos alocaram US\$ 113,4 bilhões em financiamento de emergência para apoiar a Ucrânia em tempos de guerra (o equivalente a menos de 2% do orçamento dos EUA), dos quais apenas cerca de US\$ 23 bilhões foram destinados à assistência humanitária e econômica à Ucrânia desde julho de 2023. Biden aguarda a aprovação do Congresso para um adicional de US\$ 24 bilhões, que inclui armas, equipamentos, apoio às tropas dos EUA na Europa e apoio econômico ao governo da Ucrânia. Uma parte substancial da ajuda militar enviada à Ucrânia terá que ser reembolsada, embora os EUA ainda não tenham estabelecido um cronograma definitivo⁸⁴. Agora, a Casa Branca está solicitando quase US\$ 106 bilhões em financiamento para Israel, Ucrânia, combate à China no Indo-Pacífico e operações na fronteira sul dos EUA. Em suma, uma quantidade substancial de recursos para a destruição em busca da manutenção do poder.

Enquanto isso, os impactos climáticos são cada vez mais frequentes e intensos e o apoio financeiro dos países mais ricos e poluidores continua sendo uma miragem, nunca atingindo os US\$ 100 bilhões/ano, conforme acordado na COP16, em Cancun. Sem contar que parte do que

⁸⁴How much money has the US given Ukraine since Russia's invasion?. Disponível em: <https://usafacts.org/articles/how-much-money-has-the-us-given-ukraine-since-russias-invasion/> acessado em 22/10/2023.

hoje é destinado se dá por concessões de empréstimos a título de compensações, que leva países vulneráveis a um maior endividamento.

A crise climática global é agravada por uma série de fatores, como o aumento da dívida em 52 países, que representam quase metade da população mundial, a crise da Covid-19, a guerra na Ucrânia e impactos climáticos significativos. Enquanto a injustiça climática persiste, os países mais ricos e poluentes não alocam recursos de maneira adequada e ainda investem em práticas prejudiciais. Os países mais pobres e vulneráveis têm sido os mais afetados e por isso, os principais defensores da luta contra as mudanças climáticas, apresentando ações como a Iniciativa Bridgetown⁸⁵, que busca fornecer financiamento e apoio à adaptação para nações com pouca resiliência climática. No entanto, essas soluções ainda enfrentam obstáculos, uma vez que o sistema financeiro global reluta em oferecer o devido suporte

Enquanto os esforços para combater as mudanças climáticas continuam em paralelo às negociações climáticas globais, a compra de créditos de carbono e a falta de ação significativa ameaçam a segurança ambiental. A COP28 é vista como uma oportunidade crucial para corrigir essas falhas, estabelecendo metas claras para reduzir emissões, promover a adaptação e a resiliência e alocar recursos financeiros para enfrentar a crise climática⁸⁶. No entanto, o próximo balanço global está programado apenas para 2028, o que levanta preocupações sobre atrasos, como já estamos vendo, que poderão custar vidas humanas e impactar a biodiversidade e os ecossistemas vitais.

É crucial refletir sobre como a inação no presente resultará em desafios ainda mais sérios relacionados à escassez de recursos no futuro. Os problemas que já presenciamos hoje, como a perda na produção de alimentos, a escassez de água, a fome, a pobreza, a migração em massa e o colapso dos sistemas de saúde - todos provocados pelas mudanças climáticas - são apenas o começo de uma série de desafios. Essa carência de recursos pode até mesmo precipitar conflitos no futuro. Portanto, se não lidarmos de maneira rigorosa com os conflitos existentes atualmente, e se não forem condenados de forma unânime, corremos o risco de normalizar esse comportamento, que viola o direito das pessoas e destrói ainda mais a natureza, comprometendo tudo o que a ONU tem trabalhado arduamente para construir desde a sua fundação. Se não estabelecermos a paz e o diálogo hoje, e mudar o comportamento para a solidariedade, será impossível conviver num futuro de escassez.

"Laudate Deum"

O Papa Francisco publicou uma carta apostólica intitulada "[Laudate Deum](#)" (Louvem a Deus), na qual faz um chamado apaixonado à ação em resposta à crise climática. Este documento é uma extensão de sua encíclica de 2015, "Laudato si" (Louvado sejas), e é especialmente relevante à medida que o mundo se aproxima da conferência COP28 em Dubai.

O Papa começa enfatizando que os sinais das mudanças climáticas estão se tornando cada vez mais evidentes, com eventos climáticos extremos, ondas de calor anormais, secas e outros sintomas de angústia ambiental. Ele aponta que os fatores indiscutivelmente induzidos

⁸⁵ The Bridgetown Initiative, Explained. Disponível em: <https://unclimatesummit.org/opinion-the-bridgetown-initiative/>, acessado em 22/10/2023.

⁸⁶ O que esperar da COP28? Disponível em: <https://diplomatie.org.br/o-que-esperar-da-cop28/>, acessado em 22/10/2023.

pelo ser humano aumentaram significativamente a probabilidade e a intensidade desses eventos extremos, com consequências como o deslocamento populacional.

O Papa Francisco refuta a noção de que o crescimento populacional, especialmente entre os mais pobres, é o principal fator das mudanças climáticas, destacando que uma pequena porcentagem dos indivíduos mais ricos do mundo contribui mais para a poluição do que 50% da população mais pobre. Ele também rejeita o argumento de que a redução do uso de combustíveis fósseis levaria à perda de empregos, explicando que a transição para energias renováveis, se bem administrada, pode criar muitas oportunidades de trabalho.

Deixa claro que a origem humana (antropogênica) das mudanças climáticas não pode mais ser questionada. As concentrações de gases de efeito estufa aumentaram dramaticamente nas últimas cinco décadas, levando a um aquecimento sem precedentes e causando efeitos como a acidificação dos oceanos e o derretimento das geleiras. O Papa Francisco contesta as estruturas econômicas globais atuais que priorizam o lucro em detrimento do meio ambiente.

O documento também aborda o comportamento antiético daqueles que detêm poder político e econômico. O Papa argumenta que os valores éticos e morais estão sendo erodidos, substituídos por táticas de marketing e desinformação para servir aos interesses dos mais poderosos economicamente. Ele enfatiza que é responsabilidade de todas as famílias reconhecer as amplas implicações da crise ambiental e se envolver ativamente na proteção do planeta em prol das gerações futuras.

O Papa Francisco expressa a esperança de que a COP28 traga compromissos eficazes para acelerar a transição para energias limpas e insta o mundo a levar a questão a sério, afastando a tendência de ridicularizar as preocupações ambientais em busca de ganhos econômicos. Ele destaca a necessidade de cooperação internacional por meio de acordos multilaterais e de organizações globais mais eficazes para proteger o bem comum. Ele lamenta como a comunidade global muitas vezes desperdiçou oportunidades para enfrentar crises globais e permitiu que o individualismo e os interesses dos poderosos prevalecessem.

O Papa defende um novo tipo de multilateralismo "de baixo para cima", que envolva mais pessoas e organizações na formulação de decisões globais. Ele afirma que precisamos encontrar um novo quadro para a cooperação eficaz, não um que simplesmente proteja os interesses das nações e corporações mais fortes.

O documento deixa claro que a resposta à crise climática não é apenas uma questão ambiental, mas também social e moral. O Papa acredita que nossa cultura e estilo de vida precisam mudar, especialmente nas sociedades mais ricas do Ocidente, que historicamente foram responsáveis pelas maiores emissões per capita. O Papa sustenta que a mudança em direção a um modo de vida mais sustentável não apenas mitigaria a crise climática, mas também promoveria o cuidado mútuo e o bem comum.

Cúpula Mundial da Saúde 2023

[A Cúpula Mundial da Saúde 2023 \(World Health Summit – WHS 2023\)](#) é uma conferência global de saúde que reúne partes interessadas da política, ciência, setor privado e sociedade civil de todo o mundo sobre como construir um futuro mais saudável, com soluções inovadoras para o bem-estar para todos. O evento aconteceu em Berlim, Alemanha e online de 15 a 17 de outubro sob o tema "Um Ano Decisivo para a Ação de Saúde Global".

Os tópicos centrais na Cúpula Mundial da Saúde 2023 foram:

- aprender com a COVID-19 para a prevenção de futuras pandemias;
- preparação e resposta;
- compromisso com a cobertura universal de saúde;
- saúde sustentável para as pessoas e o planeta;
- medidas do G7/G20 para aumentar a equidade e a segurança da saúde global;
- aproveitar o poder das tecnologias digitais para a saúde global;
- os 75 anos da Organização Mundial da Saúde; e
- inovações para acelerar a luta contra a tuberculose.

O diretor-geral da OMS discursou na cerimônia de abertura e membros da equipe da OMS falaram em sessões sobre temas como um acordo internacional sobre pandemia, saúde digital, mudanças climáticas e saúde, saúde sexual e reprodutiva e cobertura universal de saúde.

Saúde Sustentável para as Pessoas e o Planeta

Houve um segmento que abordou as consequências devastadoras das mudanças climáticas, degradação dos ecossistemas, perda de biodiversidade e poluição para a saúde. O calor, as epidemias, a insegurança alimentar, a escassez de água, os desastres naturais e outros grandes desafios que ameaçam a saúde e o bem-estar em escala global estiveram presentes em quase todos os painéis, além de sessões especiais que abordaram esse tema e a situação dos sistemas de saúde em todo o mundo que permanecem despreparados. Para avançar, as diferentes agências das Nações Unidas e as partes interessadas intersectoriais deram a receita sobre como abordar essas questões de forma transversal e considerando as interações entre as alterações climáticas, a perda de biodiversidade e a saúde.

O fato que pela primeira vez haverá um dia dedicado ao tema da saúde na COP28 abre o caminho para aumentar a discussão sobre a interface saúde-clima e o conjunto de soluções que precisam ser abordadas, além das mudanças necessárias na governança, na economia do clima e das políticas de saúde, as quais devem buscar uma abordagem baseada em marcos como o da justiça climática, Saúde Planetária e One Health, os quais oferecem estratégias para a mitigação e adaptação., além da construção de sistemas de saúde de baixo carbono, resilientes ao clima e sustentáveis. As sessões especializadas podem ser identificadas no [programa online](#) e podem ser vistas no canal do [Youtube do WHS 2023](#).

Evento liderado pelo PNUMA sobre Soluções baseadas na Natureza

Em fevereiro de 2022, a Assembleia Ambiental da ONU (UNEA) aprovou uma resolução sobre 'Soluções baseadas na natureza (SbN) para apoiar o desenvolvimento sustentável'. Por meio dessa resolução, a UNEA solicitou à Diretora Executiva do PNUMA que convocasse consultas intergovernamentais sobre SbN.

As Consultas Intergovernamentais Finais sobre Soluções Baseadas na Natureza ocorreram de 9 a 13 de outubro em Nairobi, Kenya, resultando na compilação das consultas Regionais (África, Ásia-Pacífico, Europa Oriental, América Latina e Caribe (LAC) e Europa Ocidental e Outros Estados (WEOG)) e globais sobre SbN.

As diversas contribuições regionais podem ser acessadas [aqui](#), demos destaque à da região da América Latina e Caribe.

[Resumo das consultas regionais da América Latina e do Caribe](#)

Realizadas em 9 e 10 de outubro de 2023, com co-facilitadores de Cuba e Colômbia. Durante a consulta regional, foram discutidos seis temas principais da agenda, com a participação de delegações de países membros, ONGs e representantes de comunidades.

1. Melhores práticas em SbN (Soluções baseadas na Natureza): Foram identificados exemplos de boas práticas em áreas rurais, urbanas e zonas marinho-costeiras. Destacou-se a importância de compartilhar casos concretos de boas e más práticas.

2. Padrões e critérios para SbN: Houve divergências quanto à necessidade de estabelecer um padrão comum para SbN. Alguns defenderam critérios gerais, enquanto outros enfatizaram a necessidade de flexibilidade para lidar com a diversidade de SbN.

3. Oportunidades e obstáculos para SbN e mitigação das mudanças climáticas: Alguns participantes questionaram se esse tema estava dentro do mandato da consulta regional, enquanto outros destacaram a importância das SbN na adaptação às mudanças climáticas.

4. Política para SbN: Foi destacado que muitos países já têm políticas próprias para SbN. Sugere-se integrar as SbN nas políticas de desenvolvimento sustentável, evitando mensagens equívocas sobre elas.

5. Medição de custos e benefícios para SbN: Foram discutidas as dificuldades de medir o valor das SbN e o impacto sobre a biodiversidade. A importância do acesso à informação e ao consentimento prévio e informado foi ressaltada.

6. Financiamento das SbN: Foi reconhecida a necessidade de recursos adicionais para implementar SbN e o papel de mecanismos como a compensação da dívida. Preocupa a possibilidade de aprofundar a desigualdade no acesso ao financiamento.

O grupo concluiu que as SbN têm um papel fundamental na região e devem ser integradas às políticas de desenvolvimento sustentável. Também se destacou a importância de manter uma abordagem diferenciada, considerando o impacto nas comunidades locais, especialmente mulheres e povos indígenas. Além disso, o acesso à informação e à participação comunitária foi enfatizado. Foi lamentado que não tenha havido um ponto na agenda global para debater a contribuição das SbN ao desenvolvimento sustentável.

Resultado de todas as consultas

Como resultado, os Co-Presidentes apresentaram um número limitado de [recomendações para apoiar a implementação de soluções baseadas na natureza para o Desenvolvimento Sustentável](#). Essas recomendações visam facilitar a implementação de soluções baseadas na natureza e incluem os seguintes pontos:

1. Criação de um repositório de exemplos de boas práticas de soluções baseadas na natureza, destacando vários exemplos de diferentes ecossistemas e abordando desafios sociais, econômicos e ambientais.

2. Estabelecimento de um banco de dados de instrumentos de política nacional relacionados a soluções baseadas na natureza, tornando as informações acessíveis para pesquisadores e países que desejam desenvolver suas próprias políticas.

3. Análise de ferramentas técnicas disponíveis para apoiar soluções baseadas na natureza, identificando seu propósito e valor prático.

4. Exame dos métodos existentes para medir os custos e benefícios de soluções baseadas na natureza, incluindo aspectos não econômicos e a distribuição de custos e benefícios.

5. Produção de um guia sobre várias fontes de financiamento para soluções baseadas na natureza, abordando a falta de financiamento como uma barreira, especialmente em países em desenvolvimento.

6. Estabelecimento de centros de informações regionais ou nacionais sobre soluções baseadas na natureza para aumentar a conscientização e compreensão, adaptando as informações às necessidades e circunstâncias específicas.

7. Preparação de um guia acessível para termos relacionados a soluções baseadas na natureza, simplificando o entendimento de vários termos relacionados.

8. Coordenação entre os Acordos Multilaterais Ambientais (MEAs) sobre como abordam soluções baseadas na natureza para promover uma compreensão comum e uma implementação consistente.

Essas recomendações têm como objetivo apoiar e aprimorar a implementação de soluções baseadas na natureza para o desenvolvimento sustentável.

Conclusão

Os eventos e desenvolvimentos mencionados destacam uma teia intrincada de desafios interconectados que afetam o cenário global. A mudança climática é uma ameaça premente que se manifesta cada vez mais em eventos climáticos extremos, aumento do nível do mar, mortes por ondas de calor, perda de biodiversidade e outras consequências significativas. Ao mesmo tempo, conflitos, como a guerra na Ucrânia, desviam recursos e atenção, gerando desestabilização e caos. A saúde, por sua vez, é profundamente impactada por esses problemas, seja por meio de surtos de doenças infecciosas desencadeados por deslocamentos populacionais, seja pela degradação ambiental que prejudica a qualidade de vida das pessoas.

Esses desafios estão intimamente entrelaçados, e suas consequências têm um alcance global. A mudança climática exacerbou a escassez de recursos, a insegurança alimentar e a migração em massa, muitas vezes contribuindo para a eclosão de conflitos. Conflitos, por sua vez, podem criar condições propícias para a propagação de doenças, agravando ainda mais as crises humanitárias.

O que isso destaca é a necessidade urgente de ação coordenada em nível internacional. A cooperação entre países é fundamental para abordar esses problemas de maneira eficaz. Os acordos climáticos, como o Acordo de Paris, exemplificam os esforços globais para lidar com a mudança climática. Além disso, é importante que as nações trabalhem em conjunto para resolver conflitos e promover a paz, a estabilidade e a segurança. Da mesma forma, a saúde pública e a pesquisa médica se beneficiam significativamente da cooperação global, especialmente em tempos de pandemias.

Paz e justiça em marcha ré: relatório do PNUD alerta para retrocessos no ODS 16

Peace and justice in reverse: UNDP report warns on setback for SDG 16

*Erica Kastrup
Rômulo Paes de Sousa*

Resumo. O artigo discute o documento do PNUD que apresenta o progresso global com relação ao ODS 16 que se refere à Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Os resultados do trabalho apontam para retrocessos em diversos indicadores relacionados ao tema que, se considerados à luz do conflito que se desenrola neste momento no Oriente Médio, apontam para um quadro regressivo do objetivo primordial da ONU de evitar a guerra.

Abstract. *The article discusses the UNDP document that presents global progress on SDG 16, which refers to Peace, Justice, and Strong Institutions. The results of the work point to a setback in several indicators related to the topic that, in light of the conflict currently unfolding in the Middle East, point to a U-turn on the UN's primary objective of avoiding war.*

No último dia 7 de outubro, ocorreu a agudização do histórico conflito na Palestina. A recente invasão do Hamas ao território israelense e os eventos que se desenvolvem desde então vem revelando a inoperância das lideranças mundiais em garantir a paz e justiça entre países e no interior deles. Isso significa, em termos globais, o fracasso da mobilização em torno do ODS 16, que pretende incentivar a construção da **Paz, Justiça e Instituições Eficazes**, promovendo sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionando o acesso à justiça para todos e construindo instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.

Em momento oportuno, o PNUD lança o **Relatório de progresso global sobre os indicadores do ODS16: Um apelo à ação sobre paz, justiça e inclusão**⁸⁷, produzido em conjunto pelo PNUD, Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (UNODC) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). Promover a infraestrutura adequada ao desenvolvimento sustentável é um dos objetivos gerais do PNUD, que vem se esforçando para reorientar suas atividades de ajuda humanitária e assistência em situações de conflito buscando implementar ações que visem à sustentabilidade pós momento crítico. O relatório apresenta um quadro preocupante, ao apontar como a violência restringe o desenvolvimento sustentável.

O trabalho ilustra o status do progresso em direção ao ODS 16 considerando dados disponíveis até o final de 2022, que não englobam, portanto, as consequências do conflito mais recente. Apresentando uma análise do progresso alcançado para todas as metas relacionadas, a conclusão geral do documento é que a grande maioria não será atingida até 2030. Um avanço importante apontado foi na disponibilidade de dados, que se ampliou consideravelmente, desde 2015, quando a Agenda 2030 foi aprovada. Desde então, os países, de acordo com as suas

⁸⁷ Disponível em: <https://www.undp.org/publications/global-progress-report-sustainable-development-goal-16-indicators-wake-call-action-peace-justice-and-inclusion>

capacidades, desenvolveram e adotaram uma série de padrões metodológicos inovadores para a construção e uso de indicadores, e iniciativas de capacitação foram implementadas para apoiar a sensibilização com relação aos temas relacionados ao ODS 16. O resultado é que este ano, pela primeira vez, estão disponíveis dados sobre todos indicadores do ODS 16, embora hajam questionamentos sobre a qualidade dos dados utilizados na produção dos indicadores e a cobertura considerada e a consequente representatividade dos cenários indicados.

O documento apresenta indicadores relativos as todas as metas do ODS 16, quais sejam: as formas de violência e taxas de mortalidade relacionadas; trafico humano, abuso e exploração de crianças; acesso à justiça; fluxos financeiros e de armas ilícitos; corrupção, suborno; desenvolvimento de instituições responsáveis, democráticas e transparentes; direito ao registro civil e participação de países em desenvolvimento nas instituições de governança e nas decisões globais.

Abaixo, destacamos alguns resultados indicados no relatório, que nos ajudam a visualizar um panorama geral da situação global com relação ao ODS 16:

- Em 2021, os homicídios atingiram o nível mais alto desde 2000.
- 81% das vítimas de homicídios são homens;
- Uma média anual de 440.000 mortes foram causadas por homicídio doloso no período 2019–2021;
- Desde 2015, as mortes relacionadas a conflitos diminuíram, mas houve um aumento de mais de 50% no número de mortes entre civis por conflitos nos anos de 2021 e 2022;
- A violência não letal e a percepção de insegurança, principalmente entre mulheres, tiveram redução pouco significativas;
- A violência contra crianças continua com alta prevalência na esfera doméstica e em situações de exploração;
- Mais de metade de todas as crianças, na maioria dos países que reportaram indicadores, continuam a sofrer castigos físicos ou agressões psicológicas como forma de disciplina;
- A pandemia de COVID-19 parece ter exacerbado a situação do tráfico humano, embora o número total de vítimas detetadas tenha diminuído no nível global. Isso seria consequência de uma redução na capacidade das autoridades nacionais em identificar as vítimas e prevenir a operação de traficantes;
- Pouco progresso foi alcançado no sentido de se garantir justiça para todos. A proporção de prisioneiros que não tiveram uma sentença permanece em torno de 30% da população carcerária mundial e a superlotação nas prisões é relatada por quase metade dos países;
- Além disso, menos da metade da população que é vítima de violência reporta os crimes de que foram vítimas às autoridades competentes, sendo que vítimas de agressão sexual relatam menos do que vítimas de outros crimes;
- Ainda há pouca informação com relação a comercialização ilícita de armas e os fluxos financeiros referentes;

- Rastrear a origem de armas apreendidas é desafio para muitos países devido à falta de recursos e capacidade, e os Estados rastreiam com sucesso apenas um terço das armas potencialmente rastreáveis, conforme dados referentes ao período entre 2016 e 2021;
- Os poucos países onde alguns elementos relativos aos fluxos financeiros ilícitos foram medidos sugerem que o montante desses fluxos, relacionados com os mercados de drogas e armas, pode ser substancial, ultrapassando o valor de algumas exportações agrícolas;
- O suborno continua a ser um problema em todas as regiões, embora sua prevalência varie significativamente dependendo do nível de renda de um país;
- A prevalência de suborno relatada pelas empresas tende a ser menor do que relatado pelos indivíduos, o que seria provavelmente o resultado de subnotificação, mas o montante dos subornos pagos pelas empresas são potencialmente muito maiores;
- Os dados ainda são escassos, mas os números mais recentes revelam que os desvios nos orçamentos aprovados pelos governos estão aumentando, depois de uma diminuição significativa observada entre 2015 e 2019;
- As mulheres estão sobrerrepresentadas em níveis mais baixos de tomada de decisão no setor público, mas sub-representadas nos níveis mais elevados das instituições nacionais, e a mesma tendência é observada no sistema judicial;
- Os países em desenvolvimento continuam sub-representados no Fundo Monetário Internacional e nos sistemas financeiros internacionais;
- O registro civil ainda é um desafio para muitos países. Em 2022, um quarto das crianças menores de 5 anos em todo o mundo não possuíam registro de nascimento, o que restringe o acesso dos mais vulneráveis aos serviços sociais nacionais;
- O número global de assassinatos e desaparecimentos de jornalistas e defensores dos direitos humanos aumentou 20 por cento entre 2015 e 2021, com aumento significativo em 2022. Por outro lado, desde 2015, o acesso à informação melhorou, à medida que o número de países que adotaram leis para garantir o acesso público à informação aumentou em quase um terço;
- Seis em cada dez países em todo o mundo ainda carecem de instituições nacionais de direitos humanos independentes;
- Uma em cada seis pessoas no mundo sofre discriminação de qualquer tipo, sendo a discriminação racial uma das formas mais comuns;
- As mulheres são duas vezes mais propensas a denunciar casos de discriminação com base no sexo ou no estado civil, enquanto um terço das pessoas com deficiência relatam terem se sentido discriminadas em algum momento.

Debates e alertas importantes emergem deste panorama, como por exemplo, a necessidade da abordagem de gênero no enfrentamento da violência. Em 2021, 56% das mulheres vítimas de homicídio foram mortas por violência de parceiros íntimos ou de familiares, enquanto apenas 10 % das vítimas masculinas foram objeto de homicídio nessas circunstâncias, sugerindo que a casa continua a ser o local mais perigoso para mulheres. Ao mesmo tempo, as mulheres apresentam claramente maior incidência de violência sexual (3,4%) do que os homens (0,4%), sendo claro para os autores a expressiva subnotificação dos dados relativos à violência sexual contra a mulher.

Para o período 2014-2021, apenas 55 países (a maioria de baixa e média renda) apresentaram dados internacionalmente comparáveis sobre violência sexual contra meninas e apenas 12 produzem dados comparáveis sobre meninos. Entre as regiões com estimativas representativas, a prevalência da violência sexual na infância entre as meninas varia, de 1% na Ásia Central e Meridional para 6% na África Subsaariana e 7% na região do Pacífico (excluindo Austrália e Nova Zelândia). Em mais de um terço dos países, pelo menos 5% das mulheres jovens relataram experiências de violência sexual na infância, enquanto a proporção foi muito menor entre os homens nos países com dados disponíveis.

Em 2022, o indicador 16.1.2 (Mortes relacionadas com conflitos por 100.000 habitantes) já apresentava uma preocupante tendência de aumento entre civis motivada pelo conflito Rússia-Ucrânia. O uso de armas pesadas e munições explosivas aumentou de 13% em 2021 para 39% em 2022, sinalizando uma mudança na dinâmica dos conflitos, com ataques mais indiscriminados e desproporcionais sobre os civis. Os dados também sugerem um risco aumentado de morte para as mulheres que vivem em áreas afetadas, saltando de 15% dos civis mortos para 19% em 2022. Desde 7 de outubro, mais de 6 mil pessoas já morreram no conflito entre Israel e Gaza, a grande maioria civis e muitas mulheres e crianças, indicando o agravamento desse quadro para 2023.

Evitar o retrocesso no ODS 16 não é uma aspiração em si, já que a paz, a justiça e instituições responsáveis são condições essenciais para a consecução de todos os outros ODS. Embora quantificar o efeito dos conflitos armados sobre o conjunto deles e sobre o desenvolvimento sustentável seja um desafio, o documento do PNUD apresenta um estudo sobre a relação empírica entre taxas de homicídio e desenvolvimento econômico.

O trabalho busca entender a relação entre taxas de homicídio e níveis do PIB usando diferentes modelos estatísticos. Dados apontam que, em média, um aumento de 1% na taxa de homicídios produziria a um declínio de 0,008% no PIB e, de maneira adversa, uma diminuição na taxa de homicídios do nível médio (8,30 por 100.000) para o nível mediano (3,07 por 100.000) produziria um aumento do PIB anual per capita em cerca de 0,04%. O estudo alerta que a violência não impõe apenas custos diretos à sociedade através da perda de vidas, mas também leva a perdas econômicas indiretas, como a redução do investimento devido ao medo relacionado ao crime, à diminuição da produtividade por trauma físico ou psicológico, à diminuição da confiança no Estado de direito, à diminuição das horas de trabalho e das atividades econômicas por conta de possíveis restrições de movimento. As implicações estruturais no longo prazo são muitas. A insegurança tem o efeito de desviar a despesa pública de ativos produtivos, tais como como infraestrutura, saúde e educação, para medidas de proteção.

Em situações de guerra todas essas questões adquirem relevância ampliada, e é importante lembrar que o conflito na Palestina e a tragédia humanitária que se descortina acontecem em um momento em que o mundo já sofre com a inflação de alimentos e energia, com o peso da dívida nos países mais pobres, alterações climáticas e a perda de biodiversidade que têm levado a condições extremas de calor, seca e inundações, ceifando vidas e meios de subsistência.

Pelo que conclui o trabalho do PNUD e considerando o retrocesso nos processos de paz e justiça dada situação no Oriente Médio, o ODS 16 está em marcha ré. Salvar o mundo da guerra foi a principal motivação para a criação da Organização da Nações Unidas em 24 de outubro de 1945, há exatos 78 anos. O lançamento da Agenda 2030 marcou seu septuagésimo aniversário

com o lançamento de uma proposta ambiciosa e propositiva de construção de um futuro justo e sustentável para a humanidade. No que refere à sua motivação inicial, a ONU está falhando, e junto com ela sua agenda Agenda ambiciosa de desenvolvimento inclusivo.

A tragédia do conflito armado no Oriente Médio vem produzindo exaustão, adoecimento e morte de trabalhadores e trabalhadoras da saúde, e não tem poupado hospitais e outros equipamentos de saúde: indignação, reverência e memória!

The tragedy of the armed conflict in the Middle East has produced exhaustion, illness and death of health workers, and has not spared hospitals and other health equipment: indignation, reverence and memory!

René Mendes

Abstract. *This text aims to denounce, help mobilize public opinion, register the indignation, make an appeal to the perpetrators of this barbarism, and pay homage to the dozens of victims – female and male health workers – linked to the Palestinian Ministry of Health in Gaza, to the International Red Cross and Red Crescent, Doctors Without Borders, and other organizations that take care of health in that region of Gaza. The indignation, reverence and memory also refer to all the other victims of this barbarism, including the dozens of workers in social services, education, caring for people and families in refugee camps, employees of United Nations agencies and many non-governmental organizations dedicated to the Palestinian people.*

Keywords: *health workers; fatigue, exhaustion and burnout; war; death; Gaza (Palestine)*

Resumo. O presente texto tem por objetivo denunciar, ajudar a mobilizar a opinião pública, registrar a indignação, fazer um apelo aos perpetradores desta barbárie, e reverenciar as dezenas de vítimas – trabalhadores e trabalhadoras da saúde - vinculados ao Ministério da Saúde da Palestina em Gaza, à Cruz Vermelha e ao Crescente Vermelho Internacionais, aos Médicos sem Fronteiras, e a outras organizações que cuidam da saúde naquela região de Gaza. A indignação, a reverência e a memória também se referem a todas as demais vítimas desta barbárie, nelas incluídas as dezenas de trabalhadores e trabalhadoras de serviços sociais, da educação, do cuidado de pessoas e famílias em campos de refugiados, funcionários das agências das Nações Unidas e de muitas organizações não-governamentais que se dedicam ao povo palestino.

Palavras-chave: trabalhadores da saúde; fadiga, exaustão e burnout; guerra; morte; Gaza (Palestina)

Introdução

Diferentemente da pandemia da Covid-19, que provocou contágio, doença e morte de muito mais pessoas das profissões de saúde e das linhas de frente de outras atividades rotuladas como “essenciais”, o conflito armado que se instalou no Oriente Médio, a partir dos ataques terroristas do Hamas, que desencadeou respostas armadas desproporcionais e indiscriminadas de Israel contra as populações civis da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, vem produzindo graves danos sobre a vida e a saúde de trabalhadores e trabalhadoras da saúde, e não tem poupado

edificações, equipamentos e veículos utilizados no cuidado emergencial das vítimas civis deste infame conflito, em especial na Faixa de Gaza. Trabalhadores e trabalhadoras da saúde dedicam-se, literalmente, dia e noite, a tentar salvar vidas, quase sempre vítimas dos bombardeios indiscriminados, que ferem, mutilam, queimam e matam mulheres e crianças, principalmente. Nossos colegas e irmãos que tentam salvar vidas, dentro da precariedade crônica e agora agudizada, das condições de trabalho, têm perdido as suas próprias vidas, seja por exaustão, seja por fadiga e burnout, seja pelos ataques destruidores das bombas, seja pela desolação de receberem notícias que seus entes queridos estão sendo mortos em suas casas, seja pelo desespero de verem crianças e mulheres despedaçadas. E de ouvirem notícias dos milhares que ficaram sob os escombros de prédios bombardeados, incessantemente e impunemente. Para muitos analistas, configuram-se crimes de guerra, na medida em que ferir e matar trabalhadores e trabalhadoras que cuidam de feridos constituiu-se em violação grave, especificada em convenções internacionais, mais que centenárias⁸⁸.

O presente texto visa dar visibilidade a estas denúncias, mobilizar a opinião pública, registrar a indignação, fazer um apelo aos perpetradores desta barbárie, e homenagear as dezenas de vítimas, vinculadas ao Ministério da Saúde da Palestina em Gaza, à Cruz Vermelha e ao Crescente Vermelho Internacionais, aos Médicos sem Fronteiras, e a outras organizações que cuidam da saúde naquela região. A reverência e a indignação também se referem a todas as vítimas desta barbárie, nelas incluídas as dezenas de vítimas feitas entre trabalhadores e trabalhadoras de serviços sociais, da educação, do cuidado de pessoas e famílias em campos de refugiados, funcionários das agências das Nações Unidas e de muitas organizações não-governamentais que se dedicam ao povo palestino.

Hospitais sem eletricidade, água, alimentos e medicamentos

Todos temos acompanhado a gravidade da tragédia humanitária que se abate sobre a Faixa de Gaza, e sobre outras comunidades palestinas na Cisjordânia. Damos a palavra, aqui, a colegas da organização “Médicos sem fronteiras”⁸⁹ “Sem eletricidade, muitos pacientes morrerão”, afirma a Dra. Guillemette Thomas, coordenadora-médica de MSF na Palestina. Seguem trechos de entrevista

Segundo a matéria e a entrevista, as poucas instalações médicas que ainda funcionam no norte de Gaza estão sob uma pressão inimaginável. Muitos profissionais de saúde foram forçados a fugir para o sul, pois [os ataques israelenses são implacáveis](#). A equipe restante tem que lidar com o [acesso restrito à eletricidade e à água, em um contexto de cerco, afirma](#).

“Desde a ordem de evacuação emitida pelas autoridades israelenses, que forçou mais de um milhão de habitantes a se deslocarem para o sul da Faixa de Gaza, as pessoas foram obrigadas a tomar decisões extremamente difíceis entre ficar e sair. Para os profissionais de saúde, isso significou a escolha entre deixar para trás seus pacientes em uma morte quase certa ou ficar e arriscar suas próprias vidas. Alguns ficaram e continuaram a trabalhar, apesar dos riscos. Estamos em contato com alguns de nossos colegas que estão apoiando as equipes do Ministério da Saúde, especialmente no Hospital Al-Shifa, na cidade de Gaza, onde MSF prestou atendimento a vítimas de queimaduras durante anos. Hoje, a equipe médica enfrenta a mesma realidade do resto dos habitantes de Gaza: eles têm sido constantemente bombardeados nos

⁸⁸ <https://ihl-databases.icrc.org/en/ihl-treaties/gci-1949?activeTab=undefined>

⁸⁹ <https://www.msf.org.br/noticias/gaza-sem-eletricidade-muitos-pacientes-morrerao/>

últimos 10 dias. **Nossos colegas nos dizem que muitos médicos e outros profissionais de saúde morreram desde o início da ofensiva israelense**”, prossegue a coordenadora médica de MSF na Palestina, sediada em Jerusalém.

“Eles relatam que entre 800 e 1.000 pessoas são feridas todos os dias na Faixa de Gaza, mas esse número inclui apenas aquelas que conseguem chegar a um hospital. Como o acesso às instalações de saúde é extremamente perigoso e complicado pela falta de combustível, somente os pacientes mais graves procuram atendimento hospitalar. Desde o início do conflito, mais de 9.700 pessoas ficaram feridas. Acredito que essas pessoas correm sério risco de morrer nas próximas horas, porque está se tornando impossível conseguir atendimento médico.”

À pergunta se o sistema de saúde ainda está funcionando em Gaza, a Dra. Guillemette Thomas assim respondeu: “Já estamos testemunhando o colapso do atendimento ao paciente. A equipe médica não consegue mais tratar as pessoas ou admitir novos pacientes adequadamente. Tudo está sendo feito em condições extremamente precárias, com falta de pessoal, medicamentos e equipamentos médicos. Há um fluxo constante de pessoas gravemente feridas, com ferimentos traumáticos complexos, queimaduras, fraturas e membros esmagados. O Hospital Al-Shifa, o principal hospital de Gaza, agora abriga milhares de pessoas que foram para lá em busca de proteção contra os constantes bombardeios. Enquanto Gaza está na escuridão, Al-Shifa é um dos poucos lugares que ainda têm eletricidade, embora o combustível só dure mais 24 horas, no máximo. Em suma, sem eletricidade, muitos pacientes morrerão, especialmente aqueles em tratamento intensivo, neonatologia e em aparelhos de suporte respiratório. Pacientes com doenças crônicas, como diabetes e câncer, e mulheres grávidas também correm risco, por causa da escassez geral de medicamentos.”

“Chegamos a um ponto em que a água é nossa principal prioridade. Hoje, estima-se que 60% da população de Gaza, mais de 1 milhão de pessoas, vivem ao relento, sem acesso à água e à saúde. Não há atendimento médico básico disponível porque as clínicas estão fechadas, e as condições de higiene são muito ruins. Além das pessoas com ferimentos graves, corremos o risco de ver uma onda de doenças associadas às más condições de vida: problemas como diarreia, infecções respiratórias e de pele e desidratação podem se desenvolver rapidamente e colocar em risco as pessoas em situações mais vulneráveis, incluindo crianças. Metade da população de Gaza tem menos de 18 anos de idade. No entanto, não há sistema de saúde para cuidar deles”.

“É fundamental fazer com que os hospitais voltem a funcionar. Para isso, é preciso garantir cessar-fogo regular para que medicamentos e combustível sejam trazidos em grande escala. Se ficarmos sem medicamentos anestésicos, os cirurgiões serão obrigados a interromper as operações. É necessário apoio humanitário imediato para 1 milhão de pessoas deslocadas. Elas precisam de acesso a água e saneamento, assim como a cuidados médicos básicos, antes que sua saúde se deteriore drasticamente.”⁹⁰

Médicos sem Fronteiras (MSF) na Palestina, já antes de outubro

Segundo a apuração feita para este breve artigo, assim encontramos em seu site⁹¹:

“Na Palestina, Médicos Sem Fronteiras (MSF) presta assistência médica e psicológica às pessoas afetadas por um conflito de longa duração. Nossas equipes continuam oferecendo

⁹⁰ <https://www.msf.org.br/localidade/gaza/>

⁹¹ <https://www.msf.org.br/o-que-fazemos/projetos-msf/palestina/>

serviços médicos especializados na Faixa de Gaza, onde o sistema de saúde sobrecarregado foi gravemente afetado por 15 anos de bloqueio israelense. Atuando em três hospitais e vários ambulatórios, oferecemos atendimento integral a pessoas vítimas de queimaduras e traumas, incluindo cirurgia, fisioterapia, apoio psicológico, terapia ocupacional e educação em saúde. Desde 2018, também mantemos um programa de cirurgia reconstrutiva no Norte de Gaza. Além dessas atividades, nossas equipes apoiam os laboratórios na identificação e no tratamento de infecções resistentes a antibióticos e oferecem treinamento e apoio psicológico aos profissionais de saúde locais. Na Cisjordânia, a violência relacionada com a ocupação, o declínio econômico, o desemprego e a pobreza continuam afetando a saúde dos palestinos. Em Hebron, oferecemos apoio psicológico, psicoterapia e serviços psiquiátricos a pessoas afetadas pela violência. Também apoiamos o plano comunitário de resposta a emergências, dando suporte a centros de saúde comunitários que tratam vítimas de surtos repentinos de violência, empoderando os residentes da região a responderem às suas próprias necessidades de saúde. Em Jenin, MSF está trabalhando com o Ministério da Saúde no Hospital de Jenin para fortalecer os mecanismos de resposta a emergências diante da deterioração da situação de segurança. Em Nablus, Qalqilya e Tubas, realizamos sessões de psicoterapia individual, em grupo e familiar para oferecer assistência às pessoas com transtornos de saúde mental. Também estamos ajudando a capacitar a equipe por meio de um programa de estágio para psicólogos, em parceria com o Sindicato Palestino de Assistentes Sociais e Psicólogos na Cisjordânia.”

“Enquanto isso, nossas equipes continuam oferecendo cuidados de saúde básica por meio de nossas clínicas em uma área conhecida como ‘H2’, no coração da Cidade Velha de Hebron, e em Masafer Yatta, no sul de Hebron Hills. Além disso, levamos apoio psicológico de emergência e kits com itens de primeira necessidade a palestinos que sofreram incidentes violentos, como a demolição de suas casas. Esses kits incluem colchões, aquecedores, painéis e outros utensílios. Em 2022, também ajudamos a equipe médica palestina a tratar as vítimas de surtos de violência em Jerusalém e oferecemos treinamento em preparo para emergências na Cisjordânia.”

Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho⁹²

“O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho é um movimento [internacional humanitário](#), neutro e imparcial, não vinculado a qualquer Estado, presente em aproximadamente 97 milhões de voluntários mundialmente. Seu objetivo é proteger a vida e a [saúde humana](#), e prevenir e aliviar [sofrimento](#) humano, sem [discriminação](#) baseada em [nacionalidade](#), [raça](#), [sexo](#), [religião](#), [classe social](#) ou opiniões [políticas](#).”

O movimento é composto de três partes distintas:

- O [Comitê Internacional da Cruz Vermelha \(CICV\)](#) é uma instituição humanitária, fundado em [1863](#) em [Genebra, Suíça](#), por [Jean Henri Dunant](#). Seu comitê de 25 membros possui uma autoridade única sob a lei internacional humanitária para proteger a vida e a [dignidade](#) de vítimas de conflitos internacionais e internos. O CICV foi premiado com o [Prêmio Nobel da Paz](#) três vezes, em [1917](#), [1944](#) e [1963](#).

⁹²https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Internacional_da_Cruz_Vermelha_e_do_Crescente_Vermelho

• A [Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho \(FIRC\)](#) foi fundado em [1919](#), e atualmente coordena as atividades entre as 186 sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho dentro do movimento. Ao nível internacional, a Federação lidera e organiza, em cooperação com as Sociedades Nacionais, missões de assistência para emergências de grande escala. A FIRC está sediada em Genebra, Suíça. Em [1963](#), a Federação, então conhecida como a Liga das Sociedades da Cruz Vermelha, foi premiada com o Prêmio Nobel, em conjunto com o CICV.

• [Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho](#) existem em quase todos os [países](#) do mundo. Atualmente, 186 Sociedades Nacionais são reconhecidas pelo CICV, e admitidos como membros da federação. Cada entidade trabalha em seu país de origem de acordo com os princípios da lei internacional humanitária e dos [estatutos](#) do Movimento internacional. Dependendo das circunstâncias específicas e das capacidades, as Sociedades Nacionais podem efetuar tarefas humanitárias que não estão diretamente definidas pela lei internacional humanitária ou mandados pelo Movimento internacional. Em muitos países, tais sociedades estão ligadas com o sistema nacional de saúde dos respectivos países, através do fornecimento de [serviços de emergência médica](#).

“A missão oficial do CICV é atuar como uma organização imparcial, neutra e independente, e proteger a vida e a dignidade das vítimas de conflitos armados internos e externos. De acordo com o [Acordo de Sevilha](#) de [1997](#), o CICV é a ‘agência líder’ do Movimento em conflitos. Os principais papéis do Comitê, que derivam das Convenções de Genebra e de seus próprios estatutos, são os seguintes:

- Monitorar o cumprimento de todos os grupos envolvidos com as Convenções de Genebra.
- Organizar a [assistência médica](#) para os que foram lesionados no campo de batalha.
- Supervisionar o tratamento de [prisioneiros de guerra](#).
- Ajudar a busca de [pessoas desaparecidas](#) em um conflito armado.
- Organizar proteção e cuidados para populações civis.
- Arbitrar grupos opostos em um conflito armado.”

Seleção de algumas notícias recentes sobre trabalhadores e trabalhadoras do cuidado na Faixa de Gaza

O *Wall Street Journal* trouxe matéria intitulada “Health, U.N. Workers Killed in Gaza” (Saúde, trabalhadores da ONU mortos em Gaza)⁹³. “À medida que os combates se intensificavam, as organizações humanitárias relataram vítimas entre os seus trabalhadores. A Sociedade do Crescente Vermelho Palestino disse na quarta-feira, que as forças israelenses **atacaram uma ambulância** no norte da Faixa de Gaza, **matando três médicos**. A Organização Mundial da Saúde, em um briefing na terça-feira, disse ter documentado **37 ataques a instalações de saúde e ambulâncias que mataram seis médicos. Nove funcionários da Agência de Assistência e Obras da ONU para Refugiados Palestinos foram mortos** desde que a ofensiva começou no fim de semana, disse a agência na quarta-feira.”

A Agência de notícias CBC, assim noticiou: “Health-care and relief workers killed in Gaza as humanitarian groups navigate full blockade”⁹⁴ (“Profissionais de saúde e de ajuda humanitária mortos em Gaza enquanto grupos humanitários enfrentam em bloqueio total”). “O cerco total

⁹³ <https://www.wsj.com/livecoverage/israel-hamas-war-gaza/card/health-u-n-workers-killed-in-gaza-vjCNOV004eFTyH0VFA1nO>

⁹⁴ <https://www.cbc.ca/news/world/health-workers-gaza-killed-1.6992828>

a Gaza significa que os hospitais ficam sem suprimentos médicos e eletricidade e sofrem bombardeios constantes. Os suprimentos médicos de sete grandes hospitais da Faixa de Gaza acabaram, disse um porta-voz da Organização Mundial da Saúde, enquanto eles lutam para encontrar maneiras de levar suprimentos essenciais para Gaza através do bloqueio total de Israel. Em uma coletiva de imprensa conjunta organizada pelas Nações Unidas na terça-feira, o porta-voz da OMS, Tarik Jašarević, disse que, além do esgotamento dos suprimentos, houve 13 ataques aéreos israelenses contra locais de saúde em Gaza desde que as hostilidades começaram, depois que militantes do Hamas lançaram um ataque impressionante contra Israel no sábado. **“Isso resultou na morte de seis profissionais de saúde, em quatro profissionais de saúde feridos, em nove ambulâncias afetadas e em oito unidades de saúde afetadas”**, disse Jašarević, referindo-se às atualizações de segunda-feira. “Com o número de vítimas chegando atualmente... os hospitais estão funcionando além de sua capacidade.”

“Léo Cans, chefe dos Médicos Sem Fronteiras no território palestino, disse em um comunicado na terça-feira que o bombardeio constante na Faixa de Gaza e o fato de os estabelecimentos médicos não terem sido poupados levaram a uma situação insustentável na região. **“Um dos hospitais que apoiamos foi atingido por um ataque aéreo e danificado”**, escreveu Cans. “Outro ataque aéreo destruiu uma **ambulância** que transportava feridos, bem em frente ao hospital onde trabalhamos. A equipe de MSF, que estava operando um paciente, teve que deixar o hospital às pressas”. Ele disse que MSF está doando suprimentos médicos enquanto durarem. Cans disse que cortar o fornecimento de água, eletricidade e combustível é “inaceitável, pois pune toda a população e priva-a das suas necessidades básicas”.

“Num comunicado separado, a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho disse **que quatro paramédicos do grupo Crescente Vermelho Palestino e um motorista de ambulância em Israel foram mortos**. Não está claro se estas vítimas se sobrepõem aos relatórios da OMS e de MSF.”

“Enquanto Israel forma um gabinete de guerra em preparação para uma potencial ofensiva terrestre, a Cruz Vermelha disse que tanto Israel como o Hamas devem respeitar o direito humanitário internacional. **“Os civis, os profissionais de saúde, as instalações de saúde e as infraestruturas civis devem ser respeitados e protegidos em todos os momentos. Eles não são um alvo”**, lê-se na declaração da Cruz Vermelha.

Enquanto estamos escrevendo este texto (23/10/2023), a cadeia de notícias CNN noticia que **“12 hospitais e 32 centros médicos estão fora de serviço’ em Gaza, afirma o Ministério da Saúde palestino”**⁹⁵. “Doze hospitais e 32 centros médicos estão agora fora de serviço após os ataques israelenses e o esgotamento do combustível, disse o Ministério da Saúde palestino em Gaza. Os hospitais perderam a capacidade de tratar [pacientes] e as equipes médicas estão tratando os pacientes com capacidades muito limitadas”, disse o porta-voz do Ministério da Saúde palestino, Ashraf Al-Qudra.”

Referindo-se à noite passada (22 para 23 de outubro), assim é publicado: “Cerca de 436 pessoas, incluindo 182 crianças, foram mortas em ataques israelenses noturnos em Gaza, informou em comunicado o Ministério da Saúde palestino, controlado pelo Hamas. A maioria dos mortos era da parte sul de Gaza, acrescentou o ministério. O número total de mortos desde o início da guerra aumentou para 5.087 mortos, incluindo 2.055 crianças e 1.119 mulheres, informou o ministério. Mais de 15 mil pessoas ficaram feridas no bombardeio, acrescentou.”

⁹⁵ <https://edition.cnn.com/europe/live-news/israel-hamas-war-gaza-news-10-23-23/index.html>

Entre os mortos em Gaza, **“Doctors, poets, families, babies: victims of Israel’s war on Gaza”**, noticia o jornal britânico *The Guardian*⁹⁶.

O jornal *New York Times* assim noticia: **“Nas zonas de conflito global, hospitais e médicos não são mais poupados”**⁹⁷, completando: “Nas últimas duas décadas, as instalações e o pessoal médico foram vítimas de guerra com maior frequência, em violação do direito internacional.”

Por sua vez, a agência *Al Jazeera*, traz, com muito destaque, importante matéria: **“Desafiando a exaustão opressora, os médicos de Gaza trabalham apesar da guerra de Israel”**⁹⁸, que tem como subtítulo: **“Os médicos trabalham 24 horas por dia, apesar da escassez de suprimentos médicos e do colapso quase total do sistema de saúde em Gaza.”** “Khalil al-Degran não vai para casa há 12 dias, trabalhando sem parar no departamento de acidentes e emergências do Hospital dos Mártires de al-Aqsa em Deir al-Balah, no centro da Faixa de Gaza. “Recebemos dezenas de pessoas feridas ao mesmo tempo, o que é esmagador”, disse ele. “Todos os leitos do hospital estão ocupados, por isso recorremos ao tratamento dos feridos no chão ou no pátio.”

“Gaza tem cerca de 30 hospitais, 13 deles operados pelo Ministério da Saúde e outros privados. Israel alertou 24 hospitais para evacuarem, incluindo o maior deles, o Hospital al-Shifa, na cidade de Gaza. O Ministério da Saúde de Gaza disse que quatro hospitais – Beit Hanoun, Hamad, Karama e Durrah – estão fora de serviço depois de terem sido bombardeados por Israel, enquanto outros 25 sofreram danos causados pelos bombardeamentos. **“Os ataques israelenses causaram a morte de 44 pessoas e o ferimento de 70 profissionais médicos”**, disse o porta-voz do Ministério da Saúde, Ashraf al-Qudra, na quinta-feira. Anteriormente, ele disse que 14 unidades de saúde pararam de funcionar depois de ficarem sem combustível para seus geradores de energia. “Todas as instalações restantes estão operando com 150% da capacidade”, disse al-Qudra. “Como resultado, fomos forçados a realizar operações cirúrgicas no chão. Ficamos totalmente sem combustível, suprimentos médicos e remédios em todos os hospitais de Gaza. Esperamos que o número de mortes aumente.” De acordo com o Dr. Muhammad Zaqout, diretor-geral dos hospitais na Faixa de Gaza, as instalações já sofriam uma grande escassez de suprimentos médicos, representando 40 por cento das necessidades, antes de 7 de outubro.”

Desafiando as ordens militares israelitas de evacuação e repetindo que **bombardear hospitais é um crime contra a humanidade**, os médicos em Gaza assumiram uma posição firme e recusaram-se a deixar os seus pacientes para trás. “Todos estão determinados a não evacuar”, disse al-Dergan. “Não é nem possível. Como podemos transferir pacientes em terapia intensiva ou submetidos a cirurgia? Se os israelenses quiserem bombardear os hospitais, então isso estará acima de nossas cabeças enquanto apoiamos nossos pacientes.”

“A OMS classificou as ordens de evacuação de Israel como uma “sentença de morte” para os doentes e feridos. “Esmagadoramente, os cuidadores optaram por ficar para trás e honrar os seus juramentos como profissionais de saúde de ‘não causar danos’, em vez de

⁹⁶ <https://www.theguardian.com/world/2023/oct/23/doctors-poets-families-babies-victims-of-israels-war-on-gaza>

⁹⁷ <https://www.nytimes.com/2023/10/21/health/gaza-ukraine-hospitals-doctors.html>

⁹⁸ <https://www.aljazeera.com/news/2023/10/20/defying-bone-crushing-exhaustion-gazas-doctors-work-despite-israels-war>

correrem o risco de transportar os seus pacientes gravemente doentes durante as evacuações”, afirmou a OMS num comunicado. “Os profissionais de saúde nunca deveriam ter que fazer escolhas tão impossíveis.” Zaqout, diretor-geral dos hospitais, disse que **a equipe médica está perto da exaustão** devido aos implacáveis ataques aéreos israelenses e às centenas de vítimas que chegam aos hospitais todos os dias.”

“A continuação do bombardeamento indiscriminado da Faixa de Gaza não só irá esgotar as equipas médicas, mas também irá impedi-las de trabalhar e tratar dos feridos”, disse ele. Além da exaustão física, outros fatores impedem o pessoal médico de prestar cuidados e serviços aos feridos, acrescentou, como o trauma de saber da morte de familiares, o bombardeamento de algumas das suas casas e o deslocamento das suas famílias. “O que estamos vivenciando como médicos em hospitais é um milhão de vezes maior do que podemos suportar”, disse al-Degran. Ele apelou ao mundo para que apoie Gaza e “não a abandone”. “Não há luz nem água nos hospitais e contamos com a utilização de geradores no bloco operatório, nos cuidados intensivos e no berçário, além da sala de diálise”, disse. “Parem esta guerra em Gaza, onde famílias inteiras já foram apagadas do registo civil. Esta morte e destruição são suficientes.”

“**Attacking Health Workers Is a War Crime**” estampa outra matéria, publicada em 19 de outubro⁹⁹. E o entrevistado lembra, com razão:

“Há mais de 150 anos, a primeira Convenção de Genebra reconheceu que sem a proteção dos serviços de saúde, os feridos e os doentes sofrerão e morrerão. O seu objetivo fundamental é disponibilizar cuidados de saúde às pessoas necessitadas e, claro, para isso, as infra-estruturas de saúde devem sobreviver e os profissionais de saúde devem ser protegidos para poderem realizar o seu trabalho. Ao longo do tempo, as proteções das Convenções foram alargadas e reforçadas. Hoje, o direito internacional, que vincula todos os combatentes, sejam forças militares estatais ou grupos armados não estatais, proíbe atacar os feridos e os doentes, as infraestruturas de saúde e os profissionais de saúde. Além disso, requer cuidados especiais para evitar danos a todos eles. Atacar instalações de saúde e profissionais de saúde é um crime de guerra. A lei também reconheceu que os profissionais de saúde não devem ser punidos por cumprirem o seu dever, como prestar os cuidados necessários de forma imparcial, o que inclui soldados inimigos.”

Comentários finais

O presente texto teve por objetivo denunciar, ajudar a mobilizar a opinião pública, registrar a indignação, fazer um apelo aos perpetradores desta barbárie, e reverenciar as dezenas de vítimas – trabalhadores e trabalhadoras da saúde - vinculados ao Ministério da Saúde da Palestina em Gaza, à Cruz Vermelha e ao Crescente Vermelho Internacionais, aos Médicos sem Fronteiras, e a outras organizações que cuidam da saúde naquela região de Gaza. A indignação, a reverência e a memória também se referem a todas as demais vítimas desta barbárie, nelas incluídas as dezenas de trabalhadores e trabalhadoras de serviços sociais, da educação, do cuidado de pessoas e famílias em campos de refugiados, funcionários das agências das Nações Unidas e de muitas organizações não-governamentais que se dedicam ao povo palestino.

⁹⁹<https://www.motherjones.com/politics/2023/10/health-care-and-the-bombs-in-gaza-attacking-health-workers-is-a-war-crime/>



A destroyed ambulance in Khan Yunis in the Gaza Strip on Tuesday. (Said Khatib/Agence France-Presse/Getty Images)

Fonte: <https://www.wsj.com/livecoverage/israel-hamas-war-gaza/card/health-u-n-workers-killed-in-gaza-vjCNV004eFTyHOVFA1nO>

O conflito na Faixa de Gaza e o aumento da crise humanitária

El conflicto en la Franja de Gaza y el aumento de la crisis humanitaria

**Rafael Gomes França, Caio Murta, Harim Baek,
Júlia Moraes, Marina Sujkowski,
e Deisy de Freitas Lima Ventura**

Neste informe, o Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global destaca o conflito na Faixa de Gaza e aumento da crise humanitária na região, relata a repatriação de brasileiros em Israel e na Palestina e informa sobre a declaração de agências da ONU sobre recursos para assistência humanitária para Gaza.

Palavras chave: Saúde Global. Faixa de Gaza. Assistência Humanitária.

En este informe, el Grupo de Trabajo de Migración, Refugio y Salud Global destaca el conflicto en la Franja de Gaza y aumento de la crisis humanitaria en la región, relata la repatriación de brasileiros en Israel y en Palestina e informa sobre la declaración de agencias de la ONU sobre recursos para asistencia humanitaria para Gaza.

Palabras clave: Salud Global. Franja de Gaza. Asistencia Humanitaria.

Panorama geral sobre o conflito na Faixa de Gaza

No dia 7 de outubro de 2023, o grupo palestino Hamas, que controla a Faixa de Gaza, iniciou um ataque surpresa a Israel. O ocorrido gerou mais de 1.400 óbitos e alguns reféns também. Israel revidou, por meio de bombardeios, que mataram aproximadamente 4.000 pessoas, em 14 de outubro, informou que seria feita uma breve ofensiva por ar, terra e mar contra o território.¹⁰⁰

A Faixa de Gaza é uma área de 41 km de comprimento e 10 km de largura e está situada entre Israel, Egito e o Mar Mediterrâneo. Inicialmente conquistada pelo Egito, Gaza foi ocupada por Israel durante a guerra de 1967 (Guerra dos Seis Dias), concomitantemente com a Cisjordânia e Jerusalém Oriental. Somente em 2005 Israel tomou a decisão de retirar as suas tropas de aproximadamente 7.000 colonos da região. Gaza é considerada um lar para cerca de 2,2 milhões de pessoas. Em torno de 75% da população que reside no território — por volta de 1,7 milhões de pessoas — são refugiados, de acordo com dados da ONU. Mais de 500 mil deles acabam vivendo em meio a oito acampamentos instaurados na Faixa de Gaza. Israel administra e coordena o espaço aéreo sobre Gaza e toda a sua costa, e restringe de forma rígida a circulação de pessoas e mercadorias através das suas passagens fronteiriças. Do mesmo modo, o Egito administra e coordena a entrada e saída por meio da sua fronteira com Gaza.¹⁰¹

¹⁰⁰<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c84511x0jxvo>

¹⁰¹<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c84511x0jxvo>

Apesar do ataque do Hamas, de 7 de outubro, ter acontecido de forma inesperada, ocorreu num momento em que as tensões entre Israel e os palestinos aumentavam. O ano de 2023 foi considerado o mais mortífero já registrado para os palestinianos que residem na Cisjordânia ocupada por Israel.¹⁰²

Aumento de solicitações de refúgio de israelenses para o Brasil nas últimas duas décadas

Ainda não foram constatados pedidos de refúgio após o primeiro ataque do grupo Hamas. Porém, houve aumento das solicitações de refúgio de palestinos e israelenses, após a intensificação do conflito nas últimas duas décadas, sendo que, do dia 1º de janeiro até dia 8 de outubro, foram recebidos 23 pedidos de refúgio de palestinos e 11 de israelenses. Em 2022, pediram refúgio ao Brasil 18 palestinos e 6 israelenses¹⁰³.

Segundo o relatório anual de imigração do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Brasil recebeu pelo menos 292 refugiados palestinos nas últimas duas décadas, com a intensificação do combate entre Israel e Palestina. Já, entre 2010 e 2015, foram 118 e, entre 2016 e 2021, foram 174 refugiados da Palestina reconhecidos no país¹⁰⁴.

A Palestina é o sexto país em pedidos de refúgio para o Brasil. Ainda de acordo com o relatório mencionado, a primeira metade da década de 2010 foi destacada por pedidos de refúgio por sírios, congoleses e colombianos. No entanto, a partir da segunda metade, foram aumentando o número de refugiados venezuelanos, palestinos e cubanos¹⁰⁵.

O ataque surpresa do grupo militante provocou o primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, que prometeu uma retaliação e declarou guerra em seu país. O primeiro resultado disso, já no domingo dia 8 de outubro, foi mais de 600 pessoas mortas em Israel e 370 mortos na Palestina¹⁰⁶.

A Faixa de Gaza está isolada há quase 17 anos e é uma das regiões mais densamente povoadas do planeta, abrigando cerca de 2 milhões de pessoas numa área de 362 quilômetros quadrados. Todavia, agora, seus habitantes estão sentindo pânico e medo mais do que nunca e não têm mais para onde ir¹⁰⁷.

Repatriação de brasileiros em Israel e na Palestina

Oito voos do governo brasileiro já foram responsáveis por trazer 1410 brasileiros, 3 bolivianos e mais de 50 animais de estimação estavam em Israel. Apesar desses números, o Ministério das Relações Exteriores continua seguindo a orientação de que aqueles brasileiros

¹⁰² <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c84511x0jxvo>

¹⁰³ <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/em-2023-mais-de-20-palestinos-e-de-dez-israelenses-pediram-refugio-no-brasil/>

¹⁰⁴ <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/em-2023-mais-de-20-palestinos-e-de-dez-israelenses-pediram-refugio-no-brasil/>

¹⁰⁵ <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/em-2023-mais-de-20-palestinos-e-de-dez-israelenses-pediram-refugio-no-brasil/>

¹⁰⁶ <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/palestinos-vivem-com-medo-durante-contraoensiva-de-israel-nao-ha-para-onde-ir/>

¹⁰⁷ <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/palestinos-vivem-com-medo-durante-contraoensiva-de-israel-nao-ha-para-onde-ir/>

que possam condições voltem através de passagens aéreas operadas do aeroporto Ben Gurion, de Tel Aviv.

Na faixa de Gaza, por outro lado, há um grupo de 30 brasileiros que esperam a autorização para a entrada de ajuda humanitária no trânsito de Rafah. É importante destacar que o Brasil mantém contato próximo com o grupo de brasileiros abrigado perto da fronteira com o Egito. Há importantes tratativas diplomáticas também com o Egito, negociando o direito de passagem de brasileiros na fronteira para o Egito — o avião utilizado pela presidência da república está de prontidão em Cairo, apenas aguardando autorização para resgate dos brasileiros provenientes de Gaza.

Para que uma repatriação segura ocorra na Faixa de Gaza é preciso negociar a formação efetiva de um corredor de ajuda humanitária na região, num acordo que envolva os principais atores da Guerra, como Israel, Hamas e Estados Unidos. Alguns passos foram dados em direção a esse acordo, como a resolução proposta pelo Brasil, presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. No entanto, a normativa foi vetada pelos Estados Unidos, que logo em seguida negociou a formação de um corredor de ajuda humanitária apenas material e bem limitada com Israel — abrindo o trânsito de Rafah (via Egito) para passagem de água e medicamentos.¹⁰⁸

OMS: Declaração conjunta do PNUD, UNFPA, UNICEF, WFP e da OMS sobre recursos de assistência humanitária para Gaza

No dia 21 de outubro, diversas organizações das Nações Unidas publicaram uma declaração¹⁰⁹ a respeito da entrada de suprimentos para assistência humanitária em Gaza, transportados por caminhões através da Passagem de Rafah, que conecta o Egito a Gaza. Com esses suprimentos, as Nações Unidas buscam prover os recursos necessários para salvar a vida de milhares de civis, principalmente mulheres e crianças, que vêm sofrendo com a escassez de alimentos, água, medicamentos, combustíveis e outros bens essenciais. Até o momento, estima-se que mais de 1,6 milhões de pessoas em Gaza necessitem de ajuda humanitária crítica. Nesse contexto, é de extrema importância destacar que a população de Gaza, principal região afetada nas últimas semanas, é composta 80% por refugiados (aproximadamente 1,7 milhões)¹¹⁰.

A escalada das agressões de Israel contra a Palestina, num conflito que já se arrasta por décadas, danificou severamente as estruturas de saúde, saneamento básico e de eletricidade, colocando a população em uma situação de ainda maior vulnerabilidade. As instalações de serviços de saúde remanescentes são atacadas - como ocorreu com o hospital Al-Ahli Arab, em que 471 refugiados palestinos foram mortos¹¹¹ -, estão sobrecarregadas ou com falta crítica de recursos (desde energia elétrica e água até medicamentos).

A declaração também ressalta que a região de Gaza também já sofria com insegurança alimentar antes da intensificação do conflito, e hoje, os estoques estão se esgotando, além da enorme quantidade de pessoas em deslocamento que enfrentam diversos obstáculos para se alimentar. A capacidade de produção de água chegou a 5% dos níveis normais. Recursos

¹⁰⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/10/israel-autoriza-entrada-de-ajuda-humanitaria-em-gaza-pelo-egito-apos-visita-de-biden.shtml>

¹⁰⁹ <https://www.who.int/news/item/21-10-2023-joint-statement-by-undp--unfpa--unicef--wfp-and-who-on-humanitarian-supplies-crossing-into-gaza>

¹¹⁰ <https://www.unrwa.org/where-we-work/gaza-strip>

¹¹¹ <https://www.aljazeera.com/gallery/2023/10/17/photos-an-israeli-air-raid-on-al-ahli-arab-hospital-kills-an-estimated-500>

humanitários pré-existentes estão próximos de acabar. Esse conjunto de fatores coloca em alto risco a vida dos palestinos, em especial aqueles em situação de maior vulnerabilidade - como crianças e refugiados.

Assim, as Nações Unidas urgem por um cessar-fogo, junto com a liberação do acesso irrestrito e imediato de ajuda humanitária para alcançar os civis em risco, evitando maiores danos à vida e à dignidade humana na região. Também solicitam o acesso seguro e contínuo a água, alimentos e serviços de saúde, de forma a garantir o fluxo de serviços essenciais, bem como a proteção de civis e da infraestrutura civil, em especial de saúde, a preservação de trabalhadores humanitários, e o respeito ao direito internacional por ambas as partes.

Sempre as mais vulneráveis: mulheres e crianças em meio aos conflitos
Always the most vulnerable: women and children in the midst of conflicts

Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes

Abstract: *A humanitarian crisis is unfolding in Gaza. Fuel, water and electricity are running out and the healthcare system is on the verge of collapse. An estimated 50,000 pregnant women are currently involved in the conflict in the region and around 160 women will give birth every day amid the chaos and fighting. These women face extreme challenges in accessing safe health services, as hospitals are overloaded with patients, without medications and basic supplies – including supplies for the management of obstetric emergencies. With nearly half of Gaza's population displaced, the risk of gender-based violence has also increased exponentially for women and girls on the move, seeking refuge in shelters. Women living in the region have unique and urgent needs and vulnerabilities, both associated with the current conflict, but also as a consequence of structural gender discrimination, related to laws that assume women are under the protection and guardianship of men. The paper also presents UN Women's statement on the situation and recalls the six grave violations against children in situations of armed conflict, recognized by the UN Security Council, which must be monitored.*

Keywords: *Gender-based-violence; Armed conflicts; Human rights abuses; Women's health; Child health*

Resumo: Uma crise humanitária está em curso em Gaza. O combustível, a água e a eletricidade estão acabando e o sistema de saúde está à beira do colapso. Estima-se que 50 mil mulheres grávidas na região estejam atualmente envolvidas no conflito e cerca de 160 mulheres darão à luz todos os dias no meio do caos e dos combates. Estas mulheres enfrentam desafios extremos no acesso a serviços de saúde seguros, uma vez que os hospitais estão sobrecarregados de pacientes, sem medicamentos e insumos básicos – inclusive para a gestão de emergências obstétricas. Com quase metade da população de Gaza deslocada, o risco de violência baseada em gênero também aumentou exponencialmente para as mulheres e meninas que se deslocam, procurando refúgio em abrigos. As mulheres que vivem na região têm necessidades e vulnerabilidades únicas e urgentes, tanto associadas com o atual conflito, mas também como consequência da discriminação estrutural de gênero, relacionada a leis que pressupõem que as mulheres estejam sob a proteção e tutela dos homens. O informe também apresenta a declaração da ONU Mulheres sobre a situação e relembra as seis graves violações contra crianças em tempos de guerra reconhecidas pelo Conselho de Segurança da ONU, que devem ser monitoradas.

Palavras-chave: Violência de gênero; Conflitos armados; Violação dos direitos humanos; Saúde da mulher; Saúde da criança

A situação em Gaza¹

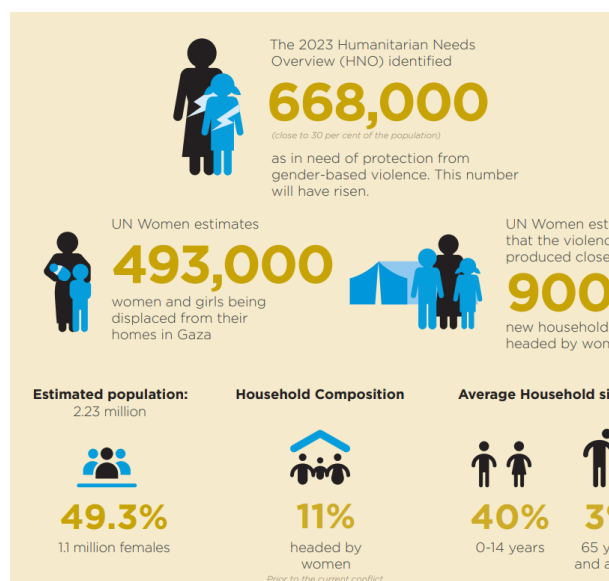
Após o ataque do Hamas a Israel, em de 7 de outubro de 2023, que resultou em cerca de 1.400 mortes, 4.629 feridos e uma estimativa de 200 reféns - as Forças Armadas de Israel lançaram ataques por terra, mar e ar contra Gaza. Desde então, diversas agências publicaram alertas e se posicionaram sobre os potenciais riscos para a vida de mulheres e crianças.

A ONU Mulheres aponta que até o dia 20 de outubro os ataques resultaram em mais de 3.785 mortes palestinas e mais de 12.500 pessoas feridas, sendo que 53% são mulheres e crianças. Mais de um milhão de pessoas, quase metade da população de Gaza, foi deslocada e as infraestruturas civis da região foram significativamente danificadas, com 5.262 edifícios destruídos ou gravemente danificados.

A agência ainda ressalta que a violência não só continua, mas está escalonando e se espalhando para além de Gaza e de Israel, com 79 palestinos mortos na Cisjordânia desde 7 de outubro. À medida que a comunidade internacional procura responder a essa grave situação, o impacto da crise nas questões de gênero não pode ser ignorado.

Figura 1 - Números do território ocupado da Palestina

A ONU Mulheres estima que desde o início dos ataques cerca de 493 mil mulheres e meninas foram deslocadas das suas casas em Gaza. A agência também estima que 1.487 homens foram mortos (até 20/10/2023). Como resultado, a violência levou a um aumento de viúvas para 900 novos lares e 3.103 crianças que perderam seus pais. Esses números devem aumentar, já que não há nenhum avanço efetivo para um cessar-fogo.



UN Women, 2023.

O que isso significa para mulheres e meninas?

- Maiores riscos de violência e trauma psicológico;
- Perda de meios de subsistência, habitação e terras, impactando desproporcionalmente as famílias chefiadas por mulheres e viúvas;
- Risco elevado de exploração sexual e laboral, tráfico de pessoas e casamento forçado;
- Mulheres idosas, especialmente aquelas com deficiência, enfrentam o mais alto nível de negligência e violência.

Violência Sexual em Conflitos

O relatório [Violência Sexual Relacionada à Conflitos](#)², publicado em 2022 pela Organização das Nações Unidas, aponta que 97% dos incidentes têm como alvo mulheres e meninas e descreveu o risco aumentado que migrantes, refugiadas e deslocadas enfrentam. O documento ressalta que os fatores que contribuem para a violência sexual são os ataques contínuos contra mulheres e meninas envolvidas em atividades de subsistência, dificuldades econômicas e políticas, instabilidade e desigualdade de gênero.

A violência sexual relacionada a conflitos cobra um preço indescritível a um sobrevivente, que provavelmente é um civil e não um combatente. Faltam esforços nos serviços de prevenção, proteção e tratamento. Uma cultura de impunidade envolve este flagelo: os perpetradores permanecem livres, enquanto as sobreviventes ficam com cicatrizes físicas e emocionais duradouras, roubadas não apenas de saúde, dignidade e paz, mas também de justiça. A violência sexual também impede a participação das mulheres na vida social, política e econômica. Os custos do conflito são grandes. Mas os custos do conflito pagos em grande parte por mulheres e meninas são incalculáveis.

Mulheres grávidas sob risco³

A UNFPA estima que existam 540 mil mulheres em idade reprodutiva em Gaza, entre as quais 50 mil estão atualmente grávidas e 5.522 deverão dar à luz no próximo mês. Na Cisjordânia, cerca de 73 mil mulheres estão grávidas, prevendo-se que mais de 8.120 deem à luz no próximo mês, à medida que a violência ameaça alastrar-se.

A fim de dar maior visibilidade à urgência que a situação em Gaza representa para a vida dessas mulheres, a organização tem publicado relatos e vídeos das mulheres grávidas: “O meu bebê estava a sentir cada explosão”, disse uma mulher grávida do norte de Gaza a partir da escola onde está atualmente abrigada. Na noite anterior, ela dormiu num chão frio que balançava a cada explosão de bomba, disse ela.

Outra mulher descreveu ter entrado em trabalho de parto quando ela e a sua família evacuaram a sua casa durante o bombardeio: “Eu não tinha ideia de onde ou como faria o parto do meu bebê”, disse ela. Ela conseguiu chegar a uma ambulância, que a transportou para a maternidade do Hospital Al Shifa, o maior centro médico de Gaza – mas teve alta apenas três horas depois de dar à luz uma menina para dar espaço aos feridos que estavam chegando. O diretor do Hospital Al Shifa, Dr. Mohammad Abu Salmiya, relatou que “As equipes médicas estão sobrecarregadas e têm trabalhado incansavelmente, 24 horas por dia, desde o início da escalada. Contamos com um fornecimento de combustível muito limitado para manter as nossas operações. Se ficarmos sem combustível, o hospital poderá ser transformado em cemitério coletivo.”

Uma mulher grávida de 30 anos disse à UNFPA que se escondeu nas sombras enquanto as bombas caíam. Ela tem sido dominada por tonturas, fadiga e uma forte dor de cabeça desde que fugiu de casa. “Cada passo parecia uma corrida contra a morte”, disse ela.

Para acessar o vídeo, [clique aqui](#).

Nenhuma escapatória

Mesmo antes dessa crise, a situação em Gaza já era angustiante - 97% dos homens e 98% das mulheres temiam pela sua segurança. Os níveis de depressão entre mulheres e homens eram elevados devido a um profundo sentimento de desesperança e desemprego; 54% dos homens de Gaza mostraram sinais de ansiedade e depressão (números mais elevados em todo

o Oriente Médio) principalmente devido às limitações financeiras. Em 2022 as taxas de desemprego atingiram 45% na Faixa de Gaza, em comparação com 13% na Cisjordânia. Isto equivale a 40% para as mulheres em comparação a 20% para os homens em toda a Palestina¹.

A população significativa e largamente deslocada de mulheres e meninas e novos agregados familiares chefiados por mulheres têm necessidades urgentes e vulnerabilidades que devem ser reconhecidas e abordadas. Estas necessidades e vulnerabilidades decorrem da discriminação estrutural de gênero, incluindo leis na Palestina que assumem que as mulheres estão sob a proteção e tutela dos homens, o que aumenta os riscos para as mulheres, entre outras coisas, de violência baseada no gênero e insegurança alimentar.

Insumos que salvam vidas, como água, saneamento, alimentos, combustível e cuidados de saúde, são essenciais para a sobrevivência e o bem-estar dessas famílias. Isso deve ser combinado com suporte para que mulheres e meninas tenham acesso urgente a abrigos seguros, apoio, proteção e cuidados de saúde materna.

Posicionamento e principais recomendações da ONU Mulheres nos Territórios Palestinos Ocupados

- Cessar-fogo imediato;
- Acesso humanitário sustentado para facilitar a entrada imediata de necessidades humanitárias, incluindo alimentos, água, combustível e suprimentos de saúde para mulheres e meninas em Gaza;
- Garantir proteção e facilidade no acesso de mulheres e meninas, incluindo sobreviventes da violência baseada em gênero a serviços essenciais, e apoio aos prestadores de serviços na tomada de todas as medidas necessárias para prevenir o abuso e a exploração sexual, considerando a atual escalada de violência e os deslocamentos internos;
- Garantir que as organizações/instituições lideradas por mulheres tenham financiamento adequado e possam envolver-se de forma eficaz no planejamento de resposta à crises humanitárias, incluindo o Fundo Humanitário para Mulheres e Paz, e o [Apelo de Emergência](#) (US 10 milhões) proposto para apoiar organizações locais de mulheres que trabalham no território ocupado da Palestina;
- Garantir que as mulheres participem de forma significativa de ações humanitárias, na liderança dos processos políticos e de tomadas de decisão.

Declaração da ONU Mulheres sobre a situação em Israel e nos Territórios Palestinos Ocupados⁴ (13/10/2023 - tradução nossa)

“A ONU Mulheres condena os ataques contra civis em Israel e nos Territórios Palestinos Ocupados e está profundamente alarmada com o impacto devastador sobre os civis, incluindo mulheres e meninas.

Reiteramos o apelo do Secretário-Geral da ONU a todas as partes para que garantam a segurança dos civis e das infraestruturas civis. O Direito Internacional Humanitário e os Direitos Humanos devem ser respeitados e defendidos.

A situação humanitária em Gaza era terrível antes destas hostilidades e agora piorou gravemente. Isto acarreta custos injustificáveis e específicos para as mulheres e meninas. A

exigência de realocar imediatamente 1,1 milhão de pessoas do norte de Gaza, enquanto todo o território está sitiado, é extremamente perigosa.

Reiteramos hoje o apelo do Secretário-Geral ao acesso irrestrito dos intervenientes humanitários em Gaza, incluindo as Nações Unidas, para prestar ajuda aos mais afetados. Isto é essencial para responder às necessidades desesperadas e imediatas das mulheres e crianças, incluindo alimentos, água e proteção. Também nos juntamos ao seu apelo para a libertação imediata dos reféns.

A ONU Mulheres tem apoiado as mulheres palestinas desde 1997 na conquista dos seus direitos sociais, económicos e políticos. Continuamos presentes no terreno para prestar apoio e assistência e o faremos durante o tempo que for necessário”.

Crianças e Conflitos os Armados²

Onde há conflitos armados, há violações no direito de crianças. Os conflitos armados têm impactos devastadores diretos nas crianças, nas famílias e nas comunidades. Eles expõem nações inteiras a um cenário de vulnerabilidade extrema, tornando a tarefa de restaurar e manter a paz, longa e difícil.

Em junho de 2022 a UNICEF publicou um relatório sobre 25 anos das ações da comunidade internacional no sentido de compreender como os conflitos e guerras afetam as crianças, suas consequências duradouras e quais medidas devem ser tomadas para protegê-las diante deste cenário ([25 Anos de Crianças e Conflitos Armados: agindo para proteger as Crianças na Guerra⁵](#)).

O documento convoca os Estados, incluindo os membros do Conselho de Segurança da ONU e todos com influência, para agir no sentido de responsabilizar os perpetradores de crimes contra crianças. As crianças têm direitos em conflito, e existem leis e normas que as protegem. Deixar de cumprir esses deveres é uma falha de moralidade, humanidade e liderança.

Para melhor monitorar, prevenir e acabar com esses ataques, o Conselho de Segurança das Nações Unidas identificou e condenou [seis graves violações contra crianças em tempos de guerra⁵](#):

1) Matar e mutilar crianças

Matar e mutilar crianças pode ser resultado de ações diretas ou indiretas, incluindo tortura. Matar e mutilar podem ocorrer por meio de fogo cruzado, minas terrestres, munições de fragmentação, artefatos explosivos improvisados ou mesmo no contexto de operações militares, demolições de casas, campanhas de busca e prisão ou ataques suicidas.

Por exemplo, o uso de armas explosivas – particularmente em áreas povoadas – continua a ter um impacto devastador nas crianças. Somente em 2020, armas explosivas e restos explosivos de guerra foram responsáveis por pelo menos 47% de todas as mortes de crianças. Entre 2005 e 2020, mais de 104.100 crianças foram confirmadas como mortas ou mutiladas em situações de conflito armado, com mais de dois terços destas verificadas desde 2014.

2) Recrutamento ou uso de crianças nas forças armadas e grupos armados

Recrutamento ou uso de crianças nas forças armadas e grupos armados refere-se ao recrutamento compulsório, forçado ou voluntário ou alistamento de crianças em qualquer tipo de força armada ou grupo armado. As crianças continuam a ser recrutadas e usadas pelas partes

em conflito a taxas alarmantes. O uso de meninos e meninas por forças armadas ou grupos armados pode ser em qualquer capacidade, inclusive como combatentes, cozinheiros, carregadores, mensageiros e espiões, ou quando são submetidos à exploração sexual.

Entre 2005 e 2020, mais de 93.000 crianças foram verificadas como recrutadas e usadas pelas partes em conflito, embora se acredite que o número real de casos seja muito maior. O grupo de trabalho da ONU que faz o monitoramento da situação verificou o recrutamento e uso de pelo menos 1.000 crianças em pelo menos 15 países diferentes durante este período.

3) Ataques a escolas ou hospitais

Os ataques a escolas ou hospitais incluem o ataque a escolas ou instalações médicas que causam a destruição total ou parcial dessas instalações. Escolas e hospitais devem ser espaços protegidos, onde as crianças estejam seguras mesmo em tempos de conflito, mas os ataques contínuos a essas instalações destacaram o impacto catastrófico do conflito armado nos direitos das crianças, incluindo os direitos à educação e à saúde.

Entre 2005 e 2020, as Nações Unidas verificaram mais de 13.900 incidentes de ataques, incluindo ataques diretos ou ataques onde não houve distinção adequada entre objetivos civis e militares, em instalações educacionais e médicas e pessoas protegidas, incluindo alunos e crianças hospitalizadas, e pessoal da saúde e da escola. Esses ataques não apenas colocam a vida das crianças em risco, mas também interrompem seu aprendizado e limitam seu acesso à assistência médica, o que pode ter um impacto vitalício em sua educação, oportunidades econômicas e saúde geral.

4) Estupro ou outra violência sexual grave

Estupro ou outra violência sexual grave inclui atos de estupro, outras violências sexuais, escravidão sexual e/ou tráfico, prostituição forçada, casamento ou gravidez forçados, esterilização forçada ou exploração e/ou abuso sexual de crianças. Em alguns casos, a violência sexual é usada para humilhar intencionalmente uma população ou para forçar as pessoas a saírem de suas casas.

Entre 2005 e 2020, as partes em conflito estupraram, casaram-se à força, exploraram sexualmente e cometeram outras formas graves de violência sexual contra pelo menos 14.200 crianças. No entanto, o estigma generalizado em torno do estupro e da violência sexual significa que é uma questão particularmente subnotificada que afeta crianças em conflito. A violência sexual afeta desproporcionalmente as meninas, que foram vítimas em 97% dos casos de 2016 a 2020.

5) Rapto de crianças

O rapto de crianças refere-se à remoção ilegal, apreensão, captura, apreensão ou desaparecimento forçado de uma criança, temporária ou permanentemente. Seja um ato intencional de violência ou retaliação, para incutir medo nas populações ou para recrutar e/ou abusar sexualmente de crianças à força, o sequestro é uma das violações mais difundidas cometidas contra crianças em situações de conflito armado.

6) Negação de acesso humanitário para crianças

A negação do acesso humanitário para crianças inclui a privação intencional ou impedimento da assistência humanitária essencial para a sobrevivência das crianças pelas partes em conflito, incluindo impedir deliberadamente a capacidade de atores humanitários ou outros

que sejam relevantes para acessar e ajudar crianças afetadas em situações de conflito armado. Forças armadas e grupos armados são obrigados pelo Direito Internacional Humanitário a tomar medidas para proteger civis, incluindo crianças, que são particularmente vulneráveis em tempos de guerra.

“Até as guerras têm regras”, disse o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres. “O direito internacional humanitário e o direito dos direitos humanos devem ser respeitados e defendidos; os civis devem ser protegidos e nunca usados como escudos”.

A situação humanitária em Gaza continua extremamente grave, com potenciais consequências que têm impacto na região e agrava cada vez mais um cenário já frágil. Entre os 2,2 milhões de habitantes afetados em Gaza, 1 em cada 4 são mulheres e meninas em idade reprodutiva, cerca de 572.000, que precisam de acesso urgente a suprimentos e a serviços de saúde reprodutiva.

O sistema de saúde está à beira do colapso e, até 20 de Outubro, a OMS documentou 77 ataques contra instalações que oferecem serviços de saúde em Gaza, incluindo 29 instalações de saúde e 23 ambulâncias⁶.

Referências

1. Crisis in Gaza [Internet]. United Nations Population Fund. [citado 20 de outubro de 2023]. Disponível em: <https://www.unfpa.org/crisis-gaza>
2. United Nations. Conflict-related sexual violence report of the United Nations Secretary General [Internet]. 2022. Disponível em: <https://www.un.org/sexualviolenceinconflict/wp-content/uploads/2022/04/auto-draft/SG-Report2021for-web.pdf>
3. “Race against death” amid relentless bombardment in Gaza, pregnant women tell UNFPA [Internet]. United Nations Population Fund. [citado 20 de outubro de 2023]. Disponível em: <https://www.unfpa.org/news/%E2%80%9Crace-against-death%E2%80%9D-amid-relentless-bombardment-gaza-pregnant-women-tell-unfpa>
4. UN Women. UN Women Rapid Assessment and humanitarian Response in the Occupied Palestinian Territory. 2023; Disponível em: <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2023-10/un-women-rapid-assessment-and-humanitarian-response-in-the-occupied-palestinian-territory-en.pdf>
5. United Nations. Children and armed conflict - Report of the Secretary-General [Internet]. 2005. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/215/07/PDF/N0521507.pdf?OpenElement>
6. UNFPA. Crisis in Palestine - Issue #2 [Internet]. 2023. Disponível em: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/resource-pdf/UNFPA-Situation-Report-2.pdf>

Dia Mundial da Alimentação: “Água é vida, água é alimento. Não deixe ninguém para trás”

**Eduardo Nilson
Denise Oliveira e Silva
Erica Ell
Juliana Ubarana**

Resumo. *Nesse informe, abordamos o tema do Dia Mundial da Alimentação de 2023: “Água é vida, água é alimento. Não deixe ninguém para trás”, considerando as relações entre a água com a segurança alimentar e nutricional e com os sistemas alimentares, bem como recomendações para a realização do direito humano à água por todas as populações e para o gerenciamento sustentável de seu uso pelas sociedades contemporâneas em suas atividades.*

No dia 16 de outubro foi celebrado o Dia Mundial da Alimentação, que este ano teve como tema “Água é vida, água é alimento. Não deixe ninguém para trás”. A água está estreitamente ligada à segurança alimentar e nutricional (SAN) e os sistemas alimentares dependem dela em todos os seus pontos. A água é, antes de tudo, também um alimento essencial para a vida, da qual dependem humanos, animais e plantas, que é necessária, ainda, para a produção e preparação de outros alimentos e energia.

É notável e muito preocupante que as mudanças climáticas têm, ao mesmo tempo, influenciado os regimes de águas nos dois extremos, representados pelas secas e pelas inundações em diferentes regiões do mundo e dentro dos mesmos países, como no caso do Brasil, em que vêm sendo observadas situações contrastantes da seca histórica na Amazônia e das fortes chuvas no sul do país atualmente.

O reconhecimento da água como direito humano pela ONU

Historicamente, a questão da água como direito esteve vinculada a outros direitos humanos, até que, em 2002, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc), em seu Comentário nº15 a explicitou como um direito específico ao declarar que “O direito humano à água é indispensável para levar uma vida com dignidade humana. Ela é um pré-requisito para a realização de outros direitos humanos”. Adicionalmente, esse documento definiu que o direito à água significa o direito a todos ao acesso físico e econômico a água suficiente, segura e aceitável para uso pessoal e doméstico.

Depois disso, as Nações Unidas decretaram a Década Internacional para Ação “Água é Vida” entre 2005 e 2015 e, em seu escopo, em 2010, o acesso a água e ao saneamento foi explicitamente reconhecido como um direito humano, essencial para a realização de todos os direitos, pela Assembleia Geral das Nações Unidas por meio da resolução 64/292. Além disso, a resolução conclama a que Estados e organizações internacionais destinem recursos financeiros e ajudem na construção de capacidades e transferência de tecnologias para outros países, principalmente os em desenvolvimento, para garantir água potável segura, limpa e acessível e saneamento a todos. (UN General Assembly, 2010)

Fortalecendo a questão do direito humano à água o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS) tem como meta garantir o acesso a água segura, saneamento e higiene, vistos como alguns dos mais básicos dos direitos humanos necessários para a saúde e bem-estar. Apesar disso, o mundo está atrasado na garantia do direito a esses serviços básicos a todos no mundo até 2030, pois depende de multiplicar por quatro os atuais esforços para alcançar esse ODS, visto que a demanda por água tem aumentado rapidamente junto com o crescimento populacional, a urbanização e as necessidades crescentes de água por setores de agricultura, indústria e energia.

As celebrações do dia 16 de outubro de 2023 pela FAO e PMA

As celebrações do Dia Mundial da Alimentação pela FAO contaram com muitas instituições e autoridades, incluindo o diretor geral da ONU, os diretores do PMA e do IFAD e o Papa Francisco, e reforçaram o chamamento para a Agenda 2030, de não deixar ninguém para trás, em relação ao direito humano à água, destacando sua estreita ligação com a crise global de insegurança alimentar e nutricional. Para além do evento na sede da FAO, cerimônias e outras celebrações aconteceram simultaneamente pelo mundo, continuando nas discussões, na mesma semana, do Fórum Global da Alimentação (*World Food Forum*), que reuniu os fóruns da juventude, da ciência e inovação e dos investimentos como elementos fundamentais para a alimentação e para os sistemas alimentares.

Em sua fala, o Papa Francisco pediu urgência em esforços renovados para enfrentar a fome e a desnutrição, ressaltando que não devemos perder de vista que as pessoas não são somente números ou estatísticas, trazendo uma questão forte de consciência e empatia. Especificamente em relação à água, reforçou que recursos financeiros e tecnologias inovadoras que poderiam ser usados para tornar a água uma fonte de vida e progresso para todos e não para a produção e o comércio de armas". O pontífice continuou destacando que a fome e a desnutrição são resultados de um acúmulo de injustiças e desigualdades que prende grupos na condição de miséria e pobreza, enquanto minorias vivem em ostentação e opulência, tanto no que se refere aos alimentos quanto à água. Por fim, afirmou que a água nunca deve ser vista como uma mera mercadoria e que o gerenciamento arbitrário dos recursos hídricos e a poluição são particularmente prejudiciais para os pobres, demandando um olhar humano e civilizatório na abordagem aos famintos e aos sedentos.

A FAO, por meio de seu diretor-geral, trouxe um chamado para ação, afirmando que um dos principais objetivos deste Dia Mundial da Alimentação é mobilizar a ação global pela transformação dos sistemas agroalimentares considerando que a água é essencial à vida, é a fundação para os alimentos, mas, apesar de cobrir mais de 71% do planeta, apenas 2,5% dessa água é fresca e adequada para o consumo humano, agricultura e grande parte dos usos industriais e por isso precisa ser manejada racional e sustentavelmente.

Na sequência, afirmo que, em consequência do mau uso da água, 4 bilhões de pessoas em países vivem em situação de escassez de água (particularmente mulheres, povos indígenas, migrantes e refugiados) e mais de 600 milhões que dependem de sistemas alimentares aquáticos que são afetados pela poluição, pela degradação dos ecossistemas e pelos impactos das alterações do clima sobre as águas. Essa situação traz riscos adicionais, na medida que, diante da escassez em certas regiões, a competição por esse recurso natural precioso tem levado também ao aumento de conflitos.

Segundo a FAO, a agricultura é um componente central no manejo da água, tendo em vista que representa 72% do uso da água para atividades humanas. Em consequência, é

necessário produzir mais alimentos e outros produtos da agricultura com menos água e garantindo sua distribuição equitativa. Para tanto, governos precisam formular e implementar políticas baseadas em evidências que se utilizam dos dados existentes, trazendo inovações no manejo da água e promovendo uma coordenação intersetorial e governança adequadas, assim como devem aumentar investimentos, formular e aplicar legislação e fomentar e promover o acesso a tecnologias e desenvolvimento de tecnologias para um uso mais eficiente da água e sua conservação.

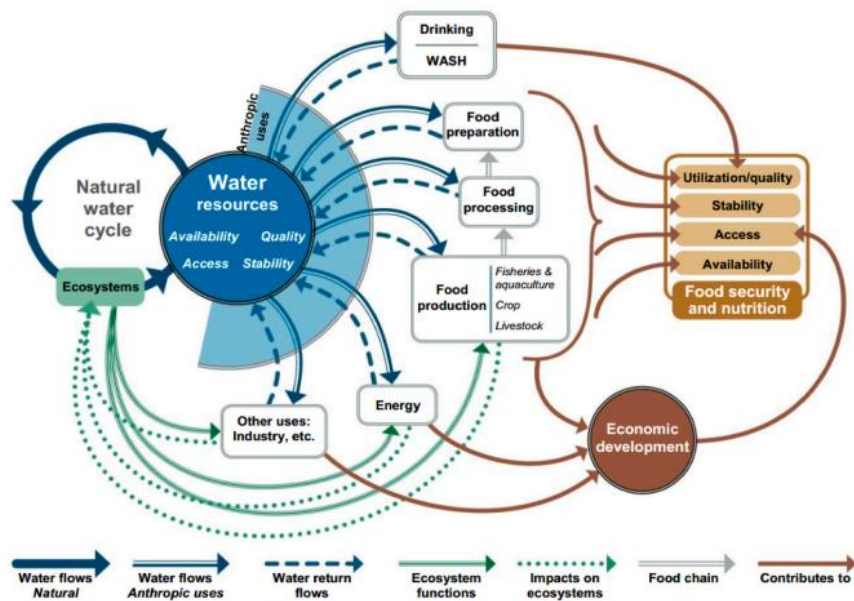
Nos materiais produzidos para o Dia da Alimentação, a FAO complementou essas questões, reforçando que, enquanto a água está diretamente associada à produção de alimentos, as mudanças climáticas e os eventos extremos decorrentes delas fizeram com que três quartos dos desastres naturais do mundo nas últimas duas décadas foram relacionados à água, como inundações e secas, representando perto de 700 bilhões de dólares em perdas econômicas. Adicionalmente, essas mudanças têm ameaçado os ecossistemas aquáticos, que desapareceram três vezes mais rápido do que as florestas. Isso implica a necessidade de atuação e cooperação de indivíduos, governos e instituições, setor privado, agricultores, juventude, sociedade civil e academia e instituições de pesquisa (FAO, 2023).

A água e a segurança alimentar e nutricional

Em 2015, o Painel de Alto Nível de Especialistas da FAO (HLPE) publicou um relatório “Água para a Segurança Alimentar e Nutricional” (*Water for food security and nutrition*), que detalha da relação direta entre a água e a SAN, do nível domiciliar ao nível global, bem como aborda os nexos entre água, terras, solos, energia e alimentos e que influenciam os objetivos de crescimento inclusivo e desenvolvimento sustentável num contexto de demandas concorrentes, crescente escassez e mudanças climáticas. O relatório explora formas para aprimorar o monitoramento aprimorado da água na agricultura e nos sistemas alimentares, bem como formas de melhorar a governança sobre a água para melhor segurança alimentar e nutricional para todos, hoje e no futuro, reforçando o direito humano à água (HPLÉ, 2015).

Primeiro, traz antecipadamente a mensagem do Dia Mundial da Alimentação, de que água é vida, na medida em que é o líquido vital para os ecossistemas e que a disponibilidade de água em quantidade e qualidade adequados é essencial para bebida e saneamento, para a produção processamento, transformação e preparação dos alimentos, além de ser essencial para a produção de energia, para as indústrias e para outros setores econômicos. A água é fundamental para a produção dos alimentos e para apoiar o crescimento econômico e a geração de renda que promove o acesso aos alimentos (Figura 1).

Figura 1. Relação entre a água e a segurança alimentar e nutricional



(Adaptado de HPLE 2015)

A água está diretamente relacionada à saúde, visto que a falta de acesso a água potável segura e a serviços de saneamento fragiliza o estado nutricional das pessoas por meio de doenças transmitidas pela água e infecções intestinais crônicas. Contudo, os avanços globais no acesso a água potável e saneamento têm sido insuficientes para atender às demandas crescentes das populações. Deve, ainda ser considerada a questão da utilização da água para a agricultura, pois a irrigação das culturas é a principal consumidora global de água, com diferenças significativas entre os países (países de menores rendimentos consomem proporcionalmente o dobro de água na irrigação do que os países de alta renda).

A disponibilidade e estabilidade do suprimento de água são centrais para a SAN, considerando as águas das chuvas, das superfícies e do subsolo, que devem ser considerados em nível regional, nacional e local. Os ecossistemas sustentam as fontes de água e as florestas têm um papel fundamental no ciclo das águas. Todavia, as mudanças climáticas agregam grande incerteza à disponibilidade de água em muitas regiões, afetando precipitações, escoamento, fluxos hidrológicos, qualidade da água, temperatura da água e reposição das águas subterrâneas. As mudanças climáticas também afetam as necessidades de água da cultura de plantas e animais, incluindo o impacto da temperatura sobre os peixes. Nesses processos, secas podem se intensificar em regiões específicas e o derretimento do gelo nas regiões polares aumenta o nível dos mares, impactando a disponibilidade de água potável em zonas costeiras.

No tocante aos usos concorrentes da água, o relatório destaca que a maioria das partes do mundo vivem em um crescente estresse por recursos de água, motivado pelo crescimento populacional e mudanças nos estilos de vida e dietas que aumenta a demanda por água e aumenta a pressão sobre as fontes existentes. Esse estresse é ainda maior em regiões como o Oriente Médio e o norte da África. Além disso, a água e a energia são fortemente interligadas, visto que 15% do uso global de água se destina para a sua produção.

É preocupante que o cenário global é de estimativas de crescimento da demanda por água em aproximadamente 55% até 2050. Enquanto as projeções apontam que o uso de água para irrigação não deve crescer muito, pode haver aumentos de 130% a 400% em setores como

indústria, produção de energia e uso doméstico, que podem vir a competir entre si por recursos naturais que estão mais escassos.

Nesse sentido, o relatório destaca que o acesso e uso da água para a segurança alimentar e nutricional é informada por relações de poder social, político e econômico dentro e entre países, bem como no nível local, e a escassez decorrente dessas disputas desiguais afeta mais significativamente a pequenos produtores, mulheres e populações marginalizadas e vulneráveis. Por exemplo, em muitas culturas a responsabilidade de coletar água é das mulheres, somando-se às atividades de cuidados com os filhos, produção e educação, mas em geral as mulheres são excluídas dos processos de decisão referentes ao manejo da água e podem ser discriminadas pelos sistemas formais de alocação e água.

Outra questão relevante é a qualidade da água, pois afeta a saúde humana e o funcionamento dos ecossistemas bem como as atividades produtivas. A qualidade ruim da água é central para a potabilidade e pode comprometer o processamento e preparação dos alimentos, afetando a segurança desses alimentos. Problemas com qualidade da água são distribuídos de forma desigual no mundo e são mais frequentes no Sul Global. A discussão da qualidade da água também envolve a poluição e a destinação e tratamento da água de rejeito, associados frequentemente ao uso insustentável da água, que fragiliza os ecossistemas em termos de solos, pesca, florestas e corpos d'água e sua capacidade de prover alimentos e nutrição se as necessidades de despoluição não forem atendidas.

Nesse contexto, é fundamental fomentar o manejo da água para mitigar e evitar a escassez, particularmente nos sistemas alimentares, incluindo o uso de águas das chuvas e o tratamento e reuso da água para fechar o ciclo de nutrientes. Ademais, o manejo da água deve ser regulado adequadamente para garantir a saúde humana e dos ecossistemas, que, em retorno, pode garantir as necessidades futuras desse recurso. Por exemplo, alternativas produtivas como a agroecologia e a agricultura de conservação apoiam-se no manejo adequado, sustentável e eficiente dos recursos hídricos e o manejo adequado de corpos d'água favorece a produtividade e sustentabilidade da aquicultura.

Dessas questões emerge o desafio da governança da água para a SAN, considerando as políticas e interesses concorrentes e seus atores com diferentes graus de poder político e econômico, que aumenta as desigualdades, demandando regras sobre papéis e funções dos atores e sua responsabilização, assim como mecanismos para a participação social. Por isso, a atuação estatal é importante para garantir a integração, coordenação e priorização de políticas intersetoriais, incluindo uma governança participativa e o estímulo ao uso sustentável em todas as atividades e a provisão para as populações mais vulneráveis, conservando os ecossistemas e mantendo a sua biodiversidade.

No campo global, são importantes, ainda, os acordos internacionais para corpos de água transfronteiriços e aquíferos subterrâneos, bem como de águas internacionais e outros temas em que o papel das Nações Unidas é fundamental para proteger recursos internacionais e garantir regras para seu uso sustentável, justo e equitativo.

Ao final, as recomendações do relatório são direcionadas para os diferentes atores, tendo como objetivo comum garantir o manejo sustentável e a conservação dos ecossistemas para a contínua disponibilidade, qualidade e estabilidade da água para a SAN. Primeiramente, aos Estados cabe garantir a preservação dos recursos hídricos por meio da regulação dos sistemas, incorporando incentivos e desincentivos e formas de responsabilização, tais como o princípio poluidor-pagador e medidas para contrapor danos aos ecossistemas, além de

promover mecanismos participativos na governança e integrar as políticas de água e SAN. Para a sociedade civil e suas organizações é recomendado o fortalecimento da capacidade de domicílios e organizações locais de adotar práticas para economizar água e captar e distribuir a água, e, junto com os Estados, priorizar grupos populacionais mais vulneráveis e garantir o atendimento das necessidades específicas das mulheres. Enquanto isso, é recomendado às iniciativas públicas, privadas e público-privadas garantir que nenhuma ação relacionada à água tenha efeitos negativos sobre a disponibilidade e acesso à água para a SAN para populações vulneráveis e marginalizadas e incluir a proteção das águas em acordos comerciais. Aos organismos internacionais, como a FAO e o CSA (Conselho de Segurança Alimentar), é recomendado prover orientação aos países para a garantia do acesso da água para a SAN, bem como atuar para fortalecer a realização do direito humano à água e ao saneamento.

Qual o custo da água?

Em 2021, o *World Wildlife Foundation* (WWF) trouxe um relatório em que questiona o baixo valor dado à água e o custo que os potenciais riscos isso representa às sociedades e ao planeta (WWF, 2021). De acordo com o relatório, a natureza fornece pelo menos US\$ 58 trilhões todos os anos apenas em água doce para as pessoas e o planeta, que equivalem a cerca de 60% do PIB global anual. Todavia, o uso insustentável desses recursos finitos tem potencial para gerar uma crise hídrica global que terá grandes custos e que afetará a saúde humana e planetária. Segundo a líder do WWF para Água Doce, Stuart Orr, é preciso valorizar e cuidar desse recurso tão precioso, mas desvalorizado e não reconhecido: “Precisamos lembrar que a água não vem de uma torneira, ela vem da natureza”.

Ainda segundo o relatório, os benefícios econômicos diretos da água potável e segura, para atividades como o consumo de água para residências, a irrigação na agricultura e o uso industrial podem chegar a um mínimo de US\$ 7,5 trilhões por ano. Adicionalmente, há estimativas de benefícios indiretos da água, como a purificação da água, a melhoria da saúde do solo, o armazenamento de carbono e a proteção das comunidades contra inundações e secas extremas, que poderiam alcançar cerca de US\$ 50 trilhões por ano, ou seja, sete vezes mais do que os seus benefícios diretos.

O relatório destaca que é fundamental combater a invisibilidade do valor da água e dos benefícios que ela traz aos ecossistemas, bem como seu papel na SAN, na adaptação às mudanças climáticas, na garantia da biodiversidade e no seu papel cultural e espiritual às comunidades. Todos esses elementos são considerados críticos para informar a tomada de decisões e garantir uma governança da sustentabilidade da água, considerando seu papel sobre a saúde, a igualdade de gênero e a prevenção de conflitos, que, por sua vez, demandam melhores mecanismos de manejo, gerenciamento e proteção da água.

O relatório, então, evidencia a degradação dos rios, lagos e aquíferos e o quanto afetam a resiliência climática neste século e sua associação com o uso imediatista, desordenado, descuidado e inconsequente desses recursos por governos e pelo setor privado, muitas vezes até seu esgotamento e gerando grande poluição pelos rejeitos da agricultura e indústria, pelo esgoto não tratados e pelo lixo. Além disso, a atividade humana tem ameaçado ainda mais os ecossistemas, principalmente os aquáticos, por meio de seus impactos sobre os regimes de chuvas e sobre o derretimento das geleiras. Segundo o documento, o preço cobrado pela água é muito baixo, especialmente para os grupos econômicos que mais a consomem, sem reconhecer e incorporar nesse custo o seu valor para a saúde humana e ambiental.

Em resposta, o WWF faz um chamamento para a necessidade urgente de acelerar a ação sobre a água, priorizando as ações para o ODS6, cujo progresso precisa ser sextuplicado até 2020, aumentando os investimentos em infraestrutura, mas, ao mesmo tempo, precisamos trabalhar na perspectiva de que a água vem da natureza, portanto a sua garantia depende de preservar e restaurar os ecossistemas e as fontes naturais de água para um futuro equitativo e resiliente, com saldo neutro na utilização da água.

Nesse sentido, todos os atores sociais têm papéis a desempenhar, do local ao global, por meio de estruturas justas e inclusivas de governança, gerenciamento e financiamento. Para os governos, entre outras recomendações, é prioritário restaurar e preservar os ecossistemas e suas águas e ter metas ambiciosas para garantir isso, fortalecer sistemas de gerenciamento sustentável e integrado dos recursos e eliminar subsídios danosos ao ambiente e às águas. Às indústrias e negócios, as recomendações incluem a implementação de estratégias transformativas de gerenciamento da água, fortalecendo o monitoramento do impacto hídrico das atividades, aumentando a eficiência no uso da água e reduzindo a poluição, e o incentivo à ação coletiva para a resiliência e a advocacia para a ação para o uso sustentável e a preservação das águas. Ainda no setor privado, o relatório recomenda às instituições financeiras a dedicar metade de seus recursos de ação climática para estratégias adaptativas, a reduzir riscos financeiros relacionados à água, a trabalhar com seguros em favor do clima e do ambiente e a avaliar o risco à água que as atividades em seu portfólio.

Por sua vez, a sociedade civil deve atuar para aumentar a conscientização coletiva sobre a questão das águas e a importância de seu uso justo e sustentável, além de fazer advocacia para a ação em prol das águas e do direito à água junto a governos, corporações e instituições financeiras. Por fim, o relatório sugere papéis para os indivíduos, como a educação dos pares, o consumo consciente, a participação social, o apoio às iniciativas de conservação e a advocacia para a mudança junto aos seus representantes e comunidades.

A questão da água na Cúpula de Sistemas Alimentares

É importante, ainda, avaliar como a questão da água, como o ODS 6, se coloca nas prioridades de ação das Nações Unidas e de seus organismos, particularmente no âmbito da Cúpula de Sistemas Alimentares. Nesse sentido, é muito preocupante que a Cúpula não deu a necessária relevância ao papel da água na transformação dos sistemas alimentares, apesar da questão da água e seu uso estar ligada diretamente às rápidas mudanças climáticas e seus impactos sobre os sistemas alimentares.

Portanto, faz-se necessário fortalecer esforços para retenção da água nos ecossistemas, aprimorar o manejo da água na agricultura, reduzir o desperdício de água em todas as atividades humanas, coordenar a abordagem da água nas intervenções de saúde e nutrição, aumentar a sustentabilidade ambiental dos sistemas alimentares, reduzir as desigualdades sociais e melhorar a qualidade dos dados e o monitoramento dos sistemas alimentares e as águas (Ringler *et al.*, 2022)(Ringler *et al.*, 2023)

O impacto dos ultraprocessados sobre o uso de água

Considerando as mudanças nos sistemas alimentares contemporâneos, a questão do ultraprocessamento dos alimentos, além de suas consequências nocivas sobre a saúde humana, também está associada a um grande impacto ambiental, tanto no que se refere à pegada de carbono, quanto de água. Por exemplo, no Brasil, a pegada de água de uma dieta predominante em produtos ultraprocessados é 10% maior do que a de dietas baseadas em alimentos in natura

e minimamente processados (Garzillo *et al.*, 2022) e o impacto da produção e consumo de ultraprocessados tem crescido significativamente ao longo das últimas três décadas (T Da Silva *et al.*, 2021).

É importante lembrar que o impacto desses produtos sobre a água vem tanto do uso da água na produção (*blue water*), quanto na sua pegada sobre a poluição (*grey water*). Uma marca líder de refrigerantes atualmente usa 1,68l de água para cada litro de produto, enquanto nas bebidas em garrafas de uso único estima-se que em torno de 5,3 litros de água são usadas para a produção de cada garrafa. Globalmente, de 2002 a 2014, foram produzidas aproximadamente 3,83 toneladas de garrafas PET, que equivalem a 29.000.000.000.000 garrafas, cuja pegada total de água chegou a 91,8 bilhões de metros cúbicos de água.

Na relação com os sistemas alimentares hegemônicos, globalizados e baseados nas monoculturas e nos produtos ultraprocessados, é fundamental considerar as cadeias internacionais de suprimentos, visto que os problemas locais de água são impactados pelos sistemas e processos globais, de modo que o uso da água e sua poluição podem atualmente alcançar simultaneamente regiões, países e continentes, mas podem ser mais fortes em regiões mais vulneráveis em favor da descentralização da produção que se destina às regiões ricas do globo (Vörösmarty *et al.*, 2000).

Com isso, voltamos às discussões abordadas em informes anteriores de que esse modelo produtivo hegemônico é caracterizado por práticas pouco sustentáveis e predatórias de produção, que reduzem significativamente a biodiversidade de plantas comestíveis e de animais de criação, fazendo dos sistemas alimentares uma das principais fontes de gases de efeito estufa e um dos maiores fatores de degradação e poluição dos solos e das águas. Em termos numéricos, as estimativas são alarmantes: os sistemas alimentares hegemônicos são associados a 39% do uso de energia, 36% a 45% da perda de biodiversidade, um terço das emissões de gases de efeito estufa, de uso da terra e perdas e desperdícios e aproximadamente um quarto do uso de água relacionado às dietas pelos adultos de países de alta renda e seus impactos têm aumentado também nos países de renda baixa e média (Anastasiou *et al.*, 2022).

Pontos sobre a questão hídrica no Brasil

Tomando um olhar breve sobre o Brasil, o país é reconhecido por possuir uma grande diversidade na oferta de recursos hídricos em seu território, entretanto, apesar do estabelecimento de políticas públicas na temática, estamos distantes de garantir o acesso universalizado aos serviços de fornecimento de água e tratamento de esgoto a toda sua população. Nesse contexto a garantia desse direito está ainda mais ameaçado pela agenda de privatização e de mercantilização da água nas políticas públicas aprovadas no país, que pode aumentar ainda mais a desigualdade no acesso à água e saneamento pela população e ameaçar a universalização desses serviços (Guedes, 2020).

O papel do Estado em relação à garantia da água e saneamento principalmente às populações mais vulneráveis é central, sendo exemplificado por políticas de saneamento básico e por programas como o de cisternas para a captação e reserva de água em regiões secas, além do incentivo à produção da agricultura familiar, particularmente no incentivo a formas sustentáveis de produção, como a agroecologia. Porém, pouco vem sendo feito e discutido em relação ao uso insustentável da água pelo agronegócio, além dos seus impactos sobre a poluição das águas e do desmatamento promovido para plantio e pasto.

No contexto macro da governança institucional, com a recente reestruturação dos ministérios do governo, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, passou a estar vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, com a finalidade de implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos. Nesse processo, o Governo Federal afirmou que esse debate extrapola a garantia da infraestrutura hídrica e traz a compreensão de que a água é um bem público, cuja disponibilidade em qualidade e quantidade é inseparável da manutenção dos processos ecológicos e que é necessário considerar sua interação com a adaptação às mudanças climáticas numa abordagem de políticas intersetoriais.

Porém, ao mesmo tempo, tem havido busca de recursos privados nos serviços de saneamento e, em nível estadual e municipal, cresceram as privatizações desses serviços. Portanto, será um grande desafio conciliar objetivos como aumentar o investimento privado no setor e fortalecer as empresas públicas para reduzir o passivo do saneamento do país considerando a atração de capital, visto que o interesse privado está no lucro e não na universalização da prestação de serviços de qualidade para toda a população.

Conclusão

O reconhecimento da água como tema para o Dia Mundial da Alimentação representa um marco importante de que a água é central para os sistemas alimentares, dado seu papel como alimento e para a produção e preparação dos alimentos. Contudo, os esforços e compromissos internacionais e nacionais têm sido insuficientes para preservar e recuperar as águas e os ecossistemas em que estão, o que representa sério risco para o futuro e para o presente, considerando as crises hídricas e consequências das mudanças climáticas aos regimes de água e às populações. É particularmente importante incorporar a questão da água nas discussões da transformação dos sistemas alimentares e na garantia da segurança alimentar e nutricional, reforçando os direitos à água e à alimentação, universais e indivisíveis, dos quais depende a saúde humana e planetária.

Referências

- FAO. **World Food Day: Water is life, water is food -- Leave No One Behind: Get involved**. Rome, Italy: [s.n.].
- GARZILLO, J. M. F. *et al.* Ultra-processed food intake and diet carbon and water footprints: a national study in Brazil. **Revista de Saude Publica**, v. 56, n. 6, p. 1–9, 2022.
- GUEDES, T. M. M. O processo de mercantilização da água nas políticas públicas de saneamento no Brasil. **Notas de Trabalho - Laboratório de Análise de Política**, n. 02, p. 17, 2020.
- HPL. **Water for food security and nutrition**. Rome, Italy: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/av045e/av045e.pdf>>.
- RINGLER, C. *et al.* The role of water in transforming food systems. **Global Food Security**, v. 33, p. 100639, 1 jun. 2022.
- _____. Water for Food Systems and Nutrition. *In*: BRAUN, J. VON *et al.* (Eds.). **Science and Innovations for Food Systems Transformation**. [s.l.] Springer, Cham, 2023. p. 497–509.
- T DA SILVA, J. *et al.* Greenhouse gas emissions, water footprint, and ecological footprint of food purchases according to their degree of processing in Brazilian metropolitan areas: a time-series study from 1987 to 2018. **The Lancet Planetary Health**, v. 5, n. 11, p. e775–e785, 1 nov. 2021.
- UN GENERAL ASSEMBLY. **The human right to water and sanitation : Resolution 64/292**, 2010. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/687002>>
- VÖRÖSMARTY, C. J. *et al.* Global Water Resources: Vulnerability from Climate Change and Population Growth. **Science**, v. 289, n. 5477, p. 284–288, 2000.
- WWF. **High cost of cheap water: The true value of water and freshwater ecosystems to people and planet**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://wwfint.awsassets.panda.org/downloads/wwf_high-cost-of-cheap-water-report_web.pdf>.

Agenda provisória da 42ª sessão da Conferência Geral da UNESCO e sua estratégia de médio prazo (2022-2029)

Provisional agenda of the 42nd session of the UNESCO's General Conference and its medium-term strategy (2022 – 2029)

***Fabiane Gaspar
Gisele Sanglard
Vitor Rodrigues***

Abstract. *As the 42nd session of the UNESCO General Conference is about to be started, it is important to verify its planning for the fulfilment of its medium-term strategic objectives 2022-2029, approved at the 41st session in 2021, is aligned or not with the provisional agenda. In its 2022-2029 strategy, four strategic objectives were established, which include responses to educational and environmental challenges, the promotion of freedom of expression, cultural diversity and education for global citizenship, as well as to foster a technological environment in the service of humankind through the development and dissemination of knowledge and skills and the development of ethical standards. The enabling objective, which would cut across the strategic objectives, aims to foster an enabling environment for the effective and efficient delivery of UNESCO's priorities through the reinforced of partnerships, outreach and advocacy in support of its actions and accountable, efficient and effective management in pursuit of its results.*

Keywords: *UNESCO. Strategic objectives. General conference. Agenda 2030.*

Resumo. Ao aproximar-se da 42ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, importa relacionar o quão o seu planejamento para cumprimento dos seus objetivos estratégicos de médio prazo 2022-2029, aprovado na 41ª sessão, em 2021, está alinhado ou não à agenda provisória. Em sua estratégia 2022-2029, foram estabelecidos quatro objetivos estratégicos que compreendem respostas aos desafios educacionais e ambientais, a promoção da liberdade de expressão, diversidade cultural e educação para a cidadania global, além da Promover um ambiente tecnológico a serviço da humanidade por meio do desenvolvimento e da disseminação de conhecimentos e habilidades e do desenvolvimento de padrões éticos. O objetivo facilitador que seria transversal aos objetivos estratégicos visa fomentar um ambiente propício para o cumprimento eficaz e eficiente das prioridades da UNESCO por meio do reforço das parcerias, da divulgação e da defesa em apoio às suas ações (*advocacy*) e da gestão responsável, eficiente e eficaz na busca dos seus resultados.

Palavras-chave: UNESCO. Objetivos estratégicos. Conferência geral. Agenda 2030.

Introdução

A 41ª Conferência Geral da UNESCO ocorrida em Paris, de 9 a 24 de novembro de 2021, aprovou o documento 41 C/4 contemplando seus [objetivos estratégicos de médio prazo 2022-2029](#) com vistas a cumprir suas metas relacionadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável – Agenda 2030. O documento coloca a ação da UNESCO para ter uma visão

equilibrada e interdependente de suas funções, permitindo à organização colaborar estreitamente com os Estados-membros no apoio à criação e implementação de soluções e capacidades operacionais relevantes. Ao mesmo tempo, pretende-se que facilite a adaptação de programas de maneira mais equilibrada e inovadora, especialmente em resposta a crises e a situações de emergência.

A UNESCO reconheceu a necessidade de abordagens inovadoras devido aos riscos globais e às emergências decorrentes de conflitos, instabilidade, desastres naturais e mudanças climáticas, nesse sentido, estabeleceu um quadro estratégico para a preparação e resposta a crises, tornando-se uma prioridade transversal em todos os seus programas, permitindo enfoques mais integradas e interdisciplinares. No documento, a UNESCO se propõe a ser ágil e proativa ao participar de avaliações iniciais e de necessidades pós-desastres, esforços de recuperação e coordenação com as Nações Unidas em nível nacional. Além disso, está prevista adaptação de sua estratégia para apoiar ações de emergência e contribuir para a recuperação de longo prazo, fortalecendo as capacidades nacionais, promovendo o diálogo intercultural, empoderamento de comunidades vulneráveis e estabelecendo coalizões globais quando necessário. Essas iniciativas envolvem a reconstrução de setores afetados pela crise da COVID-19, preenchendo lacunas de dados e políticas em inclusão e diálogo intercultural, integração da cultura na recuperação e reconstrução e proteção do patrimônio cultural. Esse enfoque reforçado na preparação (preparedness) e resposta a crises tem por objetivo criar oportunidades para ação, conscientização e parcerias inovadoras com novos agentes.

O informe também aborda a preparação para a 42ª conferência geral da UNESCO, que ocorrerá em Paris, de 07 a 22 de novembro de 2023, com destaques elencados na sua agenda provisória (42 C/1 PROV).

Os quatro objetivos estratégicos elaborados pela UNESCO

O Objetivo Estratégico 1 visa responder aos desafios educacionais e aproveitar as oportunidades, focando na garantia de uma educação inclusiva e de qualidade, bem como na promoção de oportunidades de aprendizagem contínua para todos, especialmente para reduzir desigualdades e fomentar sociedades de aprendizado criativas na era digital. Este objetivo é uma resposta à perturbação global da educação causada pela pandemia de COVID-19, que agravou desigualdades e ameaça uma "catástrofe geracional." A UNESCO atuará na coleta de dados, formulação de políticas baseadas em evidências, promoção de práticas de ensino eficazes, desenvolvimento de competências digitais, pesquisa e prospectiva educacional, e apoio à coordenação internacional para o alcance do ODS 4. Ela também enfatiza a importância de uma educação interdisciplinar e diversificada para construir sociedades do conhecimento inclusivas e ecológicas. A UNESCO promoverá soluções digitais inovadoras para melhorar o acesso à educação e investirá na capacitação de docentes e na pesquisa em inteligência artificial na educação. A organização atuará como um laboratório de ideias para inspirar reflexões sobre o futuro da educação e coordenará esforços globais para alcançar os objetivos do ODS 4, assegurando que a educação permaneça uma prioridade nas políticas de desenvolvimento e investimentos nacionais (p. 21-24).

Objetivo Estratégico 2 tem como foco responder aos desafios ambientais e aproveitar as oportunidades para impulsionar sociedades sustentáveis e proteger o meio ambiente. Isso inclui a promoção da ciência, tecnologia, inovação e patrimônio natural. Visa melhorar o conhecimento para a ação climática, biodiversidade, gestão da água e oceanos, e redução de riscos de desastres. Além disso, busca fomentar a cooperação internacional em ciência,

tecnologia e inovação. A UNESCO está consciente dos riscos ambientais, como mudanças climáticas, perda de biodiversidade, desastres naturais e crises relacionadas à água. A organização acredita que sua abordagem multidisciplinar e seus programas científicos internacionais podem contribuir para soluções éticas e sustentáveis, alinhadas com a Agenda 2030. Juntos, eles buscam criar soluções integradas para mitigar esses riscos e seus impactos sociais, econômicos e na saúde global (p. 24-27).

O Objetivo Estratégico 3 busca construir sociedades inclusivas, justas e pacíficas através da promoção da liberdade de expressão, diversidade cultural e educação para a cidadania global. Enfrentando desafios como desigualdade de renda, discriminação e concentração de riqueza, a organização prioriza a diversidade cultural e direitos humanos, combate à discriminação, ao discurso de ódio e estereótipos, e promove a alfabetização midiática para capacitar cidadãos na era digital. Além disso, a UNESCO enfatiza o diálogo intercultural como um meio essencial para promover a igualdade, respeito e tolerância, enquanto combate desigualdades, racismo e discriminação, fortalecendo a liberdade de mídia e promovendo a participação cultural inclusiva (p. 27-30).

O Objetivo Estratégico 4 concentra-se na criação de um ambiente tecnológico voltado para a humanidade, promovendo o desenvolvimento e disseminação de conhecimento, estabelecendo normas éticas e lidando com tecnologias emergentes, como inteligência artificial, *big data*, internet das coisas e *blockchain*. A transformação digital oferece oportunidades significativas para avançar nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mas também traz desafios como ameaças cibernéticas e violações de direitos humanos. A UNESCO destaca a importância do acesso igualitário às tecnologias, incluindo competências digitais e alfabetização midiática, bem como a igualdade na criação, disseminação e visibilidade de conteúdo digital. A organização busca liderar a transformação digital de maneira colaborativa e inclusiva, promovendo o acesso à informação, competências digitais e ética tecnológica. Também se empenha em combater desigualdades no ecossistema digital, promover a diversidade e garantir que as tecnologias operem dentro de um quadro de paz, desenvolvimento sustentável e direitos humanos, enquanto fortalece os instrumentos legais relacionados à ética no desenvolvimento de tecnologias digitais (p.31-33) .

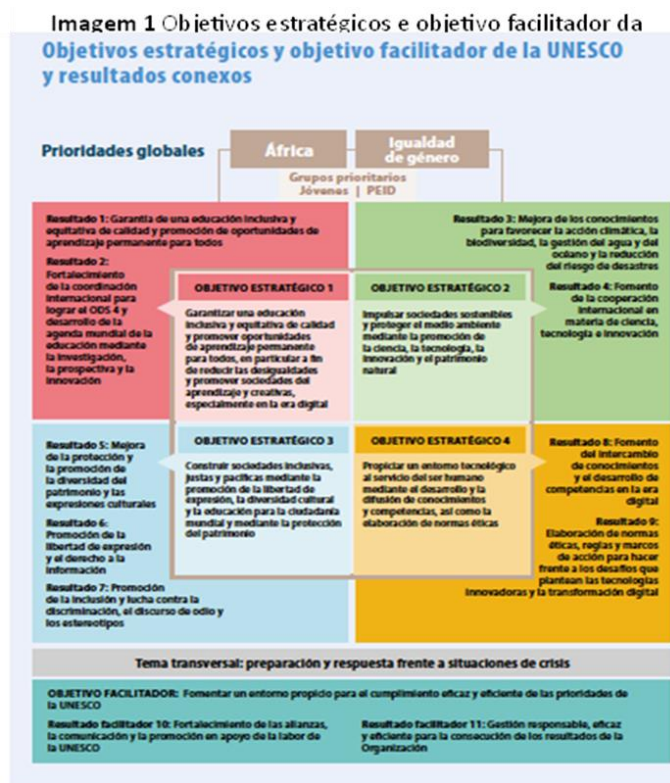
Objetivo facilitador

Os princípios e as medidas para alcançar o objetivo facilitador para fomentar um ambiente propício para o cumprimento eficaz e eficiente das prioridades da UNESCO relacionados à implementação da estratégia de médio prazo 2022-2029, dois resultados são esperados a fim de garantir a capacidade de resposta, a preparação e a adaptabilidade da UNESCO, considerando um ambiente de rápidas mudanças: (i) o reforço das parcerias, da divulgação e da defesa em apoio às suas ações (*advocacy*) e (ii) a gestão responsável, eficiente e eficaz na busca dos seus resultados. Por meio de estratégia de parceria abrangente, capitalizando as redes únicas e múltiplas da UNESCO, particularmente, a partir da experiência de parcerias e coalizões estabelecidas durante a pandemia de COVID-19, como por exemplo, a Coalizão Global para a Educação, o foco da UNESCO, nos próximos anos, está na Agenda 2030 e em seu financiamento, além da celebração de parcerias público-privadas inovadoras em áreas emergentes, como a transformação digital. Outrossim, a fim de ajudar os países a aplicar a Agenda 2030, a UNESCO objetiva reforçar a colaboração sistemática com as organizações do sistema das Nações Unidas (p. 34-38).

A agenda provisória da 42ª sessão da Conferência Geral da UNESCO

Na preparação para a 42ª sessão da Conferência Geral da UNESCO será realizada em Paris, entre os dias 07 e 22 de novembro, temos destaques da agenda provisória a apresentação de relatórios de implementação de resoluções tais como a implementação do Plano de Ação da UNESCO para a salvaguarda do Patrimônio Cultural da Cidade Velha de Jerusalém (Resolução 41 C/36); assim como a implementação da Resolução 41 C/51 relativa a prestação de assistência a instituições educacionais e culturais nos territórios árabes ocupados; a implementação da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (ESD) para 2030 e a Declaração de Berlim; além do acompanhamento da decisão do Conselho Administrativo do Fundo Internacional para a Promoção da Cultura (sigla em inglês, IFPC) sobre o fechamento do Fundo (decisão IFPC/AC-02/04_2022) e a criação de um instituto categoria 1 em Shangai/China.

Cabe ressaltar que na 216ª sessão do Comitê Executivo da UNESCO, ocorrida em 22 de maio de 2023, foi aprovada por unanimidade a criação de um instituto de categoria 1, em Shangai/China, para a expansão da educação STEM (sigla em inglês para Science, Technology, Engineering and Mathematics). Um instituto categoria 1 age como incubadora de novas ideias, e atua como definidor de padrões, facilitador para a cooperação internacional, centro de compartilhamento de informações e desenvolvedor de capacidades em suas respectivas áreas de competência. Se a Conferência Geral aprovar a criação desse instituto, este será o primeiro centro de categoria 1 da UNESCO na China e o primeiro fora da Europa¹¹².



Fonte: UNESCO 2022, p. 19

¹¹²CHINA. Ministério da Educação. *UNESCO passes resolution on setting up category 1 institute in Shanghai*.

Disponível em: http://en.moe.gov.cn/news/press_releases/202305/t20230524_1061137.html Acesso em: 23 out. 2023.

Nota-se mais uma vez que entre o planejamento estratégico alinhado, bem estruturado e alinhado aos auspícios da Organização e a aplicação e implementação na prática há um longo caminho entre a teoria e prática. Vide a agenda provisória da 42ª sessão da Conferência Geral da UNESCO em que se pese, não há foco à Agenda 2030 e seu financiamento, nem ações concretar para a adaptação da instituição ao ambiente de mudanças rápidas e gestão eficaz e eficiente, vide, as restrições orçamentárias que levaram ao encerramento do Fundo de apoio à cultura e não nos parece, em um primeiro plano, que a preparação e respostas a situações de emergência está mais no campo da boa vontade institucional e menos no engajamento institucional. Vejamos os resultados pós Conferência Geral.

Referências

UNESCO. **Estrategia a Plazo Medio 2022-2029 (41 C/4)**. 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000378083_spa Acesso em: 23 out.2023

UNESCO. **Provisional agenda of the 42nd session of the general conference (42 C/1 PROV)**. 2023. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386194> Versão em inglês. Acesso em: 23 out.2023

Reuniões Anuais 2023: A nova orientação do Banco Mundial

Annual Meetings 2023: The World Bank's new orientation

Isis Pillar Cazumbá

Abstract. *This article aims to present the new vision and mission of the World Bank launched during the WBG-IMF Annual Meetings in Marrakesh.*

Keywords: *Annual Meetings. World Bank. IMF.*

Resumo. Este artigo tem como objetivo apresentar a nova visão e missão do Banco Mundial lançada durante as Reuniões Anuais BM-FMI em Marraquexe.

Palavras-chave: Reuniões Anuais. Banco Mundial. FMI.

Apresentação

Cinquenta anos depois, as Reuniões Anuais voltaram a ser realizadas no continente africano. Durante sete dias, os assuntos mais relevantes do cenário atual foram amplamente discutidos. As Reuniões aconteceram em meio aos recentes terremotos no Afeganistão e Marrocos, as enchentes na Líbia e o complexo conflito entre Israel e Gaza, ficando nítida a necessidade de soluções urgentes e inovadoras para combater estes problemas que certamente atingirão ainda mais os países pobres.

Para encarar estes desafios, o Banco Mundial (BM) apresentou uma nova cartilha de desenvolvimento contendo a missão e visão que irá orientar o Banco daqui para frente, que busca ajudar a mitigar as adversidades presentes atualmente.

A Nova Missão e Visão do Banco Mundial

"Criar um mundo livre da pobreza – em um planeta habitável." Esta é a nova diretriz lançada pelo BM durante as Reuniões Anuais. Posicionando-se como um solucionador de problemas, o Banco fortaleceu a sua relevância, mostrando que pode ajudar a melhorar a vida dos que mais precisam em meio as múltiplas crises que facilitam o caminho do recrudescimento da desigualdade.

Num discurso que durou um pouco mais de meia hora¹¹³, Ajay Banga, presidente do BM, apresentou os avanços que o Banco obteve, desde o início do seu processo evolutivo, há cerca de um ano juntamente como que o Banco irá funcionar a partir de agora.

No Plenário das Reuniões Anuais, Ajay discursou sobre a nova visão e missão do BM, dizendo que estes dois testarão a capacidade do Banco em realizar grandes feitos. Para o presidente, isso exigirá do Banco a construção de novas parcerias, novidades no campo da ação e na execução do trabalho, recursos adicionais para tornar tudo o que se planeja em realidade.

¹¹³ Discurso Ajay Banga nas Reuniões Anuais BM-FMI. Disponível em: <https://m.youtube.com/watch?v=CkcQYBSSGUo&t=146s>

Ajay fez menção as pessoas ao redor do mundo quererem trabalhar e criar com as suas “próprias mãos”, evidenciando que o Banco quer ajudar no desenvolvimento disso.

Ajay mostrou compreender que o Banco precisava se tornar mais eficiente, citando que a instituição precisava se concentrar mais no incentivo à produção, em quantas meninas estão estudando, na geração de empregos, nas emissões de carbono e menos no custo do investimento para tudo isso funcionar. Expôs que o Banco possui a esperança de reorientar-se para responder fortemente aos desafios presentes, agindo não somente como um banco, mas como um mecanismo de conhecimento.

O presidente falou sobre a importância de novas parcerias para esta nova empreitada e que está trabalhando juntamente com os bancos multilaterais de desenvolvimento para ajudar na coordenação global, gerando assim as mudanças necessárias.

Sobre recursos, o presidente disse que mesmo com a melhoria do BM, dos governos e das instituições multilaterais e filantrópicas trabalhando em sintonia, haverá a necessidade da “engenhosidade do setor privado”. Ajay solicitou ao setor privado que estes viabilizem o seu conhecimento técnico e experiência aos lugares que não foram trabalhados ainda, pois, de acordo com o presidente, é necessário o compartilhamento para o desenvolvimento em potencial.

A respeito da capacidade financeira mais alargada, Banga expôs que as novas ferramentas adotadas pelo BM poderão conceder uma capacidade de empréstimo adicional para uma década, com recursos orçados em US\$ 157 bilhões, já inclusa garantia de portfólio, emissão de capital híbrido e ajuste no índice de empréstimo. O BM está analisando vencimento dos empréstimos de 35 a 40 anos com o intuito de fazer com que os países consigam fazer os investimentos sociais e de capital humano a longo prazo. Após o seu discurso, Banga fez comentários sobre o aperfeiçoamento dos Direitos Especiais de Saque (DES) e a criação de um Fundo para tornar o planeta mais habitável.

Considerações finais

Durante o encontro sobre o Novo Pacto Financeiro Global em junho, líderes de diversos países sentiram-se confortáveis em mostrar insatisfação com o formato das instituições financeiras¹¹⁴, tendo especialmente como alvos o BM e o FMI, forçando meses depois uma Declaração Conjunta¹¹⁵ entre as duas instituições, onde estas reafirmavam as condições de ajudar a mitigar as complexas crises globais.

No caso do BM, a instituição entendeu que precisava reorientar a sua missão de desenvolvimento, vide as novas ações tomadas pelo presidente Ajay Banga assim que tomou posse; se aproximou dos bancos regionais e planejou uma turnê para quase todos os continentes – começando pela América Latina e Caribe em junho –, com o intuito de aumentar as parcerias.

A pressão sofrida pelo BM para alargar a capacidade de empréstimos e reestruturar as suas ações, ao que tudo indica surtiu efeito. Neste momento, é necessário manter o

¹¹⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-cupula-para-um-novo-pacto-financeiro-global-na-franca>

¹¹⁵ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/statement/2023/09/07/enhancing-imf-world-bank-collaboration>

acompanhamento das atuações do Banco para vermos a sua concretização, pois, estamos diante de múltiplas crises – aumento da pobreza, insegurança alimentar, alterações climáticas, conflitos geopolíticos, baixa atividade econômica e possíveis pandemias.

ADENDO

Destaques do discurso do Ministro Fernando Haddad na Reunião Conjunta FMI - Banco Mundial 2023

A recente reestruturação da economia brasileira e os impactos e desafios impostos pela atual “policrise” global foram os pontos destacados por Haddad, em discurso sobre a presidência brasileira do G20 realizado na reunião.

Ele mencionou um conjunto de medidas implementadas desde o início do ano: o novo arcabouço fiscal, os avanços na reforma tributária e outras reformas estruturais. “Reduzimos o desmatamento, renovamos e expandimos programas sociais reconhecidos internacionalmente, como o Bolsa Família, e acabamos de lançar um ambicioso plano de transformação ecológica. Agora, o Brasil está pronto para se voltar aos desafios globais e promover um diálogo construtivo e produtivo em direção ao multilateralismo do século XXI”, destacou Haddad.

Sobre o cenário mundial, declarou: “Em vez do triunfo da globalização e de uma ordem mundial liberal centrada no livre comércio, em instituições internacionais baseadas em regras e na promessa de prosperidade para todos, o que vemos hoje é uma crescente fragmentação geoeconômica e um multilateralismo ineficaz, para não falar de uma nova crise da dívida no Sul Global e uma catástrofe ambiental iminente”.

Ao comentar o panorama de “policrise” global, Haddad afirmou haver várias crises em curso, operando em diferentes níveis, reforçando-se e amplificando-se mutuamente. “Desde a crise financeira de 2008, passando pela Covid-19, até a guerra na Ucrânia, esperamos ansiosamente por tempos melhores e por grandes soluções globais, que infelizmente continuam a fugir de nossas mãos”, declarou. E agora, acrescentamos nós, a mega-crise criada pela guerra Hamas-Estado de Israel.

Fernando Haddad alertou também que 23 anos após a Declaração do Milênio, 10% da população mundial ainda passa fome, enquanto os 10% mais abastados controlam mais de metade do rendimento e 76% da riqueza mundial. O ministro destacou ainda que as mudanças climáticas são incontestáveis, com efeitos críticos, como o verão mais quente já registrado no hemisfério norte, em 2023. Advertiu, ainda, que gênero, raça e classe social continuam a determinar em grande parte as oportunidades econômicas disponíveis para cada indivíduo ao redor do mundo.

Referências

Banco Mundial [homepage na internet]. Ending Poverty on a Liveable Planet [acesso em 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/immersive-story/2023/10/13/world-bank-president-on-ending-poverty-on-a-livable-planet>

Banco Mundial [homepage na internet]. Meeting the Moment a New Vision for Challenging Times [acesso em 20 out 2023].

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2023/10/16/meeting-the-moment-a-new-vision-for-challenging-times>

Comércio e Política Industrial: Debates rumo às 13ª Conferência Ministerial da OMC

Comércio e Política Industrial: Debates rumo às 13ª Conferência Ministerial da OMC

Trade and Industrial Policy: Debates towards the 13th WTO Ministerial Conference

Claudia Chamas

Bernardo Bahia Cesário

Abstract. *Given the challenges stemming from digitalisation, climate change, and the imperative for coordinated investment and other factors, the World Trade Organization (WTO) has reignited discussions on industrial policy. An informal meeting in September dealt with the issue as part of the WTO reform process, with a view to the upcoming 13th WTO Ministerial Conference scheduled for February 26 to 29, 2024, in Abu Dhabi, United Arab Emirates. Brazil's potential to drive substantial advancements on this front is evident, particularly in light of its recent implementation of measures and tools to revitalise its industrial policy. These initiatives underscore Brazil's commitment to bolstering its economy and emphasise its aspirations for heightened global prominence.*

Keywords: *WTO; technology transfer; trade; health; industrial policy*

Resumo. Com os desafios impostos pela digitalização e pelos grandes temas como a mudança climática e a necessidade de investimentos coordenados e outros fatores, o debate sobre política industrial se renova na Organização Mundial do Comércio (OMC). Reunião informal, em setembro, tratou do tema no âmbito do processo de reforma da OMC, com vista à 13ª Conferência Ministerial da OMC, que acontecerá em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, de 26 a 29 de fevereiro de 2024. O Brasil poderá contribuir bastante para o avanço do assunto, pois recentemente lançou medidas e instrumentos para revalorizar sua política industrial, buscando melhorar a economia e aumentar sua presença no cenário internacional.

Palavras-chave: OMC; transferência de tecnologia; comércio; saúde; política industrial

Comércio, Política Industrial e Transferência de Tecnologia

O debate econômico ortodoxo mantém anticorpos às ideias que consideram afronta ao livre mercado. Políticas que estabelecem critérios e escolhas para a promoção focada da industrialização, especialmente em contextos emergentes, sofreram forte oposição durante as décadas de 1980 e 1990. Entretanto, nos últimos anos, observamos um certo retorno às medidas de estímulo a setores e indústrias, inclusive nos países de alta renda. Um dos exemplos mais significativos é o “CHIPS and Science Act”, que recebeu US\$ 280 bilhões para expandir a indústria de semicondutores nos Estados Unidos e fazer frente ao avanço chinês. Outros exemplos são a Lei Americana de Redução da Inflação (“Inflation Reduction Act” - IRA), que contempla US\$ 370 bilhões em subsídios, e o Plano de Recuperação NextGenerationEU (“NextGenerationEU Recovery Plan”) para o Acordo Verde Europeu (“European Green Deal”), com € 1,8 trilhão (US\$ 2 trilhões) em financiamento, ambos para apoiar a transição energética (1).

Com os desafios impostos pela digitalização e pelos grandes temas como a mudança climática e a necessidade de investimentos coordenados e outros fatores, o assunto se renova

na [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC). Recente nota da Organização relata conversações informais sobre política comercial e industrial (2). Nos dias 25 e 26 de setembro, os países membros examinaram estas matérias com vista à preparação para várias reuniões de alto nível sobre o calendário da OMC, com particular atenção para o processo de reforma da Organização.

Imagem 1 – Reunião informal sobre comércio e política industrial na OMC



Fonte: Organização Mundial do Comércio

Este evento foi a quarta reunião informal desde que as discussões sobre a reforma da OMC foram lançadas na 12ª Conferência Ministerial (MC12), em junho de 2022. Na ocasião, os países concordaram em trabalhar para a reforma com o objetivo de “melhorar todas as suas funções e abordar os interesses de todos os membros, incluindo questões de desenvolvimento”. O Conselho Geral e os seus órgãos subsidiários foram encarregados de conduzir “os preparativos para a reforma, analisar os avanços e considerar as decisões, conforme apropriado”, com vista à 13ª Conferência Ministerial da OMC, que acontecerá em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, de 26 a 29 de fevereiro de 2024.

Segundo a Embaixadora Athaliah Lesiba Molokomme, de Botswana, Presidente do Conselho Geral, houve bom “nível de envolvimento e atitude positiva testemunhada entre os membros durante o dia e meio de discussões”. Ocorreram sessões plenárias com a presença de todos os membros e quatro grupos com as delegações divididas. Ela destacou:

“Tivemos conversas francas e interativas. Agora estamos mais bem informados sobre as sensibilidades em torno deste tema. Fui encorajada pelo espírito construtivo em que nossas discussões ocorreram. Embora ainda persistam divergências, esta reunião informal demonstrou a sua vontade de trabalhar em conjunto com vista a encontrar soluções mutuamente aceitáveis. Peço a todos vocês que aproveitem esse impulso.”

No tocante à política comercial e industrial e ao desenvolvimento econômico em geral, a nota ressalta que três temas principais foram abordados pelos membros: (i) “espaço político de apoio à industrialização nos países em desenvolvimento, incluindo os países menos desenvolvidos”; (ii) “subsídios industriais – oportunidades e desafios para o sistema comercial global”; e (iii) “o caminho a seguir (“way forward”)”.

Considerações finais

O Brasil, ao revalorizar sua política industrial, coloca em evidência a importância estratégica desse instrumento para sua economia e presença no cenário internacional. Espera-

se que esse foco renovado se manifeste assertivamente nos preparativos para a 13ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC). Este comprometimento é ainda mais palpável com a recente reativação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que destinou o montante expressivo de R\$ 1,7 trilhão para investimentos em infraestrutura (3). A perspectiva de neointustrialização é passo decisivo para posicionar o Brasil como ator em produção e inovação tecnológica global.

A moldagem da política industrial, entretanto, não deve ser um movimento isolado; ela precisa estar em sintonia com os objetivos nacionais de longa duração, impulsionando um ciclo sustentável de crescimento com inclusão e bem-estar. Nesta dinâmica, a saúde pública ocupa um papel central. A habilidade de produzir internamente medicamentos e avançar em tecnologias médicas é vital para a viabilidade e robustez do Sistema Único de Saúde (SUS).

Exemplos concretos desse foco estratégico podem ser observados em acordos emblemáticos, como o firmado entre a Fiocruz e a Astrazeneca, e nas Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs). Como destacou Nísia Trindade Lima, então presidente da Fiocruz, a instituição sempre se pautou por alinhar economia de recursos e o inegável interesse nacional de proporcionar saúde de qualidade a todos os brasileiros. A vasta experiência e a infraestrutura do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos) foram cruciais, corroborando a necessidade de investimento e valorização de instituições nacionais qualificadas (4).

A coordenação com parceiros internacionais se torna fundamental, não apenas para enfrentar desafios imediatos, como crises e conflitos em curso, mas para apoiar o fortalecimento do sistema multilateral. Esta colaboração internacional é essencial, especialmente considerando as atuais disputas pela hegemonia tecnológica. A integração e inclusão de tecnologias emergentes são imprescindíveis para garantir prosperidade inclusiva, permitindo que todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades e benefícios igualitários. Em consonância com a visão otimista apresentada pela Embaixadora Athaliah Lesiba Molokomme, o Brasil deverá estar comprometido em desempenhar papel proativo e colaborativo nas discussões futuras. Com foco contínuo na saúde pública e inovação, o país está bem posicionado para avançar em direção a um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo, contribuindo para o progresso global e o bem-estar de seus cidadãos e parceiros internacionais.

Referências

1. Hausmann, R. Why Industrial Policy Is Back. [Internet]. 2023. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/why-economists-have-rediscovered-industrial-policy-by-ricardo-hausmann-2023-01>
2. OMC. Members share views in informal talks on trade and industrial policy. [Internet]. 2023. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news23_e/gc_26sep23_e.htm
3. Lula: PAC é o Estado a serviço dos sonhos dos brasileiros por uma vida melhor. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/lula-pac-e-o-estado-a-servico-dos-sonhos-dos-brasileiros-por-uma-vida-melhor>
4. Lula: Vacina Covid-19: Fiocruz divulga contrato de encomenda tecnológica com a AstraZeneca. 200. Disponível em: https://agencia.fiocruz.br/vacina-covid-19-fiocruz-divulga-contrato-de-encomenda-tecnologica-com-astrazeneca?utm_source=Boletim&utm_medium=AFN&utm_campaign=30deoutubrode2020&utm_term=term&utm_content=content

“Preferimos morrer com dignidade em nossas próprias casas”: a opção de famílias palestinas diante da agudização de um conflito de 75 anos

“Preferimos morir dignamente en nuestras propias casas”: la opción de las familias palestinas ante el agravamiento de un conflicto de 75 años.

“We prefer to die with dignity in our own homes”: the option of Palestinian families in the face of the worsening of a 75-year conflict

**Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas,
Jesús Enrique Patiño Escarcina, Laurenice Pires,
Marciglei Brito Moraes, Mateus dos Santos Brito,
Matheus dos Santos da Silveira, Patrícia Lewis Carpio,
Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado
e Luis Eugênio de Souza**

Resumo. Entre 04 a 18 de outubro de 2023, foram monitoradas 57 Organizações da Sociedade Civil (OSC), das quais 41 fizeram manifestações merecedoras de registro. De forma preponderante, as manifestações das OSC de interesse público trataram da guerra entre Israel e Hamas. As organizações defenderam o fim dos ataques a civis e demandaram ajuda humanitária urgente da comunidade internacional. A resposta rápida, crítica e enérgica das OSC de interesse público demonstra que a sociedade civil organizada se mobiliza rapidamente em prol de questões humanitárias. (Registre-se que as OSC de interesse privado não se manifestaram sobre essa trágica guerra). Além da guerra em Gaza, diversos outros tópicos foram abordados pelas OSC. A crise climática continua no topo das preocupações, sendo considerada uma ameaça à vida no planeta. Outro destaque se refere ao Dia Mundial da Saúde Mental, celebrado em 10 de outubro. Os conflitos violentos no Sudão, em Bangladesh e em Nagorno-Karabakh (Azerbaijão), os direitos humanos, a segurança alimentar, as dívidas de países mais pobres, a luta pela igualdade de gênero são outros temas presentes nas manifestações das OSC. No tema da pesquisa, um importante anúncio foi feito pela Welcome Trust, referente ao Projeto Atlas das Células Humanas.

Palavras-chave: Sociedade Civil Organizada. Conflito Israel-Hamas. Crise Climática. Crise Humanitária. Saúde Mental.

Resumen. Entre el 4 y el 18 de octubre de 2023 se monitorearon 57 Organizaciones de la Sociedad Civil (OSC), de las cuales 41 realizaron manifestaciones dignas de registro. En su mayoría, las manifestaciones de las OSC de interés público giraron en torno a la guerra entre Israel y Hamás. Las organizaciones abogaron por el fin de los ataques contra civiles y exigieron asistencia humanitaria urgente a la comunidad internacional. La respuesta rápida, crítica y enérgica de las OSC de interés público demuestra que la sociedad civil organizada se moviliza rápidamente a favor de las cuestiones humanitarias. (Cabe señalar que las OSC de interés privado no se pronunciaron sobre esta trágica guerra). Además de la guerra en Gaza, las OSC abordaron varios otros temas. La crisis climática sigue estando en el primer plano de las preocupaciones, considerándose una amenaza para la vida en el planeta. Otro destaque se refiere al Día Mundial de la Salud Mental, celebrado el 10 de octubre. Los conflictos violentos en

Sudán, Bangladesh y Nagorno-Karabaj (Azerbaiján), los derechos humanos, la seguridad alimentaria, las deudas de los países más pobres, la lucha por la igualdad de género son otros temas presentes en las manifestaciones de las OSC. En el tema de investigación, Welcome Trust realizó un importante anuncio sobre el Proyecto Atlas de Células Humanas.

Palabras clave: *Sociedad civil organizada. Conflicto Israel-Hamás. Crisis climática. Crisis humanitaria. Salud mental.*

Abstract. *Between October 4th and 18th, 2023, 57 Civil Society Organizations (CSOs) were monitored, of which 41 made demonstrations worthy of registration. Mostly, demonstrations of the CSOs of public interest dealt with the war between Israel and Hamas. The organizations advocated an end to attacks on civilians and demanded urgent humanitarian aid from the international community. The quick, critical and energetic response of public interest CSOs demonstrates that organized civil society mobilizes quickly in favor of humanitarian issues. (It should be noted that private interest CSOs did not speak out about this tragic war). In addition to the war in Gaza, several other topics were addressed by CSOs. The climate crisis remains at the forefront of concerns, being considered a threat to life on the planet. Another highlight refers to World Mental Health Day, celebrated on October 10th. Violent conflicts in Sudan, Bangladesh and Nagorno-Karabakh (Azerbaijan), human rights, food security, the debts of poorer countries, the fight for gender equality are other themes present in CSO demonstrations. On the topic of research, an important announcement was made by Welcome Trust, regarding the Human Cell Atlas Project.*

Keywords: *Organized civil society. Israel-Hamas conflict. Climate Crisis. Humanitarian Crisis. Mental health.*

INTRODUÇÃO

No período de 04 a 18 de outubro de 2023, foram monitoradas 57 Organizações da Sociedade Civil (OSC), das quais 41 fizeram manifestações merecedoras de registro neste informe. Deve-se ressaltar o papel primordial que as OSC de interesse público desempenham continuamente ao dar voz às crises humanitárias globais, especialmente diante do aumento da intensidade dos conflitos armados em todo o mundo. De forma preponderante, nessa quinzena, as manifestações das OSC de interesse público mencionaram o conflito entre Israel e Hamas, que se intensificou radicalmente após um ataque terrorista do grupo Hamas a civis israelenses no dia 07 de outubro de 2023. As organizações defenderam o fim das ofensivas militares contra civis, bem como demandaram urgentemente o apoio da comunidade internacional para a busca pela paz na região. Vale ressaltar o trabalho da ActionAid de reverberar o sofrimento daqueles presentes na Faixa de Gaza, divulgando uma entrevista emocionante, que inspirou o título desse informe. Merece destaque também a mobilização da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública que, além de publicar duas notas logo após o ataque do Hamas e os de Israel, endereçou uma contundente carta ao Conselho de Segurança da ONU, com cópias para as autoridades israelenses e palestinas.

Além da guerra em Gaza, diversos outros tópicos foram abordados pelas OSC. A crise climática continua no topo das preocupações da sociedade civil, sendo considerada um dos maiores desafios da atualidade e uma ameaça à vida no planeta. Outro destaque se refere ao Dia Mundial da Saúde Mental, celebrado em 10 de outubro. Os conflitos violentos no Sudão, em Bangladesh e em Nagorno-Karabakh (Azerbaijão), os direitos humanos, a segurança alimentar,

as dívidas de países mais pobres, a luta pela igualdade de gênero e pelo direito à saúde reprodutiva são outros temas presentes nas manifestações das OSC. Todos esses temas são atravessados por discussões éticas tanto na gestão de desastres e crises, quanto na condução de pesquisas. As questões éticas salientam a influência de interesses econômicos particulares, guiados pela busca do lucro, incluindo a influência da indústria sobre políticas públicas de saúde.

Ao contrário das de interesse público, as OSC de interesse privado não se manifestaram sobre a guerra entre Israel e o Hamas, embora tenham realizados seminários sobre guerras e conflitos, em geral. Os temas mais destacados por elas foram a crise climática e a insegurança alimentar, os ODS, questões de gênero e de pesquisa e desenvolvimento. Neste último tema, vale destacar o anúncio pela Welcome Trust do Projeto Atlas das Células Humanas.

Por fim, o texto relaciona diversos eventos realizados ou anunciados na quinzena. Em cada um desses tópicos, a sociedade civil enfatiza a necessidade de abordagens críticas que busquem a equidade e políticas globais eficazes para enfrentar os desafios de saúde e sociais.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Conflito armado no Oriente Médio

“Preferimos morrer com dignidade em nossas próprias casas”, esta é uma das falas que a ActionAid tornou pública a fim de denunciar as graves violações aos direitos humanos que as famílias palestinas vêm sendo expostas na Faixa de Gaza. Isoladas e sem acesso a zonas de fuga do território em conflito, muitas famílias estão retornando para às suas casas no norte de Gaza a espera de uma morte mais digna. A escalada no conflito na fronteira Israel-Gaza e o bloqueio total no fornecimento de água, eletricidade, combustível e alimentos tem exposto [grávidas, crianças e lactantes](#) a riscos iminentes de vida, bem como a quadros graves de saúde como desnutrição e doenças diarreicas^{116,117}.

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) publicou três notas relativas à guerra entre o Hamas e Israel. A primeira, datada de 10 de outubro, condena veementemente os [ataques terroristas contra civis em Israel](#) perpetrados pelo Hamas¹¹⁸. A segunda, divulgada em 13 de outubro, [condena também veementemente os ataques das forças israelitas contra civis na Faixa de Gaza](#)¹¹⁹. A terceira, publicada em 17 de outubro, se refere à carta aberta enviada às presidências do [Conselho de Segurança e da Assembleia-geral da ONU](#), aos secretário-geral da ONU, ao Papa Francisco, ao diretor-geral da OMS, aos presidentes e

¹¹⁶ ActionAid. [Internet]. Lives peril Gaza’s pregnant nursing mothers and children face imminent danger amid; 17 out 2023 [citado 19 out 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/lives-peril-gazas-pregnant-nursing-mothers-and-children-face-imminent-danger-amid> .

¹¹⁷ ActionAid. [Internet]. Terrified families returning Gaza’s north we Ould rather die dignity our own homes; 18 out 2023 [citado 19 out 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/terrified-families-returning-gazas-north-we-would-rather-die-dignity-our-own-homes> .

¹¹⁸ WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. WFPHA Condemns Terrorist Attacks on Civilian Populations | WFPHA; 10 out 2023 [citado 21 out 2023]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/wfpha-condemns-terrorist-attacks-on-civilian-populations/>.

¹¹⁹ WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. WFPHA Condemns Attacks on Civilian Populations Everywhere | WFPHA; 13 out 2023 [citado 21 out 2023]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/wfpha-condemns-attacks-on-civilian-populations-everywhere/>.

ministros da saúde de Israel e da Palestina, pedindo que usem seus poderes para parar os ataques violentos e permitir o socorro às vítimas¹²⁰.

O Sustainable Health Equity Movement (SHEM) publicou um apelo pela paz e pela humanidade, pedindo a todos que reservassem um momento para ler e partilhar a carta da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública que aborda o [conflito em curso no Médio Oriente](#).¹²¹

Segundo a ActionAid, a perda de civis inocentes, trabalhadores humanitários e profissionais de saúde em Gaza é algo aterrorizante. Com a escalada do conflito na Faixa de Gaza, [civis estão sendo utilizados como peões em um jogo de guerra](#). No norte de Gaza, uma ordem sem precedentes de [expulsão de mais de 1 milhão de palestinos de suas casas](#) está empurrando a população de Gaza para o sul, o que representa um agravamento no colapso da infraestrutura civil da região, que já se encontra em crise. A ActionAid apela para a proteção irrestrita à vida dos civis palestinos, trabalhadores humanitários e de saúde^{122 123}.

A OXFAM, juntamente com outras organizações como Action Against Hunger, War Child, Islamic Relief, Christian Aid, CAFOD, Plan International UK, Humanity and Inclusion, Action Aid UK, Medical Aid for Palestinians, Care International UK e Norwegian Refugee Council, emitiu uma [declaração](#) conjunta sobre a escalada da violência entre palestinos e israelenses, pedindo que os civis sejam protegidos.¹²⁴

A OXFAM destacou a situação crítica em [Gaza](#), onde mais de dois milhões de pessoas perderam suas casas, têm poucas opções de abrigo e não dispõem eletricidade, alimentos e água em quantidade e qualidade suficientes.¹²⁵ A OXFAM denunciou que os civis enfrentam um duplo golpe à medida que a violência aumenta e o acesso à [ajuda humanitária](#) vital e a todos os serviços públicos é cortado.¹²⁶

O People's Health Movement (PHM) por meio do seu Círculo sobre Guerra e Conflito, Ocupação e Migração Forçada, promoveu no dia 14 de outubro de 2023 uma [reunião virtual aberta](#), com a presença de ativistas de diversas partes do mundo para debater a atual situação

¹²⁰ WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. Plea for Peace: A Call to Protect Innocent Lives | WFPHA; 17 out 2023 [citado 21 out 2023]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/plea-for-peace-a-call-to-protect-innocent-lives/>.

¹²¹ SHEM Sustainable Health Equity Movement. Twitter [Internet]. Join us in the call for peace and humanity [Tweet]; 16 out 2023 [citado 21 out 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/shequitymov/status/1713998307347853322>

¹²² ActionAid. [Internet]. Civilians are not pawns war games and must be protected; 12 out 2023 [citado 19 out 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/civilians-are-not-pawns-war-games-and-must-be-protected>.

¹²³ ActionAid. [Internet]. ActionAid horrified unprecedented order expel 1 million Palestinians northern Gaza; 13 out 2023 [citado 19 out 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/actionaid-horrified-unprecedented-order-expel-11-million-palestinians-northern-gaza>.

¹²⁴ OXFAM. Twitter [Internet]. We and 11 other aid agencies have made a statement on the escalation of violence for Palestinians and Israelis: <https://bit.ly/48N6Fp3> [Tweet]; 14 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/oxfamgb/status/1713225011303997951?s=20>

¹²⁵ OXFAM. Twitter [Internet]. "It is a complete catastrophe, with 2.2 million people...with really nowhere to go, and very little food, very little water [Tweet]; 16 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/oxfamgb/status/1713948040338264472?s=20>

¹²⁶ OXFAM. Twitter [Internet]. Civilians have already borne the brunt of the violence and now those in Gaza face a double blow as the [Tweet]; 13 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/oxfamgb/status/1712740366623850794?s=20>

da Palestina. Como síntese do encontro, o PHM e sua rede de movimentos sociais filiados declararam conjuntamente o seu apoio ao povo palestino¹²⁷.

O Rotary International se pronunciou, ressaltando a longa história do conflito entre Israel e os palestinos e expressando a necessidade de se buscarem [caminhos para a paz](#). Ao mesmo tempo, condenou o ataque do Hamas contra civis Israelenses e se disse preocupada com a escalada da crise humanitária em Gaza e em defesa do Direito Humanitário Internacional¹²⁸

A ActionAid reagiu ao que chamou de “[escalada da violência na fronteira Israel-Gaza](#)”, defendendo o fim das ofensivas militares contra civis em ambos os territórios, bem como o apoio da comunidade internacional para o estreitamento de diálogos na busca pela paz na região. A organização considera que o conflito expõe o fracasso da comunidade internacional frente ao bloqueio prolongado da Faixa de Gaza¹²⁹.

A ActionAid alerta para a escalada da [crise humanitária](#) que atinge os mais de dois milhões de moradores da Faixa de Gaza. Representantes da organização que estão em Gaza têm sido monitorados e a sua proteção tem sido buscada. A região se encontra isolada e com a sua infraestrutura civil afetada, a exemplo de hospitais e outros estabelecimentos de saúde. Frente a escalada do conflito e o bloqueio total do fornecimento de água, eletricidade, combustível e alimentos, a ActionAid apela para o fim da violência na região, [abertura de corredores humanitários](#) e a viabilização da oferta de ajuda humanitária^{130 131}.

A presidente e CEO da CARE, nos EUA, Michelle Nunn, emitiu [declaração sobre Israel/Gaza](#), afirmando que o conflito é devastador para milhões de famílias, causa tristeza e medo pelo que vem a seguir. A tomada de reféns, o assassinato de civis e os relatos de violência baseada no gênero são violações arbitrarias do direito humanitário internacional. Assim como a Diretora Nacional da CARE Cisjordânia/Gaza, invocou o pessoal da CARE a continuar na luta pela paz, justiça e dignidade, lembrando que a esperança é a última coisa a ser perdida¹³².

A CARE destacou o problema da [escassez de água potável na Faixa de Gaza](#). Depois de Israel ter anunciado o “bloqueio total” em 9 de outubro, a ONU e outras organizações

¹²⁷ People’s Health Movement (PHM). [Internet]. Watch now open meeting current situation Palestine; 14 out 2023 [citado 19 out 2023]. Disponível em: <https://phmovement.org/watch-now-open-meeting-current-situation-palestine> .

¹²⁸ Rotary International. Twitter [Internet]. Our statement on the conflict in Israel and Gaza.[Tweet]; 13 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/Rotary/status/1712969049695531390>.

¹²⁹ ActionAid. [Internet]. ActionAid reaction escalation violence Israel-Gaza border; 08 out 2023 [citado 19 out 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/actionaids-reaction-escalation-violence-israel-gaza-border> .

¹³⁰ ActionAid. [Internet]. Opening safe humanitarian corridors and escalation hostilities crucial alleviate; 10 out 2023 [citado 19 out 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/opening-safe-humanitarian-corridors-and-de-escalation-hostilities-crucial-alleviate> .

¹³¹ ActionAid. [Internet]. People living fear humanitarian crisis deepens Gaza says ActionAid; 10 out 2023 [citado 19 out 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/people-living-fear-humanitarian-crisis-deepens-gaza-says-actionaid> .

¹³² CARE [Internet]. Statement from Michelle Nunn, CARE USA President and CEO, on Israel/Gaza - CARE; 10 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/statement-from-care-us-ceo-michelle-nunn-on-israel-gaza/>.

humanitárias alertaram para a escassez crítica de água potável e para os hospitais à beira do colapso, o que coloca milhares de vidas já vulneráveis em risco adicional¹³³.

O Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN) juntou-se à Aliança Mundial das Profissões de Saúde (WHPA) no [apelo a todas as partes no conflito entre Israel e Hamas](#) para que respeitem e protejam o acesso aos cuidados de saúde e garantam a segurança dos civis e dos profissionais de saúde. Um comunicado emitido pela WHPA afirma que os profissionais de saúde continuam a prestar cuidados médicos de emergência nas zonas de conflito, independentemente de etnia, raça, religião ou filiação política. Estão correndo um enorme risco e, tragicamente, muitos foram feridos ou mortos. O ICN e a WHPA apelam a todas as partes em conflito para que cumpram as suas obrigações ao abrigo do direito humanitário internacional¹³⁴.

A CARE International, como organização humanitária, defendeu os civis inocentes que sofrem com a [crise entre Israel e Gaza](#), bem como apelou à observância do direito humanitário internacional que exige a proteção e salvaguarda dos civis, o regresso seguro dos reféns, bem como a garantia de recursos e acesso humanitário seguro¹³⁵.

A negação de água, combustível e eletricidade põe vidas em perigo, denunciou a Human Rights Watch. Israel iniciou um [bloqueio ilegal a Gaza](#), sendo mortal para crianças e civis, pelo qual o Estado Israel deve pôr fim imediatamente ao seu bloqueio total à faixa de Gaza.¹³⁶

Depois dos ataques liderados pelo Hamas a Israel, em 7 de outubro, muitos governos estrangeiros apressaram-se a apoiar Israel. A Human Rights Watch publicou uma [análise sobre o que Israel pode aprender com os erros do contraterrorismo dos EUA](#), respeitando leis de guerra, para cumprir obrigações jurídicas internacionais.¹³⁷

A Human Rights Watch publicou uma nota sobre porque [a ordem de evacuação de Gaza por Israel é tão alarmante](#).¹³⁸

Combatentes liderados pelo Hamas entraram em Israel e massacraram civis israelenses, matando centenas e fazendo dezenas de reféns, incluindo crianças, pessoas com deficiência e

¹³³ CARE [Internet]. Delivering 'miracle' water despite escalating violence in Gaza; 19 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/gaza-a-quest-for-clean-water-a-longer-term-reckoning-with-immense-need/>.

¹³⁴ ICN - International Council of Nurses [Internet]. ICN calls for health workers and civilians to be protected in Israel and Gaza conflict; 16 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.icn.ch/news/icn-calls-health-workers-and-civilians-be-protected-israel-and-gaza-conflict>

¹³⁵ CARE [Internet]. A message to our CARE Supporters on the crisis in the Middle East - CARE; 13 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/a-message-to-our-care-supporters-on-the-crisis-in-the-middle-east/>.

¹³⁶ Human Rights Watch [Internet]. Israel: Unlawful Gaza Blockade Deadly for Children; 18 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/10/18/israel-unlawful-gaza-blockade-deadly-children>

¹³⁷ Human Rights Watch [Internet]. What Israel Can Learn From America's Counterterrorism Missteps; 18 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/10/18/what-israel-can-learn-americas-counterterrorism-missteps>

¹³⁸ Human Rights Watch [Internet]. Why Israel's Gaza Evacuation Order is So Alarming; 16 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/10/16/why-israels-gaza-evacuation-order-so-alarming>

idosos. A Human Rights Watch condena a ação do Hamas de manter reféns. [Civis livres foram detidos em Gaza depois do ataque do Hamas](#), constituindo um crime de guerra.¹³⁹

A Progressive International divulgou matéria sobre a iniciativa da [Palestine Action US](#), que lançou uma nova campanha, visando encerrar as empresas de armamentos nos Estados Unidos que estão fornecendo suporte para o genocídio em curso por Israel contra a Palestina.¹⁴⁰

A Progressive International publicou documento com recortes históricos do [estudo seminal de Fayez Sayegh](#) de 1965 sobre os longos processos do colonialismo sionista na Palestina.¹⁴¹

A Progressive International divulgou o [apelo urgente dos sindicatos palestinos](#) à ação global, solicitando aos trabalhadores de todo o mundo que interrompam a venda e o financiamento de armas a Israel, bem como a pesquisa militar.¹⁴²

A Progressive International divulgou carta da [Universidade de Birzeit](#), que fez um chamado às instituições acadêmicas internacionais a tomar ações concretas para interromper a guerra genocida contra o povo palestino e pôr fim ao colonialismo israelense.¹⁴³

A World Medical Association [condenou o ataque em larga escala lançado pelo Hamas contra Israel](#) e fez um apelo para a priorização da imediata libertação dos reféns, especialmente daqueles que necessitam de cuidados médicos urgentes. Além disso, a organização expressou suas mais profundas condolências às vítimas e suas famílias, que foram afetadas pelo ataque devastador, manifestando sua solidariedade inabalável com sua organização membro, a Associação Médica de Israel.¹⁴⁴

A World Medical Association instou à manutenção dos [princípios de neutralidade médica](#), conforme definidos pela Convenção de Genebra, e apela a todas as partes para respeitarem o direito internacional e a integridade das populações civis não envolvidas. A

¹³⁹ Human Rights Watch [Internet]. Hamas, Islamic Jihad: Holding Hostages is a War Crime; 19 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/10/19/hamas-islamic-jihad-holding-hostages-war-crime>

¹⁴⁰ Progressive International [Internet]. Palestine Action US campaign launches to stop Israeli genocide of Palestine and shut Elbit down; 19 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://progressive.international/wire/2023-10-19-palestine-action-us-campaign-launches-to-stop-israeli-genocide-of-palestine-and-shut-elbit-down/en>

¹⁴¹ Progressive International [Internet]. Sayegh: Zionist Colonialism in Palestine; 16 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://progressive.international/blueprint/d24c12d9-bed4-407f-8443-269f0ef30432-sayegh-zionist-colonialism-in-palestine/en>

¹⁴² Progressive International [Internet]. Um chamado urgente dos sindicatos palestinos: Pelo fim da cumplicidade, parem de armar Israel; 16 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://progressive.international/wire/2023-10-16-an-urgent-call-from-palestinian-trade-unions-end-all-complicity-stop-arming-israel/es>

¹⁴³ Progressive International [Internet]. Birzeit University: "Do not be silent about genocide"; 15 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://progressive.international/wire/2023-10-16-birzeit-university-do-not-be-silent-about-genocide/en>

¹⁴⁴ World Medical Association [Internet]. WMA strongly condemns the attack of Hamas on Israel, urging immediate liberation of hostages; 13 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.wma.net/news-post/wma-strongly-condemns-the-attack-of-hamas-on-israel-urging-immediate-liberation-of-hostages/>

organização também expressou pesar pela perda de vidas, especialmente as de profissionais de saúde de ambos os lados do conflito.¹⁴⁵

A Progressive International registrou a exigência de trabalhadores de tecnologia nos EUA de que a Amazon interrompesse o trabalho no Projeto Nimbus de Israel, que fornece capacidade de vigilância para o exército israelense. Ao mesmo tempo, anunciou a primeira [Cúpula para Fazer a Amazon Pagar](#), que será realizada em Manchester nos dias 27 e 28 de outubro.¹⁴⁶

Ataque a hospital palestino

A OXFAM lamentou o bombardeio de um hospital em [Gaza](#), considerando-o uma ação contra a humanidade básica e um crime de guerra. Eles fizeram um apelo para as pessoas assinarem uma petição online.¹⁴⁷

A ActionAid denunciou as violações à lei humanitária e condenou o [bombardeio ao Hospital Al Ahli Al Arabi Al Ma'amadani de Gaza](#) que deixou ao menos 500 mortos, em sua maioria crianças e idosos. Este foi o maior ataque até o momento após o início dos conflitos na Faixa de Gaza em 07 de outubro de 2023. O hospital compõe a Aliança pela Solidariedade da Fundação da ActionAid e junto a outros [22 hospitais de Gaza](#) havia recebido uma [ordem israelense para a evacuação de funcionários e pacientes](#), mesmo sendo inviável fazê-la. Para a organização, este é um ataque brutal ao direito internacional e deve ser condenado pela comunidade internacional^{148, 149, 150}.

A Women in Global Health publicou [declaração](#), lamentando o ataque ao Hospital Al Ahli Arab, no norte da Faixa de Gaza e lembrando que o fardo recaiu sobre as mulheres e adolescentes, inclusive as profissionais de saúde. A declaração também pediu a cessação imediata dos ataques às instalações de saúde e a proteção imediata de civis e dos profissionais de saúde¹⁵¹.

¹⁴⁵ World Medical Association [Internet]. The World Medical Association stands firmly for the principles of medical neutrality as defined by the Geneva Convention, and calls on all parties to respect international law and the integrity of unrelated civilian populations WMA; 15 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.wma.net/news-post/the-world-medical-association-stands-firmly-for-the-principles-of-medical-neutrality-as-defined-by-the-geneva-convention-and-calls-on-all-parties-to-respect-international-law-and-the-integrity-of-unr/>

¹⁴⁶ Progressive International [Internet]. PI Briefing | No. 41 | The Summit to Make Amazon Pay; 14 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://progressive.international/wire/2023-10-14-pi-briefing-no-41-the-summit-to-make-amazon-pay/en>

¹⁴⁷ OXFAM. Twitter [Internet]. Oxfam is horrified by the bombing of a hospital in Gaza. Bombing of hospitals is against basic humanity and a [Tweet]; 17 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/oxfamgb/status/1714385112329048512?s=20>

¹⁴⁸ ActionAid. [Internet]. Horrific breach humanitarian law Gaza Al Ahli Al Arabi Al Maamadani Hospital civilian; 18 out 2023 [citado 19 out 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/horrific-breach-humanitarian-law-gazas-al-ahli-al-arabi-al-maamadani-hospital-civilian> .

¹⁴⁹ ActionAid. [Internet]. ActionAid partner al awda hospital Gaza given orders urgently evacuate; 13 out 2023 [citado 19 out 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/actionaid-partner-al-awda-hospital-gaza-given-orders-urgently-evacuate> .

¹⁵⁰ ActionAid. [Internet]. Evacuation orders 22 hospitals across Gaza breach international law ActionAid warns; 16 out 2023 [citado 19 out 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/evacuation-orders-22-hospitals-across-gaza-breach-international-law-actionaid-warns> .

¹⁵¹ STATEMENT on the attack on Al Ahli Arab Hospital in Gaza and large-scale casualties. 18 out. 2023. Disponível em: <https://womeningh.org/statement-al-ahli-arab/>. Acesso em: 20 out. 2023.

O Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN) condenou o [bombardeamento do Hospital Baptista Al-Ahli, em Gaza](#), que matou centenas de pessoas, incluindo pacientes feridos, profissionais de saúde e pessoas deslocadas. A presidente do ICN, Dra. Pamela Cipriano, disse que “condena todas as formas de violência, ataques a profissionais de saúde, hospitais e ambulâncias que trabalham em zonas de conflito, cujo único objetivo é prestar cuidados, tratamento e conforto aos doentes e feridos. Assim, apelou a todos os governos e combatentes para que respeitem as leis internacionais que protegem os profissionais de saúde¹⁵².

A CARE fez novo apelo diante dos [relatos de centenas de mortos em virtude da explosão num hospital da Cidade de Gaza](#). Na declaração, a presidente da CARE EUA afirmou que a proteção de civis feridos, de trabalhadores humanitários, de trabalhadores médicos e de instalações médicas é direito humanitário inegociável e uma obrigação moral. Destacou ainda que este momento deve servir como ponto de inflexão para evitar novas perdas de vidas e danos colaterais. Por isso, defende uma pausa na escalada da violência que permita o acesso humanitário aos civis e a evacuação daqueles que necessitam de cuidados médicos urgentes. Sem isso, afirma, as muitas tragédias que temos visto ao longo desta crise crescerão exponencialmente, com milhares de mortes¹⁵³.

Cessar-fogo

A OXFAM e a Greenpeace condenaram a terrível escalada de [violência em Gaza e Israel](#), que deixou as pessoas em Gaza necessitando urgentemente de apoio humanitário. A Oxfam compartilhou um link para arrecadar fundos online.¹⁵⁴ A Greenpeace também fez um apelo por solidariedade e paz no [Oriente Médio](#), pedindo doações e instando a comunidade internacional a redobrar os esforços para reduzir o sofrimento humanitário e proteger as pessoas inocentes.¹⁵⁵ A OXFAM fez um apelo para que [líderes mundiais](#) intervenham e forcem todas as partes a um cessar-fogo.¹⁵⁶

A ActionAid apelou para todos os líderes mundiais, [União Europeia](#), Conselho de Segurança e o Secretário Geral das Nações Unidas que consigam um imediato cessar-fogo na Faixa de Gaza, com o objetivo de enviar ajuda humanitária e proteger os civis. Caso ações como esta não sejam tomadas em caráter emergencial, uma [catástrofe humanitária](#) ocorrerá na região

¹⁵² ICN - International Council of Nurses [Internet]. ICN condemns Gaza hospital bombing and calls for protection of health workers; 18 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.icn.ch/news/icn-condemns-gaza-hospital-bombing-and-calls-protection-health-workers>

¹⁵³ CARE [Internet]. Statement from Michelle Nunn, CARE USA President and CEO, on Gaza Hospital Explosion - CARE; 17 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/michelle-nunn-statement-on-gaza-hospital-explosion/>.

¹⁵⁴ OXFAM. Twitter [Internet]. The terrifying escalation of violence in Gaza and Israel is leaving people in Gaza in urgent need of humanitarian support [Tweet]; 12 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/oxfamgb/status/1712379604378243372?s=20>

¹⁵⁵ Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. A statement of solidarity and a call for peace - Greenpeace International; 17 out 2023 [citado 18 out 2023]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/63144/statement-solidarity-call-for-peace-middle-east/>.

¹⁵⁶ OXFAM. Twitter [Internet]. “World leaders must have the courage to step in and force all parties into a ceasefire.” Danny, our CEO. Gaza [Tweet]; 18 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/oxfamgb/status/1714687664438284587?s=20>

de Gaza. A ActionAid enviou uma carta ao [Conselho Europeu](#), pedindo apoio para um cessar-fogo imediato na região^{157 158 159}.

A coordenadora-médica do MSF na Palestina descreveu a situação atual do [sistema de saúde em Gaza](#), que tem poucas instalações médicas em funcionamento no norte de Gaza, todas sob uma pressão inimaginável. Muitos profissionais de saúde foram forçados a fugir para o sul, devido aos ataques. A equipe restante tem que lidar com o acesso restrito à eletricidade e à água, em um contexto de cerco. Os profissionais de saúde relatam que entre 800 e 1.000 pessoas são feridas todos os dias na Faixa de Gaza, mas esse número inclui apenas aquelas que conseguem chegar a um hospital. MSF está testemunhando o colapso do atendimento ao paciente. A equipe médica não consegue mais tratar as pessoas ou admitir novos pacientes. Para a organização, é fundamental fazer com que os hospitais voltem a funcionar, sendo preciso garantir cessar-fogo regulares para que medicamentos e combustível sejam trazidos em grande escala. Sem medicamentos anestésicos, os cirurgiões serão obrigados a interromper as operações. Também é necessário apoio humanitário imediato para um milhão de pessoas deslocadas que precisam de acesso à água e saneamento, assim como a cuidados médicos básicos, antes que sua saúde se deteriore drasticamente.¹⁶⁰

Em 14 de outubro, MSF pediu para o Estado de Israel a [demonstração de um mínimo de humanidade](#). Para a organização, a ordem para que 1,1 milhão de pessoas se deslocassem em poucas horas para uma área já superpovoada e com acesso precário a alimentos, água e saúde é tão absurda quanto intolerável. A água potável está se tornando escassa no sul da Faixa de Gaza e a dificuldade de obtê-la está aumentando o sofrimento da população. MSF pediu que haja zonas seguras no norte de Gaza e que sejam estabelecidos cessar-fogo regulares. Fizeram também um pedido para que as pessoas tenham a possibilidade de fugir pela passagem de Rafah, sem prejuízo de seu direito de retorno e solicitam que os seus profissionais palestinos que desejam sair possam ser evacuados.¹⁶¹

A OXFAM condenou toda a violência e perseguição contra civis israelenses e palestinos. Destacou que a organização e seus parceiros em [Gaza](#) estavam entregando água, itens de higiene pessoal e alimentos, mas a violência severa e contínua tornou isso impossível. Fez um apelo urgente por um cessar-fogo e pelo acesso à ajuda humanitária.¹⁶² A OXFAM destacou que a única usina de [Gaza](#) ficou sem combustível, afetando o funcionamento dos hospitais. Também

¹⁵⁷ ActionAid. [Internet]. EU should call immediate ceasefire protect civilians caught Gaza crises says ActionAid; 18 out 2023 [citado 19 out 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/eu-should-call-immediate-ceasefire-protect-civilians-caught-gaza-crisis-says-actionaid> .

¹⁵⁸ ActionAid. [Internet]. Open call immediate ceasefire Gaza strip and Israel prevent humanitarian catastrophe; 19 out 2023 [citado 19 out 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/open-call-immediate-ceasefire-gaza-strip-and-israel-prevent-humanitarian-catastrophe-and> .

¹⁵⁹ ActionAid. [Internet]. ActionAid letter EU Gaza crisis; 16 out 2023 [citado 19 out 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/actionaids-letter-eu-gaza-crisis> .

¹⁶⁰ MSF Brasil [Internet]. Gaza: “Sem eletricidade, muitos pacientes morrerão” - MSF Brasil; [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/gaza-sem-eletricidade-muitos-pacientes-morrerao/>.

¹⁶¹ MSF Brasil [Internet]. Com fim do ultimato à população de Gaza, MSF pede às autoridades israelenses que mostrem humanidade - MSF Brasil; [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/com-fim-do-ultimato-a-populacao-de-gaza-msf-pede-as-autoridades-israelenses-que-mostrem-humanidade/>.

¹⁶² OXFAM. Twitter [Internet]. We condemn all violence and targeting of Israeli and Palestinian civilians. As soon as it's safe, our staff and partners [Tweet]; 13 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/oxfamgb/status/1712825907813982406?s=20>

denunciou que o fechamento das fronteiras impede a entrada de alimentos, remédios e combustíveis.¹⁶³

Guerras e conflitos no Sudão, Bangladesh e Nagorno-Karabakh

Segundo a CARE International, à medida que o [conflito no Sudão entra no seu sexto mês](#), a situação humanitária se agrava, especialmente em relação ao setor da saúde. Com menos de 30% das instalações de saúde do país operacionais e com o aumento dos surtos de doenças, muitas pessoas continuam expostas a doenças evitáveis com ocorrência de óbitos. O Diretor Nacional da CARE no Sudão, David Macdonald, disse: “O conflito em curso tem um impacto catastrófico nas comunidades já traumatizadas, mais ainda nas mulheres e nas crianças. Os centros médicos enfrentam desafios sem precedentes, uma vez que os abastecimentos são criticamente baixos, o que põe em perigo a saúde e o bem-estar das populações vulneráveis do país. Esta situação é agravada pelas dificuldades que os trabalhadores humanitários enfrentam na entrega da tão necessária ajuda aos centros de saúde.”¹⁶⁴

[Ameaças contra líderes da oposição em Bangladesh](#) correm o risco de incitar a violência e minam a integridade eleitoral, informa a Human Rights Watch. Numa reunião pela “Paz e desenvolvimento”, um funcionário do governo respondeu às supostas críticas sobre a recente importação de urânio russo pelo governo após as ameaças de “derramar o urânio russo nas cabeças daqueles membros da oposição”.¹⁶⁵

Na terça-feira, 19 de setembro, o [Azerbaijão lançou um ataque](#) contra várias áreas de Nagorno-Karabakh. Depois de um acordo de cessar-fogo ter sido alcançado em 24 horas, mais de 100 mil residentes da região dirigiram-se para a vizinha Armênia. Psicólogos do Médicos Sem Fronteiras (MSF) forneceram consultas de saúde mental e primeiros auxílios psicológicos a mais de 200 pessoas deslocadas em poucos dias.¹⁶⁶

Direitos humanos

A Greenpeace destacou que igualdade, dignidade e justiça são essenciais para garantir um [futuro sustentável](#) e para alcançar um mundo melhor, mais saudável e mais verde para todos.¹⁶⁷ A ONG também destacou a necessidade de estabelecer o direito a [sistemas de transporte](#) simples, acessíveis e eficientes.¹⁶⁸

¹⁶³ OXFAM. Twitter [Internet]. The only power plant in #Gaza ran out of fuel on Wednesday. Hospitals will soon not be able to operate [Tweet]; 13 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/oxfamgb/status/1712793836802494912?s=20>

¹⁶⁴ CARE [Internet]. Six Months of Conflict in Sudan Continues to Decimate the Country’s Healthcare System - CARE; 12 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/as-the-conflict-in-sudan-enters-its-sixth-month-on-15th-october-the-humanitarian-situation-is-dire-especially-in-the-health-sector/>.

¹⁶⁵ Human Rights Watch [Internet]. Bangladesh Officials Risk Inciting Violence; 19 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/10/19/bangladesh-officials-risk-inciting-violence>

¹⁶⁶ Médicos Sin Fronteras (MSF) | Organización médico-humanitaria [Internet]. Armenia: ofrecemos apoyo en salud mental a los desplazados de Nagorno-Karabaj; [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.msf.es/noticia/armenia-ofrecemos-apoyo-salud-mental-los-desplazados-nagorno-karabaj>

¹⁶⁷ Greenpeace International. Twitter [Internet]. To secure a sustainable future, we must actively challenge the current system [...] [Tweet]; 17 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1714265012460736896?s=20>

¹⁶⁸ Greenpeace International. Twitter [Internet]. Our transport system can be a powerful ally against the climate crisis and inequalities. Simple, affordable, accessible and efficient public [Tweet]; 2023 Oct 7 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://x.com/Greenpeace/status/1711011061040828629?s=20>

A Human Rights Watch informou que, um ano depois da “Quinta-feira Negra”, as [vítimas do Chade aguardam justiça](#). As autoridades do Chade não conseguiram realizar investigações criminais rápidas, eficazes e independentes sobre graves violações dos direitos humanos ligadas aos protestos em 20 de outubro de 2022.¹⁶⁹

A Human Rights Watch incita a [Uzbequistão a investigar alegações de maus tratos e tortura](#). Nas alegações do blogueiro uzbeque Abduqodir Muminov destacam abuso policial contínuo e táticas coercitivas enquanto estava detido.¹⁷⁰

A Human Rights Watch divulgou uma nota sobre a exigência da [lei humanitária Internacional](#) para proteger os civis. A lei deveria ser aplicada a todos os Estados por igual. Incita-se a não atacar deliberada ou indiscriminadamente os civis, não fazer reféns, não punir civis pelas ações de indivíduos, não negar ou reter a assistência humanitária.¹⁷¹

A Human Rights Watch informou que o Tribunal de Família japonês considerou inconstitucional a exigência que as [pessoas transexuais sejam esterilizadas cirurgicamente para mudarem o seu gênero legal](#). No Japão, as pessoas trans que desejam mudar legalmente de gênero devem recorrer ao tribunal de família. De acordo com a Lei de Casos Especiais de Transtorno de Identidade de Gênero (GID), os candidatos deveriam passar por uma avaliação psiquiátrica e serem esterilizados cirurgicamente. Eles também devem ser solteiros e sem filhos menores de 18 anos.¹⁷²

O Supremo Tribunal Federal do Brasil está mais perto de [descriminalizar o aborto](#), informou a Human Rights Watch. O caso estava suspenso desde 2018, quando o Tribunal realizou uma audiência pública na qual a Human Rights Watch o instou a considerar as obrigações do Brasil sob o direito internacional ao chegar à sua decisão.¹⁷³

A Abs Development Organization for Woman and Child (ADO) publicou no X (Twitter) sobre o Dia Internacional de Erradicação da Pobreza, 17 de outubro. Destacando que a [pobreza é uma condição que resulta das nossas escolhas](#) enquanto sociedade. Ainda conclama para escolhas que levem a um mundo mais justo para todos, com oportunidades iguais.¹⁷⁴

¹⁶⁹ Human Rights Watch [Internet]. Chad: A Year On, Victims Await Justice; 20 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/10/20/chad-year-victims-await-justice>

¹⁷⁰ Human Rights Watch [Internet]. Uzbekistan Should Investigate Claims of Ill-Treatment, Torture; 18 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/10/18/uzbekistan-should-investigate-claims-ill-treatment-torture>

¹⁷¹ Human Rights Watch [Internet]. International Humanitarian Law Applies to All States; 19 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/10/19/international-humanitarian-law-applies-all-states>

¹⁷² Human Rights Watch [Internet]. Japan Court Rules Against Mandatory Transgender Sterilization; 16 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/10/16/japan-court-rules-against-mandatory-transgender-sterilization>

¹⁷³ Human Rights Watch [Internet]. Brazil's Supreme Court A Step Closer to Decriminalizing Abortion; 5 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/10/05/brazils-supreme-court-step-closer-decriminalizing-abortion>

¹⁷⁴ ADO - Abs development Organization for woman and child. Twitter [Internet]. "Poverty is not inevitable... [Post]; 17 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em https://twitter.com/hashtag/Poverty_Is_Not_Destiny?src=hashtagclick.

O tribunal administrativo da França reconheceu a existência de discriminação racial por parte da polícia durante os controles de identidade, embora não ordene ao Estado que o impeça. A Human Rights Watch incita que o governo francês acabe com o policiamento racista.¹⁷⁵

Terremotos e crise humanitária no Afeganistão

A CARE International abordou o terremoto que atingiu a província ocidental de Herat no Afeganistão, no dia 7 de outubro de 2023, em um momento em que o país já enfrentava uma grave crise humanitária, cujo enfrentamento é significativamente subfinanciado. O terremoto de magnitude 6,3 causou danos generalizados e perda de vidas. Pelo menos 2.000 pessoas foram mortas, com possibilidade de aumento nos dias subsequentes ao desastre. Isto ocorre menos de sete meses depois de outro forte terremoto ter atingido o país, deixando milhares de desabrigados e deslocados.¹⁷⁶

Nos dias 7 e 11 de outubro, dois terremotos atingiram a região de Herat, no oeste do Afeganistão. MSF montou dez tendas para apoiar no tratamento de pacientes no Hospital Regional de Herat. De acordo com dados desse hospital e do Ministério da Saúde Pública, 2.445 mortes e 2.440 feridos, principalmente mulheres e crianças, foram registrados em Herat até o dia 9. Muitas famílias continuam nas tendas montadas, pois embora possam receber alta, não têm casas para onde voltar. As autoridades continuam avaliando como abrigar essas pessoas.¹⁷⁷

O Afeganistão foi atingido por três fortes terremotos em pouco mais de uma semana, causando mortes, destruição e traumas generalizados. O último terremoto, um evento de magnitude 6,3 ocorrido em 15 de outubro de 2023, atingiu mais uma vez a província de Herat. Até o momento, os terremotos resultaram em mais de 1.300 mortes e 2.000 feridos. Aproximadamente 19.000 pessoas no total foram afetadas. Espera-se que esses números aumentem.¹⁷⁸

Crise climática

A Greenpeace continuou promovendo as campanhas #BanPrivateJets¹⁷⁹, #MakePollutersPay e #EndFossilCrimes nas redes sociais, convidando pessoas de todo o mundo a se unirem por meio do site da organização.¹⁸⁰ A Greenpeace destacou os impactos da

¹⁷⁵ Human Rights Watch [Internet]. French High Court Recognizes Racial Profiling, But Fails to Order the State to Stop It; 19 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/10/19/french-high-court-recognizes-racial-profiling-fails-order-state-stop-it>

¹⁷⁶ CARE [Internet]. Powerful earthquake strikes Afghanistan; 8 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/powerful-earthquake-strikes-afghanistan/>.

¹⁷⁷ MSF Brasil [Internet]. Terremotos no Afeganistão: três questões sobre a situação atual - MSF Brasil; [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/terremotos-no-afeganistao-tres-questoes-sobre-a-situacao-atual/>.

¹⁷⁸ CARE [Internet]. Afghans face deep trauma following third powerful earthquake - CARE; 16 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/afghans-face-deep-trauma-following-third-powerful-earthquake/>.

¹⁷⁹ Greenpeace International. Twitter [Internet]. "Extreme inequality and wealth concentration undermine humanity's ability to stop climate breakdown [...]" [Tweet]; 2023 Oct 7 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://x.com/Greenpeace/status/1710610930755936362?s=20>

¹⁸⁰ Greenpeace Internacional. Twitter [Internet]. Join the movement to #MakePollutersPay and #EndFossilCrimes [Tweet]; 2023 Oct 7 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://x.com/Greenpeace/status/1710641285781156050?s=20>

tempestade Daniel após sua passagem pela [Grécia](#).¹⁸¹ A Greenpeace destacou as manifestações na [Noruega](#) contra o plano de mineração em alto mar.¹⁸² A Greenpeace destacou a luta do povo Kaboedin e as [manifestações](#) de seus ativistas contra um projeto de mineração de carvão em Omkoi com o apoio das comunidades locais e da sociedade civil.¹⁸³ A Greenpeace destacou que quatro ativistas estão sendo [processados](#) por suas manifestações contra as importações destrutivas de gás da Fluxys.¹⁸⁴ A Greenpeace continua com a [campanha](#) #StopDeepSeaMining nas redes sociais, convidando pessoas ao redor do mundo a se unirem por meio do site da organização.¹⁸⁵ A Greenpeace destacou uma ação dos ativistas em [Jacarta](#) representando um monstro que agarra às figuras políticas que concorrem às eleições presidenciais indonésias de 2024.¹⁸⁶

A Greenpeace destacou que em sete grandes cidades do Sul Global, o engarrafamento e poluição do ar são dois dos maiores problemas ligados às [mudanças climáticas](#).¹⁸⁷ A Greenpeace chamou a atenção sobre setembro como provavelmente o mês com as [maiores temperaturas](#) registradas no planeta.¹⁸⁸

A Greenpeace destacou o caso do [Marco Temporal](#) no Brasil como uma das principais vitórias recentes no espaço do clima e da justiça ambiental.¹⁸⁹

¹⁸¹ Greenpeace International. Twitter [Internet]. Onde havia uma paisagem verde e florida, agora só há lama [...] [Tweet]; 2023 Oct 7 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://x.com/Greenpeace/status/1710641270690074685?s=20>

¹⁸² Greenpeace International. Twitter [Internet]. "At a time when humanity is racing against the clock to tackle both the climate crisis and the biodiversity crisis [Tweet]; 2023 Oct 7 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://x.com/Greenpeace/status/1710768217197797811?s=20>

¹⁸³ Greenpeace International. Twitter [Internet]. Marking the 4th year of the fight of Kaboedin people against a coal mining project in Omkoi, @GreenpeaceTH held activities [Tweet]; 2023 Oct 7 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://x.com/Greenpeace/status/1710837431866638482?s=20>

¹⁸⁴ Greenpeace International. Twitter [Internet]. "We're prosecuting the wrong people." Four @greenpeace_be activists facing prosecution tell the story of their action against Fluxys' destructive gas [Tweet]; 2023 Oct 7 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://x.com/Greenpeace/status/1710663781565784225?s=20>

¹⁸⁵ Greenpeace International. Twitter [Internet]. The deep sea is a treasure trove of biodiversity and home to untold wonders and possibilities. It is also one [Tweet]; 2023 Oct 8 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://x.com/Greenpeace/status/1711085304927694971?s=20>

¹⁸⁶ Greenpeace International. Twitter [Internet]. An 'oligarch monster' was seen in Jakarta last Friday, latching onto mannequins resembling the political figures who are running for [Tweet]; 2023 Oct 8 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://x.com/Greenpeace/status/1711210033391042619?s=20>

¹⁸⁷ Greenpeace International. Twitter [Internet]. According to a recent global poll commissioned by Greenpeace in seven major cities in the Global South, two of the [Tweet]; 2023 Oct 8 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://x.com/Greenpeace/status/1711288766424658147?s=20>

¹⁸⁸ Greenpeace International. Twitter [Internet]. 'Gobsmackingly bananas' – is the Earth about to record its highest temperature for 3 million years? <https://bit.ly/3PJ1LR2> Climate scientists are running [Tweet]; 2023 Oct 8 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://x.com/Greenpeace/status/1710980868825817319?s=20>

¹⁸⁹ Greenpeace International. Twitter [Internet]. Check out some recent wins in the climate and environmental justice space that inspire us in our fight for a [Tweet]; 2023 Oct 7 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://x.com/Greenpeace/status/1711509352123965696?s=20>

A Greenpeace anunciou o início da "Climate Justice Walk: A people's journey for Climate Justice", uma [caminhada](#) de 30 dias e mil quilômetros de Manila a Tacloban que começou em 13 de outubro.¹⁹⁰

A Greenpeace destacou que os CEOs das maiores empresas de combustíveis fósseis mais poluentes do mundo estão reunidos no [Fórum de Inteligência Energética](#), pelo qual milhares de pessoas protestaram nas ruas para encerrar essa conferência.¹⁹¹

A OXFAM enfatizou a urgência de arrecadar fundos para combater a [crise climática](#), propondo a taxação dos maiores poluidores para ajudar os mais afetados globalmente.¹⁹²

A Greenpeace destacou as intensas inundações em [Sikkim](#).¹⁹³ A Greenpeace destacou que um novo [estudo](#) apontou como a crise climática está custando 16 milhões de dólares por hora em danos climáticos extremos.¹⁹⁴ A Greenpeace destacou que o [projeto A69](#) sobre autoestradas está motivando resistência na França, pois é considerado "inútil", "destruidor do clima" e "matador da natureza", e se pede que seja abandonado com greve de fome para exigir que os tomadores de decisão ouçam.¹⁹⁵ A Greenpeace destacou que as [mudanças climáticas](#) afetam principalmente a agricultura, a pesca, os preços dos alimentos, a segurança da água e a injustiça social.¹⁹⁶

A Greenpeace destacou que a produção descontrolada de [plásticos](#) está acelerando as mudanças climáticas, a poluição e a perda de biodiversidade. A organização, portanto, está pedindo aos governos que reduzam a produção de plástico em pelo menos 75% até 2040.¹⁹⁷

A Planetary Health Alliance divulgou artigo sobre a "[Exposição da população global à poluição atmosférica por incêndios de 2000 a 2019](#)". O texto afirma que a poluição atmosférica

¹⁹⁰ Greenpeace International. Twitter [Internet]. And we're off! The @GreenpeaceSEA & Climate Walkers will hit the road and embark on a 30-day, 1000-kilometer journey from [Tweet]; 2023 Oct 8 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://x.com/Greenpeace/status/1710867879460327751?s=20>

¹⁹¹ Greenpeace International. Twitter [Internet]. The CEOs of the biggest most polluting fossil fuel companies in the world are gathering at The Energy Intelligence Forum [Tweet]; 2023 Oct 17 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://x.com/Greenpeace/status/1714315636162142548?s=20>

¹⁹² OXFAM. Twitter [Internet]. It's like a summer's day. In October. This isn't normal. The government urgently needs to raise funds to tackle the [Tweet]; 8 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/oxfamgb/status/1710988938255516150?s=20>

¹⁹³ Greenpeace International. Twitter [Internet]. Last week's intense floods in Sikkim remind us that we live in the times of the #climatecrisis. We must not [Tweet]; 2023 Oct 10 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://x.com/Greenpeace/status/1711622592254406911?s=20>

¹⁹⁴ Greenpeace International. Twitter [Internet]. Storms, floods, heatwaves and droughts... the climate crisis is costing \$ 16 million an HOUR in extreme weather damage, according to [Tweet]; 2023 Oct 10 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://x.com/Greenpeace/status/1711680275321909374?s=20>

¹⁹⁵ Greenpeace International. Twitter [Internet]. Resistance in France to 'useless', 'climate-wrecking', 'nature-killing' #A69 motorway project is mounting. 1500 scientists call for A69 to be dropped [Tweet]; 2023 Oct 10 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://x.com/Greenpeace/status/1711721105981858007?s=20>

¹⁹⁶ Greenpeace International. Greenpeace Philippines [Internet]. 5 ways climate change affects our food - Greenpeace Philippines; 16 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/philippines/story/62900/hungry-for-change-5-ways-climate-change-affects-our-food/>.

¹⁹⁷ Greenpeace International. Twitter [Internet]. The uncontrolled production of plastics is accelerating the triple planetary crisis – climate change, pollution and biodiversity loss. Here's why we [Tweet]; 12 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1712581411994317253?s=20>

causada por incêndios pode afetar negativamente a saúde humana e mais de 2 milhões de pessoas foram expostas a pelo menos um dia de poluição atmosférica relacionada com incêndios todos os anos, um número superior à década anterior¹⁹⁸.

A Planetary Health Alliance divulgou artigo “[Efeitos na saúde de crianças e adolescentes das políticas de mitigação das mudanças climáticas](#): uma revisão sistemática de estudos de modelagem”. Segundo o estudo, as políticas de mitigação das alterações climáticas e as intervenções provavelmente resultarão em benefícios positivos significativos para a saúde das crianças, especialmente para a sua saúde respiratória.

A OXFAM destacou que setembro e outubro são meses de clima extremamente quente, enquanto os maiores responsáveis pela [crise climática](#) enriquecem. Eles fizeram um apelo para taxar os maiores poluidores a fim de arrecadar bilhões para combater a crise climática.¹⁹⁹ A Greenpeace destacou a necessidade de responsabilizar os [poluidores climáticos](#) que arrecadam fundos enquanto destroem o planeta.²⁰⁰

Saúde mental

Na passagem do Dia Mundial da Saúde Mental, a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) publicou uma declaração conjunta com Organização Mundial de Médicos de Família e Associação Psiquiátrica Mundial, destacando o tema deste ano “[A saúde mental é um direito humano universal](#)”.²⁰¹

A Greenpeace destacou como maneiras de cuidar da [saúde mental](#) e do planeta, desfrutar da natureza, reunir-se com pares, discutir preocupações e canalizar emoções em ações climáticas.²⁰²

A World Heart Federation publicou matéria online lembrando que [as condições de saúde mental podem levar ao aparecimento de problemas cardiovasculares](#), assim como o diagnóstico de um problema cardíaco pode ter impacto profundo na saúde mental de uma pessoa. Para contornar essa situação sugere que a pessoa fale sobre seus sentimentos; tenha tempo para pausa diária; mova-se realizando atividades físicas, e nutra-se com alimentos saudáveis²⁰³.

A International Federation of Social Workers destacou o [Dia da Saúde Mental](#) lembrando do compromisso coletivo dos assistentes sociais em promover o bem-estar mental e a

¹⁹⁸ @ph_alliance. Twitter [Internet]. More than 2 billion people were exposed [...] [Tweet]; 16 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: https://twitter.com/ph_alliance/status/1713848762215411851

¹⁹⁹ OXFAM. Twitter [Internet]. It's the season for pumpkin spiced lattes. Not sunscreen. Hot weather in October is scary. All whilst those most responsible [Tweet]; 8 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/oxfamgb/status/1710913419627381235?s=20>

²⁰⁰ Greenpeace International. Climate polluters: making bank while destroying our planet. It's time to hold polluters accountable. Add your voice <https://bit.ly/3RLq9UM> [Post] [Internet]; 2023 Oct 7 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://x.com/Greenpeace/status/1710958270545019100?s=20>

²⁰¹ WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. Public Mental Health: Joint Statement by WFPHA, WONCA, & WPA | WFPHA; 10 out 2023 [citado 21 out 2023]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/public-mental-health-joint-statement-by-wfpha-wonca-wpa/>.

²⁰² Greenpeace International. Twitter [Internet]. The more we talk about mental health, the more we understand why it matters. Here are 5 ways to take [Tweet]; 2023 Oct 10 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://x.com/Greenpeace/status/1711592407178129822?s=20>

²⁰³ WORLD MENTAL Health Day: How does mental wellbeing affect the heart? 10 out. 2023. Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/world-mental-health-day-how-does-mental-well-being-affect-the-heart/>. Acesso em: 20 out. 2023.

acessibilidade aos serviços de saúde para todas as pessoas, e colaborar para reduzir o estigma associado à saúde mental²⁰⁴.

Em comemoração ao dia 10 de outubro, o [Dia Mundial da Saúde Mental](#), a CARE International incentivou indivíduos e organizações em todo o mundo a participarem de conversas e iniciativas para promoção do bem-estar mental. Em colaboração com a Organização Psicossocial Transcultural, a CARE tem trabalhado nas fábricas de vestuário do Camboja em defesa da saúde mental como um direito humano universal²⁰⁵.

A European Public Health Alliance (EPHA) ressaltou que 1,5 milhão de pessoas estão em instituições na União Europeia, incluindo enfermeiras. A Organização traz a necessidade de discutir práticas de cuidado e de experiências vividas e eficazes na Saúde Mental, fazendo menção à campanha [WorldMentalHealthDay](#) voltada a dialogar sobre a política de saúde mental.²⁰⁶

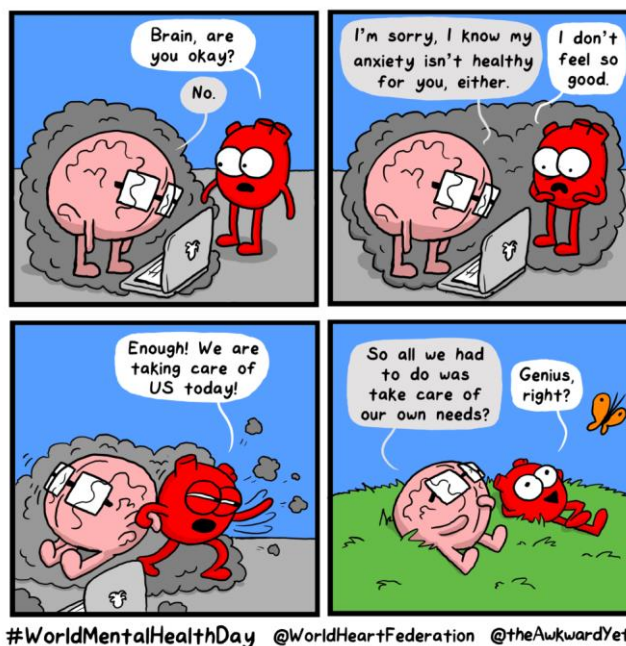
A Women In Global Health trouxe o tema da saúde mental para reafirmar o compromisso de defender [o direito a salários justos e condições de trabalho adequadas para trabalhadores da saúde](#), apoiando a campanha MentalHealthDay, para priorizar a saúde mental como uma questão de equidade, saúde global e direitos humanos.²⁰⁷

²⁰⁴ WORLD MENTAL Health Day: The Crucial Role of Social Work in Advancing Mental Well-Being – International Federation of Social Workers. 10 out. 2023. Disponível em: <https://www.ifsw.org/world-mental-health-day-the-crucial-role-of-social-work-in-advancing-mental-well-being/>. Acesso em: 20 out. 2023

²⁰⁵ CARE [Internet]. World Mental Health Day: Prioritizing Well-Being in the Garment Sector in Cambodia - CARE; 10 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/world-mental-health-day-prioritizing-well-being-in-the-garment-sector-in-cambodia/>.

²⁰⁶ European Public Health Alliance. Twitter [Internet]. Almost 1.5m people live in institutions in the EU including. [tweet]; 10 out 2023 [citado 20 out 2023], Disponível em: https://twitter.com/EPHA_EU/status/1711658783359828387,

²⁰⁷ Women In Global Health. Twitter [Internet]. Let's reaffirm our commitment to supporting those who tirelessly care for us!. [Tweet]. 10 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/womeninGH/status/1711789251132633502>.



Fonte: [Word Heart Federation](#)

Saúde de populações vulneráveis

A European Public Health Alliance (EPHA) participou de conferência “Leveraging the EU Roma Strategic Framework” sobre desenvolvimento com justiça na saúde e inclusão da população cigana da União Europeia [#EnvironmentalJustice](#).²⁰⁸

O Círculo sobre Sistemas de Saúde Equitativos se somou à Universidade Internacional de Saúde Popular do People’s Health Movement (PHM), para promover um [curso de curta duração para a formação de jovens ativistas](#) e profissionais de saúde de nível superior da África Oriental e do Sul. O curso terá a duração de seis dias e será realizado entre novembro e dezembro de 2023 em Nairobi, Quênia, contando com alojamento e uma taxa de inscrição. O objetivo do curso é fortalecer a rede de ativistas pela saúde na região, promovendo o intercâmbio de saberes e experiências²⁰⁹.

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) divulgou a campanha [Um Mundo para Todas as Idades](#), denunciando o etarismo, um preconceito de idade que está em toda parte. A IFA afirma que metade da população mundial tem preconceito de idade em relação aos idosos e que ninguém deveria estar em desvantagem por causa da idade. Convida todos a se juntarem ao movimento para criar um mundo para todas as idades.²¹⁰

²⁰⁸ European Public Health Alliance. [Twitter]. This week, @TomasdeJong participated at the "Leveraging, Tweet. 13 out 2023. [citado 20 out 2023]. Disponível em https://twitter.com/EPHA_EU/status/1712796197285486917.

²⁰⁹ People’s Health Movement (PHM). [Internet]. IPHU course east and South África esa region Nairobi Kenya coming november; 12 out 2023 [citado 19 out 2023]. Disponível em: <https://phmovement.org/iphu-course-east-and-south-africa-esa-region-nairobi-kenya-coming-november>.

²¹⁰ IFA | Federação Internacional sobre Envelhecimento [Internet]. Ageism is everywhere. Half of the world's population[...] | IFA; [citado out 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1714989863399756128>

A NCD Alliance fez um comunicado de imprensa, às vésperas do Dia das Crianças, denunciando a ameaça das alimentações não saudáveis, tabaco e álcool para a saúde e direitos de crianças e adolescentes em todos os países. A informação faz parte do relatório “Selling a Sick Future: How to counter harmful commercial marketing towards children and young people across risk factors for noncommunicable diseases” de autoria da NCD Alliance e da Children in All Policies 2030. O relatório mostra como marketing comercial nocivo expõe crianças e os jovens, assim como apresenta as táticas da indústria para alcançar as crianças e adolescentes²¹¹.

Pesquisa e desenvolvimento

A WADEM publicou um artigo intitulado “Tomada de decisão ética na gestão de desastres e emergências: uma revisão sistemática da literatura”. Segundo o artigo, as decisões tomadas pelos líderes e os efeitos que têm numa catástrofe devem transmitir a confiança da comunidade a que servem. Tais decisões são críticas em contextos onde os recursos são escassos; quando as decisões são consideradas injustas, as consequências podem minar a confiança pública, resultar em danos morais para a equipe e causar divisão na comunidade. Recomenda-se o desenvolvimento e validação de quadros éticos para apoiar a tomada de decisões na prática de gestão de desastres.²¹²

Outro artigo publicado pela WADEM se intitula “Impacto dos óculos inteligentes no tempo de atendimento ao paciente em ambulâncias de serviços médicos de emergência”. Os óculos inteligentes foram implementados como uma ferramenta de comunicação inovadora para aumentar a eficácia no terreno. O modo tradicional de comunicação dos Serviços Médicos de Emergência (EMS) era o rádio, que apresentava restrições significativas, principalmente a impossibilidade de transmitir quaisquer dados visuais. Para aumentar a eficiência, os óculos inteligentes foram utilizados para uma avaliação mais precisa da condição dos pacientes durante o transporte.²¹³

A Interacademy Partnership divulgou uma série de webinars cujo objetivo será promover a colaboração, o compartilhamento de conhecimento e o envolvimento entre as academias, membros e redes. O primeiro evento está programado para segunda-feira, 23 de outubro de 2023, e será focado na 'Promoção da Ética e Integridade na Pesquisa Científica e Prática'. Este webinar discutirá a importância da ética nas atividades científicas e explorará estratégias para manter os mais elevados padrões de integridade.²¹⁴

²¹¹ POLICY solutions to predatory marketing: Protecting today’s children and youth from a lifetime of chronic disease. 11 out. 2023. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/policy-solutions-to-predatory-marketing-protecting-today’s-children-and-youth-from-a-lifetime-of-chronic-disease>. Acesso em: 20 out. 2023.

²¹² Cambridge Core [Internet]. Ethical Decision Making in Disaster and Emergency Management: A Systematic Review of the Literature | Prehospital and Disaster Medicine | Cambridge Core; [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/prehospital-and-disaster-medicine/article/ethical-decision-making-in-disaster-and-emergency-management-a-systematic-review-of-the-literature/4878C7119B423DA49BD1FF117835F188>

²¹³ Cambridge Core [Internet]. Impact of Smart Glasses on Patient Care Time in Emergency Medical Services Ambulance | Prehospital and Disaster Medicine | Cambridge Core; [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/prehospital-and-disaster-medicine/article/impact-of-smart-glasses-on-patient-care-time-in-emergency-medical-services-ambulance/A3C7062A5AA08CC903FDB9205E1C6DE4>

²¹⁴ Interacademy Partnership [Internet]. IAP Webinar: Promoting ethics and integrity in Scientific research and practice; 19 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em:

A World Medical Association anunciou a publicação de uma versão revisada de sua [Declaração sobre Ética Médica e Tecnologia Médica Avançada](#), uma iniciativa de destaque que enfatiza o compromisso da organização em garantir que a tecnologia médica sirva à humanidade com os mais altos padrões éticos.²¹⁵

A International Hospital Federation divulgou a realização de seu 46º Congresso, este ano, em Lisboa, destacando a discussão de estratégias de inovação, modelos de atendimento, [novas tecnologias como a IA](#) e desafios persistentes da covid-19. Afirmou que ter uma estratégia de inovação eficaz é essencial para que os hospitais permaneçam competitivos e ágeis num cenário em rápida mudança.²¹⁶

Covid-19 e outras doenças transmissíveis

No primeiro dia da [Cúpula Mundial de Saúde em Berlim](#), a People's Vaccine Alliance revelou números que indicam que as 20 maiores empresas farmacêuticas do mundo entregaram quase tanto dinheiro a acionistas e executivos como afirmam ter gasto no desenvolvimento de novas vacinas e medicamentos durante a pandemia de COVID-19.²¹⁷

A Public Citizen denunciou que o [aumento de preço do Paxlovid](#) anunciado pela Pfizer supera em 100 vezes seu custo de produção.²¹⁸ A Public Citizen também publicou uma análise que revelou que em 2022 mais de oito milhões de pessoas com infecções graves de Covid-19 [não puderam acessar o Paxlovid](#) em países de baixa e média renda, deixando mais de 90% das necessidades de saúde não atendidas.²¹⁹

A Fundación Huésped informou que a [primeira vacina de Covid-19 desenvolvida integralmente na Argentina](#) foi aprovada, sendo que a organização foi um dos centros que participou do estudo.²²⁰

A Global Network of People living with HIV (GNP+) participou da [Conferência Europeia sobre AIDS, realizada em Varsóvia](#), Polônia, entre os dias 18 a 21 de outubro. Sob o tema "É hora de revisitar!", a 19ª Conferência Europeia sobre a AIDS buscou abordar metas alcançadas, assim

<https://www.interacademies.org/news/iap-webinar-series-promoting-ethics-and-integrity-scientific-research-and-practice>

²¹⁵ World Medical Association [Internet]. World physicians stress the need of ethical use of medical technology; 11 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.wma.net/news-post/world-physicians-stress-the-need-of-ethical-use-of-medical-technology/>

²¹⁶ IHF International Hospital Federation. Twitter [Internet]. Amidst evolving care models, new tech [Tweet]; 20 out 2023. Disponível em: https://twitter.com/IHF_FIH/status/1715368410899492964

²¹⁷ People's Vaccine [Internet]. Big Pharma spent almost as much enriching shareholders as on R&D during pandemic; 15 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://peoplesvaccine.org/resources/media-releases/big-pharma-spent-almost-as-much-enriching-shareholders-as-on-research-and-development-during-pandemic/>

²¹⁸ Public Citizen [Internet]. Pfizer Spikes Paxlovid Prices to 100 Times Cost of Production; 19 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/pfizer-spikes-paxlovid-prices-to-100-times-cost-of-production/>

²¹⁹ Public Citizen [Internet]. New Analysis Reveals Shocking Extent of Unmet Need for Paxlovid in LMICs During COVID-19 Emergency; 19 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/new-analysis-reveals-shocking-extent-of-unmet-need-for-paxlovid-in-lmics-during-covid-19-emergency/>

²²⁰ Fundación Huesped [Internet]. ¡SE APROBÓ LA PRIMERA VACUNA ARGENTINA CONTRA #COVID19! ¿Sabían que Huésped fue uno de los centros que participó del estudio? [...] [X]; 18 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/FundHuesped/status/1714663505624702987?s=20>

como estipular novos objetivos e resultados na luta contra a epidemia do HIV e suas coinfeções²²¹.

A Rotary International trouxe uma publicação lembrando das repercussões da poliomielite em crianças. Destaca que, 1 em cada 200 crianças infectadas pelo poliovírus selvagem tipo 1 fica com [paralisia](#). No post lembra que ainda é preciso lutar por um mundo sem pólio.²²²

Tratado pandêmico

A People's Vaccine Alliance comentou a [declaração](#) da Reunião de Alto Nível sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias (PPPR) durante a Assembleia Geral da ONU, reconhecendo que manter o sistema global atual não permitirá lidar com as crises de saúde. Eles destacaram que entregar às empresas farmacêuticas as decisões fundamentais sobre fornecimento, alocação e preço resulta em uma enorme desigualdade, como foi visto durante as pandemias de HIV e COVID. A organização propõe a implementação de ações transformadoras por parte de todos os governos e a inclusão de sete medidas que garantam um acesso equitativo e oportuno de produtos médicos para proteger todas as pessoas.²²³

Trabalhadores da saúde

A World Medical Association informou que realizou sua [Assembleia Geral Anual](#), na qual delegados de 49 associações médicas nacionais de todo o mundo participaram em Kigali, Ruanda, de 4 a 7 de outubro. Entre os assuntos discutidos estavam os ataques a médicos no Nepal, o uso ético da tecnologia médica, armas biológicas, o novo presidente da organização e outras políticas adotadas.²²⁴

A World Medical Association condenou o aumento dos [ataques aos médicos em instituições de saúde no Nepal](#) e destacou que esses incidentes representam uma ameaça significativa à segurança dos profissionais de saúde, com potencial para comprometer a qualidade dos serviços de saúde no país.²²⁵

A World Medical Association por meio de uma carta enviada às autoridades do Paquistão, solicitou a retirada de todas as [acusações contra a Dra. Yasmin Rashid](#). A detenção dela por expressar sua opinião durante a repressão em 9 de maio constitui uma violação do direito humano fundamental à liberdade de expressão, conforme delineado no Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Além disso, a organização pediu que a justiça seja administrada de maneira justa e imparcial, aderindo aos princípios das regras de julgamento

²²¹ 19th European AIDS Conference. Disponível em:

<https://eacs2023.abstractserver.com/program/#/details/sessions/68> Acesso em 20 out. 2023.

²²² Rotary International. Twitter [Internet]. 1 in 200 children infected by wild poliovirus type 1. [Tweet]; 14 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/Rotary/status/171317042433312345>.

²²³ People's Vaccine [Internet]. Comment on UNGA high level meeting - people 's vaccine; 10 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://peoplesvaccine.org/resources/media-releases/comment-on-unga-hlm-2023/>.

²²⁴ World Medical Association [Internet]. WMA GENERAL ASSEMBLY 2023; 10 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.wma.net/news-post/wma-general-assembly-2023/>

²²⁵ World Medical Association [Internet]. Physician leaders condemn surge in attacks on physicians in Nepalese health institutions; 7 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.wma.net/news-post/physician-leaders-condemn-surge-in-attacks-on-physicians-in-nepalese-health-institutions/>

justo consagradas no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos ratificado pelo Paquistão.²²⁶

A Women in Global Health anunciou o lançamento virtual do relatório “[A grande renúncia: por que as mulheres trabalhadoras da saúde estão saindo](#)”, que traz a perspectiva das próprias trabalhadoras de saúde sobre a grande demissão de mulheres profissionais em países de alta, podendo agravar a situação dos sistemas vulneráveis em países de baixa e média renda. O evento será no dia 24 de outubro²²⁷.

A World Patients Alliance publicou um vídeo, alertando sobre os [erros de medicação como principal causa de danos no setor de saúde](#)²²⁸.

Cobertura Universal de Saúde

A gerente de políticas e *advocacy* da NCD Alliance fez algumas [reflexões sobre os acordos relacionados às Doenças Crônicas Não Transmissíveis e a Cobertura Universal de Saúde na 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas](#), e os possíveis impactos no desenvolvimento de políticas. Lembrou que a versão zero da Declaração Política sobre Cobertura Universal de Saúde não contou com as discussões da reunião, uma vez que, foi lançada antes da Assembleia Mundial, sendo uma perda de oportunidade para avançar na estrutura política e regulatória para acelerar a implementação da agenda; a falta de avanço sobre o financiamento das DCNT na Cobertura Universal de Saúde e a ausência do reconhecimento das pessoas que vivem com DCNT como um grupo vulnerável, o que seria uma forma de obter maior atenção dos Estados membro. Concluiu, deixando como mensagem a importância das organizações que fazem *advocacy* em favor do controle de DCNT se prepararem melhor para o encontro de alto nível sobre DCNT que acontecerá em 2025, criando consensos para evitar “abalos de última hora, quando for a vez das DCNT(...)”.²²⁹

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) divulgou sua participação no World Health Summit, destacando a sua contribuição para a discussão sobre a [Cobertura Universal de Saúde](#). Anne Bergh, Secretária-Geral da associação, afirmou que “o nosso papel como estudantes de medicina é levantar a nossa voz, fazer perguntas e responsabilizar os governos.”²³⁰

²²⁶ World Medical Association [Internet]. The World Medical Association demands immediate liberation of Pakistani physician; 19 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.wma.net/news-post/the-world-medical-association-demands-immediate-liberation-of-pakistani-physician/>

²²⁷ THE GREAT Resignation: Why Women Health Workers are Leaving - Policy Report Launch - Women in Global Health. 24 out. 2023. Disponível em: <https://womeningh.org/event/great-resignation/>. Acesso em: 20 out. 2023.

²²⁸ World Patients Alliance. Twitter [Internet]. Medications Safety Matters. Citado em 18 oct 2023. Disponível em <https://twitter.com/WorldPatients/status/1714512717799919759>

²²⁹ NAVIGATING the diplomatic dance: reflections on UNGA 78 and the High-Level Meeting on Universal Health Coverage. 17 out. 2023. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/blog/navigating-the-diplomatic-dance-reflections-on-unga-78-and-the-high-level-meeting-on-universal-health-coverage>. Acesso em: 20 out. 2023.

²³⁰ IFMSA International Federation of Medical Students Associations. Twitter [Internet]. IFMSA Delegates contribute to the #GlobalHealth discussion on #UHC [Tweet]; 17 out 2023 [citado 21 out 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/IFMSA/status/1713994784094728680>

Dívida externa

A Greenpeace destacou que, sem um período de carência para o pagamento de juros da dívida externa, a **África** terá dificuldades para enfrentar os desafios colocados pela crise global.²³¹

Com o advento das reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial em Marrakesh, Marrocos, a ActionAid apela para que os órgãos facilitem o **cancelamento de dívidas de forma equitativa**, bem como cessem os cortes e congelamentos de recursos financeiros que prejudiquem a massa de salários públicos e os investimentos em saúde, educação e combate à crise climática. A organização defende uma mudança radical nas ultrapassadas políticas fiscais e de austeridade, de modo a aumentar os investimentos públicos e o fomento das soluções conjuntas frente aos problemas enfrentados pela população mundial, sendo necessário para isso o apoio dos governos e das organizações globais.²³²

Controle do tabagismo

A ACT Promoção da Saúde divulgou um estudo em parceria com organizações internacionais da sociedade civil sobre a **interferência da indústria do tabaco nas políticas públicas de saúde** dos países da região das Américas.²³³ No estudo, o Brasil aparece em 59º lugar entre 90 países no **ranking que avalia como as políticas públicas estão protegidas de conflitos de interesses da indústria do tabaco** e como os governos têm se protegido contra tal influência.²³⁴

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Mitigação climática

A Fundação Rockefeller e o Instituto Asiático de Tecnologia (AIT) estão colaborando para promover práticas de **agricultura regenerativa, redução dos impactos das mudanças climáticas e produção de alimentos sustentáveis no Sudeste Asiático**. Essa parceria está alinhada com a estratégia climática de US\$1 bilhão da Fundação Rockefeller, focada em ações cientificamente guiadas para abordar as mudanças climáticas. O objetivo é beneficiar agricultores, formuladores de políticas, pesquisadores e comunidades, impulsionando a agricultura resiliente ao clima e práticas sustentáveis na região. A colaboração se concentrará nos Estados-membros da ASEAN, como o Camboja, Laos e Tailândia. A Fundação Rockefeller busca através desse empreendimento gerar evidências empíricas para recomendações políticas de promoção de práticas agrícolas sustentáveis na região.²³⁵

²³¹ Greenpeace International. Twitter [Internet]. Without a grace period for interest payments on foreign debt, Africa will struggle to address the challenges posed by the [Tweet]; 2023 Oct 7 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://x.com/Greenpeace/status/1711396150149107718?s=20>

²³² ActionAid. [Internet]. IMF meetings are chance address harmful austerity and debt policies says ActionAid; 09 out 2023 [citado 19 out 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/imf-meetings-are-chance-address-harmful-austerity-and-debt-policies-says-actionaid>

²³³ ACT promoção da saúde [Internet]. Sociedade civil lança estudos sobre interferência da indústria do tabaco; 16 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://actbr.org.br/post/sociedade-civil-lanca-estudos-sobre-interferencia-da-industria-do-tabaco/19642/>

²³⁴ ACT promoção da saúde [Internet]. Ranking de interferência da indústria do tabaco em políticas públicas mostra conflito de interesse no Brasil; 16 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://actbr.org.br/post/ranking-de-interferencia-da-industria-do-tabaco-em-politicas-publicas-mostra-conflito-de-interesse-no-brasil/19643/>

²³⁵ The Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. The Rockefeller Foundation and the Asian Institute of Technology Partner To Drive Climate-Resilient Agriculture Solutions in Southeast

A Fundação Rockefeller está colaborando com o Nepal Economic Forum (NEF) e a Himalayan Everest Insurance para criar [um programa inovador de seguros voltado para a resiliência climática](#) das comunidades do Himalaia. O programa visa oferecer ferramentas financeiras para proteger as comunidades dos impactos econômicos das mudanças climáticas. A Himalayan Everest Insurance desenvolverá produtos de seguro abrangentes e acessíveis para a região, com pagamentos vinculados aos impactos climáticos, visando ajudar a população a lidar com as interrupções causadas pelas mudanças climáticas. Essa iniciativa faz parte da estratégia climática da Fundação Rockefeller, que investe US\$ 1 bilhão na ação científica para enfrentar a crise climática e promover oportunidades para comunidades vulneráveis.²³⁶

Em entrevista para o Geneva Graduate Institute, o cientista Joelle Noailly, em parceria com Steven Poelhekke e Gerard van der Meijden, abordou os [desafios dos futuros sistemas de energia limpa](#), tema central da investigação que os cientistas estão se dedicando. O uso de minerais específicos é algo essencial para o funcionamento dos futuros sistemas de energia limpa, porém a maioria destes minerais está concentrada nas mãos de alguns poucos países do mundo, o que poderá representar um desafio para a transição energética e a busca pela ampliação das fontes de energia sustentáveis e limpas²³⁷.

A GAVI, the Vaccine Alliance, pontuou que as atuais mudanças climáticas podem (e devem) ser encaradas enquanto [a “última” oportunidade para ações globais em saúde pública](#)²³⁸. Isso porque as crises climáticas e de saúde estão convergindo, e devem ser combatidas em conjunto. Partindo do argumento de que os sistemas de saúde pública estão cada vez mais fragilizados ao redor do globo pela falta de ações que almejam adaptar tais sistemas em resposta às mudanças climáticas, a Aliança destacou que *politymakers* devem diminuir as retóricas e concentrar esforços em estruturar ações, programas transnacionais que trabalhem com a perspectiva de mudanças a curto, médio e longo prazo.

A FIND destacou como os desafios de saúde associados à mudança climática podem aumentar a [transmissão](#) de doenças transmitidas por mosquitos, destacando a necessidade de uma abordagem de Saúde Única.²³⁹

Asia; 2023 Oct [cited 2023 Oct 19]. Available from: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/the-rockefeller-foundation-and-the-asian-institute-of-technology-partner-to-drive-climate-resilient-agriculture-solutions-in-southeast-asia/>

²³⁶ The Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Innovative Insurance Program Bolsters Climate Resilience for Himalayan Communities; 2023 Oct [cited 2023 Oct 19]. Available from: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/innovative-insurance-program-bolsters-climate-resilience-for-himalayan-communities/>

²³⁷ Geneva Graduate Institute. [Internet]. Joelle Noailly presents critical minerals clean energy transition; 16 out 2023 [citado 19 out 2023]. Disponível em: <https://www.graduateinstitute.ch/communications/news/joelle-noailly-presents-critical-minerals-clean-energy-transition> .

²³⁸ GAVI, the Vaccine Alliance. The climate emergency could be the ultimate health opportunity, says WHO's Maria Neira. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/climate-emergency-could-be-ultimate-health-opportunity-says-whos-maria-neira> Acesso em 20 out. 2023.

²³⁹ FIND. Twitter [Internet]. As part of the @ndtv #BanegaSwasthIndia campaign, @sanjayssarin discusses the health challenges of #climatechange, in particular how the changing climate [Tweet]; 20 out 2023 [citado 11 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1712027070753014074?s=20>

Segurança alimentar e nutricional

Artigo publicado pela Bill & Melinda Gates Foundation destacou a urgência de abordar os impactos do aquecimento global na África sub-Sahariana e no Sul da Ásia, onde as temperaturas estão subindo rapidamente. Agricultores nesses locais, que já enfrentam pobreza e desnutrição, estão sendo impactados negativamente pela mudança climática. A falta de alimentos nutricionais devido a colheitas perdidas e perda de nutrientes nos alimentos afeta a saúde e o desenvolvimento das crianças, resultando em perdas de potencial humano. O artigo enfatiza a necessidade de investir em [inovações agrícolas e nutrição](#), que passem desde inovações científicas a retomada do plantio de alimentos nativos indígenas resistentes, para ajudar essas comunidades a se adaptarem às mudanças climáticas e garantir alimentos saudáveis. Além disso, destaca o papel crucial da próxima COP28 para abordar essas questões.²⁴⁰

Devido ao Dia Mundial de Alimentação, o Center For Strategic and International Studies, publicou um artigo sobre [segurança alimentar global](#) e questionando quais seriam as ações necessárias para combater a fome e a desnutrição, problematizando principalmente a questão da água.²⁴¹

Questões de gênero

A CARE USA anunciou o lançamento da bolsa Arts for Gender Equality, com o apoio da Fundação Rockefeller. Esta bolsa inclui oito artistas femininas e feministas inovadoras de todo o mundo, representando diversas vozes da América Latina, África, Oriente Médio e Ásia. A bolsa, estabelecida em 2022, tem como objetivo usar a [arte para promover a igualdade de gênero](#), conectando o trabalho dessas artistas a grupos de base, organizações internacionais de artes e justiça, para inspirar a mudança social. Cada artista selecionada possui uma abordagem única, que inclui fotografia, poesia, performance, pintura e outros meios, todos com o objetivo de fortalecer processos criativos e a ação em direção à igualdade de gênero.²⁴²

A Bill & Melinda Gates Foundation destacou em artigo algumas lições sobre a luta pela [igualdade de gênero](#), como a necessidade de abordar todas as áreas da vida das mulheres, adaptar soluções a diferentes culturas e envolver diversos *stakeholders*, incluindo comunidades, organizações sem fins lucrativos, setor privado e governos. Já em outro artigo, Melinda French Gates publicou sobre a importância de priorizar nas agendas globais o poder econômico das mulheres. Ela destacou a necessidade de aumentar o [acesso das mulheres a capital acessível](#) e a importância da inclusão digital para acelerar a participação econômica feminina. Além disso, Melinda aponta que governos podem desempenhar um papel importante na remoção de barreiras que limitam a produtividade das mulheres, como o acesso à contracepção e o apoio a sistemas de creche. Lembrando a ocorrência das reuniões anuais do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional nesse mês de outubro, a filantropista também apontou o caráter

²⁴⁰ Bill & Melinda Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. Agricultural innovation and improved nutrition are necessary for a climate-stressed world; 2023 Oct [cited 2023 Oct 19]. Available from: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/agricultural-innovation-climate-stress>

²⁴¹ CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. Water and Food: How, When, and Why Water Imperils Global Food Security; 16 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/water-and-food-how-when-and-why-water-imperils-global-food-security>

²⁴² The Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. CARE USA Launches Arts for Gender Equality Fellowship With Support From The Rockefeller Foundation; 2023 Oct [cited 2023 Oct 19]. Available from: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/care-usa-launches-arts-for-gender-equality-fellowship-with-support-from-the-rockefeller-foundation/>

urgente e promissor do investimento no empoderamento econômico das mulheres, tendo ótimo potencial para contribuir no crescimento global.²⁴³

Segundo o Geneva Graduate Institute, o mundo vivencia uma série de desafios para pôr em prática as políticas feministas e de combate a violência contra as mulheres. Passados quase 30 anos da [Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres](#), em Pequim, em 1995, a violência contra as mulheres segue em ascensão. A visão pela qual a mulher teria um papel social de reprodução no ceio familiar, não foi supera sequer pela [sociedade soviética](#), que na primeira metade do século 20, promulgou a legislação mais progressista do mundo com relação ao direito ao aborto. São inúmeros os desafios sociais e políticos para a efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos no mundo, o Geneva Graduate Institute lançou recentemente uma nova página de textos científicos com foco no tema da [descolonização, gênero e sexualidade desde o Sul Global](#)^{244 245 246}.

A GAVI, the Vaccine Alliance reportou [as dificuldades enfrentadas pela população transexual em receber as vacinas para a COVID-19 em Bangladesh](#). Dentre as dificuldades, o fato de que grande parte dessa população não possui o Cartão de Identidade Nacional é um dos principais pontos mencionados, além de situações nas quais a aparência difere do sexo mencionado nos seus cartões²⁴⁷. Como muitas pessoas do terceiro gênero (*hijras*) no Bangladesh continuam a ter acesso a cuidados com os seus documentos de identificação de nascimento, incluindo os marcadores de gênero que lhes foram atribuídos à nascença, não existem dados confiáveis sobre a proporção de pessoas *hijra* que receberam a vacina contra a COVID-19.

Pesquisa e desenvolvimento

O programa Grand Challenges, liderado pela Bill & Melinda Gates Foundation, comemorou seu 20º aniversário, focando na busca por soluções inovadoras para problemas globais de saúde. A abordagem envolve a construção de comunidades de cientistas e especialistas locais, trabalhando juntos para superar desafios complexos. Um de seus projetos, o CRISPR-Cas9, propõe [modificar mosquitos levando-os à extinção](#), para o fim de combater a

²⁴³ Bill & Melinda Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. Economic empowerment is not enough. Women need economic power.; 2023 Oct [cited 2023 Oct 19]. Available from: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/lessons-gender-equality>

Bill & Melinda Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. Melinda French Gates on how leaders can boost women's economic power; 2023 Oct [cited 2023 Oct 19]. Available from: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/melinda-french-gates-how-leaders-boost-womens-economic-power>

²⁴⁴ Geneva Graduate Institute. [Internet]. Violence against women thiking beyond carceral state; 10 out 2023 [citado 19 out 2023]. Disponível em: <https://www.graduateinstitute.ch/communications/news/violence-against-women-thinking-beyond-carceral-state> .

²⁴⁵ Geneva Graduate Institute. [Internet]. Lifting iron curtain gender policies soviet union; 06 out 2023 [citado 19 out 2023]. Disponível em: <https://www.graduateinstitute.ch/communications/news/lifting-iron-curtain-gender-policies-soviet-union> .

²⁴⁶ Geneva Graduate Institute. [Internet]. Graduate Intitute's new gender sexuality and descolonization resource page; 12 out 2023 [citado 19 out 2023]. Disponível em: <https://www.graduateinstitute.ch/communications/news/graduate-institutes-new-gender-sexuality-and-decolonization-resource-page> .

²⁴⁷ GAVI, the Vaccine Alliance. In Bangladesh, COVID-19 vaccines were a ticket back to independence for underprivileged 'third gender' people. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/bangladesh-covid-19-vaccines-were-ticket-back-independence-underprivileged-third> Acesso em 20 out. 2023.

malária. Entretanto, ele vem sofrendo resistências das pessoas e suas comunidades, demonstrando como a Fundação tem que agir diretamente com essas pessoas para responder às suas perguntas e construir confiança.²⁴⁸

O Projeto Atlas das Células Humanas da Wellcome Trust visa [mapear todos os tipos de células no corpo humano](#), prometendo revolucionar o diagnóstico, monitoramento e tratamento de doenças. Este esforço tem o potencial de gerar avanços futuros, como a geração de células para terapias clínicas, incluindo células-tronco e transplantes de medula óssea. Além disso, pode levar à regeneração capilar e muitos outros avanços na medicina. O Atlas de Células Humanas é criado por meio da identificação de genes ativos em células individuais e da coleta de dados, oferecendo um mapa completo do corpo humano em níveis moleculares e celulares detalhados. Embora o projeto completo ainda leve alguns anos para ser concluído, os dados já coletados estão sendo usados para compreender doenças e desencadear avanços na pesquisa médica, como no Atlas Pulmonar, que auxiliou na compreensão da COVID-19. Com uma primeira versão prevista para os próximos dois anos, esse projeto tem o potencial de transformar a pesquisa médica e melhorar a saúde global, uma vez que estará disponível para todos através da internet.²⁴⁹

O Geneva Graduate Institute se somou a mais de 443 organizações globais na assinatura da [“Carta da TI Sustentável”](#), em um esforço mundial na busca pela conscientização dos impactos ambientais e sociais das Tecnologias Digitais (TI) em um contexto de crise climática. A carta pede para que as organizações públicas e privadas possam refletir acerca das suas estratégias digitais, prezando por um mundo digital mais sustentável e benéfico para todas as pessoas. Os impactos sociais e ambientais da TI e da Inteligência Artificial, bem como o seu desenvolvimento e utilização são objeto do [Observatório Internacional sobre os impactos sociais da IA e da TI \(OBVIA\)](#) em Quebec, Canadá. Serve como um espaço importante de diálogo e reflexão acerca do tema^{250 251}.

Um estudo de oito anos financiado pela Wellcome Trust focará nas necessidades de [saúde reprodutiva de indivíduos autistas com útero](#), incluindo homens trans e pessoas não binárias. Historicamente, a pesquisa sobre autismo priorizou crianças e a pesquisa sobre adultos autistas se concentrou principalmente em homens brancos. Assim, com o objetivo de compreender as experiências de saúde de pessoas autistas em diferentes estágios da vida, pretende-se chegar a um conjunto de recomendações que promovam melhorias no atendimento médico dessa população. Indivíduos autistas frequentemente enfrentam desafios sensoriais durante o atendimento materno e as interações com profissionais de saúde podem ser difíceis devido a preconceitos. Além disso, alguns resultados preliminares já apontam que as

²⁴⁸ Bill & Melinda Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. How to solve tough global health problems? Build community.; 2023 Oct [cited 2023 Oct 19]. Available from: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/grand-challenges-grants-twenty-years>

²⁴⁹ WellcomeTrust. Wellcome [Internet]. A Human Cell Atlas to shape the future of health | News | Wellcome; 2023 Oct [cited 2023 Oct 19]. Available from: <https://wellcome.org/news/human-cell-atlas-shaping-future-our-health>

²⁵⁰ Geneva Graduate Institute. [Internet]. International observatory societal impacts IA and digital Technologies obvia; 12 out 2023 [citado 19 out 2023]. Disponível em: <https://www.graduateinstitute.ch/communications/news/international-observatory-societal-impacts-ai-and-digital-technologies-obvia> .

²⁵¹ Geneva Graduate Institute. [Internet]. Sustainable IT charter signed institute; 16 out 2023 [citado 19 out 2023]. Disponível em: <https://www.graduateinstitute.ch/communications/news/sustainable-it-charter-signed-institute> .

pessoas autistas têm geralmente a dor inadequadamente tratada durante o parto, e suas perguntas sobre a maternidade frequentemente ficam sem resposta, causando ansiedade.²⁵²

A FIND destacou a precisão dos testes antigênicos rápidos para detecção do SARS-CoV-2, evidenciada em uma [pesquisa](#) independente recentemente publicada.²⁵³

O Global Fund enfatizou sua [parceria](#) com a Siemens Health para acelerar a integração da Inteligência Artificial no diagnóstico de tuberculose, visando aumentar a eficiência e precisão da triagem de raios-x para um melhor diagnóstico.²⁵⁴

O Global Fund informou que o Programa de Monitorização Ambiental de [Moçambique](#), apoiado por eles, utiliza testes de águas residuais para detectar ameaças de doenças.²⁵⁵

A FIND destacou a participação do time de Saúde Digital da organização na [Cúpula Africana Health Tech](#).²⁵⁶

Saúde mental

A Wellcome Trust está incorporando a *expertise* em [experiência vivida em seu programa de saúde mental](#) para moldar sua direção, oportunidades de financiamento, pesquisa e esforços de defesa. A “experiência vivida” se baseia no conhecimento e na perspectiva adquiridos a partir de desafios pessoais em saúde mental. A fundação afirma que colaborar com indivíduos que possuem essas experiências vividas é fundamental para o avanço da ciência da saúde mental, argumentando que essa proposta traz perspectivas valiosas, frequentemente negligenciadas, para o campo, ajudando a identificar lacunas na pesquisa, moldar estudos, informar práticas clínicas, promover a inclusão e melhorar os resultados científicos.²⁵⁷

Doenças Transmissíveis

O Global Fund destacou sua participação na [Cúpula Mundial de Saúde](#), onde ressaltou a importância do acesso equitativo a ferramentas e inovações que salvam vidas no combate à tuberculose. Eles também fizeram um apelo por investimentos, parcerias e inovações para

²⁵² WellcomeTrust. WellcomeTrust [Internet]. How do autistic people experience maternity care? | News | Wellcome; 2023 Oct [cited 2023 Oct 19]. Available from: <https://wellcome.org/news/how-do-autistic-people-experience-maternity-care>

²⁵³ FIND. Twitter [Internet]. New paper: “Accuracy of package inserts of SARS-CoV-2 rapid antigen tests: a secondary analysis of manufacturer versus systematic review data” [Tweet]; 18 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1714596185812476368?s=20>

²⁵⁴ The Global Fund. Twitter [Internet]. The @GlobalFund & @SiemensHealth are partnering to accelerate the integration of AI in TB diagnostics. The collaboration will increase the [Tweet]; 16 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1713924789293736333?s=20>

²⁵⁵ The Global Fund. Twitter [Internet]. Turning waste into wisdom. Mozambique’s Environmental Monitoring Program, supported by the @GlobalFund, detects disease threats through wastewater testing [Tweet]; 9 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1711389925793264094?s=20>

²⁵⁶ FIND. Twitter [Internet]. Our #DigitalHealth team has been enjoying being a part of the @AfricaHTSummit ! Check out our presence at the rest of [Tweet]; 18 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1714611936157929545?s=20>

²⁵⁷ WellcomeTrust. Wellcome [Internet]. Why science needs lived experiences of mental health challenges | News | Wellcome; 2023 Oct [cited 2023 Oct 19]. Available from: <https://wellcome.org/news/why-science-needs-lived-experiences-mental-health-challenges>

acabar com a tuberculose.²⁵⁸ O Global Fund realçou que, durante o evento, realizaram [reuniões](#) com parceiros para promover uma maior integração da comunidade na construção e fortalecimento dos sistemas de saúde comunitários.²⁵⁹

Guerras e conflitos

O Geneva Graduate Institute recebeu para sua palestra de abertura do ano acadêmico Ghassan Salamé, professor emérito da Sciences Po Paris. Com o tema [“Guerra e paz no século XXI”](#), o professor debateu a nova composição do sistema internacional, a crise do multilateralismo e a fragmentação mundial. Segundo Salamé, o crescente processo de democratização mundial e a interdependência econômica pareciam estar levando o mundo à paz, contudo, ao invés de convergências, conceitos como capitalismo, democracia e paz têm sido utilizados de forma seletiva. Para ele, é necessário aprofundar e fortalecer o multilateralismo e a busca pela paz mundial²⁶⁰.

O Center For Strategic and International Studies (CSIS) realizou uma entrevista com Mark Cancian do CSIS sobre as guerras. A problemática baseia-se na questão crítica dos [Estados Unidos equiparem Israel, enquanto equipam simultaneamente a Ucrânia e Taiwan](#).²⁶¹

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Enquanto um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a Cobertura Universal de Saúde é uma das temáticas que atravessam instituições internacionais, governos nacionais e organizações transnacionais. A GAVI, the Vaccine Alliance, constatou que [as ações voltadas para esse objetivo estagnaram desde pelo menos o ano de 2015 na maioria dos países](#)²⁶² (especificamente, 4,5 bilhões de pessoas — metade da população mundial — não estavam cobertas por serviços de saúde essenciais em 2021, segundo informe divulgado). A piora desta cobertura em diversos países foi acentuada nos últimos anos pela COVID-19 e seus impactos macroeconômicos, sociais e de saúde combinados.

O Global Fund destacou o lançamento da [Estratégia Francesa de Saúde Global](#) em Lyon, resultado da colaboração entre o Global Fund, a UNITAID e a GAVI. A estratégia visa ajudar a reduzir as desigualdades de saúde e fortalecer a abordagem Saúde Única para melhor prevenir,

²⁵⁸ The Global Fund. Twitter [Internet]. “Equitable access to lifesaving tools and innovations must be at the heart of efforts to fight tuberculosis.” Executive Director @PeterASands [Tweet]; 17 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1714212634256404548?s=20>

²⁵⁹ The Global Fund. Twitter [Internet]. “Communities must be actively included in the design & delivery of community health solutions.” @GlobalFund @PeterASands joins partners in calling [Tweet]; 17 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1714240999289962501?s=20>

²⁶⁰ Geneva Graduate Institute. [Internet]. War and Peace 21st century; 12 out 2023 [citado 19 out 2023]. Disponível em: <https://www.graduateinstitute.ch/communications/news/war-and-peace-21st-century>

²⁶¹ CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. Can the United States Equip Israel while Simultaneously Equipping Ukraine and Taiwan?; 12 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/can-united-states-equip-israel-while-simultaneously-equipping-ukraine-and-taiwan>

²⁶² GAVI, the Vaccine Alliance. Disponível em: Progress has slowed on universal health coverage: Here's what needs to happen <https://www.gavi.org/vaccineswork/progress-has-slowed-universal-health-coverage-heres-what-needs-happen> Acesso em 20 out. 2023.

se preparar para futuras emergências globais de saúde e avançar para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.²⁶³

EVENTOS

A Federação Mundial de Saúde Mental (WFMH) celebrará seu [75º aniversário](#) com um evento em Genebra em 17 de novembro de 2023, refletindo sobre seu compromisso com a defesa da saúde mental desde 1948. Eles buscam angariar contribuições em relação a conquistas e desafios passados pela Federação, assim como promover novas ideias que enfatizam a colaboração multidisciplinar, treinamento profissional e cooperação da WFMH com organizações como a OMS e a UNESCO. As contribuições mais relevantes farão parte de um plano de ação para os próximos 75 anos. A participação no evento pode ocorrer pessoalmente ou online.²⁶⁴

A FIND destacou a participação da OMS que sediou o ["Global Partners Forum IPSN"](#) da Rede Internacional de Vigilância de Patógenos, com a participação da organização.²⁶⁵

A World Public Health Nutrition Association realizou no dia 20 de outubro a webinar [Public Health Nutrition Perspectives on Food and Migration](#). Tendo como palestrante a professora Laura Terragni Oslo, o evento aconteceu na Metropolitan University, no dia 20 de outubro²⁶⁶.

A International Federation of Social Workers realizará no dia 26 de outubro um [simpósio anual, virtual, sobre a força e trabalho do Serviço Social](#). “o simpósio pretende lançar luz sobre as diversas estratégias utilizadas por diferentes nações para reforçar a sua força de trabalho no serviço social”²⁶⁷.

A European Public Health Alliance comunica que ocorrerá em Genebra, dia 24 de outubro de 2023, a Reunião Anual do Grupo de interesse dos estados membros do Parlamento Europeu sobre a Resistência Antimicrobiana. A proposta é tratar a temática com a abordagem [One Health](#) como proposta para redução do uso de agentes antimicrobianos relacionados à resistência, incluindo a elaboração de futuras legislações sobre medicamentos.²⁶⁸

²⁶³ The Global Fund. Twitter [Internet]. In Lyon today, we celebrate the launch of the French Global Health Strategy - a testament to the power of collaboration [Tweet]; 12 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1712486482206757212?s=20>

²⁶⁴ World Federation for Mental Health. World Federation for Mental Health [Internet]. World Federation For Mental Health 75th Anniversary; 2023 Oct [cited 2023 Oct 18]. Available from: https://wfmh.global/news/2023.23-09-23_world-federation-for-mental-health-75th-anniversary

²⁶⁵ FIND. Twitter [Internet]. Kudos to @WHO and all partners for hosting the #GlobalPartnersForumIPSN of the International Pathogen Surveillance Network today! Shoutout to [Tweet]; 13 out 2023 [citado 20 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1712739983616885139?s=20>

²⁶⁶ UPCOMING Webinar | WPHNA. 12 out. 2023. Disponível em: <https://www.wphna.org/blog/upcoming-webinar>. Acesso em: 20 out. 2023.

²⁶⁷ 26 October: Annual Global Social Service Workforce Alliance Symposium – International Federation of Social Workers. 19 out. 2023. Disponível em: <https://www.ifsw.org/26-october-annual-global-social-service-workforce-alliance-symposium/>. Acesso em: 20 out. 2023

²⁶⁸ European Public Health Alliance. Ensuring a One Health approach to tackle AMR at the EU level. Disponível em <https://epha.org/events/ensuring-a-one-health-approach-to-tackle-amr-at-the-eu-level/>. Acesso em 20 out. 2023.

Considerações finais

Sem dúvida, o conflito Israel-Hamas foi a principal pauta dessa quinzena e é um claro exemplo de contínuas e persistentes violações dos direitos humanos. A multiplicação de apelos pela observância do direito humanitário internacional, a proteção de civis, o retorno seguro de reféns do Hamas e a garantia de acesso humanitário e recursos para os palestinos evidencia a gravidade da situação. A desproporção nas perdas sofridas pela população palestina, o completo fechamento de Gaza, negando a satisfação das necessidades básicas de mais de 2 milhões de palestinos, e o ataque com mísseis a um grande hospital em Gaza, configurando um crime de guerra, são alarmantes. Neste contexto, é evidente que o mundo se encontra em uma encruzilhada crítica, com o risco de escalada do conflito. No entanto, é importante observar que, enquanto organizações de interesse público têm sido proativas em relação a essas questões, as organizações de interesse privado têm demonstrado um envolvimento limitado, expressando em uma única moção uma preocupação em relação ao envolvimento dos Estados Unidos em conflitos armados globais, incluindo o conflito Israel-Hamas.

Neste cenário complexo, a efetivação dos direitos humanos e a busca pela paz mundial encontram diversos obstáculos que só podem ser superados fortalecendo-se o diálogo, a cooperação e o multilateralismo. A resposta rápida, crítica e enérgica das OSC de interesse público relativa ao conflito entre Israel e o Hamas demonstra que, mesmo diante da complexidade da situação, a sociedade civil organizada se mobiliza rapidamente em prol de questões humanitárias. As Organizações da Sociedade Civil de natureza pública se envolvem ativamente em debates políticos relacionados a questões internacionais, adotando uma postura ativista, enquanto as OSC de caráter privado parecem confiar na tecnologia e em soluções de mercado para a “mitigação climática”, como a oferta de seguros para pessoas em situação de vulnerabilidade diante de eventos climáticos.

As manifestações também ressaltaram a importância da inovação e da tecnologia no campo da saúde, como resposta às demandas em constante evolução. No caso das OSC de interesse privado, as pesquisas frequentemente abordam questões instrumentais e biomédicas, com o objetivo de promover avanços tecnológicos. No que diz respeito à busca pela equidade de gênero, observam-se abordagens distintas entre as OSC, com as OSC privadas focando mais nas dimensões econômicas das questões de gênero, enquanto as OSC públicas concentram-se na garantia dos direitos.

É preciso, por fim, pontuar que o tema da segurança está absorvendo uma parte significativa dos recursos econômicos no mundo contemporâneo, o que impede o avanço das questões de saúde e meio ambiente que são realmente primordiais. Esses acirramentos internacionais estão exacerbando a desconfiança entre os Estados, em vez de contribuir para a construção de relações eficazes na abordagem das questões estruturais que o planeta enfrenta em conjunto. A violência internacional não apenas viola direitos, mas também ameaça a possibilidade de um mundo que evite um desgaste sociopolítico incontornável. Às crianças, frequentemente destacadas como prioridade por todas as OSC, resta o sonhar com um futuro menos distópico do que aquele que aparenta estar se construindo.

De Marrakech a Honduras: o planeta, a saúde e o povo pedem por uma governança global que proteja o que é público

From Marrakech to Honduras: planet, health and people call for a global governance that protects what is public

Rafaela Venturella De Negri

Armando De Negri Filho

Abstract. *In this inform we lay ourselves upon our three most common themes: tax justice, climate and global health. Shortly after the annual IMF and WB Summits, we bring together documents, news and manifestos that tackle the necessary changes to build a sustainable economy with clear and direct relations to a strong public health and a protected ecosystem. Lastly, we analyse the recently disclosed “Pandemic Treaty” draft and its relations with the said topics.*

Keywords: *Public Health. Tax Justice. Climate Justice. Pandemic Treaty. End Austerity.*

Resumo. Neste informe nos debruçamos sobre os nossos três temas mais presentes: justiça fiscal, clima e saúde global. Pouco depois dos encontros anuais do FMI e do BM, reunimos documentos, notícias e manifestos que abordam as mudanças necessárias para construir uma economia sustentável com relações claras e diretas com uma saúde pública forte e um ecossistema protegido. Por fim, analisamos a primeira versão do “Tratado da Pandemia” recentemente divulgado e suas relações com os referidos temas.

Palavras-chave: Saúde pública. Justiça Fiscal. Justiça Climática. Tratado Pandêmico. Campanha *End Austerity*.

Neste informe, voltaremos a explorar nossas três áreas mais citadas: Tax Justice, Clima e Saúde - na perspectiva global atrelada a sociedade civil e suas demandas e movimentos. As notícias trazidas aqui, além de estarem dentro ou atreladas às três esferas já mencionadas, estarão também conectadas com a Cúpula Anual do FMI e do BM que aconteceram há algumas semanas e foram marcadas por ações de descontentamento ao redor do mundo.

Tax Justice: End Austerity e Tax Reforms

Seis dias antes do início das atividades anuais da Cúpula das Instituições Econômicas Internacionais, a organização civil *End Austerity - Campaign for the People and the Planet* postou a “Marrakesh Declaration to End Austerity”. O documento difundido no dia 3 de Outubro e assinado por representantes das organizações civis de todo mundo e também por acadêmicos chama atenção para a necessidade de mudanças na governança econômica global e suas falhas sistêmicas que agravam desigualdades e provocam crises.

“O fato de as decisões que afetam a vida e o bem-estar de milhões de pessoas serem tomadas à porta fechada nos Ministérios das Finanças e nas Instituições Financeiras Internacionais é uma má governação. As decisões sobre finanças públicas devem ser responsabilizadas perante os parlamentos e os cidadãos. Nós, representantes da sociedade civil,

sindicatos e académicos, exigimos que os governos tomem decisões de forma transparente no diálogo social nacional, em conjunto com sindicatos livres, empregadores federados e OSC representativas, para garantir a boa governação e a realização dos Direitos Humanos e dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, e fornecer uma alternativa viável e urgentemente necessária à austeridade e à crescente dor social.”

O documento também chama atenção para pontos além, porém profundamente conectados com as decisões económicas ocidentais que envolvem a austeridade, como: taxação de grandes fortunas, sejam elas de bilionários ou grandes corporações e sua redistribuição via tax justice; evitar e excluir medidas que sejam maléficas à sociedade; eliminar e ou aliviar a Dívida externa; promover políticas fiscais que não atrapalhem as proteções sociais e as políticas de programas sociais; promover e exigir que patrões e contratantes contribuam para o sistema de seguridade social; promover políticas contra a lavagem e os fluxos ilegais de dinheiro; explorar as reservas fiscais e cambiais, para que as poupanças nacionais sejam hoje investidas nas pessoas e no desenvolvimento sustentável; construir avaliações interseccionais entre género e desigualdade e como esses se relacionam com austeridade e como podem ser construídas políticas alternativas para garantir equidade; garantir a meta das Nações Unidas de 0,7% do RNB e garantir que haja financiamento possível para ações de proteção climática ao mesmo tempo que políticas de mitigação são formuladas.

“Hoje, mais de 6 mil milhões de pessoas sofrem com a austeridade, a chamada “consolidação fiscal”, no meio de uma crise de custo de vida. Exigimos que os governos parem imediatamente com os cortes prejudiciais no orçamento público em áreas essenciais como a educação, a saúde e a protecção social, e parem com as reformas prejudiciais, como a privatização dos serviços públicos e os direitos à segurança social, que estão a exacerbar a desigualdade de género, uma vez que as mulheres são os amortecedores devidos. ao subsídio que fornecem à economia global através do seu trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. Em vez de cortes/reformas de austeridade, os governos devem procurar novas fontes de espaço fiscal para cumprir as suas obrigações em matéria de direitos humanos e alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Especificamente, nós, as organizações da sociedade civil, sindicatos e académicos abaixo assinados, exigimos que os governos, os Ministérios das Finanças, o FMI, o Banco Mundial e outras instituições financeiras internacionais:

1. Parem de cortar orçamentos tão necessários para a protecção social, educação, saúde, transportes públicos, habitação e outros programas sociais;
2. Acabar com cortes ou limites máximos na massa salarial, em particular no número e salários de professores, assistentes sociais e de saúde, bem como de funcionários públicos a nível local;
3. Parem de reduzir os subsídios que apoiam as famílias;
4. Impedir as reformas das pensões e da segurança social que resultam em benefícios mais baixos e evitar reduzir as contribuições dos empregadores para a segurança social (“carga fiscal”) para garantir que os sistemas sejam equitativos e sustentáveis;
5. Acabar com as reformas de flexibilização laboral;
6. Acabar com as privatizações e as parcerias público-privadas em áreas socialmente relevantes, muitas vezes disfarçadas como “reformas das empresas estatais”;
7. Acabar com a adesão a abordagens que priorizam o financiamento privado, como a abordagem Cascade do Banco Mundial, que aprofunda a falsa solução de financiamento

da dependência macroeconómica e financeira dos intervenientes empresariais e do capital privado;

8. Impedir quaisquer outros cortes orçamentais ou reformas com impactos sociais negativos, especialmente nas mulheres.”

Como foi intensamente trazido nos últimos informes, de maneira quase constante, os pedidos por reformas fiscais e justiça fiscal não são necessariamente recentes, são campanhas espalhadas ao redor do globo cujos manifestos ecoam para a reestruturação do sistema económico internacional, com a construção de uma justiça fiscal - *Tax Justice* - que permita a redistribuição da riqueza gerada, aliviando a crise da Dívida Externa dos países mais empobrecidos e que permita que esse dinheiro - antes usado para sanar dívidas com as instituições financeiras internacionais - seja dirigido a construção de um sistema de proteção social amplo. Muitos países da Europa vem tangenciando essa discussão, explorando novos modos possíveis para taxaço de grandes lucros e fortunas, com políticas específicas para cada patamar económico - faltando, ainda, a segunda parte do movimento, a proposta de investir essa quantia em políticas públicas.

O tema também segue presente dentro das organizações e instituições das Nações Unidas - tendo seu ápice com a possível transferência do assunto da OECD e suas pautas específicas para o centro das discussões gerais da ONU, apontando uma vontade de centralizar as propostas e trazer a justiça fiscal para o centro das discussões de desenvolvimento social global. Soma-se a isso a iniciativa da UNDP *“Enhancing International Tax Understanding Insights and impacts from a recent tax treaty workshop organised jointly by the UNDP and the South Centre”*, um workshop no Sri Lanka que reuniu 100 oficiais do governo local envolvidos nos mais diversos sistemas fiscais do Estado para melhor aprenderem sobre Model Tax Treaty através da iniciativa *“Tax for SDGs Initiative”* - algo como *“Iniciativas Fiscais para os ODS”*.

Um novo tipo de entendimento sobre o papel dos impostos e políticas fiscais é essencial para a construção de um sistema de seguridade social que seja financeiramente possível, então, sobre seus objetivos a iniciativa diz:

“A ‘Iniciativa Fiscal para os ODS’ do PNUD, em colaboração com a Iniciativa Fiscal do Centro Sul, visa apoiar os países em desenvolvimento no aumento da mobilização de recursos internos (DRM) e na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O investimento estrangeiro serve como uma das ferramentas como fonte de receitas para as economias em desenvolvimento. No domínio fiscal, os acordos fiscais internacionais desempenham um papel fundamental na definição do comércio, do investimento e das relações económicas transfronteiriças. Embora os tratados fiscais sejam concebidos, entre outras coisas, para promover o investimento transfronteiriço, algumas economias em desenvolvimento nem sempre colheram os benefícios pretendidos. Disposições complexas e desequilíbrios de poder de negociação resultam muitas vezes na incapacidade destes países de proteger totalmente a sua base tributária ou de garantir condições favoráveis, agravando potencialmente as desigualdades no panorama económico global.”

Além do sistema financeiro internacional em si e suas características de inércia económica e manutenção das distribuições desiguais de lucros e poder, ainda há uma segunda face a ser confrontada caso realmente desejemos construir uma nova realidade: o fim dos paraísos fiscais deve ser discutido. Não menos importante que a taxaço de grandes fortunas dentro de territórios nacionais, o desmantelamento de paraísos fiscais iria assegurar que as quantias que deveriam ser repassadas ao Estado através de impostos sobre lucros exorbitantes realmente o façam.

Desde Dezembro de 2021 a organização Oxfam vem reforçando a necessidade de internacionalmente banir os tax havens e no dia 17 deste mês, os experts em políticas fiscais da organização voltaram a se pronunciar após o Ministro das Finanças Europeias adicionar mais 3 países a “Lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais” - que casualmente não tem em si alguns dos maiores paraísos fiscais ligados ao continente europeu e seus superlucros; e é exatamente nisso que a crítica da Oxfam se centra, na situação de desigualdade e falta de factibilidade da lista em questão.

“Durante quanto tempo a UE persistirá neste exercício absurdo? A lista é desdentada. Deixa de fora países com impostos zero, como as Ilhas Virgens Britânicas, e não examina países como os EUA e o Reino Unido, juntamente com paraísos fiscais da UE, como Luxemburgo e Malta. É um insulto para as pessoas comuns que lutam com contas crescentes, enquanto as multinacionais super-ricas e sedentas de lucros obtêm passe livre para escapar às suas obrigações fiscais.

A UE deve cumprir a sua promessa de longa data de reformar a lista se levar a sério o combate aos paraísos fiscais. Os países considerados demasiado grandes para serem listados já não podem escapar ao escrutínio. Os países que permitem às empresas pagar essencialmente uma factura de imposto zero ou ocultar os seus verdadeiros proprietários devem enfrentar a lista negra. A UE também não pode dar-se ao luxo de fechar os olhos aos paraísos fiscais dentro das suas próprias fronteiras.”

No documento de 2021, a organização já havia editado um Manifesto com três recomendações principais:

“A partir de janeiro de 2022, a França presidirá a Presidência do Conselho da União Europeia.

O período de seis meses será crucial para a agenda fiscal da UE, uma vez que a UE discutirá e chegará a acordos sobre arquivos fiscais críticos e relacionados a impostos.

No seu Manifesto, a Oxfam analisa estes ficheiros e apresenta as suas recomendações:

- Chegar a um acordo sobre uma taxa de imposto mínima efetiva a nível da UE, que seja mais ambiciosa e mais justa do que o acordo global da OCDE;

- Reformar os critérios e o processo da lista de paraísos fiscais da UE para torná-la mais justa e mais transparente e clara na avaliação de práticas fiscais prejudiciais;

- Chegar a acordo sobre uma iniciativa para acabar com a utilização de empresas de fachada. Esta proposta deve incluir requisitos mínimos consistentes de atividade econômica real para as empresas na UE;

- Apresentar a proposta da Comissão Europeia para um Mecanismo de Ajustamento Carbono Fronteiriço (CBAM) mais justo e coerente, isentando os países mais pobres (PMA), aumentando o apoio para a ação climática nos países em desenvolvimento e eliminando rapidamente os subsídios aos combustíveis fósseis na Europa.”

As três recomendações acima são particularmente interessantes uma vez que foi recentemente publicado um relatório sobre o impacto dessas possíveis reformas fiscais nas Zonas Especiais de Comércio (SEZ - Special Economic Zones) que hoje em dia estão presentes em 150 países e equivalem a 6.000 espaços de economia facilitada e tem práticas apontadas como *harmful tax practices*. Esses espaços contam com regras econômicas especiais, com facilidades fiscais de forma a atrair capital estrangeiro. Além de dificultar a questão dos impostos nacionais,

essas zonas são frequentemente criticadas por seu impacto sócio-econômico, gerando piores relações de trabalho e tendo impactos negativos em mulheres e outros grupos minorizados. O relatório discute a ideia de aplicar um imposto mínimo a multinacionais e como isso afetaria - diretamente - essas zonas.

Clima

O combate à mudança climática é duplamente ligado a reforma fiscal internacional: em primeiro lugar, quando falamos das políticas de mitigação e adaptação - protocolos adotados pelas Nações Unidas - a reforma garantiria um novo fluxo de dinheiro para ser aplicado nas manobras de proteção; em segundo lugar, as reformas fiscais poderiam simbolizar o fim das armadilhas similares a já mencionada *debt-fossil fuel trap*, liberando os países em desenvolvimento do ciclo vicioso de matéria prima e produção de combustível, permitindo uma transição para uma indústria ecológica. Iniciativas assim já estão sendo discutidas, com reformas nas instituições financeiras e novas propostas para impostos globais para financiar ações de justiça climática, como proposto por líderes do continente durante o Africa Climate Summit dois meses atrás.

Porém, um novo relatório trouxe atenção para uma questão interessante: a guerra as drogas é inimiga da justiça climática. Em informes anteriores já foi explorado o elo entre a indústria bélica e a degradação da natureza e como seu eternamente gigantesco orçamento - como Biden que busca 100 bilhões de dólares em financiamento para bancar suas investidas armamentistas na Ucrânia e em Israel, mas não tem fundos para fornecer saúde pública para a população da nação que o elegeu presidente - poderia ser remanejado para outras áreas - como preservação do ecossistema, saúde, educação, proteção social. A *International Coalition Drug Policy Reform & Environmental Justice* explora o tema no recentemente publicado relatório intitulado *“Revealing the missing link to Climate Justice: DRUG POLICY”*.

“É cada vez mais reconhecido que os atores criminosos estão financiando a apropriação de terras, desmatamento, tráfico de madeira e vida selvagem e problemas sociais e ecológicos de mineração devastadora. E que as autoridades a todos os níveis muitas vezes aprovam e lucram com essas atividades ilegais. No entanto, este reconhecimento para aquém de nomear o condutor destas atividades criminosas.

Proibição: o regime internacional de política sobre drogas – principalmente concebido e defendido pelos países do Norte Global e mantida pelo Nações Unidas – criou um país não regulamentado e imensamente poderoso economia paralela.”

À Guerra às drogas e suas táticas não faltam críticas, uma vez que são justamente acusadas por seus protocolos racistas, classistas e que ignoram o problema sistêmico por trás da produção, venda e uso de psicotrópicos, reforçando pré-conceitos e impondo ao Sul Global expedições multi milionárias de caça aos narcotraficantes e políticas falhas de proibicionismo, enquanto o dinheiro grosso é perdido se camuflando em meio aos bancos e instituições financeiras internacionais, se tornando particularmente difícil de rastrear - como muitos estudos recentes mostram ao tentar analisar se o BM realmente parou de investir em indústrias fósseis.

Como recomendação, o documento da *International Coalition* indica:

“A concretização da justiça climática exige uma «transição justa», afastando-se da indústria extrativa, sistemas de produção, consumo e opressão política, rumo a sistemas resilientes, economias regenerativas e equitativas. Isto não pode acontecer enquanto o ambiente os esforços de reforma concentram-se exclusivamente num sistema – o sistema legal e, muitas vezes, corporativo sistema econômico. Enquanto isso, sombras violentas, economias

desestabilizadoras e extrativistas continuam a operar impunemente, sob o radar do movimento pela justiça ambiental. Estas economias não apenas remodelam paisagens físicas, mas impedem e frustram a governança política necessária para cumprir as mudanças políticas ousadas necessárias para enfrentar a emergência climática.

Neste momento, estão em curso reformas nas políticas de drogas em todo o mundo. Isso abre uma oportunidade única para moldar um quadro jurídico sem precedentes que reconfigura um dos maiores comércios ilegais do mundo – para fazê-lo funcionar para justiça ambiental e não contra ela. Do outro lado da moeda, para termos iniciativas regulatórias climáticas que funcionem, regulamentação eficaz e responsável é necessária, especialmente em regiões que são fundamentais para o nosso futuro climático coletivo. Alcançar os objetivos da reforma da política de drogas e do meio ambiente exige solidariedade e apoio mútuos.”

As denúncias e pontos trazidos acima ecoam dentro do texto recentemente publicado pelo Progressive International, “[Climate Imperialism in the Twenty First Century](#)”. Reproduzimos abaixo em tradução livre os principais pontos, que fazem conexão não apenas com as questões de justiça climática, mas com os assuntos mencionados antes aqui neste informe, como justiça fiscal e reformas do sistema econômico global:

“Entre as muitas novas formas de território econômico que proliferaram na fase de globalização neoliberal do capitalismo, aquelas associadas à interação ambiental humana direta com o planeta continuam a ser, em muitos aspectos, as mais cruciais e as mais fortemente associadas também à coerção, ao conflito e à guerra. O século XIX assistiu a muitos desses conflitos na expansão colonial para outras terras, na tentativa de estabelecer o controle sobre o território físico com as vantagens que o acompanham. As guerras no final do século XX estavam intimamente relacionadas com o controle de fontes de energia como o petróleo. O século XXI poderá testemunhar guerras crescentes pela água. Cada vez mais, a mudança resultante de rupturas antropogênicas no metabolismo do Sistema Terrestre tem vindo a definir uma esfera de luta pela influência, controle e apropriação que é agora um aspecto importante do imperialismo contemporâneo.

Esta característica particular do capitalismo global de hoje e a sua associação não apenas com o capitalismo, mas também com o imperialismo, está a tornar-se cada vez mais evidente em: (1) como os países centrais e as elites são capazes de produzir e consumir com base num modo de vida imperialista, gerando um aumento global de emissões de carbono com pegadas ecológicas crescentes; (2) as formas enganosas e debilitantes como as alterações climáticas são abordadas nas negociações internacionais; (3) as operações financeiras globais que aumentam as emissões de carbono, mas não disponibilizam o financiamento necessário para estratégias de mitigação eficazes; (4) os monopólios privatizados do conhecimento que impedem a maior parte da humanidade de ter acesso a tecnologias críticas necessárias para enfrentar o desafio climático; e (5) as mudanças nos requisitos tecnológicos tanto para a mitigação como para a adaptação, que dão origem a novas apropriações de recursos naturais destinadas especialmente a minerais estratégicos, juntamente com novas formas de competição extrativista entre as principais potências.”

As partes finais do texto trazem a questão da responsabilização climática, chamando atenção às cadeias de produção e relacionamentos de poder que levam alguns países a não serem responsabilizados por seus atos contra a natureza - e contra a soberania econômica de países empobrecidos. Mesmo nos eventos e cúpulas dedicados ao clima - como a COP - ainda há governos e organizações que tentam sublimar questões fundamentais como a relação entre superexploração do ecossistema e saúde pública global: a *Health Policy Watch* denunciou como

um rascunho da até então chamada “*health and climate ministerial declaration*” que será liberada durante a COP28 omite detalhes empíricos sobre a relação entre problemas de saúde e combustíveis fósseis - o que, segundo fontes que viram o documento, também indica a falta de críticas a indústria em questão.

A questão dos combustíveis fósseis e sua relação com a saúde pública - em especial do sul global - é especialmente sensível quando voltamos a recordar a *debt-fossil fuel trap* e como ela gera um ciclo vicioso de falta de recursos e destruição da natureza, fatores negativos para a construção de uma visão integrada de saúde.

Saúde: suportando a economia da austeridade e a ebulição climática

Três anos após o boom da pandemia de COVID-19, estamos finalmente a beira de um primeiro rascunho do documento que ficou conhecido como “*Pandemic Treaty*” e que seria responsável pela instituição de protocolos globais para a evitar, nos preparar e lidar com futuras novas pandemias.

O tratado foi definido pela [Health Policy Watch](#) como “*longo em forma, mas curto em conteúdo*”, com falta de ações definidas e definitivas, a única proposta concreta é uma nova reunião dentro de um período de três anos (2026). Muitas iniciativas são mencionadas, como fortalecimento de sistema de saúde nacionais, combate a epidemias de HIV, assim como tuberculose, malária e outras infecções ativas, fortalecendo calendários de imunização e propondo ações contra a resistência micobacteriana; mas, são isso: propostas e vontades, com a ausência parcial ou completa de propostas ativas a curto prazo e poucas menções sobre a factualidade das mesmas - como financiamento, por exemplo, pauta constantemente mencionada por organizações de saúde pública, como a G2H2, que já propôs - como falado em informes anteriores - [uma “preparação pandêmica” financiada pela justiça e reforma fiscais](#).

A falta de planejamento ativo e concreto se torna ainda mais tenebrosa quando a avaliamos à luz dos eventos recentes: um desmonte internacional dos sistemas públicos de saúde - seja em países ricos ou países empobrecidos, com constantes privatizações e um [corpo médico de trabalhadores exaustos](#).

“Os países do Norte Global continuam a tratar os sistemas de saúde do Sul Global como um reservatório para o recrutamento de trabalhadores. Ao mesmo tempo, negligenciam os trabalhadores que já trabalham em enfermarias hospitalares e centros de saúde. Esta abordagem míope é prejudicial para o Sul Global, onde a escassez de profissionais de saúde é particularmente pronunciada. Está também a perpetuar um ciclo vicioso de carga de trabalho incontrolável e abandono profissional entre enfermeiros e outros profissionais de saúde.

Nina Bergman, da Associação Sueca de Profissionais de Saúde, é uma das sindicalistas da Europa que se opõe a esta abordagem. Numa entrevista ao *People’s Health Dispatch*, ela fala sobre as políticas que os sindicatos na Suécia estão a exigir para fortalecer o sistema de saúde pública sem transferir o fardo para o Sul Global.

Sendo um dos países de destino preferidos para muitos profissionais de saúde migrantes, a Alemanha embarcou numa campanha de recrutamento activo em vários países. Além do Brasil, o ministro do Trabalho alemão abordou recentemente os decisores políticos no estado indiano de Kerala. Embora a narrativa oficial seja de que a migração de enfermeiros de Kerala é uma opção que beneficia todos os envolvidos, a realidade no terreno não é tão clara.

A fuga de cérebros dos profissionais de saúde e a privatização dos cuidados de saúde são um resultado direto do capitalismo. Para travar as tendências atuais, os especialistas e

ativistas da saúde têm de abordar explicitamente esta causa profunda. Durante a 19ª conferência da Associação Internacional de Políticas de Saúde na Europa, os participantes reafirmaram a sua determinação em continuar a expor os efeitos nocivos do capitalismo na saúde.”

Um sistema de saúde realmente preparado - seja para lidar ou para evitar - para pandemias deveria em primeiro lugar revisar a condição do seu corpo de trabalhadores, revisitando cargo-horário, infraestrutura oferecida e as possibilidades factuais oferecidas. A privatização como resposta a uma desestabilização e privação constantes não é a saída. A única maneira de estarmos preparados para as pandemias que virão - e ah, elas virão. Tratando o meio-ambiente como tratamos é impossível pensar de forma diferente - é um sistema de saúde fortalecido com trabalhadores acolhidos e que confiem na capacidade de sustentação do sistema no qual trabalham. A estratégia capitalista de destruição e venda há de ser exposta, como estão fazendo [cidadãos italianos](#) em constante protesto contra a privatização do sistema de saúde promovido pela primeira-ministra Meloni de extrema direita.

“Parece que os decisores políticos em Itália perderam as lições da pandemia, à medida que outras regiões continuam a seguir políticas semelhantes, minando o SSN. Em 2021, o setor privado da saúde da Lombardia recebeu mais de 6 mil milhões de euros (cerca de 6,33 mil milhões de dólares) de fontes públicas; no Lácio, recebeu 3,8 mil milhões de euros (mais de 4 mil milhões de dólares). Globalmente, no mesmo ano, havia mais de 16.500 prestadores de cuidados de saúde privados em Itália, com um volume de negócios de aproximadamente 62 mil milhões de euros (65,37 mil milhões de dólares) em receitas, como alerta Agnoletto nos seus relatórios.

Destes, 25 mil milhões de euros (26,36 mil milhões de dólares) provêm dos cofres públicos que poderiam ser utilizados para reforçar o SSN e ajudar a resolver alguns dos seus problemas mais prementes, incluindo a falta crônica de profissionais de saúde e longas listas de espera. O tempo de espera para alguns procedimentos na Lombardia pode levar até 4 anos, fato que empurra aqueles que podem pagar para o sector privado. Aqueles que não podem pagar muitas vezes desistem: milhões de pessoas na Itália decidem não procurar cuidados de saúde devido às listas de espera.

Com o governo de Meloni a planear novas reduções nas despesas de saúde, é difícil imaginar que as listas de espera no SSN diminuam num futuro próximo. As despesas de saúde pública em Itália, que ascendem a pouco mais de 6% do PIB, já estão abaixo das dos seus pares da UE, França e Alemanha, onde se situam em 9% ou mais. Em vez de encontrar formas de colmatar essa lacuna, o governo está a definir todas as prioridades erradas, como o partido de esquerda Potere al Popolo têm alertado há anos.

Em vez de priorizar a educação dos profissionais de saúde, considerando o défice de 45.000 médicos e 75.000 enfermeiros em 2021, os planos do governo têm-se concentrado na aquisição de tecnologia de ponta e na criação de capacidades para a telemedicina. Dos 15,6 mil milhões de euros (16,45 mil milhões de dólares) atribuídos à saúde no plano de recuperação 2021-2026 da Itália, no valor de 192 mil milhões de euros (202,45 mil milhões de dólares), financiado através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência da Comissão Europeia, 62% são atribuídos à tecnologia, e apenas 8 % está prevista para a formação e retenção de profissionais de saúde.”

Honduras dá o exemplo na resistência ao privado corrupto e os governos aliados a eles

“Na 42ª Newsletter da Internacional Progressista em 2023, nós anunciamos o lançamento da campanha ‘Honduras Resiste’, que busca colocar um ponto final no colonialismo corporativo e defender a soberania popular em Honduras. Se você quiser receber nossa Newsletter diretamente no seu email, basta assiná-la usando o formulário disponível no fim desta página.

Em 20 de dezembro de 2022, a empresa norte-americana Honduras Próspera S.A. anunciou uma ação judicial internacional de US\$10,7 bilhões (aproximadamente R\$54 bilhões) contra o governo hondurenho.

Os investidores da Próspera querem ser compensados pelo povo hondurenho pela sua decisão democrática de anular uma lei de 2013 que permite a criação de zonas econômicas especiais conhecidas como “ZEDEs”.

Vendidas a investidores estrangeiros como um paraíso cripto-libertário, essas zonas receberam autonomia do governo nacional, criando espaços onde as empresas podem abusar dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras, ignorar acordos internacionais e extrair a riqueza da nação para contas bancárias em paraísos fiscais.

O país enfrenta agora um total de sete disputas internacionais—de diferentes empresas—de resolução de litígios entre investidores e Estado (ISDS, na sigla em inglês). Só a Próspera S.A. está processando o governo hondurenho num montante de 10,7 bilhões de dólares: dois terços do orçamento planejado das Honduras para 2023.

É por isso que a Internacional Progressista está se mobilizando em apoio a Honduras: para ouvir diretamente o que as comunidades afetadas pelas ZEDEs têm a dizer, para chamar a atenção internacional para o crime de colonialismo corporativo e para apoiar o governo da Presidente Xiomara Castro a derrot.”

Regina Ungerer

Abstract: UNOSSC Director visited China for a series of meetings promoting South-South Cooperation and learning about Chinese projects that can be used by countries in the Global South, such as: the International Centre for Small Hydroelectric Power, the China International Import Expo and the impact of South-South Cooperation on cross-border e-commerce and the China National Disaster Reduction Center. Important to highlight the 7th international meeting on Triangular Cooperation held in Lisbon to discuss the future of triangular cooperation in which the report “Global Perspectives on Triangular Cooperation” was launched. The G-77 and China participated in the UNGA Main Committees discussing the financial situation and operational activities for the development of the UN system, program planning and information issues in the 2nd committee, international law in the 6th committee, and the permanent sovereignty of the Palestinian people in the occupied Palestinian territory, including east Jerusalem, and the Arab population in the occupied Syrian Golan, in the 4th committee. They also reiterated their call on the international community to assume its responsibilities to provide international protection to the Palestinian people, in accordance with international law and relevant United Nations resolutions. The Non-Aligned Youth Movement promoted webinars and events and is already thinking ahead of the COP28, exploring young leaders input to fight climate change. The South Centre published its newsletter, highlighted the report on the Indian Presidency of the G20, promoted an open discussion and consultation on the negotiation process on a legally binding Instrument on business and human rights and presented arguments on multistakeholderism.

Keywords: South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. South Centre.

Resumo: A Diretora do UNOSSC visitou a China para uma série de encontros promovendo a Cooperação Sul-Sul e conhecendo projetos chineses que podem ser utilizados pelos países do Sul Global tais como o Centro Internacional de Pequenas Energias Hidroelétricas, a Expo Internacional de Importação da China e o impacto da Cooperação Sul-Sul no comércio eletrônico transfronteiriço além do Centro Nacional de Redução de Desastres da China. Importante também destacar a 7ª reunião internacional sobre Cooperação Triangular realizada em Lisboa para discutir o futuro da cooperação triangular em que foi lançado o relatório “Perspectivas Globais sobre Cooperação Triangular”. O G-77 e a China participaram dos Comitês principais da AGNU discutindo a situação financeira e as atividades operacionais para o desenvolvimento do sistema ONU, o planejamento de programas e as questões da informação no 2º comitê, o direito internacional no 6º Comitê e a soberania permanente do povo palestino no território ocupado da Palestina, incluindo Jerusalém Oriental e a população Árabe no Golan Sírio ocupado, no 4º comitê. Reiteraram ainda o apelo à comunidade internacional para que assumam suas responsabilidades para oferecer proteção internacional ao povo palestino, de acordo com o Direito Internacional e as resoluções relevantes das Nações Unidas. O Movimento Jovem dos não-Alinhados promoveu webinar e eventos e já pensando na COP 28, estão explorando as lideranças jovens para combater às mudanças climáticas. O Centro Sul publicou seu boletim informativo, destacou o relatório sobre a Presidência Indiana do G20, promoveu uma discussão

e consulta aberta sobre o processo de negociação sobre um Instrumento juridicamente vinculativo sobre negócios e direitos humanos e apresentou argumentos sobre o multissetorialismo.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul.

Destaques na Plataforma X do UNOSSC



<https://twitter.com/UNOSSC>

20 de outubro de 2023 – Centro Internacional de Pequenas Energias Hidroelétricas

Durante sua visita à China, a Diretora do UNOSSC, Dima Al Khatib teve a oportunidade de estar no Centro Internacional de Pequenas Energias Hidroelétricas e destacou a importância de promover o Desenvolvimento Verde e a erradicação da pobreza através da pesquisa e desenvolvimento; criação de normas; compartilhamento de

conhecimento Sul-Sul e cooperação tecnológica.

A pequena energia hidrelétrica é uma solução energética para áreas rurais remotas. A experiência e as lições aprendidas da China na promoção de pequenas centrais hidroelétricas e de energia verde podem ajudar outros países em desenvolvimento. O Centro Internacional de Pequenas Energias Hidrelétricas (ICSHP) é um centro internacional especializado e uma Organização Governamental com mais de 80 Estados Membros (Twitter @UNOSSC 1, 2023).



<https://twitter.com/UNOSSC>

20 de outubro de 2023 – Bureau de Expo de Importação Internacional da China

Considerando que o comércio é uma ferramenta poderosa para construir parcerias e promover os ODS, a Expo Internacional de Importação da China é, sem dúvida, uma oportunidade para os países em desenvolvimento se beneficiarem da cooperação econômica e do comércio Sul-Sul.

O comércio Sul-Sul abre novos mercados e aumenta a procura de bens e serviços produzidos localmente, destacou a Diretora do UNOSSC, Dima Al Khatib, durante a sua visita ao Bureau de Expo de Importação Internacional da China (Twitter @UNOSSC 2, 2023).



20 de outubro de 2023 – Comércio eletrônico de Xangai

A Diretora do UNOSSC, Dima Al Khatib, discursou em um seminário destacando o impacto da Cooperação Sul-Sul no comércio eletrônico transfronteiriço, organizado pelo Governo da China.

<https://twitter.com/UNOSSC>

Durante sua visita à plataforma de serviço público de comércio eletrônico de Xangai, a Diretora do UNOSSC discutiu o impacto transformador do comércio eletrônico e do comércio digital com 24 participantes da Jordânia, Lesoto, Nepal, Paquistão e Ruanda (Twitter @UNOSSC 3, 2023).



20 de outubro de 2023 – Publicado outro volume do “Boas Práticas” sob o tema Transformando a educação para cumprir o ODS4

Cooperação Sul-Sul e triangular está no centro da implementação do ODS4 (Educação de Qualidade). Tal como demonstrado nos últimos anos, este tipo de cooperação pode mobilizar ação, ambição, solidariedade e soluções para transformar a educação no mundo que está em rápida transformação.

<https://twitter.com/UNOSSC>

Desde a abordagem inclusiva à aprendizagem digital na República Democrática Popular do Laos até ao ensino à distância e às estratégias de formação de professores nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS) no Caribe, a cooperação Sul-Sul é uma modalidade fundamental de colaboração para transformar a educação e apoiar a Agenda 2030.

Os países do Sul, com o apoio dos parceiros, devem reforçar a cooperação Sul-Sul e triangular e compartilhar recursos, tecnologia, competências e conhecimentos em prol da educação inclusiva e de qualidade que possa estar disponível para todos.

Esta publicação é uma parceira do UNICEF, UNESCO e UNOSSC e apresenta quarenta soluções inovadoras provenientes de todo o mundo que mostram como a cooperação Sul-Sul e triangular pode apoiar o desenvolvimento de sistemas educacionais mais eficientes, equitativos e resilientes, adaptados aos desafios do século XXI (Twitter @UNOSSC 4, 2023).



17 de outubro de 2023 - Durante sua **missão à China**, a Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, visitou o Centro Nacional de Redução de Desastres da China (NDRCC) para reforçar o compromisso de colaboração estratégica entre as duas instituições na redução da gestão de risco de desastres. A Diretora apresentou a estratégia e as principais conquistas do UNOSSC na promoção da cooperação Sul-Sul em níveis global, regional e nacional. Destacou o Projeto Cidades do UNOSSC, de 2020 a 2023.

<https://twitter.com/UNOSSC>

O UNOSSC, o Instituto Global de Educação e Treinamento do Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres (UNDRR GETI), a OPAS/OMS e a OMS organizaram

conjuntamente quatro séries de online certificados com foco no aproveitamento da CSS, da Redução de Risco de Desastres e da resposta a emergências sanitárias na construção de cidades e sociedades resilientes (South-South Galaxy, 2023).



<https://twitter.com/UNOSSC>

cooperação Sul-Sul e triangular (Twitter @UNOSSC 5, 2023).

17 de outubro de 2023 – A Diretora do UNOSSC, Dima Al Khatib reuniu-se com funcionários do Ministério do Comércio da China e do Centro Internacional de Intercâmbios Econômicos e Técnicos da China (CICETE) para discutir o fortalecimento de parcerias para a Cooperação Sul-Sul.

A Diretora enfatizou a relevância da Iniciativa de Desenvolvimento Global (GDI) para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a



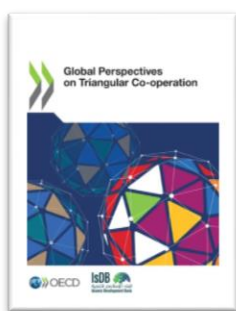
<https://twitter.com/UNOSSC>

coorganizada pelo Instituto Camões em parceria com a OCDE com o tema “Potenciar Parcerias”.

13 de outubro de 2023 - 7ª reunião internacional sobre Cooperação Triangular

Maior e única Conferência Internacional sobre parcerias para o desenvolvimento foi realizada em Lisboa, Portugal entre 12 e 13 de outubro de 2023, para discutir o futuro da cooperação triangular.

Com a presença de mais de 200 participantes representando agências de cooperação, bancos de desenvolvimento, organizações internacionais de 50 países e cinco continentes, a conferência foi



<https://twitter.com/UNOSSC>

@UNOSSC 6, 2023).

A Diretora do UNOSSC além de outras autoridades participou do evento e do lançamento do relatório “Perspectivas Globais sobre Cooperação Triangular”, uma publicação conjunta do OCDE e do Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB).

O relatório analisa o futuro da cooperação triangular em nível global identificando as tendências atuais desta modalidade de cooperação e explora sua contribuição na mitigação das alterações climáticas e a biodiversidade. Inclui ainda perfis de parceiros de diferentes regiões que estão envolvidos na cooperação triangular (Twitter

Para ler o relatório, [clique aqui](#).

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam

seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

Em 2023, a presidência do G-77 está a cargo da República de Cuba e durante a 47ª Reunião de Ministros de Relações Exteriores do Grupo realizada em 22 de setembro de 2023, **a República de Uganda foi eleita para exercer a presidência pro tempore do Grupo em 2024.**

Destaques do site do G-77 (<https://www.g77.org>)

19 de outubro de 2023 – Declaração feita pela missão permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, na reunião no 6º Comitê da AGNU sobre o item 78 da agenda: Programa das Nações Unidas de assistência ao ensino, estudo, divulgação e ampla apreciação do direito internacional. O 6º Comitê da AGNU é responsável pelas considerações legais

17 de outubro de 2023 – Declaração feita pelo Sr Richard Tur de la Concepción, Segundo Secretário da missão permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, sobre o item 136 da Agenda: Melhorando a situação financeira da ONU na a parte principal da 78ª sessão do 5º Comitê da Assembleia Geral da ONU. O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

17 de outubro de 2023 - Declaração feita pela missão permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, na reunião informal do 2º Comitê da AGNU sobre o item 135 da agenda: Planejamento de programas. O 2º comitê é o Comitê Econômico e Financeiro.

17 de outubro de 2023 - Declaração feita pelo Embaixador Geral Peñalver Portal, representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no debate do 4º Comitê da AGNU sobre o item 53 da agenda: Questões relacionadas à informação. O 4º comitê é o Comitê especial sobre política e descolonização

16 de outubro de 2023 - Declaração feita pela missão permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, no 2º Comitê da AGNU sobre o item 59 da agenda: Soberania permanente do povo palestino no território ocupado da Palestina, incluindo Jerusalém Oriental e os recursos naturais da população Árabe no Golan Sírio ocupado. O 2º comitê é o Comitê Econômico e Financeiro.

12 de outubro de 2023 – Declaração feita pela missão permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, no 2º Comitê da AGNU sobre o item 22 da agenda: Atividades operacionais para o desenvolvimento (a) atividades operacionais para o desenvolvimento do sistema da ONU e (b) Cooperação Sul-Sul. O 2º comitê é o Comitê Econômico e Financeiro.

Destaques da plataforma X do G-77

20 de outubro de 2023 - Chegou a hora de realizar imediatamente duas conferências de paz: uma sobre a crise climática e outra sobre a guerra na Ucrânia e a ocupação do território palestino (Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cuba - 1, 2023).

16 de outubro de 2023 - O G-77 e a China reiteram o apelo à comunidade internacional para que assumam suas responsabilidades para oferecer proteção internacional ao povo palestino, em conformidade com o Direito Internacional e as resoluções relevantes das Nações Unidas. Durante os debates do 2º Comitê na ONU o Embaixador de Cuba, em nome do

G-77 e da China enfatizou a necessidade de uma mobilização urgente e da implementação de esforços multilaterais para preservar as perspectivas de alcançar uma solução justa e duradoura para o povo Palestino (Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cuba - 2, 2023).

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Como mencionado anteriormente, em janeiro de 2024, a República de Uganda assumirá a presidência do MNA quando for realizada a 3ª Cúpula do Sul em Kampala.

Um dos desafios do Movimento dos Não-Alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

Destaque do Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)



<https://twitter.com/namyouthorg>

19 de outubro de 2023 - Com a participação de especialistas da ONU e do Ministério das Relações Exteriores do Azerbaijão, o Movimento Jovem dos não alinhados organizou uma discussão virtual sobre “O direito ao Desenvolvimento: Perspectivas para o Movimento Jovem dos não-Alinhados” (Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 2, 2023).

12 de outubro de 2023 – Foi realizada a 6ª Reunião do Conselho da Juventude do Secretariado da Conferência sobre Medidas de Interação e Fortalecimento de Confiança na Ásia (CICA). Esta reunião tem o objetivo de promover o papel dos jovens como agentes de cooperação na Ásia e foi organizada pelo Ministério da Política Juvenil e Desporto do Uzbequistão, pela Agência dos Assuntos da Juventude e pelo Ministério de Relações Exteriores do Uzbequistão e realizada na cidade histórica de Samarcanda no Uzbequistão em 12 de outubro de 2023.

Foi destacado a importância do NAMYO como uma plataforma para a colaboração de jovens em todo o mundo e a importância da cooperação com a CICA para consolidar a rede dos conselhos da juventude asiática.

CICA tem a importância de ser um fórum intergovernamental para a promoção da paz, segurança e estabilidade na Ásia, e o Conselho da Juventude da CICA tem um papel crucial na formulação de uma visão estratégica comum para o desenvolvimento dos jovens. No Uzbequistão foi criado um Parlamento da Juventude e foram nomeados representantes da Agência da Juventude em todas as pequenas aldeias do país. Uma das metas é combater a radicalização dos jovens para evitar o extremismo violento (Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 3, 2023).



<https://twitter.com/namyouthorg>

Youth Organization @namyouthorg. 4, 2023).

11 de outubro de 2023 – Já pensando na COP28..... a FAO, Connect4Climate, YPARD e IYCM se juntaram para promover uma série de webinars para explorar a liderança jovem no combate às mudanças climáticas.

Qual o papel que o envolvimento significativo dos jovens desempenha na definição da agenda climática global?

A Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC) é composta por 199 partes (198 Países + União Europeia) e este ano será realizada em Dubai entre 30 de novembro e 12 de dezembro de 2023 (Twitter NAM



<https://twitter.com/namyouthorg>

10 de outubro de 2023 - Estão abertas as inscrições para a Jovens investigadores dos países membros do NAMYO realizarem estudos acadêmicos no Centro de Investigação na sede do Movimento Jovem dos não-alinhados no Azerbaijão.

O Centro facilita o intercâmbio acadêmico entre os jovens do para alcançar os ODS e ações significativas dos jovens nas políticas públicas (Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 5, 2023).

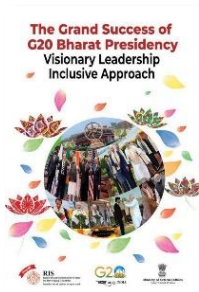
Centro Sul (*South Centre*)

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente sobre uma ampla gama de questões relevantes para os países do Sul Global e para a comunidade global em geral, tais como desenvolvimento sustentável, alterações climáticas, cooperação Sul-Sul, financiamento para o desenvolvimento, inovação e propriedade intelectual, cooperação, acesso a medicamentos, saúde, biodiversidade, comércio, acordos de investimento, cooperação fiscal internacional, direitos humanos, gênero e a quarta revolução industrial. O Centro Sul colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Destaques do Centro Sul

O Centro Sul publica a cada dois meses, seu Boletim Informativo. No fascículo de agosto e setembro estão destacados: 5 artigos de pesquisa; 1 resumo de política; 3 visões do Sul (SOUTHVIEWS); 5 declarações; 7 notícias e ainda um destaque de outras publicações. Para acesso o Boletim Informativo de agosto e setembro de 2023, [clique aqui](#).

23 de outubro de 2023 – O Centro Sul parabenizou a Iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas (DNDi)²⁶⁹ por ter recebido o **Prêmio Princesa das Astúrias de Cooperação Internacional de 2023**, em reconhecimento ao seu excelente desempenho no fornecimento de tratamentos acessíveis para doenças negligenciadas, esperando uma contínua cooperação em áreas de interesse comum para ambas as organizações (Twitter South Centre @South_Centre. 1, 2023).



Twitter
South_Centre
@South_Centre

20 de outubro de 2023 – O Centro Sul saudou a publicação do novo livro da RIS_Nova Deli²⁷⁰ sobre os antecedentes e as realizações da Presidência Indiana do G20 na promoção de uma perspectiva de desenvolvimento e cooperação internacional (Twitter South Centre @South_Centre. 2, 2023).

Para acessar o documento, [clique aqui](#).

19 de outubro de 2023 - O Centro Sul apoia fortemente a resolução da ONU que apela a uma Convenção abrangente da ONU sobre Cooperação Fiscal Internacional, apresentada pelo Grupo Africano no 2º Comitê da AGNU. A resolução pode ser lida [aqui](#). (Twitter South Centre @South_Centre. 3, 2023). O 2º comitê é o Comitê Econômico e

Financeiro.

18 de outubro de 2023 - O Centro Sul apoiou os esforços da África para combater a resistência antimicrobiana

De 14 a 16 de agosto de 2023, a ReAct Africa e o Centro Sul realizaram a 6ª Conferência Regional Africana **“Não deixar ninguém para trás: Avançando a Implementação de Planos de Ação Nacionais de resistência antimicrobiana de Saúde Única na África”** em Lusaka, Zâmbia.

ReAct foi criado em 2005 com o objetivo de ser um catalisador global, defendendo e estimulando o engajamento de indivíduos, organizações e partes interessadas, na resistência antimicrobiana. É uma das primeiras redes internacionais independentes a articular a natureza da resistência aos antibióticos e seus fatores.

Com a presença de 156 participantes de 27 países africanos (Angola, Benin, Botswana, Burkina Faso, Camarões, Comores, República Democrática do Congo, Egito, Etiópia, Gana, Costa do Marfim, Quênia, Lesoto, Libéria, Madagascar, Mali, Namíbia, Nigéria, Ruanda, Serra Leoa, África do Sul, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabué), a conferência recebeu apoio do Fundo Fleming e da Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (SIDA). O encontro foi organizado com o apoio do Ministério da Saúde da Zâmbia através do Instituto Nacional de Saúde Pública da Zâmbia (ZNPHI) e em parceria com o Centro Internacional para Soluções de Resistência Antimicrobiana (ICARS), a Parceria Global de Pesquisa e Desenvolvimento de Antibióticos (GARDP) e o Acelerador de Políticas AMR.

²⁶⁹ Iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas (DNDi) é uma organização internacional sem fins lucrativos que desenvolve tratamentos seguros, eficazes e acessíveis para os pacientes mais negligenciados.

²⁷⁰ O Sistema de Pesquisa e Informação para Países em Desenvolvimento (RIS) é um instituto autônomo de pesquisa política com sede em Nova Delhi, especializado em questões relacionadas ao desenvolvimento econômico internacional, comércio, investimento e tecnologia.

O pano de fundo para esta Conferência é a estimativa de que países africanos sofrem com o peso de doenças infecciosas como malária, HIV/AIDS e tuberculose. Os tratamentos para infecções, bem como a maioria dos procedimentos médicos modernos, dependem de antibióticos.

Estima-se que a resistência aos antibióticos levará a 10 milhões de mortes por ano em todo o mundo em 2050. A maioria das mortes será de países de baixa e média renda. Portanto, a resistência aos antibióticos é uma grande ameaça na África e requer uma série de intervenções e uma abordagem multidisciplinar.

A conferência foi uma oportunidade para avaliar os progressos na implementação dos planos de ação nacionais (PAN), identificar os desafios remanescentes e compartilhar lições aprendidas em toda a região (Twitter South Centre @South_Centre. 4, 2023).

Para ler o documento final, [clique aqui](#)



18 de outubro de 2023 – O Centro Sul promoveu uma discussão e consulta aberta sobre o “**Processo de negociação sobre um Instrumento juridicamente vinculativo sobre negócios e direitos humanos**” direcionada aos países em desenvolvimento e a sociedade civil (Twitter South Centre @South_Centre. 5, 2023).

Twitter South_Centre
@South_Centre

Multissetorialismo: é bom para os países em desenvolvimento?

Este artigo argumenta que o multissetorialismo mina o multilateralismo e limita o papel dos países em desenvolvimento na governança global.

Apesar dos preparativos para a Cúpula do Futuro de Setembro de 2024 estarem caminhando e o Secretário-Geral da ONU e a maioria dos países da OCDE argumentarem que o multissetorialismo deve ser aceito como parte da governança global e do multilateralismo, o artigo considera outros pontos de vista.

A primeira parte deste artigo faz um histórico do papel do Fórum Econômico Mundial e dos esforços preliminares das empresas transnacionais e das principais ONG do Norte Global para construir uma estrutura institucional para o multissetorialismo. Também destaca as pressões das empresas transnacionais sobre a ONU e os países em desenvolvimento desde há 50 anos atrás destacado pelo Presidente Allende na AGNU e na UNCTAD.

A segunda parte destaca seis desafios fundamentais apresentados pelo multissetorialismo ao multilateralismo e aos governos dos países do G-77. Estes desafios são:

- 1) erosão da soberania
- 2) terceirização da governança global
- 3) declínio na responsabilização e na confiança na comunidade internacional

- 4) mudança na implementação dos governos da OCDE para as empresas transnacionais baseadas em países da OCDE
- 5) estreitamento do leque de orientações políticas para aquelas que são compatíveis com um retorno comercial; e
- 6) corrupção da linguagem diplomática ao mascarar a diferença legítima nos intervenientes da governança como “partes interessadas” equivalentes

Após analisar profundamente cada um destes desafios, o documento conclui com um menu de opções multilaterais incluindo contra-ataques políticos e processuais que permitam aos governos criar uma série de estratégias (South_Centre 1, 2023).

Para ler o artigo, [clique aqui](#).

Referências

- Twitter @UNOSSC 1. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/UNOSSC/status/1715445427581956260>. Acesso em 23 out 2023
- Twitter @UNOSSC 2. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/UNOSSC/status/1715443755736526853>. Acesso em 23 out 2023
- Twitter @UNOSSC 3. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/UNOSSC/status/1715442934886129956>. Acesso em 23 out 2023
- Twitter @UNOSSC 4. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/UNOSSC/status/1715352170034581954>. Acesso em 23 out 2023
- Twitter @UNOSSC 5. 2023. Disponível em: https://twitter.com/ADELANTE_UE_ALC/status/1712847861681987878. Acesso em 23 out 2023
- Twitter @UNOSSC 6. 2023. Disponível em: https://twitter.com/ADELANTE_UE_ALC/status/1712847861681987878. Acesso em 23 out 2023
- South-South Galaxy. UNOSSC Director visited NDRCC to strengthen collaboration on Disaster Risk Reduction through South-South and Triangular Cooperation. [INTERNET]. Disponível em: <https://www.southsouth-galaxy.org/cities-project/unossc-director-visited-ndrcc-to-strengthen-sstc-collaboration-on-disaster-risk-reduction>. Acesso em 23 out 2023
- Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cubag77. 1. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/cubag77/status/1715403774112461064>. Acesso em 23 out 2023
- Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cubag77. 2. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/cubag77/status/1714015023494836359>. Acesso em 23 out 2023
- Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 2. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/namyouthorg/status/1714363609378115727> Acesso em 21 out 2023
- Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 3. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/namyouthorg/status/1713589112593162497> Acesso em 21 out 2023
- Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 4. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/UNYouthEnvoy/status/1711849584845009049> Acesso em 21 out 2023
- Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 5. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/namyouthorg/status/1711678272721887493> Acesso em 21 out 2023
- Twitter South Centre @South_Centre. 1, 2023. Disponível em: https://twitter.com/South_Centre/status/1716438874656755934 Acesso em 23 out 2023
- Twitter South Centre @South_Centre. 2, 2023. Disponível em: https://twitter.com/South_Centre/status/1715310361073607017. Acesso em 23 out 2023
- Twitter South Centre @South_Centre. 3, 2023. Disponível em: https://twitter.com/South_Centre/status/1714938985703731541 Acesso em 21 out 2023
- Twitter South Centre @South_Centre. 4, 2023. Disponível em: https://twitter.com/South_Centre/status/1714678813018206259 Acesso em 21 out 2023
- Twitter South Centre @South_Centre. 5, 2023. Disponível em: https://twitter.com/South_Centre/status/1714278798630486365 Acesso em 21 out 2023
- South Centre. 1. **Multistakeholderism: Is it good for developing countries?** [INTERNET]. Disponível em: <https://www.southcentre.int/research-paper-182-7-september-2023> Acesso em: 23 out 2023

Economia e tensões geopolíticas continuam caminhando juntas no G20. Sanção aos diamantes Russos e prioridades da próxima presidência do G7. Saúde e Brasil na mira da OCDE

Economy and geopolitical tensions continue to go hand in hand at the G20. Sanctions to Russian's diamonds and priorities for next G7 presidency. Health and Brazil in OECD's sights

**Pedro Burger
Vitória Kavanami
João Miguel Estephanio
Thaiany Medeiros Cury
Nina Bouqvar
Paulo Esteves**

Abstracts: G20: *The P20 and the G20 Finance Ministers and Central Bank Governors (FMCBG) meetings were the two main events of the fortnight in the bloc. With the addition of the conflict between Israel and Hamas to the already complex scenario of multiple crises, some reflections are raised on the effects of the situation within the group. Regarding Brazil, Fernando Haddad presents an economic agenda proposal for the bloc's financial track with five points considered critical for the new administration.*

Keywords: *G20; Brazil.*

G7: *The G7 is moving ahead with discussions on a new sanction against Russia that promises to be effective if it has global support: the planned Russian diamond ban. In addition, the priorities of Italy's future G7 presidency is being designed with a special emphasis on Artificial Intelligence.*

Keywords: *G7; Russia; Italian presidency; Artificial Intelligence.*

OCDE: *The OECD's highlights include the release of a series of Health-related publications, the publication of the final report on the fourth phase of implementation of the Anti-Bribery Convention in Brazil and the Portuguese version of the OECD guidelines for multinational enterprises on responsible business conduct.*

Keywords: *OECD; international cooperation.*

Resumos. G20: Os encontros do P20 e dos Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais do G20 foram os principais eventos da quinzena no bloco. Com a adição do conflito entre Israel e Hamas ao já complexo cenário de crises múltiplas, apontamos algumas reflexões sobre os efeitos desse cenário para o grupo. Em relação ao Brasil, Fernando Haddad apresenta uma proposta de agenda econômica para a trilha financeira do bloco com cinco pontos considerados críticos para a nova gestão.

Palavras-chave: G20; Brasil.

G7: O G7 avança nas discussões para uma nova sanção à Rússia que promete ser eficaz se contar com a adesão global. Se trata de novas normas para a comercialização de diamantes com origem

russa. Além disso, o perfil na futura presidência italiana do G7 vem sendo desenhado com atenção especial à Inteligência Artificial.

Palavras-chave: G7; Rússia; Presidência italiana; Inteligência Artificial.

OCDE: Os destaques da OCDE se dividem entre a divulgação de uma série de publicações relativas à saúde, a publicação do relatório final da quarta fase de implementação da Convenção Antissuborno no Brasil e a versão em português das diretrizes da OCDE para empresas multinacionais sobre conduta empresarial responsável.

Palavras-chave: OCDE; cooperação internacional.

Economia e tensões geopolíticas continuam caminhando juntas no G20

Como saldo positivo da Cúpula do P20, que aconteceu entre os dias 13 e 14 de outubro na capital indiana²⁷¹, os parlamentares do G20 publicaram uma declaração conjunta²⁷² reafirmando os principais objetivos e prioridades do grupo de engajamento. O documento, de maneira geral, cobriu os temas que foram discutidos nas sessões do encontro, como o compromisso com a efetivação da agenda 2030, a relevância das plataformas digitais públicas na transformação da vida cotidiana, o papel das mulheres para o desenvolvimento, e uma transição energética sustentável²⁷³.

Em comparação com as reuniões ministeriais que ocorreram ao longo do ano e falharam, na sua grande maioria, na produção de documentos conjuntos, sobretudo pela ausência de consenso sobre uma linguagem comum para se referir ao conflito na Ucrânia, as reuniões dos grupos de engajamento parecem gerar menores tensões e discordâncias entre os membros do grupo. Ainda, após a realização da Cúpula dos Líderes do G20 em setembro, aparenta-se ter chegado a um ponto de relativa estabilidade ao tratar da situação. Dessa forma, a declaração do P20 segue em acordo com o exposto na Declaração dos Líderes e reafirma a existência de opiniões diferentes sobre a guerra e o papel do bloco enquanto um fórum que não lida com questões geopolíticas e securitárias, ainda que elas causem grandes impactos na economia global.

No entanto, com a adição do escalonamento de um outro conflito nas últimas semanas, em razão dos ataques terroristas do Hamas contra Israel e a consequente retaliação do Estado israelense contra o território da Faixa de Gaza, a qual tem afetado severamente a população civil palestina, esse cenário pode trazer mais tensões para dentro do bloco e abalar a aparente estabilidade recém conquistada pela gestão indiana. Sobre este ponto, ainda que o documento não faça menção direta a guerra declarada, é importante ressaltar o parágrafo que aborda o terrorismo. Neste, os parlamentares do G20 condenam a prática em todas as suas formas e manifestações e afirmam que todos esses atos são criminosos e injustificáveis,

²⁷¹ Prime Minister to inaugurate 9th G20 Parliamentary Speakers' Summit (P-20) in New Delhi on 13th October. **G20**. 06 out. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/october-2023/pm-inaugurates-p20/>. Acesso em: 08 out. 2023.

²⁷² Ninth G20 Parliamentary Speakers' Summit (P20): Joint Statement. **G20**. 13 out. 2023. Disponível em: https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/FINAL_P20_Joint_Statement.pdf. Acesso em: 22 out. 2023.

²⁷³ 1st P20 Summit under India's G20 Presidency Concludes. **G20**. 14 out. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/october-2023/p20-concludes/>. Acesso em: 22 out. 2023.

independentemente da sua motivação, do local e dos responsáveis pelas ações. Assim, à luz de suas funções legislativas, orçamentárias e de supervisão, os representantes dos parlamentos comprometeram-se a aumentar os esforços no combate ao terrorismo e ao extremismo violento, especialmente por meio do aumento de cooperação internacional para impedir que esses grupos tenham apoio material, político e financeiro.

No discurso de abertura do evento, o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, reforçou este ponto ao mencionar as dificuldades que a Índia enfrenta historicamente com o terrorismo nas suas fronteiras. Segundo o primeiro-ministro, “um mundo dividido não consegue gerar soluções para os desafios que a humanidade enfrenta” e é dever dos parlamentares trabalhar em conjunto e pensar em soluções para combater o desafio que o terrorismo representa para o mundo²⁷⁴.

Outro ponto discutido por Modi foi em relação a uma maior participação de mulheres nos parlamentos. Tal tema aparece como um dos destaques do documento publicado pelo P20 e existe o compromisso feito pelos representantes de não só criar parlamentos mais sensíveis às questões de gênero, como o de tomar medidas para suprir quaisquer lacunas identificadas através de um processo de monitoramento. É interessante destacar, todavia, que ao observarem com preocupação essa sub-representação de mulheres nos parlamentos nacionais, existe um indicativo feito em nota de rodapé que dispõe que nem todos os representantes podem associar-se diretamente com esse tipo de declaração política substancial, ainda que “reconheçam a importância das questões levantadas e as intenções dos seus colegas ao proporem caminhos específicos a seguir”. Já no que tange a agenda da saúde, o tema não ficou de fora da declaração, e os parlamentares reafirmaram, ainda que de forma sucinta, o compromisso com a Cobertura Universal de Saúde e encorajaram esforços para melhorar a segurança na área, o que inclui medidas de prevenção, preparação e resposta às futuras pandemias.

O momento do encontro também marcou a passagem do comando do grupo de engajamento para o Brasil. Na ocasião, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), recebeu a liderança do P20 por Om Birla, líder do *Lok Sabha*, o parlamento da Índia²⁷⁵. Ao tomar posse, Lira destacou o papel do grupo enquanto uma importante plataforma de debates para que os parlamentares possam aportar suas contribuições e apontou a insegurança alimentar, as mudanças climáticas e as consequências da pandemia da COVID-19 como os desafios que precisam ser enfrentados no mundo. Em acordo com os pontos mencionados anteriormente, o parlamentar reiterou a posição brasileira de defesa do diálogo para resolver situações controversas e condenou a violência dos ataques terroristas no Oriente Médio: “Condenamos, nos mais fortes termos, os atos terroristas contra o povo israelense. Como representantes dos parlamentos do G20, devemos manifestar nosso desejo de que uma paz justa e duradoura entre israelenses e palestinos seja alcançada em um futuro próximo”. Lira ainda defendeu uma maior participação e protagonismo das mulheres na política e destacou que pretende levar essa pauta para a próxima cúpula do P20, que será realizada em 2024 no Brasil.

²⁷⁴ 'Conflicts don't benefit anyone': PM Modi amid Israel-Hamas war. **The Hindustan Times**. 13 out. 2023. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/india-news/conflicts-dont-benefit-anyone-pm-modi-amid-israel-hamas-war-top-quotes-101697179339863.html>. Acesso em: 22 out. 2023.

²⁷⁵ Lira assume comando do grupo de presidentes de parlamentos do G-20. **Agência Câmara de Notícias**. 16 out. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1007105-lira-assume-comando-do-grupo-de-presidentes-de-parlamentos-do-g-20/>. Acesso em: 22 out. 2023.

Imagem 1: Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, e Om Birla, presidente do Parlamento da Índia, em evento do P20.



Fonte: [G20](#), 2023.

Na esteira desses acontecimentos, outro evento que ocorreu no mesmo período foi a quarta e última reunião dos Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais do G20 em Marrakech, no Marrocos. O evento aconteceu à margem da reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial e foi dividido em duas sessões para deliberar sobre os pontos remanescentes acerca da economia global, fortalecimento dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) e criptoativos²⁷⁶. Como resultado, um comunicado oficial²⁷⁷ foi publicado com os principais resultados.

Em síntese, o documento não avança muito em relação ao que já havia sido apresentado na Cúpula do G20 em setembro e reafirma a maioria desses compromissos. No que concerne aos pontos que foram centrais ao encontro, os ministros reconheceram a resiliência da economia no enfrentamento dos choques mais recentes – ainda que tenham enfatizado a necessidade de manter cautela em razão dos riscos trazidos pelas tensões geoeconômicas, extremos climáticos e catástrofes naturais. Sobre os BMDs, validaram os esforços e apelos para seguir os fortalecendo e proporcionando melhores modelos operacionais, capacidade de resposta e financiamento, e acessibilidade, com especial atenção na resposta às necessidades de desenvolvimento dos países de baixo e médio rendimento. Nesse sentido, reconheceram algumas das recomendações contidas no segundo relatório apresentado pelo Grupo de Especialistas Independentes (IEG, na sigla em inglês) durante o encontro, como a mobilização de capital privado pelos BMDs através do apoio a condições facilitadoras, instrumentos inovadores de partilha de riscos e novas parcerias. Dado o interesse demonstrado pela Índia em relação às demandas do Sul Global, a questão da dívida pública dos países de baixa e média renda permaneceu enquanto um dos temas centrais da agenda econômica. Os membros deliberaram sobre estas questões e voltaram a enfatizar a importância do cumprimento do

²⁷⁶ Fourth G20 Finance Ministers and Central Bank Governors (FMCBG) Meeting on 12-13 October 2023 culminates in Marrakech, Morocco. **G20**. 13 out. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/october-2023/fourth-fmcbg/>. Acesso em: 22 out. 2023.

²⁷⁷ Communiqué : Fourth G20 Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting. **G20**. 13 out. 2023. Disponível em: https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/Final_G20_FMCBG_October_2023_Communique.pdf. Acesso em: 22 out. 2023.

Quadro Comum para o Tratamento da Dívida e registaram o progresso alcançado em alguns dos casos durante este ano, como na Zâmbia e em Gana. Por fim, sobre os criptoativos, os ministros frisaram o apelo para uma rápida implementação do Roteiro formulado pelo FMI para garantir uma melhor coordenação, cooperação e partilha de dados acerca do quadro político abrangente para ativos criptográficos.

De maneira similar a declaração conjunta do P20, ao tratar da questão na Ucrânia, o documento segue sem grandes alardes, utilizando a mesma linguagem adotada na Declaração dos Líderes. O conflito no Oriente Médio, por sua vez, também não foi mencionado e sua ausência foi notada pela comunidade internacional, especialmente porque nos parágrafos iniciais do comunicado os ministros expressaram sua solidariedade e pesar para com as populações afetadas pelas catástrofes que acometeram a Líbia e o Marrocos nos últimos tempos. Segundo a agência Reuters, uma fonte ligada ao G20 mencionou que a não menção sobre o conflito entre Israel-Hamas ocorreu pela diferença de opiniões que coloca Rússia, China, Índia e Arábia Saudita contra os Estados Unidos e algumas das potências ocidentais²⁷⁸. Em conferência para a imprensa, a ministra das finanças da Índia, Nirmala Sitharaman, disse que esses acontecimentos foram deixados de fora do comunicado porque não apareceram nas discussões das autoridades financeiras. No entanto, em outro momento, a ministra afirmou que muitos países expressaram preocupação com o impacto da crise nos preços dos combustíveis²⁷⁹.

Para além de um possível aumento no preço do petróleo, existe ainda a preocupação de que a situação também coloque dificuldades nos fluxos comerciais globais, os quais foram e seguem prejudicados pela situação na Ucrânia. Além disso, para a Índia, esse cenário implica na paralisação de um de seus mais ambiciosos projetos em parceria com os Estados Unidos: a criação do corredor que pretende ligar o país ao Oriente Médio e à Europa por vias marítimas e ferroviárias. O India-Middle-East-Europe Economic Corridor (IMEC), entendido por alguns analistas como um contraponto à iniciativa chinesa do Cinturão e da Rota, tem como intuito fortalecer o comércio, fornecer recursos energéticos e melhorar a conectividade digital entre essas partes. Porém, afóra da redução no tempo de transporte, nos custos e no uso de combustível, um objetivo mais amplo desta estratégia seria justamente o de reduzir as tensões na região, a qual tradicionalmente é fonte de instabilidade e insegurança²⁸⁰.

Da parte brasileira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, esteve presente nos encontros da agenda econômica do G20 e compartilhou informações pertinentes sobre o

²⁷⁸ G20 communique omits mention of Middle East conflict. **Reuters**. 13 out. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/g20-draft-communique-makes-no-mention-middle-east-conflict-2023-10-13/>. Acesso em: 22 out. 2023.

²⁷⁹ G20 chair India says Middle East conflict raises fuel price concerns. **Reuters**. 13 out. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/india/g20-chair-india-says-middle-east-conflict-raises-fuel-price-concerns-2023-10-13/>. Acesso em: 22 out. 2023.

²⁸⁰ India's big G20-led trade ambitions likely under threat from Israel-Hamas conflict. **The Economic Times**. 10 out. 2023. Disponível em: https://economictimes.indiatimes.com/news/economy/foreign-trade/indias-big-g20-led-trade-ambitions-likely-under-threat-from-israel-hamas-conflict/articleshow/104307736.cms?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Dailynewsletter&utm_content=Story1&ncode=7196789a3e4ae04486548d346066e0c9a30918667d831257fda15b40747f810d89948e88c7d5e6b95040cec56cef2fa6d7eb1d08f15dd8c6389050c293ef859df087b2a460d3f1525a208aec9dd9b9d. Acesso em: 22 out. 2023.

planejamento da gestão do Brasil para a pasta²⁸¹. Em seu discurso²⁸², Haddad, menciona que o país passou por anos turbulentos e após uma série de reformas estruturais encaminhadas neste ano, está pronto para se voltar aos desafios globais e promover um diálogo construtivo e produtivo em direção a um multilateralismo do século XXI. Para tanto, o ministro frisa a necessidade de uma reforma na governança econômica global para que a mesma possa responder de maneira eficaz as persistentes desigualdades e as “policrises” que permanecem minando o alcance do progresso e do desenvolvimento dos países: “Em vez do triunfo da globalização e de uma ordem mundial liberal centrada no livre comércio, em instituições internacionais baseadas em regras e na promessa de prosperidade para todos, o que vemos hoje é uma crescente fragmentação geoeconômica e um multilateralismo ineficaz, para não falar de uma nova crise da dívida no Sul Global e uma catástrofe ambiental iminente”, apontou.

Retomando as três prioridades já mencionadas pelo presidente Lula sob o lema “Construir um mundo justo e um planeta sustentável”, ao tratar da trilha financeira, Haddad expõe que o Brasil aproveitará o legado de sucesso da presidência indiana, com foco renovado em cinco áreas críticas:

1. Trabalhar para prevenir riscos por meio da coordenação eficaz entre políticas econômicas e financeiras a nível global com o intuito de atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e zerar emissões líquidas de carbono;

2. Aprofundar a reforma das instituições financeiras internacionais para torná-las mais representativas e preparadas para cumprir a sua missão central, construindo Bancos Multilaterais de Desenvolvimento Maiores, Melhores e Mais Eficazes;

3. Desenvolver uma nova abordagem para uma tributação internacional justa, para além das negociações existentes sobre Erosão de Base e Transferência de Lucros (BEPS, na sigla em inglês), com vista a promover a mobilização de recursos nacionais e internacionais e encontrar soluções para corrigir desigualdades e fechar brechas legais que permitem a evasão fiscal;

4. Promover fluxos sustentados de recursos concessionais para países de baixa e média renda e avançar na resolução estrutural de suas pesadas dívidas; e

5. Criar mecanismos apropriados de compartilhamento de riscos entre o capital público e privado para promover a mobilização maciça de recursos para transformações ecológicas equitativas.

²⁸¹ Brasil comandará o G20 com o compromisso de construir um mundo justo e um planeta sustentável, diz ministro da Fazenda. **Ministério da Fazenda**. 13 out. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/brasil-comandara-o-g20-com-o-compromisso-de-construir-um-mundo-justo-e-um-planeta-sustentavel-diz-ministro-da-fazenda>. Acesso em: 22 out. 2023.

²⁸² Discurso do Ministro da Fazenda do Brasil, Fernando Haddad, sobre a presidência brasileira do G20. **Ministério da Fazenda**. 13 out. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/brasil-comandara-o-g20-com-o-compromisso-de-construir-um-mundo-justo-e-um-planeta-sustentavel-diz-ministro-da-fazenda/Discurso%20do%20Ministro%20da%20Fazenda%2C%20Fernando%20Haddad%2C%20sobre%20a%20presidencia%20brasileira%20do%20G20%2C%20em%20Marrakesh.pdf>. Acesso em: 22 out. 2023.

Em relação ao conteúdo anunciado, o ministro afirma que a despeito de opiniões que podem considerar a agenda proposta pelo Brasil ambiciosa demais, acredita que ela é realista e necessária, pois aborda questões-chave do presente: “Precisamos urgentemente melhorar as nossas instituições financeiras internacionais, fazer com que os mais ricos paguem sua justa cota de impostos, tratar do problema da dívida em um número crescente de países da África, Ásia e América Latina, e, de maneira eficiente, mobilizar recursos públicos e privados para uma economia global mais verde e sustentável”. Outras prioridades referentes aos grupos de trabalhos e as forças-tarefa da trilha financeira, serão anunciadas em breve pela presidência brasileira no intuito de traduzir essa agenda em políticas e resultados mais concretos.

A proibição de diamantes russos como uma nova sanção e prioridades da próxima presidência do G7

Nessa última quinzena, o G7 agendou discussões sobre como avançar com a proibição da comercialização dos diamantes russos. Na semana de publicação deste informe, os países do G7 discutirão quatro planos para banir os diamantes russos dos mercados dos países do bloco a partir de 1º de janeiro de 2024. As quatro propostas tiveram participação da Bélgica, Índia, um grupo francês da indústria de joias e o Conselho Mundial de Diamantes e envolvem a autorregulamentação, medidas rigorosas de importação e o objetivo de chegar a um instrumento jurídico de rastreabilidade das pedras preciosas. Isso, pois também é preciso se pensar nos diamantes russos que são comercializados fora da Rússia. Tal discussão é de tamanha importância, tendo em vista que as seis maiores economias do Ocidente, e o Japão, respondem por 70% da demanda global de diamantes, e a Rússia é o maior produtor de diamantes brutos em volume, respondendo por 30% da oferta mundial²⁸³.

Conforme já trabalhado no informe 17, as reuniões começaram na Índia, mas é uma proibição que tem sido discutida como difícil de ser acordada²⁸⁴. Isso, pois segundo a Reuters poderia aumentar ou deteriorar condições comerciais de outros grandes comerciantes de diamantes do mundo, como a Bélgica, Índia e Estados Unidos. As principais diferenças entre as quatro propostas que serão debatidas incluem onde os diamantes entram nos mercados do G7, como eles seriam verificados, sua origem – se é russa ou não –, quais seriam os limites de peso e quais as consequências da violação das regras²⁸⁵. Por mais de um ano se arrasta a discussão de como implementar essa sanção a Moscou devido à invasão da Ucrânia. Para que tenha eficácia, é necessária que tenha um envolvimento global, *vis a vis* a iniciativa pouco satisfatória dos EUA impor sanções à produtora estatal russa de diamantes Alrosa e sua receita continuar grandiosa – US\$ 1,9 bilhão e dividendos de US\$ 282 milhões no primeiro semestre de 2023. Uma proposta é que se envolva também Botsuana, Namíbia, África do Sul, Angola e Índia no acordo para aumentar as chances de eficácia²⁸⁶.

No que tange à próxima presidência do G7, a Itália prometeu assumir liderança nos assuntos de Inteligência Artificial (IA). Algumas medidas que estão sendo pensadas são: um Comitê de Estratégia de Inteligência Artificial e um fundo centrado em IA para pequenas e

²⁸³ Exclusive: G7 to discuss four versions of Russian diamond ban this week- sources. REUTERS. 2023. Disponível em: <<https://www.reuters.com/markets/commodities/g7-discuss-four-versions-russian-diamond-ban-this-week-sources-2023-10-18/>> Acesso em: 20/10/2023.

²⁸⁴ Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Número: 17/2023. G7, p.191. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/documento/cadernos-cris-fiocruz-informe-17-2023>>. Acesso em: 20/10/2023.

²⁸⁵ Ibid. REUTERS. 2023.

²⁸⁶ Ibid. REUTERS. 2023.

médias empresas que deve arrecadar 800 milhões de euros. O objetivo é aumentar a regulação no assunto. Ao que tudo indica, IA será um dos vértices da nova presidência do G7 a partir do ano que vem. Segundo o subsecretário de tecnologia de inovação do país, Alessio Butti, a Itália pretende dar o exemplo "transformando elementos de atraso em oportunidades de revitalização", ou seja, preenchendo a lacuna de desenvolvimento digital do país por meio da disseminação de tecnologias como a IA²⁸⁷. A presidência atual japonesa e a futura presidência italiana estão trabalhando em estreita colaboração para produzir a minuta de regulamentação até o fim de 2023 para que, no ano que vem, a Itália se responsabilize pela difusão do código de conduta.

Saúde e Brasil na mira da OCDE

Ao longo desta quinzena, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) adicionou em seu acervo de publicações uma série de estudos relacionados ao tema saúde.

O primeiro destacado aqui é o chamado "*Purchasing for Quality Chronic: Summary Report*"²⁸⁸, produto de uma parceria entre a organização intergovernamental e a Organização Mundial da Saúde (OMS) e que lança luz sobre as formas utilizadas por diferentes países para reforçar seus sistemas de financiamento para a promoção ao acesso de serviços de saúde de qualidade no âmbito de seus compromissos com a Cobertura Universal de Saúde, focando especificamente em experiências referentes à condições crônicas de saúde.

Baseando-se em um conjunto de evidências empíricas e oito estudos de caso (sendo eles sobre os seguintes países: Austrália, Canadá, Chile, China, Alemanha, Indonésia, África do Sul e Espanha), o rico estudo objetivou compreender melhor o desenho de diferentes acordos de compra e métodos de pagamento que visam promover a qualidade para o cuidado aos pacientes com doenças crônicas, além da identificação de lições aprendidas e melhores práticas com os métodos e experiências estudadas – ainda que conte com o próprio reconhecimento dos autores de que não há modelo único e aplicável universalmente –. O documento culmina então na indicação de alguns pontos-chave para o tema abordado, tais como: a necessidade de um maior foco no modelo de prestação de serviços; a seleção de medidas de qualidade, metas relativas e requisitos de relatórios; elementos relevantes no desenho de acordos e modelos de pagamento; o equilíbrio em incentivos financeiros e não financeiros; monitoramento e avaliação; entre outros.

Em paralelo, outras temáticas de destaque no campo da saúde durante o período foram a discussão sobre a relação entre bem-estar e saúde mental e o fomento de abordagens e intervenções de promoção de melhorias em ambas, preocupações essas presentes em duas publicações de autoria da organização. No relatório "*How to Make Societies Thrive? Coordinating Approaches to Promote Well-being and Mental Health*"²⁸⁹, a OCDE buscou assim analisar sistematicamente como experiências econômicas, sociais, relacionais, cívicas e ambientais de indivíduos os moldam e são, também, moldadas por sua saúde mental, além de

²⁸⁷ Government focuses on AI as Italy readies for the G-7. Decode39. 2023. Disponível em: <<https://decode39.com/8076/government-focuses-ai-italy-readies-g7/>>. Acesso em: 21/10/2023.

²⁸⁸ OCDE, OMS. *Purchasing for Quality Chronic Care: Summary Report*. Genebra: OMS, Paris: OCDE Publishing, 2023 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://doi.org/10.1787/66dfc7e1-en>

²⁸⁹ OCDE. *How to Make Societies Thrive? Coordinating Approaches to Promote Well-being and Mental Health*. Paris: OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://doi.org/10.1787/fc6b9844-en>

identificar iniciativas de co-benefícios e intervenções políticas nos países integrantes do grupo internacional que possuam o potencial de melhorar conjuntamente a saúde mental e outros resultados de bem-estar. Desse modo, o documento apela para que formuladores de políticas, organizações públicas e atores da esfera pública redirecionem seus esforços e alinhem suas ações e políticas para incluir e abordar conjuntos de fatores identificados como influentes direta e indiretamente na saúde mental em uma perspectiva não de “saúde mental *em* todas as políticas”, mas de “saúde mental *para* todas as políticas”.

Consonantemente, a publicação “*Win-win solutions for well-being and mental health*”²⁹⁰ reforça tal preocupação exposta no estudo anterior e destaca de modo mais resumido as conclusões tiradas no mesmo em seu formato de “*policy insights*”, divididos em três pontos principais: (i) que a saúde mental molda e é moldada por variados aspectos da vida; (ii) que para além de iniciativas baseadas na saúde, outros arranjos políticos podem contribuir para a melhora tanto no que tange a saúde mental, como em outras metas políticas de economia, social e ambiental; e (iii) que a cooperação entre os distintos atores exige novos modelos e dinâmicas de trabalho.

Na esteira de tais discussões, a organização internacional também publicou outros dois estudos referentes agora aos impactos ainda observados e sentidos pela emergência da pandemia de COVID-19. O primeiro, chamado “*Measuring governments’ R&D funding response to COVID-19*”²⁹¹, apresenta novas evidências sobre a dimensão e a direção de resposta do financiamento de pesquisa e desenvolvimento (*research and development* ou R&D em inglês) dos governos à pandemia por meio da exploração de uma nova infraestrutura de dados, a iniciativa Fundstat da OCDE, para a análise de projetos de pesquisa e desenvolvimento financiados pelo governo. Dessa maneira, o artigo se propõe a fornecer novas percepções sobre quais áreas de pesquisa foram priorizadas pelos órgãos governamentais de financiamento de R&D.

Já o artigo “*Expanding the doughnut? How the geography of housing demand has changed since the rise of remote work with COVID-19*”²⁹² busca promover a reflexão sobre as mudanças e efeitos nas dinâmicas sociais gerados pelo aumento do trabalho remoto, constituindo assim uma geografia de demandas relacionadas à habitação. Além disso, a publicação também aborda sobre o que ficou conhecido na literatura como “efeito donut” (*doughnut effect* em inglês), que descreve um esvaziamento de grandes centros metropolitanos em direção às áreas suburbanas. Outro fato interessante apontado pelo artigo, é que não foi evidenciado uma preferência de habitação rural, mas sim um desejo de mudança para espaços que combinam os benefícios das vidas rurais e urbanas.

²⁹⁰ OCDE. *Win-win solutions for well-being and mental health*. OECD Policy Insights on Well-being, Inclusion and Equal Opportunity [Internet]. 2023 [cited 2023 Oct 20]; 11. Available from: <https://doi.org/10.1787/93b79ccf-en>

²⁹¹ Aristodemou L, Galindo-Rueda F, Matsumoto K, Murakami A. *Measuring governments’ R&D funding response to COVID-19: An application of the OECD Fundstat infrastructure to the analysis of R&D directionality*. OECD Science Technology and Industry Working Paper [Internet]. 2023 [cited 2023 Oct 20];6. Available from: <https://doi.org/10.1787/4889f5f2-en>

²⁹² Ahrend R, Banquet A, Béтин M, Caldas MP, Cournède B, Ramirez MC, et al. *Expanding the doughnut? How the geography of housing demand has changed since the rise of remote work with COVID-19*. OECD Regional Development Papers [Internet]. 2023 [cited 2023 Oct 20];54. Available from: <https://doi.org/10.1787/cf591216-en>

Paralelamente aos assuntos tratados anteriormente no presente informe, a organização intergovernamental disponibilizou também na quinzena o documento *“Implementing the OECD Anti-Bribery Convention in Brazil: Phase 4 report”*²⁹³. Parte da quarta fase da iniciativa de monitoramento e avaliação da implementação de ações relativas à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE (a qual o Brasil é signatário desde 2000), o relatório de avaliação final visa monitorar e analisar as práticas e progressos obtidos pelo Brasil desde o período analisado ao fim da análise feita na terceira etapa do projeto.

Embora o Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional da OCDE elogie o país por seu sucesso em sancionar esquemas de suborno estrangeiro em larga escala por meio de resoluções sem julgamento com três pessoas jurídicas, inclusive como parte de uma das mais proeminentes resoluções multijurisdicionais até o momento envolvendo alegações de suborno estrangeiro, o país latino possui um número limitado de processos de aplicação da lei ainda em andamento²⁹⁴. Ademais, nenhuma pessoa física recebeu ainda uma condenação final por suborno de um funcionário público estrangeiro. O relatório expressa também outras sérias preocupações sobre as limitações para pessoas físicas, problema este que permanece inadequado – segundo a leitura do grupo – para sancionar efetivamente o suborno estrangeiro, bem como, sobre a estrutura incompleta de denúncia do Brasil que necessita de bastante aprimoramentos, além de refletir preocupantemente sobre o inibidor de ameaças percebidas à independência dos promotores em casos de suborno estrangeiro e outros pontos.

Assim, o documento apresenta em sua conclusão os achados e avaliações sobre conquistas positivas e boas práticas, bem como, traz uma série de recomendações para o que o Brasil se adeque ao que é recomendado e implemente reformas que mitiguem as problemáticas identificadas, sendo elas divididas entre os seguintes pontos: (i) recomendações relativa à detecção de suborno estrangeiro; (ii) recomendações relativa à aplicação do crime de suborno estrangeiro e crimes relacionados; (iii) recomendações sobre a responsabilidade e o envolvimento com pessoas jurídicas; e (iv) recomendações sobre outras medidas que afetam a implementação da Convenção. As principais recomendações do relatório foram:

- Aumentar as sanções por suborno estrangeiro para pessoas físicas;
- Abordar, por meio de medidas legislativas e/ou quaisquer outras medidas institucionais totalmente eficazes, as consequências indesejadas do período de prescrição para suborno estrangeiro com base na sentença real, para garantir tempo adequado para investigar e processar pessoas singulares;
- Proteger os casos de suborno estrangeiro contra potencial interferências políticas por parte dos agentes responsáveis pela aplicação da lei, bem como contra a possível utilização arbitrária de medidas disciplinares ou outras medidas de responsabilização;

²⁹³ OCDE. *Implementing the OECD Anti-Bribery Convention in Brazil: Phase 4 report*. Paris: OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://www.oecd.org/daf/anti-bribery/brazil-phase-4-report.pdf>

²⁹⁴ OCDE. *Brazil must make urgent key reforms to build on its recent progress in the fight against foreign bribery, says the OECD Working Group on Bribery*. OECD [Internet]. 2023 Oct 19 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/brazil-must-make-urgent-key-reforms-to-build-on-its-recent-progress-in-the-fight-against-foreign-bribery.htm>

– Rever rapidamente a proteção de denunciante para garantir que as pessoas do setor privado que denunciam suspeitas de suborno estrangeiro sejam expressamente cobertas.

Ademais, é previsto que o Brasil apresentará um relatório ao Grupo de Trabalho em outubro de 2025 acerca da implementação (ou não) de todas as recomendações e de seus esforços de implementação.

O documento repercutiu em veículos da mídia brasileira, que destacou a preocupação da organização sobre o país, sobre o impacto da decisão do ministro Dias Toffoli sobre o acordo de leniência da Odebrecht em setembro de 2023²⁹⁵ e também a contestação sobre o viés político adotado por procuradores e juiz na Lava Jato²⁹⁶. Enquanto isso, destaca-se também que a Controladoria-Geral da União (CGU) celebrou o reconhecimento de seu significativo papel no combate à corrupção transnacional envolvendo suborno estrangeiro, especialmente no que diz respeito à capacidade de cooperar com países integrantes do Grupo de Trabalho e com outros não pertencentes ao grupo²⁹⁷.

Ainda com a atenção voltada para o Brasil, outro destaque válido de ser indicado aqui foi a recente publicação da versão traduzida para o português do documento de diretrizes sobre conduta empresarial responsável para empresas multinacionais, agora chamado de “Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais sobre Conduta Empresarial Responsável”²⁹⁸. O documento busca apresentar tais diretrizes e as recomendações e procedimentos de implementação dirigidas pelos governos às empresas multinacionais a fim de promover contribuições positivas por parte das empresas para o progresso econômico, ambiental e social, além de minimizar seus impactos adversos. As diretrizes abrangem as principais áreas de responsabilidade empresarial, incluindo direitos humanos, direitos trabalhistas, meio ambiente, suborno, interesses do consumidor, divulgação, ciência e tecnologia, concorrência e tributação²⁹⁹.

²⁹⁵ Landim R. OCDE está preocupada e vai monitorar impactos da decisão de Toffoli sobre Odebrecht. CNN Brasil [Internet]. 2023 Oct 19 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ocde-esta-preocupada-e-vai-monitorar-impactos-da-decisao-de-toffoli-sobre-odebrecht/>

²⁹⁶ Sadi A, Camargo I. Relatório da OCDE aponta viés político adotado por procuradores e juiz na Lava Jato. G1 [Internet]. 2023 Oct 19 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://g1.globo.com/politica/blog/andrea-sadi/post/2023/10/19/relatorio-da-ocde-aponta-vies-politico-adotado-por-procuradores-e-juiz-na-lava-jato.ghtml>

²⁹⁷ Controladoria-Geral da União. OCDE destaca atuação da CGU no combate à corrupção transnacional. Gov.br [Internet]. 2023 Oct 19 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/ocde-destaca-atuacao-da-cgu-no-combate-a-corrupcao-transnacional>

²⁹⁸ OCDE. Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais sobre Conduta Empresarial Responsável. Paris: OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://doi.org/10.1787/663b7592-pt>

²⁹⁹ Bertão N. OCDE lança guia em português para conduta empresarial responsável. Valor Econômico [Internet]. 2023 Oct 19 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://valor.globo.com/empresas/esg/noticia/2023/10/19/ocde-lanca-guia-em-portugues-para-conduta-empresarial-responsavel.ghtml>

América Latina: palco de decisões em política, saúde e sustentabilidade

América Latina: escenario de decisiones en política, salud y sostenibilidad

Sebastian Tobar

Miryam Minayo

Samia de Brito

Resumen. *En el informe de este período, destacamos las elecciones en Argentina, con la sorpresa de la superación de Sergio Massa sobre Javier Milei, lo que devuelve la esperanza en la integración regional. También presentamos los puntos principales discutidos en la Reunión Ordinaria de la Red Latam IANPHI; el nuevo estudio sobre la exportación de los recursos extractivos en la región de América Latina y el Caribe, con la participación de la CEPAL; la participación de ORAS-CONHU en un taller sobre la reducción de las desigualdades y el logro de los Objetivos de Desarrollo Sostenible; la realización de acciones por parte de SECOMISCA con un enfoque en la vigilancia de la salud en las fronteras y el evento para discutir la implementación de la Declaración de Belém organizado por la OTCA. También informamos sobre la aprobación por parte de la Cámara de Diputados de Brasil de la entrada de Bolivia al Mercosur; el plan común para hacer frente a la sequía en la región amazónica debatido entre Brasil y Colombia; las elecciones en Ecuador; las elecciones primarias en Venezuela y, por último, la firma de un acuerdo entre la OEA y Panamá para fortalecer la asistencia humanitaria y la protección de los refugiados en la región de Darién.*

Palabras-clave: *América Latina y el Caribe. Elecciones en Argentina. Cooperación regional.*

Resumo. No relatório deste período destacamos as eleições na Argentina, com a surpresa da ultrapassagem de Sergio Massa sobre Javier Milei, que devolve a esperança sobre a integração regional. Trouxemos também os principais pontos abordados na Reunião Ordinária da Rede Latam IANPHI; o novo estudo sobre a exportação dos recursos extraíveis da região da América Latina e Caribe, com a participação da CEPAL; a participação da ORAS-CONHU na oficina sobre diminuição de desigualdades e alcance dos ODS; a realização de ações pela SECOMISCA com a temática de vigilância em saúde nas fronteiras e o evento para discutir a implementação da Declaração de Belém realizado pela OTCA. Informamos ainda sobre a aprovação pela câmara dos deputados brasileira da entrada da Bolívia no Mercosul; o plano comum para enfrentamento de seca na região Amazônica debatido entre Brasil e Colômbia; as eleições no Equador; as primárias na Venezuela e, por fim, a assinatura de um acordo entre a OEA e o Panamá para fortalecer a assistência humanitária e a proteção aos refugiados na região de Darién.

Palavras-chave: América Latina e Caribe. Eleições na Argentina. Cooperação regional.

Luz no fim do túnel para avançar na integração sul-americana

O candidato peronista da *Unión por la Patria*, Sergio Massa, ultrapassou o candidato do *Libertad Avanza*, Javier Milei, em mais de 6 pontos percentuais, surpreendendo a boa parte dos

analistas políticos e podendo trazer uma luz no fim do túnel para aqueles preocupados com o futuro da integração regional.

Segundo os dados oficiais das eleições do dia 22 de outubro para Presidente da Argentina, Sergio Massa da *Unión por la Patria* recebeu 36,68% dos votos, Javier Milei da *Libertad Avanza* 29,98% e a Patricia Bullrich de *Juntos por el Cambio* 23,38%³⁰⁰ dos votos.

O atual Ministro da Economia da Argentina e candidato presidencial pela aliança peronista, quebrou a lógica de que um governo com fraco desempenho econômico e com uma inflação anual superior a 140% não pode ser reeleito no governo.

Para além dos resultados políticos na Argentina, revertendo a chegada prevista do governo liberal de extrema-direita de Javier Milei, os resultados parecem ser positivos para promover uma maior integração regional.

O candidato Milei, que parecia liderar a intenção de voto, mas que ficou em segundo lugar no primeiro turno eleitoral, promovia a ideia de uma política de relações internacionais com “*relações carnais*” com os Estados Unidos; uma recusa em negociar com os comunistas que incluíam neste conceito a China, a Rússia e o principal parceiro comercial da Argentina, que é o Brasil, bem como uma negação da mudança climática³⁰¹.

Intimamente alinhado com o neorealismo das relações internacionais de Donald Trump, o candidato de direita e libertário manifestou-se contra o MERCOSUL³⁰², contra a entrada de Argentina aos BRICS³⁰³, bem como contra o que chamou de “*Agenda Cultural de Esquerda*”: a Agenda 2030 e os seus ODS³⁰⁴.

Recentemente, o Ministro da Fazenda do Brasil, Fernando Haddad, disse à Reuters³⁰⁵: "É claro que estou preocupado. Uma pessoa cujo lema é romper o relacionamento com o Brasil que foi construído ao longo de séculos nos preocupa. Isso preocuparia qualquer um."

Por ocasião de uma reunião organizada³⁰⁶ ³⁰⁷ pelo Conselho Argentino de Relações Internacionais (CARI), pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e pela Faculdade

³⁰⁰ <https://www.pagina12.com.ar/601412-resultados-elecciones-2023-mapas-interactivos-con-los-datos->

³⁰¹ <https://www.pagina12.com.ar/596334-debate-presidencial-milei-nego-el-cambio-climatico>

³⁰² <https://www.lavoz.com.ar/politica/para-especialistas-la-idea-de-javier-milei-de-eliminar-el-mercosur-es-impracticable/>

³⁰³ https://www.clarin.com/politica/javier-milei-rechazo-ingreso-argentina-brics-voy-impulsar-trato-comunistas-_O_HkLVVTuZpf.html?gclid=CjwKCAjws9ipBhB1EiwAccEi1H4qxilVf0f8CFp0Z8xlg9ePSmbQ3Fxy_tjExYD8VX8vXSY1RlgYrRoCWuYQAvD_BwE

³⁰⁴ https://www.swissinfo.ch/spa/argentina-elecciones_javier-milei---nosotros-no-vamos-a-adherir-la-agenda-2030-/48872542

³⁰⁵ <https://www.reuters.com/world/americas/possible-milei-victory-argentina-worries-brazil-finance-minister-2023-10-19/>

³⁰⁶ Participaram Gustavo Martínez Pandiani da *Unión por la Patria*; Diana Mondino por a *Libertad Avanza* e Federico Pinedo, por *Juntos por el Cambio*. <https://www.ambito.com/politica/cuales-son-las-propuestas-exterior-massa-milei-y-bullrich-n5849155>

³⁰⁷ Todo o debate entre os possíveis ministros das Relações Internacionais da *Unión por Pátria*, a *Libertad Avanza* e *Juntos por el Cambio* poderá ser assistido em <https://youtu.be/TiSqQqjAy7c>

Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), os futuros Ministros dos candidatos à Presidência da Argentina debateram suas futuras políticas externas se ele vencer.

Martínez Pandiani, representante de Relações Exteriores de Sergio Massa, destacou que sua política externa será uma ferramenta de desenvolvimento com inclusão, com foco na geração de divisas por meio de mais exportações com valor agregado, investimentos mais produtivos e mais turismo receptivo: “Propomos uma política externa pragmática que priorize o interesse nacional, abra novos mercados para nossos produtos e serviços e apoie a produção e o trabalho”, afirmou. Com relação ao MERCOSUL, ressaltou que ele tem uma regra básica que é o consenso e que as decisões são tomadas em conjunto. Isto significa que se os países não chegarem a um acordo, terão de continuar a dialogar até o conseguirem: “Vamos enfatizar todos os esforços que são necessários na Argentina para que esta situação de consenso seja alcançada”. Referindo-se as negociações do Mercosul com outros parceiros afirmou “queremos que as negociações extrarregionais nos permitam crescer”.

Diana Mondino, da *Libertad Avanza*, reconheceu a complementaridade com os vizinhos e uma “raiz cultural idêntica” e indicou que a política regional da Argentina tem de ser novamente fiável. Neste sentido, destaca-se a necessidade do Estado fornecer uma base, uma plataforma para que o setor privado desempenhe um papel de liderança.

Falando sobre a Argentina, expressou que “estamos longe de muitos conflitos que existem, mas não deveríamos estar longe da possibilidade de contribuir de diferentes maneiras para resolver muitos destes problemas”.

Mondino criticou o SWAP da Argentina com a China³⁰⁸, afirmando que os compromissos adquiridos por um país excedem completamente quem está no Poder Executivo, considerando que “o lamentável é que todos esses acordos e tratados devem ser aprovados pelo Congresso de acordo com a nossa Constituição.”

Embora o comércio da Argentina com Brasil e China representa mais de um 25% de suas exportações, a representante da “*Libertad Avanza*” não se manifestou nesse sentido. O mesmo ocorreu com os BRICS, que representam um 33% das exportações argentinas.

O Presidente Lula cumprimentou os resultados ao Sergio Massa – o governo brasileiro tentou até o último momento preservar de todas as maneiras possíveis as manifestações públicas de quem era seu candidato preferido. Embora Lula nunca tenha respondido aos polêmicos e repetidos insultos de Milei, ele sempre resistiu ao que chamou abertamente de crescimento de uma “ultradireita” na Argentina. Lula também não escondeu a insatisfação pela amizade de Milei com o seu inimigo político, o ex-presidente Jair Bolsonaro, e com o seu filho Eduardo.

Para as eleições argentinas do dia 22, Milei recebeu Eduardo Bolsonaro e Massa recebeu Alexander Pupo Quintino, colaborador do assessor internacional de Lula, Celso Amorin.

³⁰⁸ O acordo assinado pelo Presidente Alberto Fernández com o seu homólogo chinês Xi Jinping ativa um SWAP de 47.000 milhões de Yuans (cerca de 6.500 milhões de dólares) para a Argentina, disponível gratuitamente. O SWAP é uma troca de moedas acordada com outro Estado. Mais informações pode olhar: <https://www.ambito.com/economia/que-es-el-swap-china-n5849615> e <https://www.infobae.com/economia/2023/10/18/alberto-fernandez-confirio-en-china-la-ampliacion-del-swap-por-6500-millones-de-dolares/>

O possível triunfo do candidato oficialista no próximo dia 19 de novembro abre uma janela de oportunidades, fortalecendo uma diplomacia progressista que o Brasil vem impulsionando, com valores-chaves como o combate às mudanças climáticas, a equidade, o compromisso com o multilateralismo e um forte posicionamento da saúde, entre outros, bem como representa uma luz no fim do túnel para avançar mais integração regional.

Reunião Ordinária da Rede Latam IANPHI – Rede Ibero-Americana de Institutos Nacionais de Saúde

A Reunião Ordinária da Rede LATAM IANPHI – Rede Ibero-Americana de Institutos Nacionais de Saúde foi realizada de 16 a 18 de outubro de 2023 em San Salvador (El Salvador), com a participação dos diretores ou seus representantes dos Institutos Nacionais de Saúde da Argentina (ANLIS); Brasil (FIOCRUZ); El Salvador (INS); México (INSP); Peru (INS) e Venezuela (INHRR), pontos focais de Pesquisa em Saúde de todos os Ministérios da Saúde da América Central, da Secretaria Executiva do Conselho de Ministros da Saúde da América Central e da República Dominicana - COMISCA. Também estiveram presentes representantes do CDC dos Estados Unidos e dos Programas Sub-regionais da América Central – CAM da Organização Pan-Americana da Saúde.

A abertura da reunião foi conduzida pelo Dr. Xochil Sandoval na qualidade de anfitrião, Félix Rosenberg na qualidade de Coordenador da Rede LATAM – IANPHI; o Ministro da Saúde de El Salvador, Francisco José Alabi Montoya.

Rosenberg destacou que esta reunião foi facilitada por um grupo de atores que, combinando esforços, contribuíram para sua realização, como a IANPHI e a Agência Canadá de Saúde, a SEGIB, a OPAS, a COMISCA e a FIOCRUZ agradecem imensamente sua solidariedade.

Os ministros da Saúde, Francisco José Alabi Montoya, enfatizaram as contribuições do INS nas evidências científicas para o bem-estar das populações dos países. Agradeceu a todos os intervenientes estratégicos, como a COMISCA, a OPAS e a UNICEF, pela sua cooperação. “É muito importante participar e fazer parte do IANPHI e colaborar com esta organização”, afirmou o Ministro da Saúde.

O Encontro abordou os seguintes eixos:

1. O papel do INS face à fome e à insegurança alimentar.
2. O papel do INS na saúde mental
3. O papel do INS face às alterações climáticas.
4. Revisão dos compromissos do Workshop de Equidade na Saúde e estabelecimento de um plano de trabalho.

Dentro das orientações da *fome e segurança alimentar*, propõem-se: a) Pesquisas com o objetivo de apoiar a formulação de políticas públicas em relação à fome e à insegurança alimentar; b) Avaliar intervenções apropriadas em relação à fome e segurança alimentar apoiando a formulação de políticas apropriadas, c) desenvolver metodologias apropriadas para realizar pesquisas em relação à fome e segurança alimentar, a fim de gerar evidências para políticas; d) Considerar pesquisas antropométricas e qualitativas a serem consideradas as complexidades da questão e não simplificar estes fenômenos. e) Avaliar o impacto da migração em relação ao problema da fome e da insegurança alimentar, f) Trocar experiências ligadas ao desenvolvimento de guias alimentares, considerando as particularidades culturais de cada território.

Em relação à saúde mental, propôs-se desenvolver uma Agenda de investigação e ação no domínio do INS, refletindo sobre que tipos de investigação realizar, desenvolver um Workshop sobre fatores determinantes da saúde mental; criar um grupo de conselheiros profissionais sobre o tema da saúde mental e promover o intercâmbio de ferramentas e o fortalecimento de capacidades para ferramentas de diagnóstico de saúde mental, incluindo inquéritos e outros tipos de técnicas de diagnóstico rápido.

Em relação ao *papel dos Institutos em relação às mudanças climáticas*, propõe-se o intercâmbio de Planos Nacionais de Emergência, estabelecendo um workshop para gerar capacidades neste sentido, identificando possíveis especialistas que possam formar um comitê consultivo. É necessário desenvolver um Plano de Resposta às Alterações Climáticas e ao seu impacto na saúde na perspectiva do INS. A questão dos insumos necessários para o diagnóstico de doenças emergentes e reemergentes ou que possam ser agravadas pelo efeito das alterações climáticas foi levantada como fundamental.

É também importante trocar experiências dos países em relação aos impactos esperados em relação às doenças transmissíveis e não transmissíveis.

As alterações climáticas realçaram a importância de trabalhar para reforçar as capacidades entomológicas através do desenvolvimento de estratégias para o desenvolvimento do talento humano e da força de trabalho, bem como da promoção de uma Rede Entomológica entre o INS.

A questão da investigação sobre a resistência aos inseticidas surge como outra questão fundamental.

Um outro aspecto abordado foi sobre o fato da maioria dos INS ter revistas ou publicações científicas e uma forma de fortalecê-las poderia ser a realização de uma reunião dos editores para troca de experiências e boas práticas.

CEPAL: Novo estudo identifica que a região exporta 40% dos seus recursos extraíveis a um custo elevado devido à degradação ambiental que isso causa³⁰⁹

Um estudo sobre a América Latina e o Caribe revelou que essas regiões exportam mais do que o dobro do valor dos materiais que importam, correspondendo a 40% da extração anual. Isso ocorre devido à crescente demanda global por materiais, o que tem contribuído para a degradação ambiental e desigualdades sociais na área. No entanto, o estudo aponta que a adoção de estratégias de economia circular poderia reduzir em cerca de 30% o uso de materiais e as emissões de carbono na região. Além disso, essa transição poderia gerar mais de 8,8 milhões de empregos formais.

O relatório, chamado *Circularity Gap Report - América Latina e Caribe*, foi elaborado por instituições como a CEPAL, BID, BID Invest, ONUDI e a iniciativa PNUMA Global Opportunities for the Sustainable Development Goals GO4SDGs, com contribuições da Fundação Circle Economy. Ele analisa como os materiais são extraídos, utilizados e reciclados na região e estima o impacto potencial das estratégias de economia circular na redução do impacto ambiental e na criação de empregos.

³⁰⁹ <https://www.cepal.org/es/noticias/nuevo-estudio-identifica-que-la-region-exporta-40-sus-recursos-extraibles-un-alto-costo-la>

O estudo aponta que menos de 1% de todos os materiais consumidos na região são reutilizados como materiais reciclados, e o registro preciso é desafiador, já que até dois terços dos resíduos na região não são oficialmente contabilizados. Há falta de dados em áreas como poluição e despejo ilegal, o que prejudica o monitoramento efetivo dos resíduos pelos governos locais. O relatório enfatiza a importância de um acompanhamento rigoroso dos resíduos e sua inclusão nas contas oficiais.

Os governos locais são encorajados a reconhecer o valor dos princípios da economia circular, como agricultura regenerativa, redução de resíduos industriais e renovação de edifícios antigos em vez de construir novos. A implementação de estratégias circulares em setores como agroalimentar e manufatureiro poderia reduzir em um terço o uso de materiais e as emissões de carbono na região, promovendo um ambiente mais saudável e sustentável.

Além disso, o estudo estima que uma transição para uma economia circular poderia criar aproximadamente 8,8 milhões de empregos formais, formalizando posições de trabalho que atualmente são informais. No entanto, para aproveitar todo o potencial da economia circular, essa transição deve ser justa e inclusiva.

ORAS-CONHU participa de oficina sobre diminuição de desigualdades e alcance dos ODS³¹⁰

Nos dias 10 a 12 de outubro, foi realizada na Bolívia uma oficina regional para troca de experiências e conhecimentos sobre redução de desigualdades e apresentação da plataforma de monitoramento dos ODS3 na região. A reunião foi realizada sob o marco do projeto de Cooperação entre países para o desenvolvimento sanitário (CCHD), coordenado pela OPAS/OMS e ORAS-CONHU.

O evento contou a presença de autoridades do campo da saúde bolivianas, funcionários da OPAS e do ORAS-CONHU e membros da Mesa Andina Instersetorial de Concertação contra as Desigualdades em Saúde do ORAS-CONHU.

Na ocasião, a secretaria executiva do ORAS-CONHU, Maria del Carmen Calle, afirmou que

“Hoje tornamos realidade um sonho: continuamos unidos cimentando o trabalho coletivo, tão necessário e urgente, para reduzir desigualdades injustas. Recordemos que medir as desigualdades não é o fim, mas sim um meio para formular políticas públicas que restituam a justiça social e ambiental, a igualdade na garantia dos direitos e uma vida sã para todas as pessoas em todas as idades. É fundamental o intercâmbio regional e cooperação Sul-Sul, porque juntos somos mais fortes e juntos chegamos mais longe”

³¹⁰ Taller regional de intercambio de conocimientos y experiencias para la reducción de desigualdades | :: ORAS CONHU / Organismo Andino de Salud - Convenio Hipólito Unanue :: [Internet]. www.orasconhu.org. [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://www.orasconhu.org/es/taller-regional-de-intercambio-de-conocimientos-y-experiencias-para-la-reduccion-de-desigualdades>

SECOMISCA realiza ações com a temática de vigilância em saúde nas fronteiras³¹¹³¹²

Em parceria com o Centro para Controle e Prevenção de Doenças dos EUA, a Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (SECOMISCA) realizou, nos dias 3 a 6 de outubro, oficina para elaboração de planos de respostas a emergências de saúde pública em pontos de entrada da República Dominicana.

O objetivo da oficina foi elaborar planos para responder emergências em três pontos de entrada no território dominicano: o aeroporto de Punta Cana, o porto de Haina e a passagem terrestre de Jimani. A oficina tratou de planos de emergência e elaboração de procedimentos padronizados baseados em materiais harmonizados para os Estados Membros do SICA. O evento contou com o financiamento do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos.

Além do evento na República Dominicana, o SECOMISCA E O CDC também ofereceram um treinamento em saúde na Guatemala com o objetivo de fortalecer as capacidades em vigilância epidemiológica em pontos de entrada terrestre, marítimo e aéreo. Participaram representantes que trabalham em pontos limítrofes com Honduras, México, Belize e El Salvador e instituições como a Comissão Portuária nacional.

O Regulamento Sanitário Internacional foi utilizado como base para o treinamento, mas também os participantes assistiram falas sobre considerações específicas para diferentes pontos de entrada, sobre o kit de ferramentas de conectividade da população além das fronteiras, avaliação de riscos em viajantes doentes, planejamento de respostas a emergências de Saúde Pública, elaboração de procedimentos operacionais padronizados e estratégias de capacitação técnica em saúde fronteiriça para seus pontos de entrada.

Como no evento na República Dominicana, o treinamento na Guatemala recebeu apoio financeiro do Centro para o Controle e Prevenção de Doenças do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA para sua realização.

OTCA realiza evento para discutir a implementação da Declaração de Belém³¹³³¹⁴

No dia 17 de outubro, a OTCA e a Plataforma Cipó realizaram o workshop “Cooperação internacional pela Amazônia: caminhos para a implementação da Declaração de Belém”. O evento foi a primeira reunião para discussão de estratégias de implementação dos compromissos definidos na Declaração de Belém, documento final da Cúpula Amazônica. Os

³¹¹ SE-COMISCA y CDC desarrollan el Entrenamiento Maestro en Salud de las Fronteras en Guatemala [Internet]. Sica.int. 2023 [cited 2023 Oct 20]. Available from: https://www.sica.int/noticias/se-comisca-y-cdc-desarrollan-el-entrenamiento-maestro-en-salud-de-las-fronteras-en-guatemala_1_133101.html

³¹² SE-COMISCA y CDC realizan Taller de elaboración de Planes de Respuesta a Emergencia de Salud Pública en Puntos de Entrada de República Dominicana [Internet]. Sica.int. 2023 [cited 2023 Oct 20]. Available from: https://www.sica.int/noticias/se-comisca-y-cdc-realizan-taller-de-elaboracion-de-planes-de-respuesta-a-emergencia-de-salud-publica-en-puntos-de-entrada-de-republica-dominicana_1_133058.html

³¹³ Montalvan F. Workshop “Cooperação internacional pela Amazônia: caminhos para a implementação da Declaração de Belém” [Internet]. OTCA. 2023 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <http://otca.org/pt/workshop-cooperacao-internacional-pela-amazonia-caminhos-para-a-implementacao-da-declaracao-de-belem/>

³¹⁴ Rodrigues N. Declaração de Belém fortalece a cooperação para a gestão da água na Amazônia [Internet]. OTCA. 2023 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <http://otca.org/pt/declaracao-de-belem-fortalece-a-cooperacao-para-a-gestao-da-agua-na-amazonia/>

temas que compõe o documento são: desenvolvimento sustentável, o combate ao desmatamento, a cooperação policial amazônica e a “coalização verde” para investimentos na região.

Dentre os importantes pontos de destacados pela Declaração, a gestão de recursos hídricos ganha destaque. No documento foram delineados 4 objetivos principais: assegurar o direito da população à água potável e ao saneamento; buscar aperfeiçoamento da gestão integrada dos recursos hídricos; garantir a sustentabilidade dos sistemas hídricos diante dos impactos de desastres naturais e mudanças climáticas e a promover e fortalecer ações que garantam a qualidade da água para consumo humano.

Para consecução desses objetivos, algumas ações foram estabelecidas a criação da Rede Amazônica de Autoridades de Água, aprimorar as capacidades nacionais de monitoramento para a geração de alertas de riscos ambientais, desastres e eventos extremos de natureza hidrometeorológica através de estudos e pesquisas técnico-científicas conjuntas entre outras.

No workshop estavam presentes autoridades da União Europeia, da CEPAL e da República do Congo e da Indonésia. Além de autoridades, representantes da sociedade civil, funcionários de órgãos brasileiros também estavam presentes.

Câmara dos deputados brasileira aprova a entrada da Bolívia no Mercosul³¹⁵

Quarta feira dia 18 de outubro por 323 votos a 98, a Câmara dos deputados aprovou o protocolo de adesão para a entrada da Bolívia no Mercosul. E agora o protocolo segue para votação no Senado.

O acordo de entrada da Bolívia foi assinado em 2015 mas precisava ser aprovado pelos parlamentos nacionais dos membros do bloco. O presidente em exercício da Câmara, Marcos Pereira, lembrou que “O Brasil, aliás, eu sou membro do Parlasul, é o único país do Mercosul que ainda não o aprovou. Só falta isso para que aconteça o ingresso deste País. O prazo expira em dezembro deste ano. Eu acho que isso é muito ruim para o País”

Segundo o protocolo de adesão, a Bolívia deve adotar o acordo normativo vigente do Mercosul de forma gradual, em no máximo quatro anos a partir da data de entrada no bloco. No mesmo prazo, o país deve adotar a nomenclatura comum do Mercosul, a tarifa externa comum e o regime de origem do bloco.

Brasil e Colômbia discutem plano comum para enfrentamento de seca na região Amazônica³¹⁶

Em 19 de outubro, o presidente Lula entrou em contato com Gustavo Petro por telefone para discutir sobre a estiagem que se impôs em várias regiões da América do Sul e, particularmente, na região Amazônica. Na ocasião, o presidente colombiano propôs uma reunião que além de Brasil e Colômbia também estivessem presentes representantes do Equador e da Venezuela para a elaboração de um plano comum de enfrentamento da seca.

³¹⁵ Câmara aprova entrada da Bolívia no Mercosul; texto vai ao Senado [Internet]. G1. 2023 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/10/18/camara-aprova-entrada-da-bolivia-no-mercosul-texto-vai-ao-senado.ghtml>

³¹⁶ Lula conversa por telefone com o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, sobre seca na Amazônia [Internet]. Planalto. [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/10/lula-conversa-com-o-presidente-da-colombia-gustavo-petro-sobre-seca-na-amazonia>

Além disso, os dois presidentes concordaram com a importância de paz no Oriente Médio e sobre o desenrolar positivo do acordo entre o governo venezuelano e a oposição para a realização de eleições no país ano que vem.

Equador já conhece seu novo presidente, Daniel Noboa³¹⁷.

Nos últimos dias, o povo equatoriano foi às urnas e votou pelo sucesso da candidatura de Daniel Noboa. Noboa obteve 52,1% dos votos no segundo turno e derrotou sua oponente, a correísta Luisa Gonzalez.

Após uma corrida eleitoral marcada por violência política, o mandato de Noboa começará em dezembro e durará até maio de 2025. Essa curta estadia no poder se deve ao cumprimento do mandato de Guillermo Lasso que dissolveu a Assembleia Nacional e convocou eleições antecipadas.

A chegada ao poder de Noboa foi uma surpresa, dado que até a morte de Villavicencio, o candidato não figurava nas primeiras posições das pesquisas eleitorais. Cientistas políticos afirmam que Noboa conseguiu angariar votos a partir de sua postura de neutralidade em debates eleitorais e traquejo com mídias sociais.

Em sua candidatura, Noboa apresentou propostas baseadas na superação do desemprego através do incentivo para empresas privadas possam gerar novos postos de trabalho e versou sobre a necessidade de uma “mão dura” contra o crime e “devolução de paz às famílias”, apresentando propostas como prisões flutuantes e penalizar o consumo de drogas em pequena escala e criar sistema de juris para delitos graves entre outros.

Por fim, Noboa deve encontrar dificuldades na Assembleia para aprovar suas propostas, pois a grande maioria dos deputados são oposicionistas. Segundo o jornalista Cazar Baquero, Noboa deve legislar negociando com deputados mais próximos ao governo e apresentará projetos de leis urgentes cada mês para pressionar a Assembleia.

Primárias na Venezuela: primeiro passo na direção da democracia?³¹⁸

Após meses de negociações, a entidade independente da Comissão Nacional Primária (CNP) conseguiu realizar as eleições primárias em 22 de outubro, unindo a oposição sob um único candidato. Essas primárias representaram as primeiras desde 2012 e ofereceram aos eleitores a escolha entre nove candidatos. María Corina Machado emergiu como a vencedora, com expectativas de enfrentar o oficialismo nas eleições presidenciais, possivelmente encerrando uma década de governo de Nicolás Maduro.

Embora ainda não haja dados oficiais consolidados, os organizadores comemoraram a alta taxa de participação nas primárias, que superou as expectativas, levando ao esgotamento das três milhões de cédulas impressas. Entretanto, houve um atraso na divulgação dos resultados devido ao bloqueio de um servidor de contagem de votos, levantando alegações de censura.

As eleições presidenciais na Venezuela estão programadas para o segundo semestre de 2024, mas María Corina Machado enfrenta uma inelegibilidade de 15 anos imposta pelo

³¹⁷ Daniel Noboa, la meteórica carrera política del joven empresario que triunfó en lo que su padre fracasó 5 veces y será presidente de Ecuador [Internet]. BBC News Mundo. 2023 [cited 2023 Oct 20]. Available from: <https://www.bbc.com/mundo/articles/c3g34ny7wn5o>

³¹⁸ <https://www.bbc.com/mundo/articles/cp64p2lpg7yo>

governo. Negociações entre o governo, a oposição e os Estados Unidos estão em andamento, com este último condicionando a suspensão temporária das sanções econômicas à reversão das inelegibilidades. A realização das primárias é vista como um primeiro passo para fortalecer a democracia venezuelana, apesar das incertezas que cercam as eleições presidenciais.

OEA e Panamá assinam acordo para fortalecer a assistência humanitária e a proteção aos refugiados na região de Darién³¹⁹

Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Governo da República do Panamá, em colaboração com o Ministério do Governo e a Fundação Ciudad del Saber, formalizaram um acordo marcando o início do projeto “Fortalecimento da assistência humanitária, integração e proteção de refugiados, solicitantes de refúgio e comunidades de acolhimento em Darién”, alinhado com o Plano de Ação Nacional MIRPS, com destaque especial para crianças, adolescentes e mulheres. Este projeto será realizado entre 2023 e 2024 e conta com financiamento do Fundo do Marco Integral Regional para a Proteção e Soluções de Deslocamento Forçado na América Central e México (Fundo MIRPS), estabelecido dentro da OEA e gerenciado pelo seu Departamento de Inclusão Social.

O projeto tem como alvo mais de 800 refugiados e solicitantes de refúgio na província de Darién, especificamente em áreas como Metetí, Alto Playona, Boca de Cupé e Comarca Emberá (Canaan Membrillo e Bajo Chiquito). Isso será feito através da distribuição de kits de assistência humanitária básica para saúde e higiene, levando em consideração as necessidades específicas de mulheres, homens e crianças; kits escolares para crianças e adolescentes; bem como oferecendo treinamento em microempresas e fornecimento de equipamento básico para empreendedoras locais. Essa iniciativa é parte do primeiro portfólio de projetos do Fundo MIRPS, que se tornou possível devido à contribuição pioneira da Espanha.

A cerimônia de assinatura do acordo contou com a presença de várias autoridades, incluindo o Ministro do Governo do Panamá, o Representante da OEA no Panamá, o Embaixador da Espanha no Panamá, o Diretor para as Américas do ACNUR, a Coordenadora Regional do Fundo MIRPS e a Diretora de Relações Públicas da Fundação Ciudad del Saber. O Fundo MIRPS é um mecanismo essencial para arrecadar e direcionar recursos financeiros a fim de atender aos desafios do deslocamento forçado na região, visando a proteção e o bem-estar das pessoas deslocadas e das comunidades que as recebem. Isso também assume uma importância crucial no contexto da pandemia de COVID-19, que intensificou as necessidades de proteção e assistência nas comunidades afetadas. O MIRPS, composto pelo ACNUR e pela OEA, facilita a cooperação regional entre países em relação ao deslocamento forçado na América Central e México.

³¹⁹ https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-063/23

Em busca do acesso universal à saúde

In search of universal access to health

Augusto Paulo Silva

Manuel Mahoche

Tomé Cá

Felix Rosenberg

Abstract. *The African Union strengthens policies to address labour migration. Holistic control of aflatoxins in selected countries. The New Deal to transform CDC Africa into a world-class, self-sufficient institution in alignment with universal access, the SDGs and Agenda 2063. GAVI and the African Union strengthen partnerships for access to and accelerated adoption of vaccines by 2030. WHO AFRO promotes regional conference on financing universal access and health security in Africa.*

Keywords: *African Union. Africa CDC. WHO AFRO. GAVI. Migration.*

Resumo: A União Africana fortalece políticas de abordagem à migração laboral. controle holístico de aflatoxinas em países selecionados. O New Deal para transformar o CDC África em instituição de nível internacional, autossuficiente e em alinhamento com o acesso universal, os ODS e a Agenda 2063. GAVI e União Africana reforçam parcerias para acesso e adoção acelerada de vacinas até 2030. OMS AFRO promove conferência regional sobre financiamento de acesso universal e segurança sanitária na África.

Palavras-chave: União Africana. CDC África. GAVI. Migração laboral. OMS AFRO.

União Africana

União Africana, OIM e parceiros inauguram série diplomática em Indaba (Adi) sobre migração, migração e desenvolvimento do trabalho

A Comissão da União Africana, em estreita colaboração com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), os Estados Membros da União Africana, as Comunidades Económicas Regionais e outros parceiros, inaugurou em 10 de outubro a série [Indaba \(Adi\)](#) diplomática africana sobre migração.

A Adi é conceituada como uma plataforma que visa unir especificamente os membros do corpo diplomático e parlamentares com líderes para discussões políticas coletivas que moldem a governança da migração e migração laboral na África.

A sessão inaugural da Adi, organizada na sede da União Africana em Addis Abeba, testemunhou a reunião de líderes ilustres, incluindo o vice-presidente da AUC, Dr. Monique Nsanzabaganwa, o recém-eleito diretor-geral da OIM, Sra. Amy Pope, H.E. Rose Sakala, Embaixadora da Zâmbia na Etiópia (Representante do actual Presidente do Comité Técnico Especializado para as Migrações, os Refugiados e os Deslocados Internos), representantes dos Estados-Membros da UA, A OIM, a Comissão Económica das Nações Unidas para a África

(UNECA), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e várias organizações de desenvolvimento.

"Esta iniciativa foi conceituada como um prenúncio do posicionamento dos grupos africanos localizados em jurisdições geográficas estratégicas em todo o mundo, que têm a responsabilidade de negociar e avançar a posição política africana relativa ao discurso da política de migração e migração do trabalho", disse o Dr. Monique Nsanzabaganwa.

Imagem 1: Sessão inaugural de Adi.



Fonte: União Africana, 2023.

Representando o Ministro de Assuntos Internos e Segurança Interna da Zâmbia, Jack Mwiimbu, a Embaixadora Rose Sakala observou que Adi servirá como um catalisador para mudar a narrativa sobre migração e permitir que a África apresente sua perspectiva no cenário global.

Delegados engajados em discussões relativas a questões políticas em torno do retorno, readmissão e reintegração (RRR, *return, readmission and reintegration*) de migrantes, destacando especificamente a proteção dos migrantes que retornam ao trabalho, com base nas principais conclusões e recomendações dos estudos de RRR, e explorar os conhecimentos dos Estados-Membros sobre a política e as práticas em matéria de governança da migração.

Em seus comentários, a Diretora-Geral da OIM, Amy Pope, pediu soluções de migração mais abrangentes, inclusivas e estratégicas e políticas de mobilidade humanas.

"Vias regulares podem tornar a migração mais segura e reduzir a migração insegura e irregular, melhorar a capacidade de identificar quem entra, transita e permanece em um território, responder às necessidades do mercado de trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável, As salvaguardas regulatórias contra práticas antiéticas e exploradoras de recrutamento de trabalhadores migrantes que afetam negativamente a qualidade do emprego, as condições de emprego, o acesso a trabalho e vida decentes e o reconhecimento adequado de habilidades devem ser construídas dentro desses caminhos", afirmou a senhora Pope.

Nos últimos anos, a África tem testemunhado a evolução dos padrões de migração, marcando um fenômeno dinâmico e cada vez mais complexo. "As nações precisam aproveitar as vantagens decorrentes das ligações entre migração e desenvolvimento à medida que o continente se esforça para realizar as metas estabelecidas na Agenda 2063", observou o senhor Sabelo Mbokazi, Chefe da Divisão de Trabalho, Emprego e Migração da Comissão da União Africana.

Para certas comunidades, a migração evoluiu para uma estratégia vital de sobrevivência, criando a necessidade de uma voz unida sobre a centralidade dos direitos humanos na gestão da migração. "Infelizmente, hoje o mundo está profundamente polarizado pelos debates em curso sobre Migração. O que está claro é que a África está ficando cada vez mais fragmentada devido à influência externa e opiniões divergentes sobre formas de gerenciar a migração internacional", observou Monique Nsanzabaganwa.

"A OIM está pronta para apoiar as necessidades da Cooperação Sul-Sul", disse a senhora Pope, enfatizando a importância do desenvolvimento de capacidades com os governos para garantir o cumprimento do direito internacional em todo o espectro de retorno, incluindo a readmissão. Isso é conseguido através da facilitação da cooperação entre os Estados em matéria de regresso e readmissão e da prestação de aconselhamento político e soluções técnicas para a gestão do regresso", finalizou.

O Adi é lançado num momento em que a migração e a mobilidade humana desempenham um papel crucial na formação de discussões geopolíticas e socioeconômicas globais. Todos os parceiros se comprometeram a sustentar a plataforma Adi para harmonizar ideias e defender uma migração segura, regular, digna e humana em solidariedade com uma voz unificada.

Esforços de mitigação de aflatoxinas estendidos para mais 12 países

Realizou-se em Lusaka, Zâmbia, um [workshop](#) de capacitação sobre "Apropriação do quadro estratégico da União Africana para o controlo holístico das aflatoxinas", na sequência da sua validação como modelo para novos esforços de mitigação de aflatoxinas nos Estados-Membros pela 36ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo de fevereiro de 2020.

O *workshop*, realizado de 1 a 3 de outubro, em Lusaka, na Zâmbia, contou com a participação de 12 países recém-selecionados para a implementação da próxima fase de mitigação de aflatoxinas usando o referido quadro. Eles incluem Angola, Benim, Burkina Faso, Camarões, Egito, Etiópia, Gana, Quênia, Mali, Ruanda, Togo e Zâmbia, bem como os dos seis países piloto de sucesso: Malawi, Nigéria, Tanzânia, Gâmbia, Uganda e Senegal para o conhecimento e compartilhamento de informações. Alguns membros da academia e da comunidade científica estavam presentes.

As aflatoxinas são toxinas nocivas que podem infectar produtos agrícolas como amendoim, milho, arroz e sorgo e, se consumidas em grandes quantidades, podem levar a condições médicas graves, como câncer. A presença de contaminação por aflatoxina criou desafios significativos para a saúde, comércio e agricultura na África. Portanto, em outubro de 2012, o Conselho Executivo da União Africana aprovou a criação da "Parceria para o controle de Aflatoxinas na África (PACA, *Partnership for Aflatoxin Control in Africa*)" como um programa para ajudar a coordenar e apoiar os esforços para gerenciar e reduzir as aflatoxinas no continente.

Para começar, a PACA selecionou seis países-piloto: Malawi, Nigéria, Tanzânia, Gâmbia, Uganda e Senegal. Encorajado pelo seu sucesso, um quadro estratégico chamado "Apropriação do Quadro Estratégico da UA para o Controle Holístico de Aflatoxinas" foi desenvolvido para orientar ainda mais a implementação dos esforços de mitigação de aflatoxinas no continente.

O *workshop*, portanto, concentrou-se no seguinte:

❖ sucessos e desafios na implementação do modelo liderado pelo país - os processos de envolver os atores do país para identificar, projetar e implementar esforços de mitigação de aflatoxina numa abordagem de cinco fases;

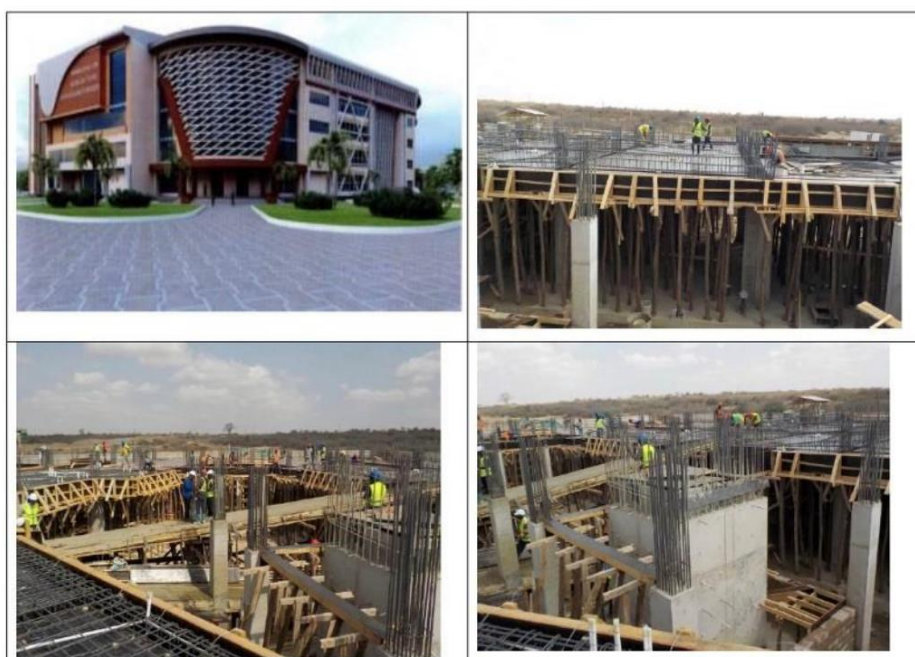
❖ identificação de formas de intensificar o modelo de controlo de aflatoxinas liderado por um país em todos os 55 Estados-Membros da UA;

❖ o desenvolvimento de um roteiro sobre a forma de implementar o quadro para aumentar o controlo de aflatoxinas no continente.

O encontro foi, portanto, caracterizado por uma série de apresentações, painéis de discussão entre outros, sobre como os 12 novos países podem lançar com sucesso suas intervenções, incluindo a conscientização, pesquisa formativa, mobilização de recursos, abordagens de implementação baseadas no *framework*.

Chiluba Mwape, um consultor da SPS (*Sanitary and Phytosanitary*, Comissão Sanitária e Fitossanitária) da União Africana, discursando na cerimónia de abertura, indicou que a mitigação das aflatoxinas foi incluída na estratégia mais ampla de segurança alimentar para garantir que recebe a máxima atenção. Ele explicou que abordar a segurança alimentar, incluindo a aflatoxina, é um requisito importante para alcançar o 'Compromisso de Malabo' dos líderes africanos para melhorar a segurança alimentar no âmbito do Programa Integrado de Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP, *Comprehensive Africa Agriculture Development Programme*).

Imagem 2: Construção de um Laboratório Central para análise de aflatoxinas na Tanzânia.



Fonte: União Africana, 2023.

O ponto alto da reunião e um motivador para os 12 países foi a história de sucesso dos esforços de mitigação de aflatoxinas da Tanzânia, um dos países-piloto. Com apoio técnico da PACA-AUC, a Tanzânia conseguiu reunir fundos num total de US \$ 35,32 milhões (US \$ 20 milhões do *Global Agriculture and Food Security Program* - GAFSP, US \$ 13 milhões de empréstimo do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e US \$ 2,32 milhões do Governo da

Tanzânia) para implementar um projeto de cinco anos, 2019-2025, designado de Iniciativa da Tanzânia para a prevenção da contaminação por Aflatoxina (TANIPAC, *Tanzania Initiative for Preventing Aflatoxin Contamination*).

Segundo Clepin Josephat, Coordenador Nacional, o projeto visa beneficiar 67.960 indivíduos. Isso inclui 679 trabalhadores de extensão, 60.000 agricultores, 5.000 comerciantes, processadores, transportadores e PMEs, 420 jovens artesãos, 200 jornalistas e 1.160 líderes nos níveis local e central do Governo. Ele explicou que o sucesso de qualquer iniciativa de aflatoxina requer uma forte conscientização pública sobre a aflatoxina e, mais importante, a adesão e o apoio do Governo.

CDC África: Um New Deal em saúde pública

O novo Diretor-Geral do CDC África acaba de publicar um artigo para dar a conhecer um [*New Deal*](#) com esta visão: ser uma instituição de nível internacional, autossustentável e em alinhamento com o acesso universal à saúde, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2063 da União Africana.

Esse *New Deal* considera prioritário o combate às doenças infecciosas enquanto principais causas de mortalidade e morbidade na África. O impacto de doenças conhecidas, emergentes e reemergentes, como malária, tuberculose, HIV/AIDS e outras, estão causando sofrimento e mortalidade a uma grande proporção das populações em países de baixa e média renda em geral, e na África em particular. Mais de 227 milhões de anos de vida saudável foram perdidos com uma perda de produtividade anual superior a US \$ 800 bilhões na África. Com a desnutrição contribuindo para as doenças, as cinco maiores causas de mortalidade na África são infecções respiratórias agudas, HIV/AIDS, diarreia, malária e tuberculose - sendo responsáveis por cerca de 80% da carga total de doenças infecciosas e afetando mais de 6 milhões de pessoas todos os anos.

A pandemia de Covid-19 afetou significativamente vidas, meios de subsistência e economias na África. Já ceifou mais de 250 mil vidas e com mais de 12 milhões de casos notificados. O CDC África liderou uma resposta pandêmica continental, concebendo estratégias adequadas que visavam os desafios únicos e a epidemiologia diversificada da doença. Apesar dos desafios, a resposta foi rápida e unificada, com forte apoio público para medidas de segurança. Ele aprendeu significativamente com as experiências de surtos passados, como o Ebola e a pólio.

À medida que o continente emerge da pandemia de Covid-19, enfrenta várias emergências de saúde pública, incluindo doenças infecciosas emergentes e reemergentes, como Ebola, Marburgo, cólera, meningite, o sarampo, Mpox, febre amarela, dengue e febre do vale do Rift. Vários fatores contribuem para o aumento de doenças infecciosas emergentes na África, com mais de 100 surtos de doenças relatados todos os anos. Esses surtos são exacerbados pela interrupção dos serviços de saúde pela pandemia Covid-19, desafios econômicos que afetam o investimento em saúde, mudanças climáticas e nos ecossistemas, rápido crescimento populacional, urbanização crescente, acesso limitado a água potável e saneamento, desigualdade social e instabilidade, entre outros fatores. Ainda há muito a ser feito para alcançar a transmissão zero e eliminar a malária, a tuberculose e o HIV/AIDS na África. Os desafios cada vez maiores e a complexidade das doenças infecciosas exigem sistemas de saúde fortes e resilientes que melhorem a qualidade dos serviços de saúde em todo o continente. O apoio financeiro adequado para fortalecer as instituições e laboratórios de saúde pública

também é fundamental para preparar, detectar e responder efetivamente às doenças infecciosas emergentes e reemergentes.

As doenças não transmissíveis, como o câncer, as doenças cardiovasculares e a diabetes, estão a aumentar significativamente em África. A proporção de óbitos por DNT aumentou de 24% em 2019 para 37% em 2020. O CDC África desenvolveu estratégias para as DNT, incluindo o reforço da capacidade de desenvolver e implementar políticas para as prevenir, proteger e gerir; defesa política para um melhor financiamento; desenvolvimento da força de trabalho; e maior acesso a tecnologias essenciais, medicamentos e diagnósticos na África.

As mudanças climáticas estão entre as ameaças à saúde mais significativas que o continente africano enfrenta. Com o aumento das temperaturas, mudanças ambientais e ecológicas, o perfil da doença continental está mudando. A inundação das monções de 2023 no Malawi e em Moçambique agravou o surto de cólera, levando ao maior e mais mortal surto no Malawi. É fundamental para a África dispor de sistemas de saúde resistentes ao clima com a máxima urgência. As necessidades não satisfeitas de saúde sexual e reprodutiva, desnutrição, lesões e saúde mental também permanecem grandes desafios de saúde na África.

Em fevereiro de 2022, a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da União Africana elevou o CDC África à uma instituição autônoma de saúde pública. Apesar dos seus sucessos iniciais, deve melhorar as suas ações para satisfazer as exigências substanciais que lhe são impostas. Isso implica a montagem de uma equipe de especialistas renomados e unidades confiáveis de resposta rápida no terreno. O financiamento adequado e a alocação eficiente de recursos são cruciais. O CDC contribuirá para fortalecer as instituições nacionais para detectar, prevenir e controlar doenças, alinhando-se com a cobertura universal de saúde, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2063 da União Africana. Para conseguir isso, propõe agora o *New Deal* focado em governança, desempenho e responsabilidade. Trata-se de integrar tecnologias digitais e inteligência em saúde pública e estabelecer parcerias eficazes. Utilizará indicadores de desempenho para assegurar um alinhamento e coordenação transparentes e responsáveis das intervenções e dos recursos.

Este *New Deal* será fundamental para implementar a Nova Ordem de Saúde Pública. Trabalhando em conjunto com uma variedade de partes interessadas, integrará os ativos de saúde pública do continente. Para isso, são necessárias as seguintes ações:

Em **primeiro** lugar, reforçar a capacidade de combater as doenças infecciosas, reforçando as capacidades de preparação e resposta, a avaliação dos riscos e a prevenção das doenças. Isso inclui o estabelecimento de mecanismos comuns de aquisição de medicamentos, depósitos de medicamentos sub-regionais e suprimentos médicos.

Em **segundo** lugar, acelerar a digitalização do biomonitoramento, da telemedicina e do gerenciamento de dados de saúde em tempo real para promover os sistemas de saúde. Tal permitirá um acesso equitativo à telemedicina e à biomonitorização e simplificará a gestão do programa e a capacidade de resposta às epidemias.

Em **terceiro** lugar, melhorar a colaboração com parceiros público-privados e comunidades africanas em todos os níveis de intervenção, por exemplo, expandindo parcerias para acelerar a transformação da saúde digital em África e envolvendo representantes políticos de alto nível para defender o financiamento da saúde.

Em **quarto** lugar, elevar a conscientização entre diferentes públicos, incluindo o setor privado, governos e organizações comunitárias. Diversos canais de comunicação e atividades, como esportes, cultura e negócios, promoverão a visão do CDC África e criarão confiança.

Em **quinto** lugar, implementar mecanismos de financiamento inovadores. O CDC mobilizou com sucesso recursos de instituições e investimentos privados para projetos específicos, empregando um modelo de financiamento misto. A introdução de mecanismos de financiamento sustentáveis, como um imposto aéreo africano, pode fortalecer autonomia e capacidade de ação.

Em **sexto** lugar, expandir a indústria de produtos de saúde, inovação tecnológica e fabricação. Garantir a segurança do fornecimento de produtos de saúde da África requer a localização da fabricação de vacinas prioritárias, medicamentos e diagnósticos.

O CDC África lidera o continente na abordagem aos desafios de segurança da saúde. Visa melhorar e tornar-se mais eficaz, eficiente e confiável no apoio aos Estados-Membros e integrará as cinco ações-chave da Nova Ordem de Saúde Pública nste *New Deal* e, assim, cumprir o seu mandato.

Profissionais de laboratório capacitados em Gestão de Biorisco

Imagem 3: Participantes da oficina sobre Gestão de Biorisco.



Fonte: CDC África, 2023.

O Centro Regional de Coordenação da África Central do CDC África organizou, de 9 a 13 de outubro, em Douala, nos Camarões, uma [oficina regional de treinamento em Gestão de Biorisco](#) nos laboratórios, utilizando a abordagem "uma saúde". Esta ação de capacitação, que se inscreve no âmbito do reforço da Rede Integrada de Vigilância e de Laboratórios (RISLNET, *Réseau intégré de surveillance et de laboratoires*) da África Central, reuniu 25 profissionais de laboratório de saúde humana, animal e ambiental de sete Estados-Membros da região da África Central.

Criada em novembro de 2018, a RISLNET da África Central tem como principais objetivos coordenar e integrar as atividades dos laboratórios de saúde pública, vigilância e resposta a emergências e facilitar a cooperação em rede entre os Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSP), estabelecimentos universitários, laboratórios privados e públicos, centros de excelência, organizações não governamentais e da sociedade civil e serviços veterinários. Este dispositivo

desempenha um papel decisivo na redução do risco de propagação de doenças infecciosas entre Estados-Membros da União Africana.

“A organização desta oficina de treinamento em Gestão de Biorisco para a região da África Central se inscreve em um dos objetivos específicos do RISLNET, que é desenvolver as habilidades de saúde pública para o pessoal de saúde de primeira linha, dando aos profissionais de laboratório conhecimentos sobre medidas de biossegurança e bioproteção. O Centro de Coordenação Regional da África Central do CDC África congratula-se com a participação efetiva de uma grande maioria dos seus Estados-Membros nesta formação que lhes permitirá, a prazo, cumprir as exigências em matéria de biossegurança e de biossegurança”, indicou Mbouna Ndong Armel, agente técnico sênior responsável pelos laboratórios.

Os 25 participantes são os representantes do Burundi, dos Camarões, do Congo, da Guiné Equatorial, da República Centro-Africana, de São Tomé e Príncipe e do Chade. A caracterização e a avaliação dos riscos biológicos, as boas práticas de trabalho laboratorial, a avaliação dos riscos ligados à biossegurança e à bioproteção, a eliminação dos resíduos biológicos em laboratório ou ainda o estabelecimento dos objetivos, funções, responsabilidades e indicadores de desempenho relacionados com a gestão de bioriscos são, entre outros, os módulos que foram administrados durante quatro dias.

“Como veterinário, esta capacitação é importante para mim, pois permitiu-me adquirir noções de biossegurança e bioproteção a implementar tanto no meu laboratório de diagnóstico veterinário como durante as nossas intervenções, nomeadamente nos matadouros, nos estabelecimentos de armazenagem, conservação e transformação dos produtos de origem animal”, declarou Dr Lussakumu Aude Prisca, chefe de Serviço de Controlo da Qualidade no Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca do Congo.

Declaração conjunta sobre o plano de ação para a expansão equitativa da imunização

Imagem 4: Participantes do fórum CDC África-Gavi.



Fonte: CDC África, 2023.

A Comissão da União Africana (AUC), o CDC África e a Gavi, concluíram um [fórum](#) para delinear uma via destinada à uma ampla colaboração no alinhamento do [Memorando de Entendimento](#) tripartido assinado entre as duas instituições em maio passado. Através desse MoU, as três organizações comprometem-se a aumentar o acesso e acelerar a adoção de vacinas que salvem vidas em todos os Estados-Membros da União Africana, alavancando seus recursos coletivos, experiência e redes expansivas para abordar de forma colaborativa uma ampla gama de questões de saúde.

A liderança sénior das três organizações, bem como os peritos técnicos, contribuíram para as sessões orientadas para a ação, que foram alinhadas nas seguintes questões transversais:

- ❖ Promover sistemas sustentáveis e equitativos de imunização, incluindo atingir crianças com dose zero, superar barreiras e construir uma força de trabalho de saúde resiliente;
- ❖ Construir a confiança do público na imunização, incluindo a geração de demanda e mudança de comportamento social, e alinhar as comunicações e a defesa relacionadas à imunização;
- ❖ Realizar a visão continental para expandir a fabricação de vacinas na África, incluindo a facilitação de caminhos regulatórios eficientes e autorizações oportunas de vacinas e farmacovigilância eficiente e eficaz;
- ❖ Fortalecimento da capacidade de diagnóstico e vigilância de doenças para doenças evitáveis por vacinas propensas a epidemias.

Além dessas discussões, as delegações também se envolveram em discussões preliminares sobre o projeto do próximo período estratégico de cinco anos da Gavi, "Gavi 6.0", que será executado de 2026 a 2030, bem como formas de alinhar as atividades de prevenção, preparação e resposta à pandemia. A delegação da Comissão da União Africana e do CDC África foi liderada pelo Dr. Ahmed Ogwel Ouma, e a da Gavi por Pascal Barollier, *Chief Engagement Officer* e Thabani Maphosa, *Managing Director, Country Programmes Delivery*.

"Nos reunimos para dar vida ao MoU tripartido e garantir a saúde do continente africano. Comprometemo-nos a trabalhar em sinergia e dar a África resultados tangíveis para a imunização no menor tempo possível", disse Ahmed Ogwel Ouma, Diretor-Geral Adjunto do CDC África.

"O trabalho que nossas organizações realizam está intrinsecamente ligado, e é fundamental que nos juntemos para servir a visão continental da União Africana para a saúde pública, a Nova Ordem de Saúde Pública", disse Thabani Maphosa, Diretora Geral de Entrega de Programas Nacionais da Gavi, acrescentando que "o workshop desta semana foi o momento de transformar nosso profundo compromisso com a colaboração em um plano de ação tangível. A Gavi orgulha-se de ser um parceiro da Comissão da União Africana e do seu CDC, e estamos entusiasmados por expandir esta parceria em tantos aspectos do nosso trabalho."

OMS AFRO: Conferência regional de África sobre o financiamento do acesso universal e segurança sanitária

A [Conferência Regional de África](#) sobre o Financiamento da Cobertura Universal de Saúde e da Segurança da Saúde realizou-se no Gana com um apelo aos países para que reforcem o investimento no setor da saúde para reduzir os encargos com as pessoas.

"A COVID-19 demonstrou que quando a saúde está em risco, tudo está em risco. Portanto, o investimento em saúde também é um investimento na proteção de nossas sociedades e economias", declarou o Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, em seu discurso aos delegados.

A conferência, que foi organizada pelo Ministério da Saúde do Gana, pela OMS e pela Autoridade Nacional de Seguro de Saúde do Gana (NHIA, *National Health Insurance Authority*) com o apoio de outros parceiros, teve como objetivo reunir 30 dos 47 países africanos da OMS AFRO para partilhar ideias e experiências sobre como superar as barreiras financeiras e fornecer proteção de risco financeiro para um resultado melhor e rentável.

Proferindo as primeiras declarações, o Ministro da Saúde do Gana, Hon Kwaku Agyeman-Manu, pediu aos governos africanos que encontrassem soluções adequadas para garantir que as populações sejam protegidas de despesas catastróficas, tendo afirmado "Precisamos de reformas para melhorar a segurança sanitária da região, contribuir significativamente e impactar positivamente na preparação e resposta a emergências de saúde pública e contribuir para a Agenda Global de Segurança da Saúde".

Num discurso lido em seu nome pelo Representante da OMS em Gana, Francis Kasolo, a Diretora Regional da OMS para África, Matshidiso Moeti, pediu maior vontade política e ação concertada necessária para acelerar a expansão do acesso aos serviços e reverter a tendência de agravamento das dificuldades financeiras no continente sublinhando: "Precisamos ampliar a cobertura dos mecanismos de proteção social para as pessoas e continuar a aproveitar todas as oportunidades para defender o aumento do investimento em saúde e traduzir o compromisso dos governos com a saúde em realidade."

Imagem 4: Participantes da Conferência Regional.



Fonte: OMS AFRO, 2023.

O Prof. Edwine Barasa, Diretor Executivo Adjunto do Programa de Pesquisa KEMRI-Wellcome Trust, diz que Ruanda, Gana, Gabão e Burundi são os únicos quatro países africanos com mais de 20% de cobertura com qualquer tipo de seguro de saúde, embora a cobertura geral

de seguro de saúde na África seja baixa. "Apenas quatro países têm níveis de cobertura para qualquer tipo de seguro de saúde acima de 20% (Ruanda- 78%, Gana- 58,2%, Gabão- 40,8% e Burundi- 22,0%", revelou o professor Barasa.

O Prof. Barasa, no entanto, acusou as autoridades de seguro de saúde na África Subsaariana e outros países de renda baixa/ média (LMICs) de adotarem o seguro de saúde obrigatório como mecanismo sustentável e viável para mobilizar recursos para o setor da saúde. O Prof. Barasa disse que o avanço poderá ajudar o continente africano a alcançar a Cobertura Universal de Saúde (UHC) e a segurança da saúde.

Em uma [apresentação](#) para destacar o desempenho do seguro de saúde na África nessa primeira Conferência Regional da NHIA-OMS sobre financiamento da UHC e segurança da saúde sobre o tema: "Superando as barreiras financeiras e fornecendo proteção de risco financeiro", o Prof. Barasa reconheceu que os países africanos estão adotando cada vez mais mecanismos para o setor saúde. Ele disse que a última pesquisa demográfica e de saúde disponível de 36 países africanos a partir de 2021 indica que os países de baixa/ média rendas África subsaariana está se voltando cada vez mais para o seguro de saúde público contributivo como um mecanismo para remover barreiras financeiras ao acesso e estender a proteção de risco financeiro à população. Ele acrescentou que a exposição à mídia deu a maior contribuição para a distribuição em favor dos mais ricos da cobertura de seguro de saúde em 50,3%, seguida pelo status socioeconômico em 44,3% e o nível de educação em 41,6%.

O Prof. Barasa enfatizou que apenas oito dos 36 países examinados tinham um nível médio de cobertura com qualquer tipo de seguro de saúde acima de 10%. Assim, a cobertura de seguro de saúde na África subsaariana é caracterizada por desigualdades substanciais de renda.

"A cobertura do seguro de saúde na África subsaariana é baixa e em favor dos mais ricos. Os quatro países que tinham níveis de seguro de saúde superiores a 20% foram caracterizados por um financiamento substancial proveniente de receitas orçamentais. Os demais países do estudo apresentaram mecanismos predominantemente voluntários", afirmou ainda o Prof. Barasa.

"Em um contexto de alta informalidade dos mercados de trabalho, a África Subsaariana e outros países de baixa/média rendas devem repensar o papel do seguro de saúde contributivo voluntário e, em vez disso, adotar o financiamento fiscal como um mecanismo sustentável e viável para mobilizar recursos para o setor de saúde", rematou o Prof. Barasa.

Enquanto isso, o Dr. Bernard Okoe Boye, o Diretor Executivo da Autoridade Nacional de Seguro de Saúde (NHIA) referindo-se à história do financiamento de seguro de saúde no Gana, disse que o país mudou de cuidados de saúde gratuitos em 1957 para os anos 1970 e, mais tarde, para o pagamento mínimo no âmbito do Programa de Ajustamento Estrutural do Banco Mundial de 1970 para 1983. Okoe Boye acrescentou que Gana começou a experimentar taxas de usuário (dinheiro e transporte) de 1983 a 1990 e mudou para dinheiro e transporte mais seguro de saúde da comunidade de 1990 a 2003. Assim, foi aprovada em 2003 uma Lei pelo Parlamento que instituiu um esquema de seguro de saúde nacional. Explicou que o esquema, revisado pela Lei 852 em 2012, foi financiado principalmente por fundos consignados da previdência social e impostos, com a inscrição sendo obrigatória por lei, tendo revelado que, enquanto a cobertura de membros era de 55% da população, o pacote de benefícios implícitos cobre cerca de 95% das condições de doenças e os prestadores de cuidados de saúde foram contratados de setores públicos, privados e religiosos. O Dr Okoe Boye disse que o Gana está prestes a atingir uma

cobertura de saúde universal com três dimensões: reduzindo a partilha de custos, incluindo outros serviços para o esquema e estendendo-se aos não segurados.

Abordando a questão das desigualdades, dificultando a cobertura universal da saúde no país, a Prof. Irene Akua Agyepong, do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde de Dodowa, disse que deve haver uma estratégia para garantir que os 45% restantes que não estão inscritos no esquema sejam registrados para atingir 100% de cobertura, uma vez que todos os ganeses contribuem para ele através da taxa nacional de seguro de saúde. "Cerca de metade dos ganeses estão registados no regime, mas uma das coisas que fizemos foi para o nosso crédito e não devemos alterar a forma como estamos a financiar o regime através do imposto nacional de seguro de saúde. "Todos nós no Gana contribuimos para isso. Se você tivesse comprado algo na loja, você veria no recibo, o imposto nacional de seguro de saúde. Se todos nós no Gana estamos contribuindo para esse imposto, então todos nós no Gana devemos nos beneficiar do seguro de saúde nacional, mas agora apenas cerca de 55 por cento foram inscritos", disse ela.

A Prof. Akua Agyepong apoiou a necessidade de um diálogo nacional para tornar a inscrição não voluntária, mas obrigatória, assim como outros esquemas como a carteira de motorista e o Cartão do Gana quase forçam todos a obtê-la antes de dirigir ou fazer qualquer transação. "Precisamos nos sentar como uma nação e encontrar o caminho para obter 100% dos ganeses inscritos no esquema, de modo que todos nós paguemos os impostos e beneficiemos do esquema Ele vai ajudar a todos nós, porque o objetivo é que todos nós sejamos saudáveis", insistiu ela.

A conferência foi organizada como parte do 75º aniversário da OMS e do 20º aniversário da NHIA. Reuniu mais de 150 especialistas em economia da saúde, financiamento, política de saúde e sistemas de saúde de todo o continente.

União Europeia dividida

Cracked European Union

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Abstract : *With a new war on the front, the European Union finds itself paralyzed in its ability to reach a common position that goes beyond condemning Hamas. With different and divergent statements, the bloc is unable to reach a consensus even to ask for a “humanitarian pause”, let alone a ceasefire...*

Keywords: *European Union; war;*

Resumo. Com uma nova guerra no front a União Europeia se vê paralisada em sua capacidade de alcançar um posicionamento comum que vá além da condenação ao Hamas. Com diferentes e divergentes declarações, o bloco não consegue um consenso nem para pedir uma “pausa humanitária”, quem dirá para um cessar-fogo...

Palavras-chave: União Europeia; guerra;

Em uma triste quinzena, uma nova terrível guerra surge no mundo. Tão logo Israel respondeu ao ataque terrorista do Hamas, a União Europeia e muitos países europeus saíram imediatamente em defesa de Israel e de seu direito a autodefesa, condenando o ataque e se solidarizando com o país. A [declaração feita pelo Alto Representante da União Europeia sobre os ataques contra Israel](#), “condena nos termos mais veementes possíveis os ataques múltiplos e indiscriminados perpetrados pelo Hamas em Israel e lamenta profundamente a perda de vidas. A UE apela à cessação imediata destes ataques e violência insensatos, que apenas aumentarão ainda mais as tensões no terreno e prejudicarão gravemente as aspirações de paz do povo palestino. A UE manifesta a sua solidariedade para com Israel, que tem o direito de se defender, em conformidade com o direito internacional, face a ataques tão violentos e indiscriminados.”

A UE apela à cessação imediata dos ataques, enquanto legitima a resposta de Israel. Chama atenção a total ausência de menção ao povo palestino. Pior: a Alemanha de pronto declarou que iria reavaliar a ajuda financeira para os palestinos. O chanceler federal da Alemanha, Olaf Scholz, classificou os ataques como atos bárbaros e afirmou que Israel tem o direito “de proteger seus cidadãos e perseguir os agressores”. Declaração semelhante foi feita por Olivér Várhelyi, Comissário responsável pelo alargamento e vizinhança, quando anunciou unilateralmente que [a UE suspenderia a ajuda aos palestinos](#), provocando confusão sobre se isso incluía também a assistência humanitária. A Comissão Europeia divulgou uma declaração anunciando uma “revisão urgente” das centenas de milhões de euros em ajuda ao desenvolvimento que fornece aos palestinos, justificando a medida para que o dinheiro não caia nas mãos do Hamas. Logo depois, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou que a UE triplicaria a ajuda humanitária, até 75 milhões euros.

Desde então, o bloco já realizou três encontros, sem conseguir chegar a um consenso sobre a dramática situação. Vemos declarações isoladas, opiniões dos líderes, mas uma posição oficial do bloco, ainda parece distante.

Em [videoconferência informal](#), realizada em 10/10, os ministros das relações exteriores da UE, discutiram a situação em Israel e na região. Neste fórum, o tom mudou e o discurso reconhece que o Hamas não representa o povo palestino. Os ministros condenaram os ataques, apelaram à proteção dos civis, à libertação de reféns, à permissão de acesso a alimentos, água e medicamentos para Gaza, e abertura de corredores humanitários, em conformidade com o direito humanitário internacional. Josep Borrell, Alto Representante para as Relações Exteriores e a Política de Segurança, desta vez declarou: “fizemos uma distinção clara entre o Hamas, o povo palestino e a Autoridade Palestina. Consideramos o Hamas uma organização terrorista. Não negociamos com o Hamas, mas sim, apoiamos, negociamos e trabalhamos em conjunto com a Autoridade Palestina. E nem todo o povo palestino é terrorista. Portanto, uma punição colectiva contra todos os palestinos será injusta e improdutiva. Será contra os nossos interesses e o interesse da paz”. Para ele, a comunidade internacional deve aproveitar este momento crítico, que poderia ser um momento de despertar, para voltar a envolver-se no problema da Palestina e de Israel, relançando o Processo de Paz no Médio Oriente. A grande maioria de ministros afirmou que a cooperação com a Autoridade Palestina deveria continuar e que os fundos da UE não deveriam ser interrompidos. Os ministros concordaram que a UE prosseguirá o seu envolvimento com todas as partes e manterá o seu apoio financeiro e político à região.

Na sequência, em 17/10, [outra reunião de emergência foi convocada](#) para tentar unificar o discurso sobre o conflito. Desta vez, convocada pelo Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, com participação dos líderes máximos dos Estados-membros. A [Declaração Conjunta adotada](#), ressalta que os líderes da UE "ênfatizam, energicamente, o direito de Israel de se defender de acordo com o direito humanitário e internacional frente a ataques violentos e indiscriminados". No documento, os líderes europeus também "reiteram a importância de garantir a proteção dos civis em todos os momentos, em linha com o Direito Internacional Humanitário".

Em 23/10, [o Conselho de Relações Exteriores se reuniu formalmente](#), tendo como itens de pauta a situação em Israel e região; a guerra na Ucrânia; e as tensões na Armênia e Azerbaijão, tema que não apareceu nos registros finais da reunião. O Conselho condenou mais uma vez o ataque terrorista do Hamas e apelou à libertação imediata dos reféns. Os ministros da UE confirmaram que Israel tem o direito de se defender, em conformidade com o direito humanitário internacional. Foi considerada a necessidade de se evitar uma crise humanitária em Gaza. Para conseguir isto, reconhecem que é importante prestar e garantir acesso à ajuda humanitária, por parte dos necessitados. “Temos de fornecer medicamentos, alimentos, e os ministros concordaram que também precisamos de fornecer o combustível que é necessário para fazer as usinas de dessalinização funcionarem”, declarou Borrell. Por último, e eu diria principalmente, o Conselho manteve o seu objetivo final de alcançar uma solução para assegurar a coexistência de dois Estados. Os ministros discutiram a perspectiva a longo prazo para a paz na região e concordaram que será crucial dinamizar o processo político.

O Conselho também debateu a melhor forma de satisfazer as necessidades mais urgentes da Ucrânia – nomeadamente através de mais defesa aérea e munições. Em seguida, trocaram opiniões sobre propostas concretas para os futuros compromissos de segurança da UE. Os compromissos de segurança – combinando a assistência militar tradicional com outros elementos centrados na cibersegurança, na desminagem e no reforço global da resiliência da Ucrânia – ajudarão a Ucrânia não só a defender-se, mas também a dissuadir atos de potencial agressão futura e a resistir aos esforços de desestabilização. O Alto Representante salientou a necessidade de reforçar a indústria de defesa da UE, aumentando a produção de munições, de

modo a satisfazer as necessidades da Ucrânia e a reabastecer a UE. A cooperação entre as indústrias de defesa europeias e ucranianas deverá também ser reforçada.

Enquanto Israel tem apoio assegurado, o mesmo não acontece com a Ucrânia, que ficou em delicada posição. O cenário já era ruim com a crise no parlamento dos EUA, ameaçando a ajuda militar para sustentar a guerra contra a Rússia. Com a guerra entre Israel e Hamas, as atenções das potências ocidentais ficam divididas e a situação tende a piorar para a Ucrânia, fragilizando-a. Apesar das declarações de apoio financeiro e militar por parte da UE, sabemos que são limitadas as capacidades de defesa europeias.

No tocante à guerra entre Israel e o Hamas, enquanto os governos europeus insistem na defesa de Israel, [a população vai às ruas para se solidarizar com o povo palestino, pedindo cessar-fogo](#). Sim, na Europa o clamor pela paz vem das ruas, do povo. Atos pró-palestinos foram observados em diferentes países. De acordo com a DW, em Bruxelas, 12 mil pessoas participaram de um ato pró-Palestina onde ficam localizadas as sedes das instituições da União Europeia, pedindo um cessar-fogo imediato. Em Londres, cerca de 100 mil pessoas foram às ruas, de acordo com a polícia local. O principal apelo dos manifestantes foi que Israel pare com os bombardeios em Gaza. Na Turquia, centenas de pessoas deixaram brinquedos do lado de fora do consulado israelense em Istambul, em homenagem às crianças de Gaza, vítimas do conflito. Paris também teve manifestação. Na Alemanha, protestos semelhantes foram realizados em Berlim e Frankfurt, mas [as manifestações estão sendo dispersadas pela polícia alemã](#), que teme que elas possam se converter em atos de incitação ao ódio. Houve queima de bandeiras de Israel e cantos que negam o direito do Estado judeu existir. Alguns grupos palestinos, foram proibidos. Em função de seu passado nazista, a Alemanha se vê obrigada a defender o direito de Israel existir. Nas palavras de Olaf Scholz, neste momento só há um lugar para a Alemanha, que é ao lado de Israel. Ele vai além ao afirmar que a segurança de Israel é a razão de Estado do país.

O recado não vem só das ruas. Apesar do Parlamento Europeu ter aprovado uma resolução apelando a uma “pausa humanitária”, a pressão aumenta para que a União Europeia ajude a encontrar soluções práticas para poupar vidas em Gaza. A resolução, que não tem peso jurídico, é posterior ao veto dos Estados Unidos no Conselho de Segurança da ONU à proposta brasileira que apelava a pausas humanitárias para entregar ajuda vital a milhões de pessoas em Gaza. [Os embaixadores dos países árabes na EU, contudo, não estão satisfeitos e denunciaram a falta de ação decisiva do bloco e o seu fracasso em pedir um cessar-fogo](#). "Estou pedindo mais. Estou pedindo à União Europeia que use imediatamente todos os seus meios para pressionar Israel, para que Israel aceite que deve parar os massacres, os ataques contra civis, crianças e mulheres em Gaza." Disse Abdelrahim Alfarra, Embaixador da Autoridade Palestina na UE. "A União Europeia e os seus Estados-Membros não têm apenas uma responsabilidade moral, mas também a responsabilidade de serem coerentes com os princípios fundadores da União. E é em conformidade com estes mesmos princípios que lhes dizemos que os padrões duplos não são aceitáveis em tudo", acrescentou.

Mesmo com a pressão e o decorrer dos fatos, a União Europeia não é capaz de chegar a um acordo nem por uma pausa, que é bem diferente de um cessar-fogo... “Um cessar-fogo é certamente muito mais do que uma pausa”, disse Borrell. “Uma pausa, como o nome sugere, é uma interrupção de algo que então continuaria. É muito menos ambicioso do que um cessar-fogo, que significa um acordo entre os dois lados”. “Uma pausa pode ser acordada muito mais rapidamente e acredito que os ministros consideram que é necessária uma pausa para que a ajuda humanitária possa entrar”, acrescentou Borrell. Como visto, os líderes da UE não apelaram unanimemente à cessação das hostilidades, proclamando antes o direito legítimo de Israel de

se defender em resposta ao ataque do Hamas. Divisões entre ministros surgiram sobre como seria uma potencial pausa humanitária. Alexander Schallenberg, da Áustria, e Jan Lipavsky, da República Checa, mostraram ceticismo, alertando que os fornecimentos humanitários poderiam cair nas mãos do Hamas. Mas os ministros de Luxemburgo, da Irlanda e da Eslovênia apelaram explicitamente a um cessar-fogo humanitário urgente para permitir a entrada de ajuda em Gaza.

A presidente da Comissão Europeia, Úrsula von der Leyen, também vem recebendo críticas, inclusive por sua visita à Israel. Em viagem à Israel, ela proferiu declarações que causaram desconforto, principalmente por enfatizar o direito do Estado de Israel de se defender, mas omitindo que esta resposta deve se ajustar ao direito internacional, especialmente no que diz respeito à defesa da população civil. [A diferença de abordagem entre as guerras é notada:](#) há um ano, ela condenava os ataques russos às infra-estruturas civis "especialmente à eletricidade", afirmando serem "crimes de guerra", comentários que revelaram-se particularmente controversos. "Cortar o acesso de água, eletricidade e aquecimento a homens, mulheres e crianças com a chegada do inverno é puro terror", escreveu ela no X, antigo Twitter, em outubro do ano passado. "E temos que chamar isso de tal". Questionado sobre a razão pela qual o executivo da UE não classificou de forma semelhante a decisão de Israel de cortar a eletricidade na Faixa de Gaza como um crime de guerra, o porta-voz da Comissão, Eric Mamer, argumentou que o contexto era diferente, pelo que a comparação não era aplicável.

Para finalizar, é preciso comentar sobre 2 ataques terroristas que aconteceram no continente europeu nesta quinzena. Pouco depois do ataque do Hamas contra Israel, um professor foi morto na cidade francesa de Arras e um suposto extremista matou a tiros 2 torcedores de futebol suecos em Bruxelas.

Conclusões

Sabemos que este conflito tem amplas e diferentes ressonâncias pelo mundo e gerou uma grande dose de fragmentação, divisão e polarização entre os povos e sociedades. Na União Europeia não é diferente e o bloco vem tendo dificuldade em chegar a um posicionamento oficial comum. Mesmo após 3 reuniões para debater o tema, não houve muito avanço para além da condenação aos ataques, ainda que com diferentes pesos. O avanço ficou por conta da ajuda humanitária, para a qual há consenso, ainda que haja preocupações com a possibilidade de suprimentos, como combustível, irem parar nas mãos do Hamas.

A UE vem recebendo críticas contundentes pela sua resposta descoordenada ao conflito, incluindo declarações contraditórias sobre a potencial suspensão de ajuda crítica aos territórios palestinos. A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, também tem sido alvo pelo seu apoio constante a Israel e pela sua hesitação em apelar ao respeito do direito humanitário internacional.

É um escândalo, a impossibilidade de se chegar a um consenso sobre, minimamente, uma pausa humanitária no conflito. O cessar-fogo é um apelo que dificilmente surge nos comunicados, declarações ou mesmo entrevistas dos líderes da UE. Pelo contrário, vimos o Alto Representante Joseph Borrell argumentar que uma pausa humanitária seria de mais rápida negociação do que um cessar-fogo. Ainda assim, não há unanimidade.

Festa da Seda e a dança dos chips

André Costa Lobato

Abstract. Xi Jinping hosts leaders in Beijing for the "Third Belt and Road Forum for International Cooperation" and has more than 20 meetings. Yuan share in SWIFT grows and outperforms Euro for the first time. CDC China publishes bulletin on monkeypox surveillance for September. Microchips and dual circulation dance.

Resumo. Xi Jinping recebe líderes em Pequim para o "Terceiro Fórum Cinturão e Rota para a Cooperação Internacional", participação do Dólar e do Yuan no SWIFT cresce e supera Euro pela primeira vez. CDC China publica boletim sobre vigilância da varíola do macaco em setembro. Microchips e a dança dupla circulação.

Diplomacia

• Beijing realizou o Terceiro Fórum Cinturão e Rota para a Cooperação Internacional entre os dias 17 e 18 de outubro³²⁰³²¹³²². A principal comemoração dos dez anos do lançamento da Nova Rota da Seda. Participaram os presidentes e primeiros-ministros de vários países, como



Figura 1 Foto Oficial, Ministérios das Relações Exteriores

Rússia, Argentina, Turcomenistão, Paquistão, Camboja, Mongólia, Moçambique, Tailândia, Egito e Quênia. Xi Jinping, autor da Iniciativa, teve 24 encontros registrados pela chancelaria entre os

³²⁰ The third belt and road forum for international cooperation. (n.d.). Beltandroadforum.org. Retrieved October 21, 2023, from <http://www.beltandroadforum.org/english/index.html>

³²¹ Global Times. (n.d.-c). Usher Belt and Road cooperation into a new stage of high-quality development. Globaltimes.Cn. Retrieved October 22, 2023, from <https://www.globaltimes.cn/page/202310/1300135.shtml>

³²² Wei, 江魏jiang. (n.d.). Xi: China to take eight steps to support high-quality B&R cooperation. Com.Cn. Retrieved October 22, 2023, from <https://www.chinadaily.com.cn/a/202310/18/WS652f416ca31090682a5e92d2.html>

dias 17 e 20 de outubro. Se encontrou ainda com a presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, Dilma Rousseff, e o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres.

Bandeiras dos países participantes foram estendidas na Praça da Paz Celestial. Dez mil participantes de 151 países e 51 organizações internacionais. O banquete começou com canções clássicas chinesas e russas, e depois com canções mistas de membros da Iniciativa. Vladimir Putin discursou na cerimônia de abertura e se reuniu por três horas com Xi e Wang Yi. O premier chinês, Li Qiang, também teve várias reuniões, por exemplo com o conselho de líderes de governo da cooperação de Shanghai (SCO). O presidente do Congresso Nacional do Povo da China, Zhao Leji, teve encontros bilaterais e trilaterais. Entre eles, com Boric, do Chile.

Arthur Lira, da Câmara de Deputados do Brasil, se encontrou com Xi Jinping em Pequim no dia 20³²³. Lira informou também ter se reunido com “a MOFCO, o maior importador de soja do Brasil”, e a StateGrid principal de energia do país³²⁴.

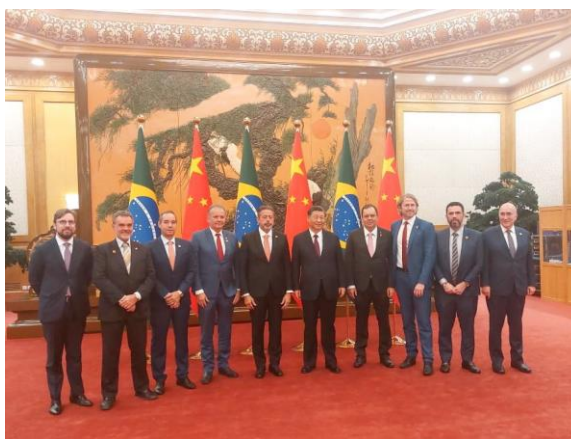


Figura 2 Delegação Brasileira e o presidente chinês, nota de Lira em rede social

O ministério das Relações Exteriores da China divulgou lista³²⁵ de entregas do Fórum com 89 itens divididos em seis partes: Fóruns de Alto Nível, Conferência de CEOs, Plataformas Intergovernamentais, Plataformas Não-governamentais e Conferências Internacionais. Entre os itens, a “Iniciativa de Pequim para o Aprofundamento da Cooperação em Conectividade”. O documento propõe, de forma “voluntária e não-vinculante”, a melhora dos serviços de transporte de rodoviário, ferroviário, marítimo e de aviação civil para aprimorar a resiliência dos principais corredores internacionais de transporte³²⁶. A Conferência de CEOs teve 1.200 participantes de 80 países e regiões, incluindo mais de 20 funcionários de nível ministerial, mais de 30 chefes de associações empresariais estrangeiras e quase 60 representantes de empresas da Fortune Global 500, segundo o Global Times³²⁷. Sustentabilidade, inteligência artificial e outras questões foram debatidas no Fórum.

³²³ 重要新闻_中华人民共和国外交部. (2023, October 20). Gov.Cn. https://www.fmprc.gov.cn/zyxw/202310/t20231020_11164850.shtml

³²⁴ Artur Lira. (n.d.). X (Formerly Twitter). Retrieved October 22, 2023, from https://x.com/ArthurLira_/status/1715327240576102814?s=20

³²⁵ List of Multilateral Cooperation Deliverables of the Third Belt and Road Forum for international cooperation. (2023, October 18). Gov.Cn. https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/202310/t20231020_11164530.html

³²⁶ Beijing initiative for deepening cooperation on connectivity. (n.d.). Gov.Cn. Retrieved October 21, 2023, from https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/202310/P020231020460591795250.pdf

³²⁷ Global Times. (n.d.). BRI extends an invitation to entrepreneurs from all countries: Global Times editorial. Globaltimes.Cn. Retrieved October 21, 2023, from <https://www.globaltimes.cn/page/202310/1300057.shtml>

Sobre Ciência e Tecnologia, Xi disse que a China continuará a implementar o Plano de Ação de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação do Cinturão e Rota e realizará a primeira Conferência Cinturão e Rota sobre Intercâmbio de Ciência e Tecnologia. Segundo ele, o número de laboratórios conjuntos deve aumentar, nos próximos cinco anos, para 100 e que apoiar jovens cientistas de outros países para trabalharem em programas de curto prazo na China. "Estamos prontos para aumentar o intercâmbio e o diálogo com outros países e promover conjuntamente o desenvolvimento sólido, ordenado e seguro da IA no mundo", disse Xi.

Sanitário

- O CDC da China divulgou nota sobre “Vigilância da epidemia de varíola de macaco em setembro de 2023”³²⁸.

“De 1 a 30 de setembro de 2023, foram notificados 305 novos casos confirmados de varíola dos macacos na China continental (excluindo Hong Kong, Macau e Taiwan), incluindo 42 em Pequim, 40 em Guangdong, 38 em Zhejiang, 32 em Jiangsu, 16 em Guangxi, 13 em Sichuan, 12 em Chongqing, 12 em Hubei, 11 em Liaoning e Hunan. 11 casos, 9 casos em Shaanxi, 9 casos em Shandong, 8 casos em Hebei, 7 casos em Tianjin, 6 casos em Xangai, 6 casos em Henan, 6 casos em Fujian, 5 casos em Heilongjiang, 4 casos em Anhui, 4 casos em Jilin, 3 casos em Yunnan, 3 casos em Shanxi, 3 casos em Jiangxi, 1 caso na Mongólia Interior, 1 caso em Guizhou, 1 caso em Hainan, 1 caso em Ningxia, 1 caso em Xinjiang, nenhuma doença grave, Mortes.

De acordo com a investigação e análise epidemiológica, a epidemia apresenta as seguintes características: Primeiro, 99% dos casos são do sexo masculino, 92,9% dos casos são claramente do sexo masculino e há 2 casos do sexo feminino. Em segundo lugar, o risco de transmissão de outros métodos de contato é baixo. Apenas 3 dos contatos próximos, além do sexual, estavam infectados. Em terceiro lugar, 94,3% são achados médicos ativos, 3,9% são achados de rastreamento de contato próximo e outros são achados de rastreamento de contatos ativos e achados de triagem de entrada. Quarto, as manifestações clínicas da grande maioria dos casos são típicas, principalmente febre, herpes, linfonodomegalias e outros sintomas”.

Socioeconômico

- A produção de chips continua a protagonizar os resultados da guerra comercial da Casa Branca^{329,330}. Após ser empurrada de volta para o mercado interno chinês com um bloqueio articulado de software (p.ex. banimento Huawei em aplicações do Google no Android³³¹) e hardware (microchips de ponta), empresas chinesas como Huawei e SMIC vem ganhando espaço no mercado de chips para suprir a demanda chinesa, como por chips para grandes modelos linguísticos (tipo chat GPT). A questão é o quanto o bloqueio de chips funciona como uma

³²⁸ 中国疾病预防控制中心. (n.d.). Chinacdc.Cn. Retrieved October 21, 2023, from https://www.chinacdc.cn/jkzt/crb/zl/szkb_13037/gwjszl_13092/202310/t20231016_270134.html

³²⁹ Analysis: US chip curbs give Huawei a chance to fill the Nvidia void in China. (2023, October 20). Reuters. <https://www.reuters.com/technology/us-chip-curbs-give-huawei-chance-fill-nvidia-void-china-2023-10-20/>

³³⁰ Tech, A. I. [@AnastasiInTech]. (2023, September 18). China’s 7nm breakthrough: How far can China push its technology? Youtube. https://www.youtube.com/watch?v=1SrU_GR2HOM

³³¹ Scott Brown, C. (2023, August 8). The HUAWEI ban explained: A complete timeline and everything you need to know. Android Authority. <https://www.androidauthority.com/huawei-google-android-ban-988382/>

política industrial positiva para a China e o quanto fere estrategicamente o desenvolvimento tecnológico do país. As vendas de telefones da Huawei também aumentaram e se aproximam da Apple. Juntas possuem quase 40% do mercado interno³³². Na estratégia de “dupla circulação”, seria um caso de “circulação interna”.

- Tim Cook, CEO da Apple, fez sua segunda visita à China neste ano, engrossando as visitas de grandes empresários internacionais. Ele visitou uma loja da empresa em Chengdu. Dados do Ministério do Comércio (MOFCOM) divulgados na sexta-feira mostraram que o uso de capital estrangeiro real na indústria de manufatura de alta tecnologia aumentou 12,8%. Os países que mais aumentaram seus investimentos foram França, Reino Unido e Canadá³³³. São empresas de olho no consumidor chinês, mas que se instalam na China também por questões de produtividade e de olho no consumidor internacional. Na estratégia de “dupla circulação”, seria um “caso de circulação externa”.

- Yuan (RMB) eleva sua participação para 4,82% das transações do SWIFT entre agosto e setembro, ficando pela primeira vez a frente ao Euro, que caiu de 6.43% para 5.43%. Dólar dos EUA aumenta de 83.95% para 84.15%. O banimento de bancos da Rússia em 2022 aumentou o debate sobre a internacionalização de outras moedas e sistemas de pagamento³³⁴³³⁵. A mudança fez a Índia usar yuan para comprar gás russo. Tanto Rússia quanto Índia³³⁶ têm interesse em fazer pagamentos em suas próprias moedas. Porém, a convertibilidade do yuan é maior, dada a participação da China no mercado mundial.

³³² Shenshen, Z. (n.d.). Huawei overtakes Apple as China's No. 1 smartphone brand. SHINE. Retrieved October 22, 2023, from <https://www.shine.cn/biz/tech/2310177364/?fbclid=IwAR2u5OUuFFEDuw1pJSfgG7OAZBPXXy8Lp5zEA8sCQG25hQDi7rcEwGHzfG4>

³³³ Global Times. (n.d.-b). China welcomes Tim Cook's visit, willing to provide more opportunities for foreign companies. Globaltimes.Cn. Retrieved October 21, 2023, from <https://www.globaltimes.cn/page/202310/1300260.shtml>

³³⁴ Global Times. (n.d.-b). Yuan's international payment share hits record high of 3.71% in Sept: SWIFT. Globaltimes.Cn. Retrieved October 21, 2023, from <https://www.globaltimes.cn/page/202310/1300174.shtml>

³³⁵ TASS. (2023, October 18). Yuan becomes world's second main currency in trade settlements via SWIFT. TASS. <https://tass.com/economy/1692977>

³³⁶ Exclusive: India, Russia suspend negotiations to settle trade in rupees. (2023, May 4). Reuters. <https://www.reuters.com/markets/currencies/india-russia-suspend-negotiations-settle-trade-rupees-sources-2023-05-04/>

Resumo. Os EUA estão promovendo uma ação humanitária de ajuda aos afetados na região de guerra, onde anteriormente já mantinham vários projetos de apoio ao desenvolvimento

Abstract. *The U.S. promotes humanitarian action to help those affected in the war region, where it previously maintained several development support projects.*

Ação humanitária dos EUA

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, anunciou que os Estados Unidos continuarão a apoiar os civis necessitados com assistência humanitária que salva vidas e empreenderão todos os esforços para enfrentar esta crise. Nesse sentido, os Estados [Unidos estão fornecendo US\\$ 100 milhões em assistência humanitária para os](#) palestinos afetados pelo conflito em Gaza e para o povo palestino na Cisjordânia. Esse financiamento, por meio da USAID e do Departamento de Estado dos EUA, reforça o apoio aos deslocados e outras pessoas palestinas afetadas pelo conflito por meio do fornecimento de água potável, alimentos de emergência, abrigo, apoio de higiene e serviços de saúde. Este financiamento também fornecerá apoio psicossocial e serviços adicionais de proteção humanitária para comunidades afetadas por conflitos, incluindo mulheres e crianças. Os Estados Unidos fornecem assistência humanitária por meio outras instituições como as agências da ONU e as ONGs internacionais.

Os Estados Unidos têm deixado claro que o acesso seguro e contínuo da assistência humanitária aos civis necessitados é imperativo. “Estamos trabalhando urgentemente com a ONU, Israel e Egito para obter mais assistência que salva vidas em Gaza, onde nossos parceiros confiáveis estão prontos para distribuí-la a quem precisa.”

No anúncio o presidente reafirmou seu ponto de vista que os civis não têm culpa e não devem sofrer. As vidas civis devem ser protegidas e a assistência deve chegar urgentemente aos necessitados. Continuaremos a trabalhar em estreita colaboração com os parceiros da região para enfatizar a importância de defender a lei da guerra, apoiar aqueles que estão tentando chegar em segurança ou fornecer assistência e facilitar o acesso a alimentos, água, cuidados médicos e abrigo.

A Administradora da USAID, Samantha Power disse que com o apoio do governo dos EUA, um comboio humanitário de 20 caminhões – incluindo os das Nações Unidas – transportou assistência de emergência para Gaza, onde a suspensão de suprimentos críticos, como água e eletricidade, contribuiu para uma grave crise humanitária. Esses vinte caminhões estão levando medicamentos, alimentos e água urgentemente necessários para civis palestinos necessitados. Ela saudou os esforços diplomáticos que conduziram a este primeiro comboio a Gaza desde o início das hostilidades e continuamos a salientar a importância da prestação assistência humanitária.

Ela também acrescentou que continua extremamente preocupados com o acesso dos civis à água, combustível, alimentos e outros suprimentos em Gaza e que os Estados Unidos têm sido claros ao afirmar que o acesso seguro e sustentado da assistência humanitária aos civis necessitados é imperativo e ressaltou que qualquer interferência ou desvio de ajuda

comprometerá a continuação dessa assistência que salva vidas. Ela também disse que continuará trabalhando com a ONU, outras organizações internacionais, Israel e Egito para criar os canais para que a assistência que salva vidas flua continuamente para Gaza, onde contrapartes da ONU, do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho estão prontos para distribuir aos necessitados. Ela também disse que os Estados Unidos também continuam a ressaltar a importância de respeitar o Estado de Direito e as obrigações do Direito Internacional Humanitário para a proteção da vida civil.

Trabalho de cooperação dos EUA na Região

A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) já tem um trabalho de terreno na região que tem como objetivo melhorar a vida do povo palestino e estabelecer condições para uma solução viável de dois Estados. Entre setembro de 2021 e 2024, a USAID fornecerá mais de US\$ 500 milhões para apoiar o povo palestino.

Segundo o site da USAID as áreas de trabalho incluem:

Recuperação e Crescimento Econômico

Os programas do setor privado da USAID promovem a produtividade e criam um ambiente que atrai investimentos e permite que as empresas palestinas acessem mercados domésticos, regionais e internacionais. Assistência técnica e subsídios, iniciativas de acesso ao mercado e outros apoios ajudam as empresas palestinas a se recuperarem dos efeitos da pandemia de COVID-19.

Empoderamento dos Jovens

A USAID aumenta as oportunidades para os jovens, incluindo jovens vulneráveis e marginalizados, e os ajuda a se engajarem efetivamente em suas comunidades. A USAID fornece aos jovens o apoio psicossocial necessário, habilidades de vida e oportunidades de liderança, bem como encaminhamentos para treinamento técnico e outro apoio para desenvolver habilidades e gerar renda.

Democracia e Governança

As organizações da sociedade civil – incluindo grupos comunitários, grupos religiosos, defensores dos direitos humanos, jornalistas e outros – são fundamentais para o desenvolvimento comunitário e a mitigação de conflitos na Cisjordânia e em Gaza. A USAID fornece capacitação e subsídios a organizações da sociedade civil para implementar projetos de desenvolvimento social e comunitário e melhorar a capacidade de resposta do governo às necessidades dos cidadãos. A USAID também apoia oportunidades de treinamento e aprendizagem entre pares em organizações da sociedade civil para aumentar a eficácia e a defesa das organizações.

Água e Saneamento

A USAID aumenta o acesso à água potável e melhora a gestão de águas residuais na Cisjordânia e em Gaza. A USAID aumenta as conexões domésticas com água potável, melhora as práticas de higiene e fortalece a preparação para desastres. Esses esforços melhoram a saúde humana, a saúde ambiental e a qualidade de vida dos palestinos em comunidades vulneráveis.

Populações Vulneráveis

A USAID apoia as necessidades urgentes das populações mais vulneráveis na Cisjordânia e em Gaza, inclusive fornecendo assistência alimentar crítica, itens não alimentares essenciais, como kits de higiene e suprimentos médicos, e acesso a água potável e cuidados de saúde. A USAID fornece apoio psicossocial para crianças afetadas por conflitos e oportunidades econômicas para melhorar a qualidade de vida dos palestinos.

Esta assistência inclui equipamentos de proteção individual, kits de prevenção e higiene de infecções, capacitação e outros serviços relacionados para prevenção e resposta à pandemia. A USAID também financia a COVAX, uma iniciativa global de vacinas para doar vacinas COVID-19, incluindo mais de 1.000.000 para a Cisjordânia e Gaza.

Assistência Humanitária

O Bureau de Assistência Humanitária (BHA) da USAID fornece assistência humanitária que salva vidas às pessoas que mais precisam. Em 2021, a BHA apoiou quatro programas na Cisjordânia e em Gaza para fornecer assistência às populações mais vulneráveis, incluindo vales alimentares, produtos médicos essenciais, serviços de saúde primária e apoio psicossocial, treinamento em saúde pública em hospitais, serviços de proteção infantil, resposta e prevenção da violência baseada em gênero e assistência em dinheiro multiuso para atender às necessidades básicas imediatas das famílias.

Consolidação da Paz e Resolução de Conflitos

A USAID apoia israelenses e palestinos a se unirem em questões de interesse comum para construir confiança e promover as condições para a paz. A USAID e o Departamento de Estado reúnem indivíduos de diferentes origens em atividades de construção da paz entre pessoas. Essas atividades oferecem oportunidades para abordar questões, reconciliar diferenças e promover maior compreensão e confiança mútua, trabalhando em objetivos comuns, como desenvolvimento econômico e cooperação, meio ambiente, saúde, educação, esportes, música e tecnologia da informação.

O Congresso promulgou [a Lei de Parceria para a Paz no Oriente Médio \(MEPPA\) de Nita M. Lowey](#), para fornecer até US\$ 250 milhões em cinco anos para promover a coexistência pacífica entre israelenses e palestinos para permitir uma solução sustentável de dois Estados. O MEPPA promove a cooperação econômica, programas de construção da paz entre pessoas, diálogo e reconciliação e promove a coexistência pacífica entre israelenses e palestinos.

A USAID tem uma parceria de longa data com o povo palestino como um dos principais provedores de assistência ao desenvolvimento há mais de 25 anos, tendo fornecido mais de US\$ 5,7 bilhões entre 1994 e 2021.

Além disso, a iniciativa [American Schools and Hospitals Abroad \(ASHA\)](#) da USAID está atualmente implementando 9 projetos (5 hospitais e 4 escolas) apoiando instituições e beneficiando populações e comunidades locais em Israel e na Cisjordânia, totalizando US\$ 7 milhões.

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTE FASCÍCULO

Adhemar Bahadian - Diplomata brasileiro aposentado. Colunista do Jornal do Brasil online e outros veículos de comunicação.

Anna Carole D'Amelio - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

Bernardo Bahia Cesáreo - Pesquisador, Fundação Oswaldo Cruz

Caio Murta - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Ell - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Erica Kastrup - Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutora em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz.

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI 170

Gabriel Semerene - Graduado em Relações Internacionais, Universidade de Brasília; Mestre em: Estudos do Oriente Médio, Université Aix-Marseille I; em Política Comparada dos Mundos Árabe e Muçulmano, Institut d'Études Politiques d'Aix-en-Provence; em Literatura Árabe na Université Paris IV-Sorbonne; e Doutorando no Centre de Recherches Moyen-Orient Méditerranée na Université Paris IV-Sorbonne/INALCO

Harim Baek - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jameson Vinícius Martins da Silva - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Juliana Ubarana - Docente e pesquisadora da Fiocruz Brasília; Graduação em Nutrição; Mestrado em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz

Lara Daibert - Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

Marciglei Brito Moraes - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Matheus dos Santos da Silveira - Graduado (UNAMA) e Mestre (UNILA) em Relações Internacionais; Estudante de Doutorado em Relações Internacionais, PUC-Rio

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rafael Gomes França - Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Renan Amaral Oliveira - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

René Mendes - Professor Titular da Faculdade de Medicina da UFMG (aposentado); Pesquisador Visitante Sênior, Centro de Relações Internacionais em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (CRIS/Fiocruz)

Regina Ungerer - Médica, Doutora em Ciências, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

Rômulo Paes de Sousa - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

Samia de Brito - Graduação em Relações Internacionais; Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são mais de **76** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados; em 2023 já se realizaram **18** seminários, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximo seminário – Série 2023

Dia 01 de novembro – Transformação dos sistemas alimentares no mundo e nas Américas

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 19/2023

Período: De 12 a 25 de outubro de 2023

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, PEDRO BURGER e ERICA KASTRUP

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2023.

231 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.